

ANA JOSEFINA FERRARI

**NOMES PRÓPRIOS E DESCRIÇÃO: UM ESTUDO DA DESCRIÇÃO
E DO NOME PRÓPRIO A PARTIR DA ANÁLISE DAS DESCRIÇÕES
PRESENTES NOS ANÚNCIOS DE FUGA DE ESCRAVOS PUBLICADOS NOS
JORNAIS DE CAMPINAS ENTRE 1870 E 1876**

Tese apresentada ao curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Mónica Graciela Zoppi- Fontana

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Ferrari, Ana Josefina.

F412n

Nomes próprios de pessoa e descrição : estudo da descrição e do nome próprio a partir da análise de anúncios de fuga de escravos / Ana Josefina Ferrari. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Mônica Graciela Zoppi Fontana.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Nome próprio. 2. Descrições. 3. Escravos. 4. Semântica do acontecimento. 5. Análise do Discurso. I. Zoppi-Fontana, Mônica Graciela. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Proper Names of person and description: study of the description and the proper name from the analysis of runaway slaves announcement.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Proper names; Descriptions; Slaves; Semantic of event; Discourse analysis.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor em Lingüística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi Fontana (orientador), Profa. Dra. Maria Marta Garcia Negroni, Profa. Dra. Soeli Schreiber da Silva, Prof. Dr. Luiz Dias e Prof. Dr. Eduardo Guimarães.

Data da defesa: 22/02/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

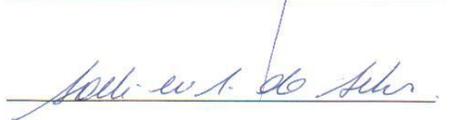
BANCA EXAMINADORA:

Mônica Graciela Zoppi-Fontana



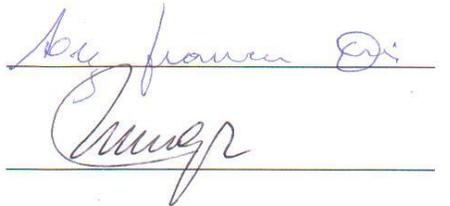
Handwritten signature of Mônica Graciela Zoppi-Fontana, written in blue ink on a horizontal line.

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães



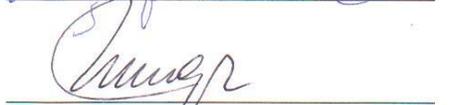
Handwritten signature of Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, written in blue ink on a horizontal line.

Soeli Maria Schreiber da Silva



Handwritten signature of Soeli Maria Schreiber da Silva, written in blue ink on a horizontal line.

Luiz Francisco Dias



Handwritten signature of Luiz Francisco Dias, written in blue ink on a horizontal line.

Maria Marta Garcia Negroni



Handwritten signature of Maria Marta Garcia Negroni, written in blue ink on a horizontal line.

Neuza Benedita da Silva Zattar



A horizontal line for the signature of Neuza Benedita da Silva Zattar, which is currently blank.

Mônica Oliveira Santos



A horizontal line for the signature of Mônica Oliveira Santos, which is currently blank.

Ana Zandwais



A horizontal line for the signature of Ana Zandwais, which is currently blank.

AGRADECIMENTOS

O momento no qual temos que agradecer é um momento especial. Nesses minutos toda nossa vida passa pela frente de nossos olhos e nos lembramos de tudo. Rimos, choramos, nos emocionamos e ficamos com o coração nu. Lembramos daqueles que estiveram presentes diretamente relacionados ao texto que dá forma à tese e daqueles que indiretamente nos apoiaram sem ter conhecimento aprofundado sobre o tema mas que de alguma maneira estiveram alí. É um momento de grande emoção na qual se combinam gratidões e saudades. Nesses anos de doutorado muitas pessoas me acompanharam nesse processo e gostaria de agradecer a todos os que de um modo ou outro caminharam comigo nesse percurso.

À Mónica Graciela Zoppi-Fontana, pela cuidadosa orientação, pelo apoio, por todos estes anos de trabalho nos que a rica discussão teórica esteve presente nas nossas mesas de reunião. Pela amizade e dedicação.

À Professora Maria Marta Garcia Negroni pela orientação no meu estágio na Universidade de Buenos Aires. Pelo cuidado e dedicação com que leu meus textos e orientou minhas análises. Por me fazer sentir em casa novamente no país que deixei há 15 anos.

À Professora Claudia Castellanos Pfeiffer pelas valiosas sugestões no exame de qualificação da tese e no exame de qualificação em área complementar.

Ao Professor José Guillermo Milán- Ramos pelas inteligentes colocações no exame de qualificação da tese que me levaram à reflexão desde outros lugares.

Ao Professor Pedro Souza pela leitura criteriosa do meu artigo no exame de qualificação em área complementar.

À Professora Ana Zandwais, pelas leituras incisivas e ricas e as valiosas sugestões do texto de qualificação do exame de qualificação em área complementar. Pelo diálogo e respeito. Por acreditar no meu trabalho.

Aos profissionais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro e do Centro de Pesquisa e Documentação Social Arquivo "Edgard Leuenroth", da Unicamp e da Biblioteca Nacional de Buenos Aires pelo auxílio na conformação do corpus de pesquisa.

Aos colegas de East Lansing. Especialmente ao Professor Peter Beattie e a Lumumba do Centros de Estudos de América Latina e Caribe. A Jualynne Dodson e Matheus e toda a equipe do African Atlantic Research Team. A Delores e Fred Rauscher pelas conversas em um inglês inventado, e pelo recebimento extraordinário na MSU.

À Marie Jo Zetter por me ajudar na pesquisa bibliografia ao ponto de me encontrar a mim mesma. Por acreditar no meu trabalho bibliográfico a partir de um olhar especializado.

A Daniel pelo amor que me dá todos os dias, nas leituras e discussões teóricas, filosóficas e de outros tipos. Por ser o lugar seguro onde posso tanto descansar quanto refletir sobre meus problemas teóricos e não teóricos. Pelo amor desses 18 anos. Por me ajudar a crescer e a chegar hoje onde estou. Sem seu apoio não poderia ter chegado aqui.

A Felipe e Emilia que crescem nas entrelinhas, que surgem dentre os discursos com uma vozinha meiga e companheira. Amores da minha vida.

Aos meus irmãos Pablo e Mariano, minhas cunhadas Gabi e Silvina e meus sobrinhos Nahuel, Axel, Camila, Lautaro, Facundo, Lucia por essa união que me fortalece e me faz sentir minha família nesses anos de maturidade. A Martín, Maira e Sarita que sempre estão de um modo muito especial no meu coração me acompanhando.

A minha mãe pelo incentivo de seguir em frente de não desistir e alcançar o meu objetivo. Pelo carinho.

Aos meu pai. Sei que ele teria gostado de me ver chegar. Com muita saudade e a terrível certeza de que já não o verei.

Aos meus tios tia Carmen e Héctor e minha prima Julieta, pelo carinho, apoio, compreensão e cuidado que me dedicaram quando estive em Buenos Aires. Eternamente grata.

À Mônica e Be pelo carinho, apoio, amizade, fraternidade, companhia e aconchego nas horas de ansiedade. Pela maravilhosa amizade que me oferecem.

À Bea pelo carinho, a amizade e as conversas acaloradas sobre a AD e seu espaço de inserção em Buenos Aires. Pela profunda amizade que floresceu em tão curto tempo e que continua viva.

À Valda por essa amizade virtual e não virtual. Pelos diálogos e as conversas com desabafos, projetos e risadas.

À Edna por me receber na sua casa quando viajava para Campinas. Por me ensinar com sua força o valor da vida.

À Ester pelo apoio, carinho e compreensão. Por estar do meu lado decidida e forte em muitos momentos complicados da minha vida.

Aos meus amigos de Sulamérica Fatima, Julia Miranda, Eladio, Verónica, Horacio, Inez, Guillermo, Manuel, Gabi, Pipi, Tota, Marcelo, Laura e todos os filhos destes. Aqueles que constituem minha história, e formam parte da minha memória.

Aos meus amigos de East Lansing Eraldo, Cleusa, Camila, Mariela, Silvia, Bruna, Paulo, Husnu, Leila, Sveta, Axel, Elena, Zaliha, Ashikin por compartilhar quatro meses maravilhosos e incríveis cheios de novas aventuras nessa louca viagem de aprender inglês e viver novos costumes e idéias nos EUA.

À Dona Terezinha pelas orações sinceras do outro lado da parede.

À CAPES pelo apoio financeiro na minha missão de estudos em Buenos Aires relacionada ao Projeto 016/04 do Programa de Centros Associados de Pós-graduação Brasil-Argentina (CAPES/SPU).

A todos aqueles que direta ou indiretamente me acompanharam nesta longa caminhada.

“Nas palavras breves e estridentes que vão e que vêm entre o poder e as existências mais inessenciais, é sem dúvida aí que estas últimas encontram o único momento que alguma vez lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessarem o tempo, o pouco de fulgor, o breve clarão que as traz até nós”.

Michel Foucault

RESUMO

O tema da escravidão no Brasil foi vastamente tratado nas áreas de história, antropologia e direito. Na área de lingüística, os materiais que compõem os arquivos sobre a escravidão são analisados a partir de diferentes perspectivas. Na Semântica do Acontecimento isto vem ocorrendo há alguns anos. A presente tese de doutorado tem como corpus de análise documentos relativos a esse momento histórico. Analisamos aqui anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais da cidade de Campinas entre 1870 e 1880. Partimos do pressuposto de que é através da voz do dono que se forma uma imagem pública e singular do escravo na sociedade campineira do século 19. O escravo, nesses anúncios, é falado, é descrito e, o mais importante, é constituído como sujeito singular. Neles o dono, ao reclamar o escravo como propriedade, como objeto, o diz sujeito de sua própria enunciação. Esse dizer será evidenciado no arquivo em relação ao nome próprio e a descrição. Por este motivo, nesta tese procuramos identificar os diferentes processos discursivos que, relacionados ao nome próprio e a descrição, agem no nosso corpus, delimitando, teoricamente, essas categorias de modo particular. O quadro teórico utilizado será o da Semântica do Acontecimento em diálogo com a Análise de Discurso francesa procurando construir um dispositivo de análise próprio e que possibilite a reflexão sobre os fenômenos lingüísticos encontrados.

Palavras Chave: Nomes Próprios, Descrição, Semântica do Acontecimento, Análise do Discurso, Escravidão.

ABSTRACT

The issue of slavery in Brazil was widely addressed in the fields of history, anthropology and law. In the field of Linguistics the materials that make up the files on slavery are analyzed from different perspectives. In Semantic of the Event it has occurred for a few years. This doctoral dissertation analyzes a corpus of documents related to this historical moment. Here, we analyze the escape announcements of slaves published in newspapers in the city of Campinas between 1870 and 1880. We presuppose that it is the voice of the owner that creates a unique and public image of the slave in the Campina's society of the 19th century. In these announcements, the slave is described and, more importantly, is constituted as a unique subject. They are places where the owner claims the ownership of the slave, who is seen as a property, an object, a subject of his own statement. This will be evidenced in the file in relation to the first name and description. Therefore, this dissertation aims at identifying the different processes of discourse that, related to the first name and description, act in our corpus, defining theoretically these categories in a particular fashion. The theoretical framework underlying this research is the Semantics of the Event in dialogue with the French Analysis of Discourse in an attempt to build a device of analysis which will make it possible to reflect on the linguistic phenomena found.

Key words: Proper names, Description, Slaves, Semantic of event, Discourse Analysis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PARTE 1: Teoria	
1.1- Capítulo I: O nome Próprio	
1.1-1. Introdução	31
1.1-2. Das teorias filosóficas do nome: Frege, Russell, Kripke e Wittgenstein.	32
1.1-3. Das descentralizações do nome: A dobradiça em Derrida e Foucault.	46
1.1-4. O nome próprio para as semânticas: Pêcheux, Kleiber e Guimarães.	54
1.1-5. A questão do sujeito.	71
1.1-6. Por uma teoria do nome próprio.	83
1.2- Capítulo II: Descrição	
1.2-1. Introdução.	87
1.2-2. Um quadro da descrição.	88
1.2-3. O conceito de sobredeterminação	98
1.2-4. A determinação intradiscursiva.	102
PARTE 2: Metodologia	
2.1- A guisa de introdução: Da Singularização e da Individualização	111
2.2- Do Dispositivo analítico e do dispositivo teórico	117
2.3- Do objeto de estudo da pesquisa	118
2.4- Do corpus na Análise do Discurso	124
2.5- Das condições de produção	126
2.6 – Da formação discursiva	130
2.7 – Do interdiscurso	134

PARTE 3: Análise do Corpus	
3.1 Introdução	137
3.2 – O ponto de partida da análise: a conceituação da fuga como resistência	138
3.3- Fugido vs. Fugão	154
3.4- O nome próprio analisado	180
3.5- A Descrição sob a lente	186
3.5.1 – Seqüências relacionadas a Discursividades da propriedade	194
3.5.2 – Uso de termos relacionados com a objetivação: o caso de regular	200
3.5.3 – Sem defeito – Bem feito	205
3.5.4 - Ladino – fala bem	209
3.5.5 – Crioulo	217
3.5.6 – Fala bem, fala muito	221
3.5.7 - As discursividades relacionadas ao discurso da lei e à disciplinarização.	228
3.5.8 – Discursividades relacionadas à circulação dos escravos.	231
3.5.9 – É pedreiro e trabalha também de carpinteiro	237
4.0 - CONCLUSÃO	241
5.0 - BIBLIOGRAFIA	259

0- INTRODUÇÃO

No ano de 1995, matriculei-me na disciplina de História do Brasil. A disciplina era oferecida pelo Professor Doutor Amaral Lapa. No início, aparentemente, era mais uma disciplina de história, até que o professor começou a mostrar o acervo do Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas. Entendi neste momento que o Professor Lapa, além de Professor, era um “garimpeiro” da história de Campinas e de suas fontes primárias. Ele procurava documentos que formavam parte da história e os organizava no Centro de Memória. Foi então que, da mão deste excelente Professor, descobri, li e vi, pela primeira vez, os anúncios de fuga de escravos que até hoje analiso. Não sei se fui contagiada por aquela paixão do meu mestre ou se me fascinaram os textos, o fato é que desde aquele momento não consegui desgrudar os olhos deles. Foi assim que o trabalho de conclusão da disciplina baseou-se na análise desses anúncios e, durante a minha graduação os organizei no meu projeto de mestrado para, a partir da Lingüística, poder trabalhar com eles.

Que foi o que me levou ao trabalho contínuo com esse corpus? Perguntei-me isso muitas vezes. Lendo o texto de Foucault A vida dos homens infames consegui entender alguns dos motivos. A escravidão no Brasil foi e é um tema recorrente dos estudos históricos e antropológicos. Li vários deles em todos estes anos, mas sempre intuí que havia algo que não era contemplado neles. Uma faísca de liberdade, de profunda liberdade. Cada pequeno anúncio conta uma história que fala sobre o exercício da liberdade e sobre como há algo no homem que não pode ser retirado, extraído ou seqüestrado. Embora os corpos se encontrem amarrados, há algo que não é possível amarrar. Foi assim que me tornei uma “garimpeira” de gestos de liberdade, a partir da análise desses anúncios de escravos, a partir da memória.

A escravidão entra no cenário da história mundial juntamente com as primeiras civilizações. Suas modalidades eram: escravidão por guerras, escravidão por dívidas e captura para comercialização. A primeira acontecia em momentos de lutas entre duas nações. Ao vencer uma delas, os vencidos eram tomados como escravos. A segunda modalidade era observada em situações em que o devedor se tornava escravo do seu credor. O terceiro modo se baseava na prisão e venda de pessoas. Esta última maneira pode ser observada, sobretudo, após a descoberta da América. Assim, pessoas que moravam em diferentes regiões de África eram capturadas e transportadas para vários países do continente com a finalidade de servirem como mão de obra para múltiplos serviços. Pode-se dizer que um dos momentos mais cruéis da história é o relacionado com esse tráfico de escravos. Este “movimento migratório forçado” teve seu início, no Brasil, no ano de 1500, aproximadamente, e desencadeou uma série de problemas sociais que perduram até hoje. Por esse motivo, diferentes áreas de conhecimento se dedicam ao estudo das suas causas e conseqüências.

Por um lado, a história, a sociologia, a antropologia e o direito são áreas que, tradicionalmente, examinam os problemas relacionados àquele período e àquele problema. Por outro lado, na lingüística, se elaboram trabalhos em que a escravidão aparece como pano de fundo. Assim, tomando como base fontes primárias de pesquisa tais como registros da época, jornais e textos literários, investiga-se, por exemplo, o crioulo. Língua para uns e dialeto para outros, se produz, no Brasil, do contato entre o português, as línguas africanas e as línguas indígenas.¹. Outros estudos realizados nessa direção são a respeito das

¹ O crioulo tanto pode ser considerado um dialeto quanto um processo. Os processos de criouliização são descritos como os processos pelo qual uma língua, entra em contato com outra/s, dando lugar a uma terceira variedade. Esse produto é considerado impuro por vários lingüistas. Porém, o sociolingüista Fernando Tarallo, afirma que a estrutura da língua portuguesa do Brasil está constituída por todos esses falares (portugueses, africanos tupis, dentre outros) e que não haveria um falar mais elevado ou próximo de um falar original, português. De todos os modos, pode-se afirmar que esse fenômeno deu-se em quase todas as colônias de América. Sobretudo

influências das línguas africanas no português do Brasil, tanto no que se refere às pronúncias quanto a itens lexicais. Portanto, podemos afirmar que as áreas da lingüística que mais se dedicaram ao estudo das marcas da escravidão relacionadas a problemas lingüísticos no Brasil foram a filologia, a sociolingüística e a Variação Lingüística².

Há alguns anos outras áreas da lingüística adotam como material de análise esses documentos. Uma delas é a Semântica, especificamente, a linha de pesquisa Semântica do Acontecimento. Alguns exemplos de análise nesta linha interpretativa são: a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Neuza Benedita da Silva Zattar. O título da dissertação de mestrado da autora é Os sentidos de liberdade dos escravos na constituição do sujeito da enunciação sustentada pelo instrumento de alforria, defendida no ano de 2000, na Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Nesta dissertação, Zattar trabalha o processo enunciativo da mudança do escravo de objeto de direito para sujeito de direito, a partir da concessão das cartas de

naquelas que receberam contingentes de cativos africanos. Eles chegaram com suas línguas e conviveram com línguas da região e com línguas européias. Os motivos da formação desses crioulos são históricos e políticos e a sociolingüística estuda sua formação e composição.

² Alguns dos trabalhos que podem ser encontrados na área de Lingüística, que analisam materiais do período da escravidão no Brasil, são os de Maria Salete: A escravidão nos sermões de Antônio Vieira - Uma análise argumentativa (1999) e os de Tânia Alckmin. Esta última desenvolve seus trabalhos na área de sociolingüística e, na atualidade, pesquisa o lugar que ocupa a representação da fala de negros escravos na produção literária brasileira do século XIX, tanto no teatro quanto na ficção. Alguns dos seus trabalhos são: A fala como marca: escravos nos anúncios de Gilberto Freire (2006), Português de negros e escravos: atitudes e preconceitos históricos (1998), Linguagem de escravos: em busca de registros históricos (1996), Linguagem de escravos: estudo de um caso de representação (1995). Também no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP podem ser encontradas dissertações de mestrado como a de Edna dos Santos Oliveira intitulada Da tradição à escritura: a história contada no Quilombo de Curiaú (2006) e a de Maria Laura Trindade Mayrink Sabinson: Da Tradição Oral à escritura: A História Contada no Quilombo de Curiaú (2006). O livro organizado por Rosane Berlink e Marymarcia Guedes E os preços eram commodos publicado pela Editora Humanitas. Nele as autoras compilaram textos publicados na imprensa brasileira do Séc. XIX. Esse volume forma parte do corpus utilizado para o estudo diacrônico do português brasileiro na Universidade de São Paulo. A Profa. Helena Hathsue Nagamine Brandão, tomando como base esse livro-corpus publicou o artigo O cotidiano em anúncios de Jornais do século XIX que, em primeiro lugar, faz uma categorização dos anúncios encontrados e, depois, observar as mudanças que o gênero discursivo dos anúncios sofreu através do tempo a partir de uma comparação com anúncios de jornal atuais.

alforria. Já na sua Tese de doutorado *O cidadão liberto na constituição Imperial: o jogo enunciativo entre o legal e o real*, defendida no ano de 2007, no mesmo Instituto, a autora procura analisar os processos de constituição de sentidos para o cidadão liberto a partir da leitura de textos produzidos em debates políticos.

Finalmente, a dissertação de mestrado *A Voz do dono: uma análise feita dos anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais de Campinas entre 1870 e 1880*, da nossa autoria, é outro exemplo. Nesse trabalho procuramos fazer uma análise Semântico-Discursiva dos processos de designação que possibilitam a construção da referência para o nome escravo. O nosso objetivo se sustentou na hipótese de que no discurso do senhor de escravos, publicado nos anúncios de jornal, aparece uma imagem pública individualizada e singular do escravo. Na materialidade desses anúncios, processos de designação funcionam, discursivamente, como dispositivo de enunciação que estrutura um espaço de subjetivação onde o escravo é constituído como sujeito singular.

O semanticista que elabora a teoria da Semântica do Acontecimento é Eduardo Guimarães e desenvolve seus trabalhos há quinze anos. Escreveu inúmeros textos a respeito. Alguns livros e artigos do autor relevantes para nossa tese são: **Texto e Argumentação** (2002), **Os Limites do Sentido** (1995), **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação** (2002), **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil** (2004), *Enunciação e política de línguas na Brasil* (2006), *A marca do nome* (2003), *Designação e espaço de enunciação: um escrito político quotidiano* (2003), *Estudos da significação no Brasil* (2002).

A Semântica do Acontecimento se nutre de duas vertentes teóricas: da Semântica Enunciativa, principalmente como proposta por Oswald Ducrot, e da Análise do Discurso proposta por Michel Pêcheux. A partir desse diálogo se desenvolvem pesquisas que observam a construção enunciativa do sentido. Assim, se propõe que por trás do proferir de uma sentença há uma história de

dizeres que a faz possível. As palavras significam sobre a base de uma história de enunciações. A enunciação é o funcionamento no qual sujeito e sentido se constituem. Quem enuncia o faz a partir de determinada posição. Essa posição é a que o sujeito adota para seu dizer e a partir da qual se constitui. De tal modo, esta linha inscreve-se no campo das ciências humanas de maneira plena, sem se relacionar ora com a matemática, como o faz a Semântica Formal, ora com a gramática, como o faz a Semântica Lingüística. Ela dialoga com a Filosofia da linguagem, com a teoria dos atos de fala, com a Semântica Argumentativa, e com a Pragmática³.

A Semântica do Acontecimento, ao discutir com outras áreas, enriquece a análise dos diferentes processos enunciativos, permitindo pensar os fenômenos lingüísticos e explicá-los de modo exaustivo. Um exemplo a ser mencionado é o estudo do nome próprio de pessoa. Nele, a Semântica do Acontecimento dá um passo adiante em relação a outras linhas interpretativas. Ela consegue explicar desde o seu funcionamento morfossintático até a relação com processos de subjetivação. Consideram-se então, o lugar que o nome ocupa dentro da frase e as funções que desenvolve nela. Contempla-se, também, a relação que essa frase estabelece com outras em um texto e os sentidos que são produzidos. Finalmente, analisa-se a relação que se constrói com a sociedade. Assim, comprova-se que o ato de nomear não é isolado, mas está inscrito dentro de padrões dos quais não é possível fugir. Nomear alguém não é simplesmente colocar uma etiqueta, é dar um espaço dentro de um coletivo, seja como filho em uma família, seja como integrante de um grupo ou congregação. Por esse motivo, Guimarães afirma que o funcionamento do nome se dá no processo social de subjetivação. Ou seja, passa a ser uma questão do sujeito. (GUIMARÃES, 2002 p. 36)

³ A semântica do Acontecimento considera na linha de filiação da Análise do Discurso tal como praticada no Brasil e como aparece na obra de E. Orlandi (1983, 1990, 1992, 1996, 1999). Já no que se refere à Semântica Argumentativa filia-se à seguinte série de trabalhos e autores: Brèal (1897), Bally (1932), Benveniste (1966, 1974), Ducrot (1972, 1973, 1984), Austin (1962), Grice (1957, 1967), Searle (1969).

O autor chega nessas conclusões relacionando o nome com uma história de enunciações. Dentre os exemplos utilizados pelo autor encontramos os de Maximino de Araujo Maciel, também chamado Maximino Maciel, e Antonio Cândido de Melo e Souza ou Antonio Cândido. Podemos dizer que essas nomeações encontram-se relacionadas entre si porque elas mantêm elementos comuns que serão renomeados a partir de outro lugar. De modo que os primeiros tornar-se-ão os segundos por um trabalho enunciativo realizado sobre a enunciação anterior. Guimarães toma como base de análise acontecimentos nos que há uma unicidade na utilização do nome próprio, ou seja, um nome = uma pessoa ou uma variação do nome = uma pessoa. Ele diz:

Neste percurso cotidiano do funcionamento dos nomes o processo de identificação estabelece uma relação muito particular entre o nome a que se chega e a pessoa. Assim o nome acaba por funcionar, a partir de uma história de enunciações, como um nome para a uma pessoa, cujo processo de construção é esquecido. (GUIMARÃES, 2002 p. 38)

O trabalho de Guimarães não só observará o funcionamento do nome próprio, mas também analisará sua relação com a referência. O autor afirma que a capacidade referencial não é o fundamento do nome e que a referência resulta do sentido produzido no interior de um acontecimento enunciativo. Porém, Guimarães circunscreve sua análise ao tipo de casos acima mencionados. Ele não contempla o caso no qual dois nomes próprios, totalmente diferentes e que não reescrevam enunciações anteriores, se relacionem com uma mesma pessoa como acontece em nosso corpus.

O material de arquivo que será analisado nesta pesquisa resulta do momento em que as práticas econômicas no Brasil estavam baseadas na escravidão. Ele está composto por anúncios de fuga de escravos recolhidos dos jornais publicados na cidade de Campinas entre os anos 1870 e 1880. A publicação desses pequenos textos estava relacionada com eventos muito

especiais. Quando um escravo fugia da fazenda, o dono recorria a diversos recursos para recuperá-lo. Considerando-o sua propriedade, enviava em primeiro lugar o capitão do mato, serviçal que se encarregava tanto de cuidar da ordem na senzala quanto de ir à busca dos chamados “fugidos”. Quando o proprietário do escravo morava na cidade ou não tinha recursos suficientes e não tinha capitão do mato para tal serviço, ele recorria a polícia, onde se lavrava um comunicado. Mas, quando o escravo não era recuperado através destes recursos, o dono recorria à população, especificamente ao jornal. Ele fazia pública a fuga. Desse modo, outros mecanismos de controle eram acionados e outros protagonistas entravam na história. Alguns deles eram os caçadores de escravos. Pobres livres e escravos alforriados na procura de um sustento se dedicavam a essa atividade.

O escravo era perseguido e caçado. Os historiadores e antropólogos que trabalham sobre este tema dedicaram-se, amplamente, ao estudo dessas fugas. Por esse motivo, encontramos inúmeros textos que contam a formação dos quilombos, a vida de escravos fugidos que viraram líderes na sua comunidade, estatísticas que dizem a incidência das fugas, doenças que os escravos sofriam durante o cativeiro que podem ser lidas nas descrições dos anúncios, processos judiciais movidos pelos escravos contra seus donos, ascensões sociais de escravos que viraram Senhores, dentre tantos outros. No entanto, embora os textos sejam completos e repletos de dados, há elementos que não são observados. Tomando como principal corpus da nossa pesquisa os mesmos documentos que os historiadores, antropólogos, sociólogos e lingüistas utilizaram, encontramos funcionamentos que não foram anteriormente descritos.

Quando lemos os anúncios de fuga estamos participando de um momento no qual o escravo, desesperado, cansado e torturado, foge. O anúncio de fuga deixa em evidência um momento trágico da vida de uma pessoa que procura uma saída. Por outro lado, observamos nesse mesmo texto um reclamo, o reclamo do dono pela sua propriedade. Ele não só anuncia a fuga como persegue o fugido com todas suas ferramentas, com todo seu poder. Ele recorre à

policia, aos seus homens, à posição de poder que ocupa na sociedade para recuperá-lo. Justamente quando o dono grita pelo seu patrimônio acontece o inesperado. Esses anúncios informavam o nome do fugitivo e descreviam suas características físicas e pessoais. Em alguns casos, os que nos ocupam, mencionavam outro nome próprio: aquele que o escravo dava a si mesmo. A partir desse fenômeno, nos perguntamos pelo funcionamento desses atos de nomeação e procuramos uma saída teórica para eles. Observamos que cada um deles tinha sua origem em lugares enunciativos diferentes; remetendo a uma mesma pessoa física, porém que não ocupava o mesmo lugar social.

Por um lado, o dono reclamava seu escravo como objeto de sua propriedade. Por outro lado, o mesmo dono dizia que o escravo dava um nome a si mesmo, evidenciando um processo de subjetivação. Além disso, na descrição do anúncio podem ser observados tanto processos que dão indícios de uma objetivação quanto de uma subjetivação. A partir dos primeiros, o escravo é constituído como objeto no discurso do dono. Os segundos dizem respeito às relações do escravo consigo mesmo e com os outros membros da comunidade na qual vive.

A fuga do escravo é um gesto que se traduz em ato. Um ato que produz um acontecimento. Ele irrompe, ele acontece. Esse instante é o que pode ser percebido no gesto da fuga, naquele instante no qual o escravo simplesmente foge, quebra uma estrutura. Após esse efêmero instante, o acontecimento será reabsorvido por outras estruturas. A partir dele outros acontecimentos, como os enunciativos, serão provocados e produzidos. Um deles é o anúncio de fuga no jornal.

O anúncio de fuga, como acontecimento enunciativo, evidencia uma ruptura. No preciso momento no qual o dono reclama seu escravo, seu objeto, filtra-se o escravo sujeito. No preciso momento no qual o escravo foge com o ferro no pescoço e o pega nos pés e o capitão do mato o persegue sem piedade e o

dono faz uma demonstração do seu poder, justamente ali, percebemos que há algo que não pode ser capturado e aprisionado. Nesse momento evidencia-se o lugar da falha. Podemos provar isso, a partir da análise dos anúncios de fuga através do dispositivo analítico que elaboramos na presente tese. A partir deste dispositivo específico podemos observar que nas seqüências discursivas evidenciam-se outros acontecimentos enunciativos. Eles estarão relacionados com três tipos de processos discursivos:

a- de objetivação, onde o escravo é constituído como objeto da propriedade do dono que o reclama;

b- de individualização, a partir da qual se coloca o escravo em uma série, seja na série que o dono impõe, seja em outra;

c- de singularização, ligada à constituição do escravo como sujeito.

Portanto, a partir da proposta teórica da Semântica do Acontecimento e da proposta teórica da Análise do Discurso, tomando como base nossa pesquisa anterior acima mencionada, propomos nos aprofundar no estudo do nome próprio de pessoa e da descrição. Esta proposta tem sua origem na necessidade de elaborar um dispositivo de análise particular e específico que dê conta de explicar os fenômenos lingüísticos que surgem em nosso corpus de pesquisa.

No que se refere à descrição, foi estudada tradicionalmente nas áreas de Teoria Literária, Lingüística Textual, Semiótica e Análise do Discurso. Na Teoria Literária cabe mencionar o trabalho de Gerard Genette A fronteira do Relato de 1966. Nessa obra, o autor, tomando como base a divisão aristotélica de mimesis e diégesis, filia-se aos estudos que separam a narração da descrição e da dissertação. Ele afirma que a descrição é subsidiária da narrativa por vocação. A função que se lhe atribui é a decorativa. A análise que o autor faz é a partir da

observação de textos fundamentalmente literários e foi levada em consideração por muitos teóricos como, por exemplo, Philip Hamon na área da Semiótica.

Hamon analisa práticas discursivas literárias e não literárias, demonstrando a necessidade de se aprofundar nos estudos da descrição. O autor reconhece que a descrição não somente é encontrada na literatura, mas também está presente em todos os textos e momentos da vida. Descreve-se um amigo, uma situação, uma receita, um modo de fazer. Por esse motivo, não a considera marginal a outro tipo de textos. A partir desta posição é possível observar que a função historicamente outorgada à descrição, como a que resgata Genett, é falha. Desse modo, no seu livro **Introducción al análisis de lo descriptivo**, Hamon (1991) propõe uma semiologia do descritivo. O autor afirma que o estudo da descrição não pressupõe forçosamente um estudo que reafirme as diferenças já conhecidas em textos puros. Também não diz respeito à confirmação de uma oposição paradigmática com a narração. Cito Hamon:

exige más bien que se elabore un conjunto de proposiciones y de reglas que permita hacer más refinado el análisis de los enunciados, de todos los enunciados (literarios y no literarios) sean cuales sean. Por lo tanto sería útil proponer, para evitar substantivizar y fijar categorías textuales definidas de manera demasiado masiva, que toda descripción supone un sistema narrativo, por elíptico y perturbado que sea, aunque solo sea porque la temporalidad y el orden de la lectura imponen a todo enunciado una orientación y una dimensión transformacional implícita; y esto se da aun en el caso de ciertos textos con fuerte dominante poético donde las construcciones anagramáticas, repetitivas y los paralelismos formales son el mayor principio de organización (textos límites: los poemas letristas, ciertos poemas surrealistas). Más que la descripción, habría que hablar entonces de lo descriptivo, y considerar de una vez más lo descriptivo como una dominante construida por ciertos tipos particulares de textos. (HAMON, 1991 p. 101)

O autor não considera a descrição somente como tipo de texto, mas também pensa nos efeitos de texto que a dominam. Assim, surge a noção de descritivo, como função do texto como um todo. Esse posicionamento nos ajudará

a pensar a descrição fora da dicotomia com a narração e observar que nela não há somente pinturas. Portanto, na descrição podem-se observar, no nosso caso, processos de subjetivação do escravo. Reside nesse ponto a importância da teoria proposta por Hamon para nossa pesquisa.

Na Lingüística, na área de Análise de Discurso, Eni Orlandi (1989) fez uma caracterização discursiva do modo de enunciação descritivo. Nela procurou observar os mecanismos de funcionamento da mesma. Assim, a autora observa que a descrição: 1- anuncia, 2- modula a representação de objetos simultâneos e justapostos no espaço, 3- rompe a relação com o tempo, 4- instaura uma nova temporalidade. A descrição é um modo de enunciação no qual se constrói uma relação do sujeito-locutor com seu(s) interlocutor (es). Ela define a posição que assume o locutor frente a seu próprio enunciado, a seu(s) interlocutor(es) e frente a situação. Ao deslocar a noção meramente textual e levá-la a uma dimensão discursiva, Orlandi avança, notavelmente, nos estudos da descrição.

A partir do proposto pela autora podemos observar discursivamente os processos de subjetivação presentes na descrição. Assim sendo, afirmamos que a descrição do escravo não é uma simples enumeração das propriedades que o fazem identificável. A partir da enunciação descritiva estabelece-se uma relação de interlocução entre o dono do escravo, que faz o anúncio, e os possíveis leitores do mesmo. A descrição, então, na sua enunciação, compromete o interlocutor (ou leitor). De acordo com Orlandi, em um mesmo movimento ela aponta para algo que será tanto revelado quanto ocultado no mesmo ato.

As análises de Orlandi, no texto que está sendo mencionado, apontam para o exame de procedimentos lingüísticos relacionados à indeterminação. Dessa forma, Orlandi analisa diferentes discursos, a saber: do professor, do bóia-fria, da merendeira, do antropólogo, do vendedor do Mercado, visando observar a fala didático-descritiva. Conclui que a descrição tem diferentes efeitos de sentido cuja produção dependerá dos lugares do saber de onde provenha a enunciação

descritiva. Assim, se ela é feita por um professor universitário se configurará de modo diferente, na sua relação de interlocução e na posição do seu enunciador, daquela que é realizada por um agricultor. Para a análise do nosso corpus resulta necessário observar outros processos que não os da indeterminação. Precisamos observar os processos de singularização, individualização e objetivação presentes na descrição. Por esse motivo será necessário avançar nos estudos da mesma, elaborando um dispositivo analítico específico que permita a análise.

Deste modo, achamos pertinente dividir a presente tese em três partes. A Primeira Parte está composta por dois capítulos. No Capítulo 1: O nome Próprio, observaremos o tratamento dos diferentes autores que trabalham o problema do nome próprio nos estudos da linguagem. Visamos elaborar, a partir das teorias que serão expostas, um dispositivo de análise específico que subsidie nosso trabalho com as ocorrências de nomes próprios nos anúncios de fuga de escravos que constituem nosso corpus. Observamos que a mudança do nome próprio de uma pessoa encontra-se relacionada com diferentes posições de sujeito a partir das quais o nome é proferido. Nelas o nome próprio, institucionalmente reconhecido, como aquele que aparece na documentação do Estado, é somente mais uma das posições sujeito possíveis e não a única e principal.

No Capítulo II: A descrição, trabalharemos com as diferentes concepções de descrição existentes, iniciando com a Teoria Literária e continuando com a Semiótica e a Análise do Discurso. Nosso objetivo é elaborar uma teoria da descrição que responda a alguns elementos que encontramos no nosso corpus. Partimos da hipótese de que nela evidencia-se que o escravo é constituído como sujeito singular da sociedade campineira entre os anos 1870 e 1880.

Na Parte II desta tese exporemos as categorias principais que utilizaremos para a análise do corpus, visando explicitar o modo como a mesma será levada a cabo. Desse modo, as categorias de Singularização e

Individualização serão trabalhadas assim como as de Dispositivo Teórico e Analítico, Corpus, Formação Discursiva e Interdiscurso.

Finalmente, na Parte III Análise do Corpus, faremos a análise dos anúncios a partir das novas propostas teóricas desenvolvidas nas Partes 1 e 2. Assim, observaremos desde a conceituação da fuga até as diferentes seqüências discursivas utilizadas nos textos.

Procuramos nessa tese resolver alguns problemas que surgiram em relação a análise do nome próprio e da descrição presentes no corpus. A dificuldade encontrava-se na necessidade de adaptação de alguns conceitos à proposta da Semântica do Acontecimento e da Análise do discurso. Por este motivo, propomos o estudo do nome próprio e da descrição para então, observar os processos lingüísticos que, em relação ao nosso corpus de análise, agem neles.

PARTE 1: Teoria

Capítulo I: O nome próprio

1.1.0- Introdução

No presente capítulo realizaremos um percurso pelos principais trabalhos feitos sobre o nome próprio nos Estudos da Linguagem. Assim, transitaremos pelas teorias interpretativas propostas por Frege, Russell, Wittgenstein, Derrida, Foucault, Pêcheux, Kleiber e Guimarães. Pretendemos, a partir desse itinerário, encontrar elementos que permitam elaborar um dispositivo de análise apropriado e que explique os fenômenos lingüísticos presentes no nosso corpus⁴. Alguns destes fenômenos se encontram relacionados com à ocorrência de dois nomes para um mesmo escravo, cada um deles, proveniente de lugares enunciativos diferentes. Nossa hipótese é que cada um destes nomes é enunciado a partir de lugares do interdiscurso diferentes e, portanto, cada um deles corresponde a uma posição de sujeito diferente. Em alguns casos, a nomeação provém da posição de sujeito do dono e, em outros, da posição de sujeito do escravo.

⁴ Como foi mencionado na introdução da tese, nosso corpus está composto por anúncios de fuga de escravos, principalmente, publicados nos jornais da cidade de Campinas entre 1870 e 1880.

1.1.1- Das teorias filosóficas do nome: Frege, Russell, Kripke e Wittgenstein.

Si (como afirma el griego en el Cratilo)

el nombre es arquetipo de la cosa,

En las letras de rosa está la rosa,

Y todo el Nilo en la palabra Nilo.

.....

Sediento de saber lo que Dios
sabe,

Juda León se dió a permutaciones
de letras y a complejas variaciones
y al fin pronunció el Nombre que es la
Clave,

la Puerta, el Eco, el Huésped y el Palacio,
sobre un muñeco que con torpes manos
labró, para enseñarle los arcanos
de las Letras, del Tiempo y del Espacio.

J. L. Borges, El golen

De acordo com os estudos filosóficos feitos a respeito do nome próprio, a função que lhe foi atribuída desde seu surgimento como conceito específico dentro da Filosofia, foi a de “estar por objeto”⁵. Essa função do nome não é aleatória, ou seja, o rol de um nome não é “estar” por qualquer objeto. Ele tem que

⁵ O termo “estar por objeto” é introduzido por Brito (2003), trazido da Lógica e da Filosofia Analítica. Ele se refere à função de sujeito que o nome ocupa numa sentença. Desse modo, “estar por um objeto” é estar no lugar daquilo a respeito do que se está falando, aquilo que ocupa a posição de sujeito numa frase que tem sujeito e predicado. No predicado, de acordo com a Filosofia Analítica, encontram-se os elementos que predicam a respeito do nome, aqueles que atribuem algo aos objetos pelos quais eles estão.

ser capaz de capturar um objeto, singularmente determinado. Esse papel dos nomes foi interpretado de modo diverso por vários filósofos. As teorias que explicam as funções do nome podem ser divididas em dois grandes tipos: as descritivistas, ou teorias clássicas da referência dos nomes próprios, e as causais. As teorias dos nomes de tipo descritivistas afirmam a existência de uma relação de igualdade entre o nome próprio e a descrição definida. A relação do nome com o objeto referido está mediada por uma descrição. Para as teorias do uso dos nomes essa relação, entre o nome e sua referência, seria direta e imediata.

Essa separação dos tipos de teorias é feita por Brito (2003) no livro **Nomes Próprios: Semântica e ontologia**. Ele enquadra dentre os filósofos descritivistas aqueles que seguem as teorias de Frege, ou seja: o próprio Frege e também Russell, Strawson, Searle e, dentre os filósofos que desenvolvem teorias sobre o nome de tipo causal, fundamentalmente Kripke⁶.

O motivo pelo qual Frege é considerado integrante do grupo dos teóricos descritivistas dos nomes próprios é porque, para o autor, há uma conexão regular entre sinal⁷, sentido e referência. Os sinais tanto podem ser nomes comuns quanto nomes próprios⁸. Os primeiros referem-se a classes de objetos e

⁶ O principal trabalho de Frege no qual se baseiam os teóricos que formam parte dos descritivistas é *Über Sinn und Bedeutung* publicado em 1892 e o principal trabalho que norteia os estudos das teorias de tipo causal é *Naming and necessity* de S. Kripke do ano 1972.

⁷ Chamamos a atenção para o uso da terminologia: o termo *Zeichen* pode ser traduzido do alemão ao português tanto como sinal, signo, símbolo, marca, indício e sintoma. As últimas traduções brasileiras de Frege escolheram o termo “sinal”. Já, nas traduções do espanhol encontraremos que a escolha dos tradutores foi “signo”. Ambos os termos, sinal e signo referem-se ao mesmo conceito em Frege: *Zeichen*. Porém, encontra-se o uso do termo “signo” por *Zeichen* em tradutores da obra de Frege tais como Paulo Alcoforado (1978), tradução utilizada por Ferreira Costa (1992).

⁸ Frege afirma: De lo que se ha dicho surge que por “signo” y “nombre” entiendo cualquier designación que sea un nombre propio, cuya denotación es, por lo tanto, un determinado objeto (entendiendo esta palabra en su sentido más amplio) y no un concepto o una relación, temas de los que me ocuparé en otro artículo. La designación de un objeto particular puede, a su vez, estar formada por varias palabras u otros signos. En mérito a la brevedad, llamaremos nombres propios a tales designaciones. (FREGE, 1973 p. 5)

aos segundos corresponde uma única referência, quando existe⁹. Para um sinal há um sentido e uma referência possíveis¹⁰. Esse fato se dá porque, para ele, a relação do sinal com o referente é mediada pelo sentido que é seu modo de apresentação¹¹. A referência tem um sinal ou vários que a expressam e um sentido, estabelecendo o nexos entre eles e a referência. Em outras palavras, o nome próprio (sinal) “a estrela da manhã” e o nome próprio “a estrela da tarde” têm uma única referência: “Vênus”, e um sentido unindo-os à referência, ou seja, dois modos de apresentação. Para Frege, esse fenômeno será um paradoxo do valor informativo¹². Em termos lógicos, o paradoxo surge quando não se estabelece a relação $a=a$, senão $a=b$. Isso é para Frege um problema.

⁹ Podemos dizer que, de acordo com a teoria de Frege, entende-se por nomes comuns, por exemplo: cadeira, mesa, copo, etc. Qualquer uma dessas palavras remete, tem por referência vários tipos de objetos, por exemplo, cadeiras de balanço, cadeiras de madeira, cadeiras de praia ou mesa redonda, quadrada, retangular. Um conjunto de objetos estaria sob esse nome comum. Já ao nome próprio corresponde somente uma referência. Luiz Ignacio Lula da Silva tem uma única referência, há somente um Luiz Ignacio Lula da Silva. Mas Frege também fala de nomes que não têm referência, como por exemplo o Unicornio, O rei da França, etc. A referência desses nomes é a classe zero ou nula.

¹⁰ Frege dirá ao respeito: La conexión normal entre un signo, su sentido y su denotación es de tal tipo que al signo corresponde un sentido determinado, y a este, a su vez, una denotación determinada, mientras que a una denotación dada (un objeto) no corresponde solamente un único signo. (FREGE, 1973 p. 6)

¹¹ Frege entende como sentido ou modo de apresentação não o modo como se apresenta para nós esse objeto, já que isso é denominado pelo autor como imagem. Ele diz o seguinte: La denotación de un nombre propio es el objeto mismo que designamos por medio de él; la imagen que tenemos en tal caso es totalmente subjetiva; entre ellos está el sentido que no es subjetivo como la imagen pero que, sin embargo, no es el objeto mismo. La siguiente analogía ayudará quizá a aclarar estas relaciones. Alguien observa la Luna a través de un telescopio. Podríamos comparar a la Luna misma con la denotación; es el objeto de la observación, aprehendido a través de la imagen real proyectada por la lente del objetivo en el interior del telescopio, y por la imagen retiniana del observador. La primera es análoga al sentido y la última lo es a la imagen o experiencia de la que hablamos antes. La imagen óptica en el telescopio es unilateral pues depende del punto de vista del observador; pese a esto es objetiva en tanto que puede ser observada por distintas personas. Podrían disponerse las cosas de tal modo que varias personas pudieran observarla simultáneamente. Pero cada una tendría su propia imagen retiniana. Debido a la estructura diferente de los ojos de los observadores no podría siquiera una coincidencia real sería totalmente imposible. (FREGE, 1973 p. 8)

¹² O paradoxo ao que Frege se refere é o Paradoxo da Identidade. O paradoxo da Identidade ou do Valor informativo da sentença corresponde a esse fenômeno pelo qual $a=b$ possa ter valor informativo. Nesses casos, para poder comprovar qual é a denotação para uma frase procurará seu valor veritativo. Ele dirá: Hemos visto que la denotación de una oración ha de buscarse toda

O único modo de driblar esse paradoxo informativo, de acordo com o autor, é através de uma descrição do objeto que permita sua especificação e através do seu valor veritativo. Portanto, a referência a um objeto somente será possível através de uma descrição. Assim, o valor veritativo dos enunciados assertivos completos depende da existência ou não daquilo sobre o qual se está predicando. Porém, afirmará que a referência de uma sentença nem sempre é seu valor veritativo.

Outro problema se apresenta quando um enunciado contém em si outro enunciado. Nesse caso, como saber seu valor veritativo? Somente substituindo o enunciado componente e comprovando se o valor veritativo permanece. O mesmo acontece nos enunciados subordinados nos quais se utilizam as palavras na sua referência usual.

Frege afirma:

En el caso de nombres genuinos, como Aristóteles, las opiniones pueden diferir en lo que atañe al sentido. Por ejemplo, podría ser aceptado como tal el siguiente: el discípulo de Platón y el maestro de Alejandro Magno. Quien lo haga así adjudicará a la oración "Aristóteles nació en Estagira" un sentido diferente de quien considere que el sentido del nombre "Aristóteles" es: el maestro de Alejandro Magno que nació en Estagira. En tanto la denotación siga siendo la misma, estas variaciones del sentido pueden tolerarse, pero deberán evitarse en la estructura teórica de una ciencia demostrativa y no deberán aparecer en un lenguaje perfecto. (FREGE, 1973 p. 5)

De acordo com Frege, este movimento acontece por dois motivos. O primeiro é porque o defeito das línguas naturais é que muitas vezes não conseguem designar um objeto. A referência depende da verdade do enunciado. O segundo motivo é porque, para Frege, o nome e a descrição se encontram em relação de igualdade. Mas também Frege chega a essa conclusão porque para

vez que esté en juego la denotación de sus componentes, y que éste es el caso cuando y solamente cuando nos preguntamos por el valor veritativo. (Frege. 1892:11 In Moro Simpson; 1973)

ele a língua deve informar certo estado de coisas verdadeiras, coisas que existam em um mundo exterior que comprovem o dito na frase. A língua que pensa Frege é uma língua ideal e não uma língua natural.¹³

Pelo elencado acima, a teoria de Frege resulta muito útil para começarmos a refletir sobre nosso problema. Poderemos, a partir dela, afirmar que estamos frente a um paradoxo informativo. Este tipo de paradoxo leva, muitas vezes, a maus entendidos e é um dos responsáveis pela ambigüidade das línguas naturais. Porém, para pensarmos nosso problema, precisaremos caminhar mais um pouco, já que a teoria que Frege desenvolve somente é aplicável para línguas científicas, o que não é nosso caso.

No interior do grupo das teorias descritivistas dos nomes próprios, o autor Bertrand Russell propõe fazer uma re-leitura do texto de Frege *Über Sinn und Bedeutung*. Ele inicialmente promulgará a separação do sentido e da referência e introduzirá a condição da existência enquanto indispensável para chegar ao sentido. Também deslocará o conceito de valor veritativo para colocá-lo em termos de verdade e falsidade das sentenças. Isso trará como consequência a necessidade da existência física do referente. Assim sendo, deslocará o conceito de sentido, de ser o modo de apresentação da referência a se aproximar ao significado do mesmo. Portanto, tomando como exemplo o sinal “escravo”, este deve ter uma referência que possa ser corroborada no mundo. Desse modo, a frase será verdadeira e terá valor informativo.

Russell faz essas colocações no seu artigo *On Denoting* de 1905. Nele também apresenta sua tese a respeito dos modos de aceder ao conhecimento. Assim, poderiam se reconhecer dois modos, a saber:

1. por acquaintance e
2. a respeito de (knowledge about)

¹³ Frege estava preocupado, nas suas formulações, na elaboração de uma língua científica que informasse um estado de coisas verdadeiras. Ele pretendia pensar uma língua científica sem paradoxos e sem ambigüidades, não uma língua natural sujeita a falhas e paradoxos.

O modo de aceder ao conhecimento, ou se daria de modo “direto” (por acquaintance), ou seja, que as coisas se nos apresentariam (the things we have presentations of), ou através de frases denotativas que é o modo mais comum de conhecer as coisas (knowledge about). O primeiro seria uma relação cognoscitiva específica entre o sujeito e o objeto que pode ser pensada próxima à intuição¹⁴.

Nesse texto, o autor apresenta, também, o princípio da “teoria do denotar” que consiste em: “las frases denotativas no tienen significado alguno en sí mismas, pero toda proposición en cuya expresión verbal figuran tiene un significado.” (RUSSELL, 1973 p. 31)

Para Russell, são frases denotativas aquelas que podem ser diferenciadas por sua forma. Assim, ele distingue três tipos, a saber:

1. ser denotativa e não denotar nada: “O rei da França”.
2. pode denotar um objeto definido: “O escravo José”.
3. pode denotar ambigualmente: “Um escravo”.

O autor considera que, antes dele, cometeram um erro nas análises desse tipo de frases. Ele consiste em esquecer que as frases denotativas encontram-se dentro de proposições que, por sua vez, as contêm. Propõe, então introduzir a categoria de função proposicional do modo seguinte: $C(x)$ = é sempre verdadeira, onde (x) é a variável a qual é total e essencialmente indeterminada. Desse modo, a proposição “O atual rei da França é careca” seria formulada do seguinte modo: “existe um rei tal que esse rei é o rei da França e ele é careca”. Diferentemente de Frege, Russell propõe que “O rei da França é careca” não tem

¹⁴ Esse problema, só mencionado nesse artigo, será elucidado e desenvolvido no artigo de 1910 “Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description” onde a separação entre um e outro modos de aceder ao saber será feita de modo específico.

denotação e, portanto, é uma frase falsa. Ela é a respeito de nada e, conseqüentemente, carente de sentido¹⁵.

Mas a verdade/falsidade do enunciado não é no que se sustenta a afirmação de Russel que “O rei da França é careca” é uma frase sem sentido. O que ele coloca em jogo é a relação entre sentido e denotação tentando resolver os paradoxos (puzzles), já que, de acordo com ele, uma teoria lógica que se preze deve ter a capacidade de resolução dos mesmos. Desse modo, a proposta de Russell será a seguinte:

Una frase denotativa es esencialmente una parte de una oración, y no posee, al igual que la mayoría de las palabras aisladas, una significación (significance) propia. Si digo `Scott era un hombre´ éste es un enunciado de la forma ´x era un hombre´ que tiene ´Scott´ como sujeto. Pero si digo ´el autor de Waverley era un hombre éste no es un enunciado de la forma ´x era un hombre ni tiene ´el autor de Waverley´ como sujeto. (RUSSELL, 1973 pp. 41-42)

Portanto, segundo o autor, a denotação será a referência daquilo que está sendo mencionado, ou seja Scott. “Scott” é a frase denotativa que fala a respeito de Scott. Se Scott existe no mundo sensivelmente perceptível, então a frase denotativa “Scott” tem sentido, do contrário dita frase não o terá.¹⁶.

¹⁵ Porém, lembramos que o conceito de sentido em Frege é colocado como modo de apresentação da referência e para Russel é sinonimo de significado. Observaremos que Russell une as noções de sentido e referência que em Frege estavam separadas.

¹⁶ Isso se opõe ao proposto por Frege já que, para ele, o sentido é o modo de apresentação da referência, então se eu digo por exemplo: “O rei da França” ; dita frase terá sentido porém carecerá de denotação já que não há reis na França separando, desse modo, o sentido e a denotação. As opiniões de Russell sobre a teoria de Frege são contraditórias. Searle diz que: ...el argumento de Russell que pretende desarrollar la tesis de Frege desarrolla de hecho la negación de esa tesis, pues el supuesto de Russell de que figurar en una proposición es lo mismo que ser algo a lo cual la proposición se refiere, establece una identidad de sentido y referencia, cuando el quid de la teoría de Frege consiste en trazar una distinción entre sentido y referencia. (SEARLE, 1973 p. 55)

No caso acima mencionado há uma relação entre um nome próprio e uma referência, mas quando há dois nomes para uma mesma referência, a teoria encontra um problema para resolver. Outra questão surge quando o nome próprio não tem referência, como no caso de Unicórnio ou o quadrado redondo. Tomando o princípio de figuração primária e secundária ¹⁷ das frases denotativas, Russell encontra uma resposta para o problema da contradição¹⁸ e do status lógico das frases denotativas que não denotam nada.

Uma figuração primária é aquela que afirma a existência de alguém ou alguma coisa e são figurações secundárias aquelas figurações primárias ou frases denotativas que se encontram dentro duma proposição. Portanto, se a figuração primária de uma frase denotativa é falsa, porque não é possível comprovar a existência real da referência no mundo, então suas negações são verdadeiras e elas sempre terão figuração secundária.

Deste modo, Russell afirma:

Podemos ahora tratar satisfactoriamente todo el reino de las no-entidades, tales como “el cuadrado redondo”, “el número primo par distinto de 2”, “Apolo”, “Hamlet”, etc. Todas éstas son frases denotativas que no denotan nada...Si ‘Apolo’ tiene figuración primaria, la proposición en la que figura de tal modo es falsa; si la figuración es secundaria, la proposición puede ser verdadera (RUSSELL, 1973 p. 45)

Assim sendo, tomando como base sua teoria da denotação, o autor afirma que não existem indivíduos irrealis porque eles não têm denotação. Isso

¹⁷ O mesmo resulta muito semelhante ao proposto por Frege como Denotação direta e Denotação indireta. A Denotação indireta está relacionada a proposições modais e psicológicas como “João acredita que...”, já que não pode ser, nesse tipo de sentenças, aplicado o princípio de substituíbilidade idênticos. Mas em orações como “O número dos planetas é 9” tal princípio se aplica e, portanto, a sentença tem denotação direta.

¹⁸ Lembremos que se entende por contradição também os paradoxos do valor informativo, ou seja, quando encontro uma relação $a=b$ com valor informativo.

leva-nos a pensar que a classe dos indivíduos irreais é nula porque não tem componentes.

O deslocamento que faz Russell em relação a Frege lhe permite explicar as ambigüidades nas línguas. O problema que se apresentava a Russell e a Frege era a necessidade de uma linguagem que veiculasse informação e não fosse ambígua. Desse modo, Russell introduz uma noção necessária para sustentar sua teoria sobre a denotação: a condição de existência. A denotação é apresentada unida ao sentido. Se, para Frege, existiam proposições com sentido e sem denotação, para Russell só existem proposições com denotação e sentido. Se uma frase não tem denotação, não tem sentido e, portanto, é falsa. Surge aqui outro ponto de deslocamento: o valor veritativo. Em Russell, o valor veritativo é proposto em termos de Verdade e Falsidade da proposição e os testes realizados sobre a mesma são para verificar tal estatuto. Assim, propõe-se o teste da negação da proposição para verificar se a mencionada frase é uma figuração primária ou secundária.

Se para Frege as descrições definidas eram equivalentes aos nomes próprios, para Russell a descrição não é igual a um nome próprio e, portanto, carece de significado independente. Isso implica que o significado e a denotação estejam unidos¹⁹.

Retomamos neste ponto a divisão proposta por Brito (2003) entre tipos de teorias dos nomes próprios. Ele afirma a respeito das diferenças entre as teorias descritivista ou clássica e causal:

A diferença entre as duas teorias está em que na teoria clássica todo uso bem-sucedido de um nome precisa estar

¹⁹ Moro Simpson (1964) afirma ao respeito: Esta situación desconcertante (a de que a descrição significa algo diferente do nome) pone de relieve algo fundamental: los hechos no hablan por si mismos ni prueban nada: deben ser “interpretados” dentro del marco de alguna teoría y sólo entonces pueden constituir un elemento probatorio. Si se acepta la propuesta de identificar el significado con la denotación, entonces el cambio del valor de verdad de la oración referente a George IV “prueba” que “el autor de Waverley” no es un nombre propio (MORO SIMPSON, 1964 p. 140)

necessariamente vinculado a uma descrição ou grupo de descrições, mediante as quais o referente é identificado. Com isso quero dizer que, para a teoria clássica, as descrições definidas são o único modo possível de se fixar a referência para nomes próprios, de sorte que o uso desses termos envolve, necessariamente, uma relação com as descrições e a especificação inequívoca do referente. Para Kripke, ao contrário, nomes se referem imediatamente a seus objetos. A diferença entre as duas posições está, por conseguinte, melhor na teoria estrita da referência que cada uma defende, já que parece consenso entre elas que, num certo sentido de “significado”, (com perdão do trocadilho) uma teoria do significado para nomes próprios não faz sentido. (BRITO, 2003 p. 98)

Para a teoria causal, a relação entre nomes e referentes é direta. Um elemento, que Kripke utiliza e que havia sido desconsiderado por Russell e Frege, se faz presente: o social. Ele entende este elemento como fundamental para a utilização coerente e homogênea do nome, ou seja, um uso bem sucedido. Observamos, portanto, que a língua que está sendo tomada como referência para a observação do funcionamento do nome é a língua natural. Assim, o autor dirá:

Quando o nome é “passado de elo a elo”, o receptor do nome tem, eu penso, de intencionar, quando ele o aprende, a usá-lo com a mesma referência com que o homem, de quem ele ouviu o nome, o usou. (Kripke, 1972:96, apud Brito, 2003 p. 105)

Observamos, então, que a noção de uso e de receptor entra na história dos estudos do nome próprio. Nesse sentido, Brito (2003) propõe uma interpretação da teoria de Kripke. Ele afirmará o seguinte:

Uma condição necessária para o uso bem-sucedido de nomes próprios é o domínio pelos participantes da instância de comunicação, da função semântica que os nomes próprios desempenham na linguagem, bem como das regras que disciplinam o desempenho desse papel. Nomes próprios são termos, cuja função semântica é referir o objeto do discurso, de tal sorte que o objeto seja representado no discurso independentemente de seus atributos peculiares. Nomes próprios não descrevem seus referentes, mas remetem a eles. Mas para que isso seja possível, há regras e condições que têm de ser satisfeitas, sem o que os nomes próprios fracassam no

desempenho de seu papel. Entre essas condições não está a de que nomes próprios sejam designadores rígidos, isto é, que refiram seus portadores em todos os mundos possíveis. (BRITO, 2003 p. 130)

Notamos que o autor, neste momento, re-pensa a função dos nomes. Por um lado, ele propõe que os nomes têm uma função semântica e não somente lógica. Por outro lado, os nomes próprios, para Brito, não descrevem seus objetos apenas se remetem a eles. Um terceiro elemento é mencionado nesse trecho: a noção de regra de uso dominada pelos participantes da instância de comunicação. Essa noção, mencionada por Brito, é pensada inicialmente por Wittgenstein.

Wittgenstein interpreta o nome próprio a partir de uma teoria descritivista. Ele é considerado um neo-descritivista e neste sentido sua obra prima **Tractatus Logico-Philosophicus** é um dos grandes pilares do formalismo inglês. Em outra das suas obras, **Investigações Filosóficas**, expõe uma nova interpretação a respeito do nome próprio. O filósofo inicia a reflexão sobre designação com Santo Agostinho e, a partir dali, faz diversos movimentos. Assim, na Investigação 15, a designação é definida do seguinte modo:

A palavra “designar” é talvez usada da maneira mais directa quando o símbolo que designa o objecto está em cima deste. Supõe que as ferramentas que A utiliza na construção (o autor refere-se à obra de alvenaria) têm certos símbolos. Quando A mostra ao servente um destes símbolos, este traz-lhe a ferramenta que tem o símbolo correspondente. (WITTGENSTEIN, 1985 p. 181)

Aquilo que é designado pelo nome não é um objeto comum. O objeto nomeado deve ter uma série de condições. Wittgenstein dirá:

“Aquilo que é designado pelos nomes da linguagem tem de ser indestrutível, porque se tem que poder descrever o estado em que tudo o que é destrutível está destruído. E nesta descrição ocorrerão palavras; e o que a elas corresponde não pode pois ser

destrutível porque então as palavras não teriam qualquer “denotação”. Não devo serrar o ramo sobre o qual estou sentado.

É claro que se poderia objectar imediatamente que a própria descrição se teria que exceptuar da destruição. – Mas aquilo a que correspondem às palavras da descrição, e por isso não pode ser destruído, se ela for verdadeira, é o que dá às palavras a sua denotação- sem o que elas não teriam qualquer sentido. – Mas em certo sentido, este homem é, o que de facto corresponde ao nome. Mas ele é destrutível; e o seu nome não perde o sentido quando o portador é destruído.-Aquilo que corresponde ao nome e sem o qual ele não teria qualquer sentido é, por exemplo, um paradigma, que seja utilizado no jogo de linguagem em conexão com o nome. (WITTGENSTEIN, 1985 p. 219)

O autor dirá, então, que os nomes designam somente elementos da realidade, ou seja, aquilo que não pode ser destruído, aquilo que permanece imutável. Isso significaria que, ao pronunciarmos uma frase, exprimimos uma concepção completamente determinada, já que aquilo do que se fala existe na mente. Não seria a experiência o que nos revelaria estes elementos da realidade. Seria a observação das partes simples, constituintes do objeto complexo. As partes simples que o compõem permaneceriam imutáveis enquanto o todo complexo se destruiria²⁰. Com esses materiais construiríamos a imagem da realidade. Ao falar de um objeto complexo, como por exemplo, solicitar uma cadeira, falaríamos o nome do objeto completo e não os nomes dos constituintes simples. Assim, diríamos: - Traga a cadeira; e não traga o encosto e o assento e os pés da cadeira. Se dissermos esta última oração provocaríamos estranhamento no nosso interlocutor. As relações entre diferentes elementos se estabeleceriam através de jogos, jogos de linguagem. Eles consistiriam no seguinte:

²⁰ Um objeto complexo pode ser uma casa, as partes simples que o compõem podem ser tijolos, laje, etc. a destruição do objeto à que Wittgenstein se refere é a possibilidade desse objeto se desmontar em partes simples que não podem ser divididas. Não é possível ter partes de um tijolo sem dizer que isso é um pedaço de tijolo. Um tijolo é uma unidade simples. Mas uma parede está composta por tijolos, reboco, cimento, etc. Portanto a parede é um elemento complexo que pode se dividir em partes simples constituintes.

Dão-se exemplos e deseja-se que sejam compreendidos em um certo sentido. – Mas com esta expressão não quero eu dizer: tu deves ver o que é comum a estes exemplos²¹, aquilo que eu – por motivo qualquer- não consegui pôr em palavras, mas sim que tu deves usar estes exemplos de uma maneira determinada. A exemplificação não é aqui um meio indireto da explicação, à falta de melhor. Porque também qualquer explicação geral pode ser mal compreendida. E é assim, de facto, que jogamos o jogo. (Quero eu dizer, o jogo de linguagem com a palavra jogo) (WITTGENSTEIN, 1985 p. 232)

Quando Wittgenstein se refere ao que é comum entre os exemplos fala do que se diz em relação a esses exemplos específicos, àqueles que estão sendo colocados em relação de comparação. Mas, ao se mostrar um objeto e ao mostrá-lo se diz o nome, então forma-se uma imagem dele na consciência. Essa imagem estará formada por todas aquelas coisas que tem em comum todas as formas dele e não uma única forma determinada do mesmo. Há, no entanto, diferentes modos de ver um mesmo objeto e formar a imagem deste. Mas quem vê uma coisa de um modo, a utilizará desse modo ou de acordo com esta e aquela regra. Quem o vê de outro modo fará o mesmo. Isso não exclui a possibilidade de existir um padrão geral do objeto em questão. Este padrão é padrão de tudo o que é relacionado de algum modo a esse nome e não padrão do nome. Pode haver padrão de verde, mas ele será padrão de tudo o que é esverdeado e não de um único modo de ser verde. O modo de ser verde dependerá da aplicação destes padrões. As palavras têm, assim, uma família de sentidos e saber qual é o uso dela é não poder explicar o uso ou escolha dela em lugar de outra. Por outras palavras, saber o jogo é não ser capaz de dizer como se dá o jogo. Agora, quando faço analogias e observo com atenção como se dá o jogo, isso já não é um jogo.

Encontramos no texto de Wittgenstein o seguinte exemplo explicativo:

Considera este exemplo: quando se diz “Moisés nunca existiu”, isto pode significar diversas coisas. Pode significar: os israelitas

²¹ O sublinhado é nosso.

não tiveram um comandante, quando se retiraram de Egipto – ou: não existiu um homem que tivesse feito tudo o que a Bíblia atribui a Moisés – ou: etc. etc. Poder-se-ia dizer, de acordo com Russell, que o nome “Moisés” pode ser definido através das diversas descrições. Por exemplo, como “o homem que conduziu os israelitas através do deserto”, o homem que viveu nessa época e nesse lugar e a quem então chamavam “Moisés”, o homem que em criança foi retirado do Nilo pela filha do Faraó, etc. O sentido da proposição “Moisés existiu”, e analogamente a qualquer outra proposição que trate de Moisés, depende da definição adotada. E quando nos dizem “N não existiu”, perguntamos também: O que é que queres dizer? Queres dizer que..., ou que..., etc.? (WITTGENSTEIN, 1985 p. 237)

Portanto, de acordo com Wittgenstein, quando eu faço uma afirmação acerca de “Moisés” – estou em condições de substituir “Moisés” por uma dessas descrições e poderei escolher uma dentre elas, ao me referir a Moisés. Para Wittgenstein o uso do nome se dá sem um sentido fixo embora o nome seja prejudicado por isso. Desse modo, está se correndo o risco de fazer uso de uma palavra cujo sentido se desconhece e, portanto provavelmente, fala-se sem sentido.

O deslocamento de Wittgenstein é altamente considerável. O sentido não se encontra mais nem no modo de apresentação nem numa realidade transcendental que atravessa todos os nomes, a realidade se dá através dos jogos de linguagem. O quadro redimensiona-se porque a linguagem já não é ideal, nem sequer pretende-se que seja. Em Wittgenstein, a linguagem é o uso corriqueiro dela e não existe idealmente. Ele preocupa-se por trabalhar com a linguagem em uso, não com a linguagem ideal.

Nesse contexto, a referência é um jogo de linguagem, ela se dá a partir de jogos de linguagem que tem regras, como todo jogo. As expressões fazem sentido para o autor, porque quem as diz pode se perguntar sobre as condições especiais em que se usa a expressão. Assim, o sentido não será um anel de fumaça que acompanha a palavra. Podemos pensar que o sentido do nome se dá nas condições especiais em que se usa esse nome.

Wittgenstein nos aporta a nossa pesquisa, com argumentos pelos quais podemos começar a pensar que o nome não é necessariamente único, seu sentido pode estar relacionado com a condição de uso e, portanto, de acordo com cada uso terá um sentido. Assim nos deslocaríamos da noção um nome=um sentido=um referente=um objeto no mundo. Se o nome tem sentidos diferentes podemos pensar em uma desrigidização do mesmo, ou seja, em que ele já pode ser pensado como uma estrutura passível de mudança. Mas há elementos fundamentais para nossa pesquisa que ainda não foram considerados: a história, a sociedade e as relações de poder. Esses pontos não são trabalhados por Wittgenstein, embora o olhar da sua proposta sob uma perspectiva discursiva possa dar lugar a pensar neles.

1.1.2- Das descentralizações do nome: A dobradiça em Derrida e Foucault

Até o momento percorremos as idéias que alguns teóricos tiveram sobre o nome e os processos de denominação. Eles estão filiados, de acordo com Imbert, C., Zaslavsky, D., Jacques, F., Armengaud, F., Granger, G.G., Devaux, P. e Sebestik, J. no livro publicado pela Editorial Gradiva *Filosofia Analítica*, à *Filosofia Analítica*²². Essas teorias, acima expostas, foram problematizadas por

²² Pode-se afirmar que a Filosofia Analítica é um modo de fazer Filosofia que pressupõe um deslocamento conceitual em relação a outras linhas da Filosofia. Tal deslocamento observa-se no recurso ao realismo eliminando todo tipo de reflexão psicologista. Isto significa que os filósofos que participaram deste movimento declararam-se autônomos a toda crença e asseveravam que suas teorias eram independentes da teologia, da política e da psicologia. Eles filiaram-se a três disciplinas: a lógica, ciência do mental; à psicologia como ciência indutiva e finalmente ao reino dos objetos lógicos como conceitos, implicações e verdades. O objeto desta “nova filosofia” é realizar

teóricos que não concordavam com essas interpretações. Assim sendo, a discussão com a Filosofia Analítica se estabelecerá desde vários flancos. Derrida é um dos filósofos contemporâneos que polemiza com um dos autores que se filiam a essa corrente filosófica. Ele dialogará com Austin, no artigo “Assinatura acontecimento contexto”, do livro **Margens da Filosofia**²³. O debate versará sobre o nome, especificamente no que se refere a sua assinatura.

Inicialmente, Derrida marca os deslocamentos que Austin faz em relação às teorias: 1.- da comunicação; 2.- da iterabilidade do signo e, 3.- da ausência de interlocutor. Ele promulga que o filósofo inglês destruiu o conceito de comunicação como conceito puramente semiótico, lingüístico ou simbólico para estendê-lo. Dirá que

O performativo é uma “comunicação” que não se limita essencialmente a transportar um conteúdo semântico e vigiado por um aspecto da verdade (de desvelamento daquilo que é no seu ser ou de adequação entre um enunciado judicativo e a própria coisa) (DERRIDA, 1991 p. 27)

Entretanto, Derrida faz uma dura crítica aos pressupostos utilizados por Austin. Ele afirma que as análises de Austin dependem sempre do valor de contexto e até de um contexto exaustivamente determinável. Assim, criticará o conceito de linguagem ordinária que exclui todo uso “parasitário” da linguagem, ou seja, aqueles usos que não são feitos “seriamente”. São exemplos desses os usos

“análises corretas” de proposições vindas do senso comum compreendidas habitualmente na sua “significação vulgar”. Eles pretendiam fornecer análises corretas de sentenças como “isto é uma mesa”. Os filósofos que foram estudados até o momento nessa tese são considerados filósofos analíticos. Austin, autor que será discutido através de Derrida no presente ponto é outro dos pensadores que levam em consideração os pontos que, de modo muito geral, elencamos nesse rodapé. Para mais informações sobre a Filosofia Analítica pode se recorrer ao livro **Filosofia Analítica** de Imbert, C., Zaslavsky, D., Jacques, F., Armengaud, F., Granger, G.G., Devaux, P. e Sebestik, J. publicado pela Editorial Gradiva. Outro texto introdutório é **Filosofia Analítica** de Claudio Ferreira publicado em 1992 pela Editora Tempo Brasileiro.

²³ O texto corresponde a uma conferência proferida por Derrida no Congresso Internacional das Sociedades de Filosofia de Língua Francesa realizado em Montreal em 1971 e traduzido à língua inglesa em 1977.

realizados por um ator em cena ou por um poema. Vale dizer, aqueles usos que sejam feitos a modo de citação. Para ele, o filósofo analítico reivindica uma pureza relativa dos performativos que fere algumas espécies de iteração dentro de uma iteração geral²⁴. Assim, ao propor uma linguagem ordinária e uma linguagem citada propõe a existência de marcas que diferenciam uma da outra. Seguindo este raciocínio, Derrida coloca em dúvida a possibilidade de separar a linguagem em dois grupos. Afirma que seria preciso, se isso acontecesse, construir uma tipologia das formas de repetição diferencial. Porém, ela traria como consequência o deslocamento, para um segundo plano, da categoria de intenção e de diferentes marcas ou cadeias de marcas iteráveis. Desse modo, não haveria já oposição entre enunciados/citações e sim entre enunciados/eventos singulares originais. Por esse motivo, Derrida pergunta-se:

E, se se pretende que essa linguagem ordinária, ou a circunstância ordinária da linguagem, exclui a citabilidade geral, isto é, não significa que o “ordinário” em questão, a coisa e noção, abrigam um artifício, que o artifício teleológico da consciência, da qual faltaria analisar as motivações, a necessidade indestrutível e os efeitos sistemáticos? (DERRIDA, 1991 p. 33)

Desse modo, Derrida conclui que, seguindo este raciocínio, o conceito de contexto sofre a mesma incerteza do conceito de ordinário. Portanto, afirma que existe uma especificidade relativa dos efeitos da consciência, da palavra, de performativos, da linguagem ordinária, de presença e de evento discursivo. Esses efeitos pressupõem aquilo que a eles se opõem de modo dissimétrico como espaço de sua possibilidade.

Finalmente, Derrida analisa o papel da assinatura tal como a propõe Austin, ou seja, como a marca escrita que indica o autor, aquele que fala. O argelino diz que a assinatura, vista desse modo, implica a não presença de quem assina e que ela

²⁴ Austin lembra Frege às avessas. Pretende analisar uma linguagem que, a final de contas, não deixa de ser um construto ou um desejo do analista, desejo ou construto este que se observa num limite imposto no qual isto é linguagem, isto não o é.

marca também e retém seu ter-sido presente num agora passado, que permanecerá um agora futuro, logo, um agora geral, na forma transcendental da permanência. Essa permanência geral está de algum modo inscrita, presa na pontualidade presente, sempre evidente e sempre singular, da forma da assinatura. Nisso consiste a originalidade enigmática e todas as rubricas. Para que a vinculação à fonte se produza, é preciso que seja guardada a singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura e de uma forma de assinatura: a reprodutibilidade pura de um evento puro. (DERRIDA, 1991 p. 35)

Para Derrida, a pureza do acontecimento é um anseio meramente formal. O evento puro em si não é possível. Para ele não é aceitável a reiteração da assinatura na sua mesmidade. Ponderar sua repetibilidade seria pensar em atos comunicativos puros, onde haveria uma transparência ou imediatez das relações sociais. Isso implicaria entendê-la como somente um efeito que deve ser analisado como tal. Esse fato, para Derrida, está relacionado ao desenrolar histórico de uma escrita cujo sistema da palavra e da consciência, do sentido e da presença da verdade formam parte. Por outras palavras, o que Derrida denomina logocentrismo. A escrita, para ele, se lê e não dá lugar, nesse processo, à simples hermenêutica dos enunciados nos que se encontrariam, velados, sentidos ocultos. A escrita, para ele, transcende a polissemia e atinge a disseminação no ato da sua leitura. Por esse motivo, a escrita não existe e a assinatura, como expressão escrita, também não existe. Que significa assinar, então? A remissão a um ser único no mundo?²⁵

Para o autor, a assinatura, o nome, não significa porque não há escrita perene, há leitura, interpretação e nessa interpretação disseminação de sentidos

²⁵ A pergunta e a crítica foram lançadas por Derrida e respondidas por Searle em 1977 na *Glyph*, no segundo volume. O artigo, chamado *Reiterating the differences: A reply to Derrida*, foi resumido por Gerard Graff e publicado no livro *Limited Inc a,b,c....* onde se encontram: o texto de Derrida *Assinatura evento contexto*, o resumo da réplica de Searle, já que este se recusou a ter publicado seu ensaio no livro, e a tréplica de Derrida a este filósofo.

já que a interpretação não é nem uma, nem única. A afirmação disso chega no livro **Derrida** escrito por Bennington e Derrida. Nele se afirma:

não existe nome próprio. Isso a que denominamos através do nome comum genérico de “nome próprio” deve de fato funcionar, ele também, em um sistema de diferenças: este ou aquele nome próprio de preferência a um outro designa este ou aquele indivíduo de preferência a um outro e portanto se encontra marcado pelo traço desses outros, numa classificação (GL,99;155^a), ainda que seja de dois termos. Já nos encontramos na escritura com os nomes próprios. (DERRIDA, et al., 1996 p. 80)

Derrida assevera que o nome próprio não existe. Por outras palavras, existe o nome, mas não existe o próprio. Não há só um sujeito que se apropria, o sujeito é sempre outro, não é fixo. Por isso não há nome próprio de um sujeito, por que não há propriedade. Derrida diz que se houvesse nome próprio poderíamos afirmar, também, a existência de um vocativo absoluto no nome próprio que “chame” a um puro outro, um outro absoluto. Mas podemos afirmar isso? Na realidade, de acordo com ele, somente existiriam nomes impróprios.

A questão do nome próprio traz consigo a questão da própria linguagem. Ele deveria estabelecer uma passagem segura entre ela e o mundo e indicar, sem ambigüidade, um indivíduo único no mundo. O nome deveria mostrar a transparência da língua na sua mais complexa articulação. Mas, ao invés de nos trazer isso, no ato de nomear, encontramos a impossibilidade dessa unidade da língua tanto prometida. Por trás desse ato encontramos sempre o outro, sempre a diferença. Bennington (1991) diz: Veremos num instante: o nome próprio porta a morte de seu portador garantindo sua vida e garantindo-o de e sobre sua vida. (DERRIDA, et al., 1996 p. 81)

E mais adiante diz:

Aceitemos que o nome tido por próprio já tenha sido arrastado para um sistema de diferenças, chamemos isto de escritura, se quiseres e, até mesmo, para antecipar que não perderás a ocasião de fazer no que diz respeito à metáfora, aceitemos ainda que nome próprio e sentido próprio só se distinguem de modo secundário apoiados na impropriedade ou na metaforicidade

originárias. Mas o que faz com que digamos próprios os nomes ditos Próprios deve depender de um elemento ou momento de propriedade, ainda que curto, que esses nomes indicam ou comemoram de alguma maneira. (DERRIDA, et al., 1996 pp. 81-82)

O nome é traço de traço e carrega consigo, ao contrário do que possa ser pensado, uma finitude. Se eu nomeio João e João é João até depois da sua morte, o termo é em si infinito, ele supera a própria morte. Mas, o que traz Derrida é a possibilidade de pensar o nome como a marca da própria finitude de João e do sistema, da língua. A língua não é infinita nem transparente, ela é finita e opaca. A partir deste mesmo princípio, ele também trata dos dêiticos como o eu que não supera minha existência (como proporia Husserl) senão que traz a marca da própria finitude.

Mas temos que tomar cuidado para que não se pense, ao formular isto, que estamos falando de um sujeito transcendental que diz eu ou diz José. É exatamente o movimento contrário ao realizado por Husserl quando propõe um eu cogito.²⁶

²⁶ Para Husserl, o mundo é um fenômeno elevando uma pretensão de existência. Os outros seres que me rodeiam, o mundo existente, são para mim dados da experiência sensível. Enquanto experiência sensível que possuo de seus corpos não é um mundo existente senão apenas fenômeno de existência. Não há mais mundo objetivo senão um mundo que existe enquanto eu tenho experiência sensível dele.

“Por consequência, esta universal desvalorização, esta “inibição”, esta “expulsão” de todas as atitudes que podemos tomar face ao mundo objectivo - e antes do mais atitudes relativas a : existência, aparência possível, hipotética, provável e outras, - ou ainda, como é costume dizer: esta “εποκη fenomenológica”, este “colocar entre parêntesis” do mundo objectivo, não nos colocam face a um puro nada. Aquilo que, em compensação e por isso mesmo, se torna nosso, ou melhor, o que através disso se torna meu, a mim sujeito mediante, é minha vida pura com o conjunto dos seus estados vividos puros e os seus objectos intencionais (reine Gemeintheiten), quer dizer, a universalidade dos “fenômenos” no sentido especial e alargado da fenomenologia”. (HUSSERL, 19- p. 33)

É através da εποκη que me capto como eu puro. O mundo só vale para mim entanto tenho experiência dele, o percebo, rememoro, penso julgo sua existência ou valor, desejo, ajo sobre ele, interajo com ele. Isto que toma Husserl corresponde ao cogito de Descartes. o mundo é para mim apenas aquilo que existe e vale para a minha consciência num tal **cogito**. (Husserl; 1931: 33)

Outro autor que traz colocações diferentes às da Filosofia analítica, e discute com ela, é Michel Foucault. No seu texto **O que é um autor**, trabalha o problema do nome próprio quando se inquire pela autoria. Afirma que o nome próprio, assim como o nome de autor não tem somente uma função indicadora, eles são, em certa medida, equivalentes a uma descrição. Foucault diz em certa medida, porque ambos os nomes estão na realidade entre a descrição definida, por um lado, e a designação, pelo outro. Eles têm uma ligação com aquilo que nomeiam, porém, nem à maneira da descrição, nem à maneira da designação. É uma ligação específica. A ligação do nome de autor é com **o que nomeia** e a do nome próprio é com o **indivíduo nomeado**. Percebe-se que para Foucault são dois funcionamentos diferentes. Ele afirma que

o nome de autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que, de algum modo, bordejando os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos caracterizando-lho. (FOUCAULT, 1992 pp. 45-46)

De acordo com esse trecho, o nome próprio circula do interior do discurso para um indivíduo real e exterior que por sua vez o produz. Esse movimento elíptico do nome próprio é diferente do nome do autor que se mantém na esfera do discurso.

O nome próprio define esse caminho em Foucault, um caminho que pode ser percorrido inúmeras vezes, já que o nome circula no discurso e vai para fora dele. Esse fato não nega a possibilidade de que diferentes nomes produzidos no discurso circulem em diferentes discursos, aliás, essa definição deixa espaço

O mundo encontra em mim e extrai de mim seu sentido e validade. O sentido do mundo está em mim, no ego puro. Mas eu posso atingir este nível de reflexão só me abstendo de acreditar o mundo como existente e visando somente "este" mundo. Deste modo me encontro como ego puro. Por consequência, de facto, a existência natural do mundo - do mundo acerca do qual eu posso falar - pressupõe, como uma existência em si anterior, a do ego puro e das suas cogitações. (HUSSERL, 19- p. 34)

para pensar melhor no nosso problema. Porém, Foucault não se detém na explicação do funcionamento do nome próprio, ele continua observando como trabalha o nome de autor.

Chegados neste ponto da pesquisa precisamos nos inquirir a respeito de problema que norteia todas as teorias expostas até o momento. Todos os autores revisados têm uma teoria que responde aos problemas que se colocam, porém que não conseguem explicar suficientemente o nosso problema.

Em um primeiro momento podemos pensar que a concepção de língua ou linguagem que cada um deles adota é o motivo pelo qual não conseguimos encontrar uma teoria que explique nosso fenômeno. Partimos de um exemplo vindo de uma língua natural, uma expressão corriqueira compreendida amplamente por aqueles que a lêem. Nossa pergunta é: que significa na sociedade escravagista campineira dos últimos anos de 1800, o fato de que em um anúncio de fuga o dono afirme que o escravo Damião diz-se chamar Alfredo?

Podemos afirmar até o momento que: a- o nome não é fixo uma estrutura única e fixa; b- sua interpretação depende do contexto de uso (porém precisamos ter cuidado com o limite desse contexto). Faz-se necessário, neste ponto, nos aprofundarmos nas ciências da Linguagem que trabalharam o nome próprio desde outras perspectivas.

1.1.3- O nome próprio para as semânticas: Kleiber, Pêcheux e Guimarães.

No início do presente capítulo, afirmamos que a filosofia analítica definia a função do nome como a de “estar por um objeto”. Durante os dois pontos anteriores observamos como essa função referencial foi interpretada por autores relacionados com a Filosofia Analítica tanto seguindo suas posições teóricas quanto discutindo com elas.

Outra das áreas dos estudos da linguagem que se dedicaram ao estudo do nome próprio, além da Filosofia Analítica, foi a Semântica. Nela podemos diferenciar três linhas de trabalho diferentes no que respeita ao nome próprio. Seguindo uma ordem cronológica, podemos mencionar primeiramente a obra de Michel Pêcheux, principal autor da Análise do Discurso francesa. Ele considera que a Semântica é um lugar que possibilita de modo singular a observação de funcionamentos lingüísticos em discussão com a filosofia e as ciências das formações sociais. Por esse motivo, escreverá, em 1975, o livro titulado **Les vérités de la Palice** o qual foi traduzido ao português com o nome de **Semântica e Discurso**. Nele, o autor traçará as linhas fundamentais de um modo de pensar a linguagem a partir de lugares pouco explorados até o momento da sua publicação. Dentro dessas reflexões e diálogos, encontra-se tratado o problema do nome próprio que retomaremos no presente ponto.

Outra área da Semântica que traz um tratamento aprofundado e minucioso do tema problema deste capítulo é a Pragmasemântica. Esse enfoque é articulado por Georges Kleiber. O autor inicia sua reflexão sobre o nome próprio em 1981 com o livro **Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres** e continua seu trabalho em diferentes artigos. Ele propõe a observação

do nome próprio a partir de elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos visando explicar vários funcionamentos não contemplados pela gramática tradicional nem pela lingüística geral.

Em terceiro lugar, a **Semântica do Acontecimento** proposta por Eduardo Guimarães no livro do mesmo nome, publicado em 2002, traz um novo olhar sobre o tema do presente capítulo. Essa linha traz um diálogo entre as análises semânticas do nome próprio, a teoria dos atos de fala e a Análise do Discurso.

A primeira aproximação que Michel Pêcheux faz ao problema do nome próprio pode ser lida na seguinte citação do livro **Semântica e Discurso** onde diz o seguinte:

Concluiremos esta primeira aproximação do problema do pré-construído destacando, como uma característica essencial a separação fundamental entre o pensamento e o objeto de pensamento, com a pré-existência deste último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito. É o que Frege exprime ao dizer que “um nome de objeto, um nome próprio, não pode absolutamente ser usado como um predicado gramatical”.

Em seguida veremos que essa separação é, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, o motor do processo pelo qual se pensa o objeto de pensamento, isto é, o processo pelo qual o pensamento funciona segundo a modalidade do conceito: veremos a esse respeito, como a unicidade de existência do objeto (designada pelo nome próprio) desaparece no “nome comum”, que é a forma gramatical do conceito, fato caracterizado por Frege... (PÊCHEUX, 1997 p. 102)

A partir desse ponto, Pêcheux interpreta que, para Frege a denotação de um nome próprio é um objeto determinado, e a denotação de um predicado é um conceito. (Pêcheux; 1975:106) Afirma que o autor alemão é antissubjetivista como uma estratégia para diferenciar modo de apresentação e criação do objeto. Por esse motivo, considera que os nomes próprios trabalhados por Frege (Kelsen,

Berlim, Vênus) funcionam do mesmo modo que demonstrativos (isto/ aquele). Essa afirmação se fundamenta no fato de que, a condição do funcionamento, tanto do nome quanto do demonstrativo, é a unicidade do objeto identificado. Assim, Pêcheux pretende mostrar o que denomina “idealismo militante de Frege”, a partir do qual se pressupõe a existência de objetos únicos e a unicidade da referência.

De acordo com Pêcheux, a Filosofia Analítica encontra um ponto cego nessas formulações, um nó que mostra o alcance, ou limite da proposta. Em Frege, de acordo com o autor, tal limite se observa, principalmente, nas suas exemplificações. Ele afirma que expressões como “a vontade do povo” e Ulisses tem uma instabilidade referencial que seria a responsável pelas apreciações de cunho individual do analista. Isso teria sua origem, de acordo com Pêcheux, em dois compartimentos teóricos da ideologia burguesa que traz no seu bojo um idealismo “militante”. Por um lado, o compartimento teórico localizado no realismo metafísico (mito da ciência universal) e pelo outro no empirismo lógico (uso generalizado da ficção). Estes compartimentos têm como característica principal o esquecimento do político sob duas formas que expõe do seguinte modo:

O realismo metafísico corresponde à fantasia burguesa da reabsorção da luta política no puro funcionamento do aparelho jurídico-político e caracteriza as condições nas quais a questão do poder do Estado não é diretamente colocada, de tal modo que a burguesia pode, em aparência, evitar a luta política e declarar-se apolítica tratando “os problemas sob seu aspecto técnico”. A ficção empirista (e o cinismo cético que a acompanha) corresponde, ao contrário, à forma burguesa da prática política, sempre que a mesma burguesia é obrigada a “fazer política” manobrando, embaralhando as cartas, etc., isto é, quando ela conduz a luta política sob a forma de um jogo. (PÊCHEUX, 1997 p. 121)

Assim sendo, Pêcheux localiza uma série de relações, no que respeita ao nome próprio especificamente. As relações da Lógica

aporta(m) as modalidades de preenchimento dos lugares de argumentos de um enunciado enquanto condiciones do enunciado e as relacionadas à Lingüística que incide(m) na articulação entre enunciados, sobre a passagem à discursividade, ao engendramento do texto em dois modos de “preenchimento” dos lugares de argumento do predicado. (PÊCHEUX, 1997 p. 123)

Ao domínio da Lógica corresponde a noção de quantificador existencial enquanto que ao domínio da Lingüística corresponde o de nome próprio. Deve-se lembrar que o funcionamento não é neutro ou indiferente em relação à ideologia.

Além das relações expostas, o nome próprio esta relacionado com um terceiro elemento que não pertence nem à Lógica, nem à Lingüística, senão que está relacionado ao que Pêcheux denomina o domínio do pensável. Ele se constitui no interior de duas relações de discrepância, a saber:

a. relação de discrepância que toma a forma da exterioridade-anterioridade (pré-construído)

b. relação de discrepância do “retorno ao saber no pensamento” que produz uma evocação sobre a qual se apóia a tomada de posição do sujeito. (efeito de sustentação- evocação lateral) (PÊCHEUX, 1997 p. 125)

O limite da Filosofia da Linguagem e da ciência lingüística em geral, atravessada pelo mito empírico subjetivista, encontra-se, para Pêcheux, no tratamento da relação situação-propriedade. De acordo com esta, propõe-se um sujeito concreto e individual “em situação”, apagando progressivamente sua relação com as estruturas sócio-históricas. Esse apagamento o conduz, paulatinamente, à noção de sujeito universal, abstrato, que pensa através de conceitos fixos e pré-estabelecidos. Propõe-se um mundo dual, constituído pelo mundo físico por um lado e pelo mundo mental por outro. A partir desse quadro encontramos o tratamento tradicional do nome próprio como pertencente a um só sujeito (neutro) no mundo, tendo somente um nome e um referente. A ciência

lingüística assim o trata cada vez que se enfrenta com ele. Mas, Pêcheux aponta isso como um erro central que tem por sua vez duas faces:

de um lado , considerar as ideologias como idéias e não como forças materiais e, de outro lado, em conceber que eles têm sua origem nos sujeitos, quando na verdade elas “constituem os indivíduos em sujeitos”, para retomar a expressão de L. Althusser. (PÊCHEUX, 1997 p. 129)

Por esse motivo Pêcheux afirma que não há duas regiões (uma lógica e outra não-lógica) como correspondendo a primeira à ciência e a outra não. Existe somente uma região, a ideologia em geral, com a qual não se rompe. Em outras palavras, não se corta o laço com uma ideologia para entrar em outra mas, o nexos termina com uma formação ideológica. Esta está inscrita em uma ideologia (vista como plano superior), ou seja, inscrita, histórico-materialmente, no conjunto complexo das formações ideológicas de uma formação social dada. Nesse pano de fundo, a contradição tem um rol fundamental. Não se articulam, na contradição, internos ou externos, há um real funcionando o qual se pretende apropriar. A tese de Pêcheux é:

O real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é não existe fora do real. (PÊCHEUX, 1997 p. 255)

Na prática de apropriação do real pelo pensamento, a contradição tem a função de trabalhar sob a forma de divisão de dois funcionamentos (nocional—ideológico e conceptual-científico) que constituem a unidade complexa do processo da necessidade-real. A partir dessa tese Pêcheux postula três proposições relacionadas a ela:

Proposição 1: As modalidades histórico-materiais sob as quais a necessidade-real determina as formas contraditórias de existência do pensamento são constituídas pelo conjunto complexo com dominante das formações discursivas, ou interdiscurso, intrincado no conjunto das formações ideológicas que caracterizam uma

formação social dada em um momento dado do desenvolvimento da luta de classes que a atravessa. (PÊCHEUX, 1997 p. 257)

Proposição 2: Um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é “produzido como causa de si” na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso.

(PÊCHEUX, 1997 p. 261)

Proposição 3: O funcionamento conceptual-experimental (científico) que, sob formas específicas em cada ramo da produção dos conhecimentos, materializa a necessidade-real como necessidade-pensada (e nesse sentido, torna localmente excluídos o sentido e o sujeito) nunca existe “em estado puro” sob uma forma disjunta seu oposto nocional-ideológico. Conseqüentemente, a apropriação do real pelo pensamento não poderia consistir em uma dessubjetivação do sujeito, mas supõe um trabalho de apropriação subjetiva na e sobre a forma-sujeito, isto é, entre outras determinações, na e sobre a forma-sujeito do discurso. (PÊCHEUX, 1997 p. 267)

No que se refere ao nome próprio, Pêcheux dirá, ao explicitar a segunda proposta, partindo de uma reflexão que tem sua origem na psicanálise lacaniana, que o significante “representa o sujeito para²⁷ um outro significante”.

²⁷ Em 1990, Denise Maldidier publicará um livro chamado **L'inquiétude Du discours** Nele encontram-se compilados textos clássicos de Pêcheux, dentre eles um resumo do livro **Les Vérités de la Palice** publicado no mesmo ano que traz uma versão “em processo” do que será o livro. Porém, já nesse artigo encontramos o seguinte trecho que esclarece o problema que estamos tratando e nos permite corrigir a preposição utilizada na tradução ao português do livro realizada por Orlandi em 1997. O trecho diz o seguinte:

Le rôle de symptôme que nous avons reconnu dans le fonctionnement d'un certain type de mots d'esprit (où il y va finalement de l'identité d'un sujet, d'une chose ou d'un événement) à l'égard de la question de l'interpellation-identification idéologique nous conduit à poser, en liaison avec ce symptôme, l'existence de ce nous appelons un procès du signifiant, dans l'interpellation-identification. Expliquons-nous : il ne s'agit pas ici d'évoquer en général « le rôle de langage » ni même « le pouvoir des mots » en laissant incertaine la question de savoir s'il s'agit là du signe, qui désigne quelque chose pour quelqu'un, comme le dit J. Lacan, ou bien s'il s'agit de signifiant, c'est-à-dire de ce qui représente le sujet pour un autre signifiant (J. Lacan, toujours). Il est bien clair, en ce qui nous concerne, que c'est la deuxième hypothèse que est la bonne, parce que c'est là qu'il est question du sujet comme procès (de représentation) intérieur au non-sujet que constitue le réseau des signifiants, au sens que lui donne J. Lacan : le sujet est « pris » dans ce réseau - « noms communs » et « noms propres », effets de « shifting » constructions syntaxiques, etc. - de sorte qu'il en résulte comme « cause de soi », au sens spinoziste de l'expression. Et c'est même l'existence de cette contradiction (produire comme résultat une « cause de soi ») et

(PÊCHEUX, 1997 p. 262) Esse posicionamento traz, para a teoria do discurso, duas conseqüências: A primeira relacionada com o primado do significante sobre o signo e o sentido e na segunda o significante toma parte na interpelação-identificação do indivíduo em sujeito. (PÊCHEUX, 1997 p. 264) Nessa perspectiva, o nome próprio surge como elemento importante. Pêcheux afirma:

O significante toma parte na interpelação-identificação do indivíduo em sujeito: “um significante representa o sujeito por um outro significante”, o que acarreta que o significante não representa nada para o sujeito, mas opera sobre o sujeito fora de toda compreensão; “o sujeito, se ele já pode parecer escravo da linguagem, o seria tanto mais de um discurso – em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito desde o seu nascimento – quanto se assim o fosse sob a forma de seu nome próprio: o “nome próprio” não é uma “propriedade” como os outros, e ele designa o sujeito sem representá-lo. Os lógicos, como vimos, freqüentemente limitaram-se a constatar isso e a comentar, com base no tema da “convenção” o efeito de exterioridade do non-sens que aí se manifestam. (PÊCHEUX, 1990 p. 264)

Percebemos nessa citação um elemento interessante mencionado anteriormente em relação à posição de Derrida com o nome próprio. O nome próprio não é próprio, não há propriedade nele, senão que ele designa o sujeito sem representá-lo. É esse fato, o de designar o sujeito, que permite pensar que o nome próprio é a edição príncipe do efeito de pré-construído, já que o sujeito é na linguagem na qual está inscrito desde antes do seu nascimento sob a forma do seu nome próprio, como veremos na citação a seguir:

son rôle moteur à l’égard du procès du signifiant dans l’interpellation-identification, qui nous autorisent à dire qu’il s’agit bien là d’un processus, dans la mesure où les « objets » qui s’y manifestent se dédoublent, se disjoignent pour agir sur soi en tant qu’autre que soi. (PÊCHEUX, 1990 p. 222)

A utilização da preposição **por** na tradução produz um estranhamento já que, como vimos na citação, essa afirmação de Pêcheux (représente le sujet pour un autre signifiant) provém de Lacan e, por sua vez, esse teórico afirma que um significante representa o sujeito para um outro significante no texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” do ano 1960 publicado pela Zahar editores no Brasil em 1998 e traduzido ao português por Vera Ribeiro. Concluímos que a utilização correta nessa citação será, portanto PARA e não por como é utilizado já que sua utilização não faz sentido dentro de nenhuma das duas teorias.

a imposição do “nome próprio” constitui a forma em edição príncipe do efeito de pré-construído, que representa a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso (aquilo por meio do qual ele diz: “Eu, fulano de tal”) como “sempre –já” sendo sujeito, isto é, a modalidade discursiva sob cujo domínio ele é produzido como causa de si, com seu mundo, seus objetos e seus sujeitos, mantendo a evidência de seus sentidos? (PÊCHEUX, 1997 p. 264)

A expressão da interpelação do indivíduo em sujeito se dá pela identificação do indivíduo com a formação discursiva que o domina, onde ele se encontra “encravado” na condição de sujeito. Essa identificação é, de acordo com Pêcheux, uma identificação imaginária no sentido de que tem uma mobilidade dada pelo ajustamento contínuo e inacabado do sujeito consigo mesmo. O mesmo fato acontece a partir da relação que ele estabelece com os outros sujeitos que se constituem, cada um deles, como seu alterego. Essa identificação imaginária encontra-se relacionada ao esquecimento nº 2 (o sujeito tem a ilusão de ser causa de si sob a forma de primeira evidência)- (Pêcheux; 1975:266)²⁸. A identificação imaginária depende, assim, da identidade e por esse motivo

... toca no simbólico ao remeter ao nome próprio e à lei (e o pacto e a dívida que daí resultam para o sujeito estão realmente presentes no inconsciente sob a forma de um “pensamento” ou de um “desejo”). (PÊCHEUX, 1997 pp. 265-266)

Essas reflexões nos levam diretamente à questão do sujeito, de sua constituição. Pensar que uma pessoa tem um nome, a partir do visto em Pêcheux, já não é mais simplesmente pensar que existe uma pessoa no mundo à qual lhe foi atribuído um nome no momento do batizado simplesmente. Se pensarmos a

²⁸ Não se pode esquecer que na leitura que Pêcheux faz de Lacan no que respeita à questão do nome enfatiza sobretudo o aspecto processual (de representação como processo interior) Afirma na página 157 A questão do sujeito como processo (de representação) interior ao não sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é “preso” nessa rede – “nomes comuns” e “nomes próprios”, efeitos de shifting, construções sintáticas, etc. – de modo que o sujeito resulta dessa rede como causa de si no sentido espinosiano da expressão.

partir de uma teoria materialista do discurso, como propõe Pêcheux, precisamos nos deslocar desse idealismo militante para poder pensar o funcionamento do mesmo e as determinações dele.

O modo como Pêcheux trata o problema do nome próprio nos dá lugar para pensar em varias possibilidades diferentes. O autor assevera que o indivíduo ao dizer eu fulano de tal é constituído como sujeito de seu discurso sob a ilusão de que ele é produzido como causa de si, como sempre já sujeito nos permite pensar que ele pode também ser nomeado desde outros lugares. O autor trata também da nomeação por parte de outro que dá o nome próprio a um indivíduo. Esta nomeação é a edição príncipe do efeito de pré-construído. Também afirma que a identificação imaginária toca no simbólico ao remeter ao nome próprio e à lei. No entanto, Pêcheux não trata de modo específico o acontecimento pelo qual não somente se diz eu fulano de tal, senão que também se afirma ele diz eu fulano de tal, desde outro lugar. Este desdobramento específico não é trabalhado por Pêcheux embora deixe elementos importantes, em diferentes partes de seu texto, que podem ser reunidos e alinhavados para poder pensá-lo. Esse é nosso problema, o qual tentaremos resolver ao longo deste capítulo.

Por outro lado, nos afastando da teoria materialista de Pêcheux, pode-se afirmar que, na área de Semântica Lingüística, especialmente, encontram-se duas posições bastante definidas. Encontram-se aquelas que afirmam que o nome próprio não é analisável e outras que retomam os estudos da Filosofia Analítica. Gary Priour, em um artigo publicado na revista Langages N° 92 de 1991, dedicada somente ao estudo do nome próprio, nos diz:

Pour résumer, Il y a deux façons de concevoir l'approche sémantique du Nom Propre. Dans un cas, on accorde au Nom Propre la propriété d'avoir du sens, mais cela conduit, bizarrement, à effacer les barreaux entre noms propres et noms communs. Dans l'autre cas, on reconnaît la spécificité sémantique du Nom Propre, et au nom de cette spécificité on le rejette à l'extérieur de la sémantique, laissant à la logique notamment le soin de réfléchir sur " le sens du nome propre" quitte à importer ensuite les thèses de Mill (les noms propres dénotent et ne

connotent pas) ou la thèse de Kripke (les noms propres sont des désignateurs rigides) qui, s'il est vrai qu'elles concernent bien le sens des noms propres, ne sont pas des caractérisations linguistiques de ce sens. (GARY PRIEUR, 1991 p. 15)

O autor afirma que podem ser observadas duas teses tradicionais e opostas sobre o nome próprio. Por um lado a de Ullman e Lyons que afirmam que os nomes próprios não tem sentido e que esse fato os exclui da semântica. Por outro lado, Bréal, no seu **Essai de Sémantique** onde afirma que estão repletos de sentido. Para esse autor, a diferença entre os nomes comuns e os próprios é de graduação. Contudo, após esse semanticista encontramos diversas tentativas de explicação do funcionamento do nome próprio. A mais comum delas é aquela na que subjaz a idéia de que o nome próprio é uma etiqueta que refere a um indivíduo, ou seja, um funcionamento referencial ordinário.

Vejamos o exemplo

Ele é João.

Nesse caso João é um nome próprio que refere a uma pessoa, uma etiqueta para esse indivíduo. Mas, nessa mesma frase, pode ser interpretado que como o nome próprio funciona como tema do discurso. A partir dessa nomeação falar-se-á a respeito do referente mencionado: João.

Por outro lado, um nome próprio em combinação com um determinante pode significar outra coisa que não uma relação referencial simples, como na frase:

Ele é um Caxias.

Encontra-se aqui o nome acompanhado por um determinante o que faz pensar em que a relação estabelecida do nome com o referente não será referencial, outros elementos estão aparecendo. Essa frase não pode ser

interpretada como que esse indivíduo tem o nome Caxias, o determinante um não o permite. Pode se entender que esse nome próprio denota: ou um agir específico da pessoa mencionada, ou que essa pessoa pertence a um determinado grupo, o grupo dos Caxias. De fato, o nome próprio aqui não tem função referencial, o nome próprio fala a respeito de uma qualidade do indivíduo a partir de uma menção de um nome próprio. Esses exemplos nos levam a pensar, então, que a função do nome não é unicamente referencial.

Outros empregos do nome próprio são enumerados por Kleiber no artigo *Du nom propre nom modifié ou nom propre modifié: Le cas de la détermination des noms propres par l'adjectif démonstratif*. O autor começa afirmando que o problema dos nomes próprios em semântica versou sobre duas questões principais:

- 1- A não modificação do nome próprio e,
- 2- A modificação do nome próprio.

No primeiro grupo encontram-se expressões do tipo
Ex. João corre pelo parque.

E no segundo grupo surgem expressões como

Ex. O segundo Wittgenstein pensa o problema da designação.

De acordo com Kleiber, para o primeiro grupo de questões foram ensaiados três tipos de respostas para o funcionamento do nome:

- a) é uma descrição do referente , seguindo a proposta de Frege, Russell, Strawson, Searle.
- b) não tem sentido, ele é um designador rígido, na linha de Mill, Kripke, Récanati;

c) é um predicado de denominação, proposta por Kleiber em 1981 no livro **Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres.**

Já para o segundo grupo ele observa cinco tipos de empregos diferentes do nome próprio, a saber:

1. denominativo
2. fracional
3. exemplar
4. metafórico
5. metonímico

Em todos esses casos, o nome próprio está acompanhado por um artigo, seja definido, seja indefinido ou por um adjetivo demonstrativo. A relevância do estudo de Kleiber reside em trazer para a análise o contexto do uso do nome e seu funcionamento semântico-pragmático ou, como ele mesmo denomina, a partir da Pragma-semântica. Ele nos mostra através do texto os diferentes funcionamentos do nome próprio. O autor leva em consideração, nas suas análises, a utilização do nome por um locutor que tem uma intencionalidade e uma capacidade. A capacidade de usar o nome de uma ou outra maneira e a intenção do locutor que produzirá um ou outro efeito de sentido. Assim, ele terá a intenção de marcar o aspecto, ora de distanciamento, ora de familiaridade ou afetividade, ao utilizar o nome acompanhado de um determinante ou não. Kleiber apela, nesse momento, às máximas conversacionais de Grice para poder elaborar a análise.

O que avança na análise dos nomes próprios a partir de Kleiber é a possibilidade de estudar o nome próprio uma situação de interlocução específica. Será a partir da intenção do locutor que o nome terá sentido. O limite da proposta de Kleiber encontra-se nesse ponto também. Ao falar tratar da intenção de um locutor, trata do nome “em situação”. Como já Pêcheux fez essa crítica, tratar do

sujeito “em situação” apaga estruturas sócio-históricas. Esse é o limite de Kleiber, não tratar das situações sócio-históricas.

Deslocado já da pragmática²⁹, Guimarães (2000) afirma que, a designação estaria composta tanto pelo ato de nomear como pelo de referir³⁰. Ela se encontrará movimentada sempre por cada referência a cada momento. O processo de designação, então, teria momentos diferentes, a saber:

A. nomeação: na qual se enuncia a existência de algo lhe dando um nome e onde se estabelece a relação entre o nome e a coisa;

B. referência: enunciação de um objeto através de um nome próprio. Este processo se funda na memória de enunciações anteriores, por exemplo, a nomeação.

O autor propõe a existência de uma performatividade inicial. Só graças a ela podem-se realizar outras enunciações. Há, pois, uma história de

²⁹ Guimarães procura, desde o campo da Semântica Histórica da Enunciação pensar o nome próprio a partir do acontecimento. A linha de pesquisa dentro dessa área da Semântica denomina-se Semântica do Acontecimento. Ela traz um forte diálogo com a Análise do Discurso francesa, especialmente com a obra de Michel Pêcheux e a filiação teórica da Semântica histórica da enunciação. Essa última lê os seguintes autores: Bréal (1897), Bally (1932), Benveniste (1966, 1974), Ducrot (1972, 1973, 1984), Austin (1962), Grice (1957, 1967), Searle (1969).

³⁰ No ano 2002, Guimarães publica o livro Semântica do Acontecimento. Nesse volume o autor afirma: Nomeação, designação, referência, denotação, por exemplo, e palavras correlats, são muitas vezes usadas como sinônimas e às vezes como diferentes. Basta ver como denotação pode ser usada como sinônima ou não de designação e referência (denotação).

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (não vou discutir aqui o processo). A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. É neste sentido que não vou tomar o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Vou considerar, tal como considera Rancière (1992), que os nomes identificam objetos. Hipótese que me interessa fortemente tanto para os nomes comuns, como para os nomes próprios, como se verá. A referência será vista como a particularização de algo na e pela enunciação. (Guimarães, 2002 p. 9)

enunciações por trás de uma enunciação. Guimarães interpreta e acrescenta à referência, postulada por Ducrot (aquilo que não é o dizer), como:

A referência é, portanto, um efeito de sentido produzido pela inscrição do interdiscurso como espaço de memória no acontecimento enunciativo³¹ (Guimarães; 1995)

Nesse novo contexto elaborado para a referência encontramos o nome próprio. Assim, o autor entenderá interdiscurso como a relação que estabelece um discurso com outros, interpretando discurso como “efeito de sentido entre locutores”. A referência do nome se coloca, então, não como o indivíduo do qual se está falando senão como o referente que se forma a partir dos discursos que circulam a respeito do mesmo³². A referência não será então um objeto no mundo nem outro elemento, ela será um efeito de sentido, produzido pelo trabalho de discursos que agem na construção de uma memória que dá a possibilidade da nomeação.

No seu capítulo Nomes Próprios de pessoa do livro **Semântica do Acontecimento**, Guimarães afirma o seguinte:

A capacidade referencial não é assim o fundamento do funcionamento do nome próprio. A referência resulta do sentido do

³¹ O conceito de acontecimento enunciativo é cunhado por Guimarães. O autor afirma que o acontecimento é: diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato **no** tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ou seja, ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. Ele instala uma temporalidade: essa é sua diferença. De um lado abre em si uma latência de futuro, sem a qual ele não é um acontecimento de linguagem, sem a qual ele não significa, pois sem ela nada há aí de projeção. O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Por outro lado este futuro próprio do presente do acontecimento funciona por uma memória que o faz significar. (GUIMARÃES, 2001 p. 95)

Esse conceito encontra-se definido também em Guimarães (1994, 1995, 2000, 2002, 2007)

³² Oswald Ducrot no artigo O referente toma como exemplo a senhora Flora. Ela é uma personagem de uma peça de teatro de Luigi Pirandello. Nessa peça todas as personagens falam a respeito de uma Senhora Flora sem que esta tal senhora se manifeste sobre si mesma em momento algum. Ducrot observa, então, a partir desse exemplo, que a referência de Flora não é ela senão o conjunto de dizeres a respeito dela que constroem o referente. Guimarães retoma essa idéia quando pensa sobre a referência. Nós nos filiamos ao trabalho desse teórico.

nome constituído por seu funcionamento enunciativo. Quando um nome próprio funciona, ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa. Não é um sujeito que nomeia, ou refere, nem a expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui seu próprio passado.

Assim a unicidade do nome próprio de pessoa é uma construção da disparidade que acompanha seu funcionamento. O que ele refere hoje é o que uma nomeação passada (de um locutor-pai) nomeou. O que ele significa numa dada enunciação (com sua temporalidade) é toda sua história de nomeações, renomeações e referências realizadas (com suas temporalidades próprias). (GUIMARÃES, 2002 p. 42)

Depreende-se daqui que se pode pensar em uma nomeação passada que se repete. A cada repetição funda-se uma nova relação entre nome e pessoa. O espaço de enunciação do nome terá uma série de significações possíveis. Guimarães 2002 afirma ao respeito:

Este percurso social do nome, e ele não é homogêneo para todas as pessoas (que inclui a reformulação por um enunciador-coletivo ou genérico de uma enunciação de um locutor-pai), é o que faz com que o nome funcione como se fosse uma unidade não construída que tem uma relação unívoca com algum objeto, a pessoa que o nomeia. Na medida em que o acontecimento em que fala um enunciador-coletivo ou genérico tem como passado a enunciação de um locutor-pai, a unicidade se representa como efeito da temporalidade do acontecimento. Esta memória coloca uma relação um pai/um filho/um nome. Ou seja, a unicidade é um resultado da não unicidade de um nome para a mesma pessoa. É porque a nomeação de uma pessoa não é unívoca, ou seja, uma pessoa não tem no processo de sua vida social um único nome, que o nome próprio de pessoa acaba por mostra-se como funcionando univocamente. É o trabalho de uma enunciação segunda sobre a enunciação da paternidade pelo Estado que faz a relação de determinação entre o nome e o sobrenome. (GUIMARÃES, 2002 p. 39)

Essa relação de determinação, entre sobrenome e nome, forma parte do funcionamento morfossintático do mesmo. De acordo com Guimarães o nome próprio é constituído por uma determinação do sobrenome sobre o nome e vice-

versa³³. Ele se constitui por relações de determinação que especificam algo sobre o que se nomeia.³⁴ (Guimarães 2002) Assim, nomear é dar identidade a um indivíduo biológico que, a partir do ato de nomeação e de seu registro cartorial, será um indivíduo para o Estado, um sujeito de direito. O nome é outorgado por um enunciador que pode ser denominado enunciador-pai. Ele, ou aquele que ocupe seu lugar, será quem forneça a nomeação primeira. Ela, de acordo com Guimarães, se produz a partir de um agenciamento enunciativo específico que consiste na escolha de um nome que pertence a um conjunto de nomes considerado memorável, como próprio para sua época. A nomeação, de tal modo, pode abranger lugares de dizer diferentes já que ela pode estar retomando diferentes enunciações, a da moda, a da família, a da estética, a da igreja, etc. Esse fato é, para Guimarães, comprobatório de que nas nomeações é possível que regiões do interdiscurso se cruzem.

Todavia, o nome primeiro, aquele dado do lugar do pai, é alterado, em muitos casos, ao longo da vida social do indivíduo. Ele pode se reduzir, como mostra o autor. Por exemplo, de ser Antônio Cândido de Melo e Souza passará a ser Antônio Cândido. Essa alteração re-atualiza a primeira enunciação rememorando-a. O autor dirá que operam, no nome próprio de pessoa, dois processos ou direções, a saber:

³³ A determinação do nome se da em mão dupla. Por um lado, o sobrenome determina o nome já que em, por exemplo, João da Silva: João pertence ao grupo dos da Silva. Nesse momento o sobrenome determina o nome. Mas Dentre os da Silva há um João: essa é a determinação do nome sobre o sobrenome.

³⁴ Nessa análise do nome, o trabalho do autor versará sobre quatro aspectos específicos do nome. O primeiro é o quando os pais lhe dão nome a um filho. O segundo caso observado é quando se usam, no ato anteriormente mencionado, determinado tipo de nome que, por exemplo, está na moda. Em terceiro lugar trabalhará sobre os processos nos quais uma pessoa, por exemplo, chamada Maximino de Araújo Maciel passa a ser chamada Maximino Maciel. Finalmente, o autor analisará o fenômeno pelo qual uma pessoa chamada João Rodriguez é chamada em diferentes lugares como João ou como Rodriguez.

- a) uma individualização, onde o locutor-x³⁵ enuncia como um enunciador coletivo³⁶ a enunciação inicial sem a determinação do sobrenome.
- b) uma relação de família que coloca esse indivíduo dentro de um conjunto. O locutor-x enuncia como enunciador genérico e se desmonta a determinação do nome sobre o sobrenome.

Guimarães afirma que há um funcionamento que se apresenta como característico da denominação. Ele é a necessidade de unicidade. Ela estaria relacionada ao que Pêcheux denominou de “logicamente estabilizado”. Por outras palavras, quando em um lugar há duas pessoas que tem o mesmo nome e sobrenome, João da Silva, por exemplo, um será chamado João e o outro Silva. Esse procedimento, diz o autor, censura a primeira enunciação e instaura uma nova a partir do lugar de um enunciador – chefe e um enunciador corporativo. Nesse momento age-se como se não houvesse nenhuma memória de nomeações anteriores e procura-se que somente exista um referente para o nome, evitando ambigüidades ou falhas. Essa unicidade visa à identificação, a interpelação do indivíduo “sem possibilidade de erro, equívoco”. Ela possibilita tomar o portador do nome em cenas enunciativas específicas de acordo com uma distribuição dos papéis de locutor-x e alocutário.

³⁵ Para poder definir o locutor x precisamos expor aqui, embora brevemente, como Guimarães concebe a Cena enunciativa. A Cena enunciativa é um espaço específico que apresenta a distribuição dos lugares de enunciação. Assim, quem assume a palavra, quem se coloca no lugar de quem enuncia, será o Locutor. Ele se apresenta como a fonte do dizer. Mas esse Locutor é afetado por lugares sociais autorizados para esse dizer. Ele fala desde esse lugar social específico: operário, patrão, presidente, cidadão, etc.. A esse lugar social, Guimarães o denominará locutor-x

³⁶ O enunciador e o lugar individual de dizer do Locutor. Ele pode ser individual, coletivo e genérico. O enunciador individual é aquele que se apresenta como quem está por cima de todos independente da história. O enunciador coletivo é para Guimarães: o lugar de dizer que tem como principal característica ser a voz de todos em uma só voz. O enunciador genérico é o que repete o dito pelo povo, aquele que diz como dizem todos.

Concluindo, para Guimarães, nomear um indivíduo é uma enunciação. O funcionamento que a define é a determinação semântico-enunciativa já que ele se produz em um processo social de identificação social e de subjetivação. O lugar do locutor está apagado nesse processo e reside aqui o motivo pelo qual aparece como um processo referencial. O apagamento do locutor – x se produz porque o Locutor não sabe que fala de uma posição de sujeito, posição esta ideológica. Os memoráveis, para Guimarães, não são únicos nem estanques, e que isso se comprova com as diferentes formas de nomear a mesma pessoa. Porém, no caso do nosso anúncio temos uma enunciação do nome evidenciada a partir do discurso do dono: Romão, e outra que circula nas enunciações dos escravos: Matheus. Matheus e Romão se fundam em diferentes atos enunciativos. Mas não necessariamente uma se funda na outra. Esse funcionamento específico não é considerado por Guimarães, embora a partir de alguns dos elementos por ele elencados nos permitam pensar neste fenômeno e possam vir constituir uma parte importante do nosso dispositivo para a análise.

1.1.4.- A questão do sujeito

Chegamos ao final deste percurso e percebemos que a questão que se encontra por trás do problema do nome próprio é a questão do sujeito. Zoppi-Fontana 2003 afirma que:

os processos de designação, ao fornecer os pontos de estabilização referencial necessários para a prática enunciativa do sujeito na sua relação contraditória com o real que o afeta, se constituem como processos de subjetivação, não só em relação ao funcionamento dos nomes próprios³⁷, mas também e

³⁷ Guimarães (2000; 2002) ao analisar os nomes próprios de pessoa reconhece neles um funcionamento referencial que atribui ao fato desses nomes participarem do processo social de

fundamentalmente em relação a todas as construções (morfo)sintáticas que referem a/predicam de o sujeito do discurso, participando na produção das imagens (entendidas como formações imaginárias, conforme definidas em Pêcheux, 1969) a partir das quais é trabalhada a identidade na ilusão da unidade subjetiva e, conseqüentemente, afetando os mecanismos enunciativos de auto-referência. (ZOPPI FONTANA; 2003 p.p. 265-266)

Deste modo, cada uma das concepções de nome próprio dos teóricos trabalhados acima está atrelada a uma noção de sujeito específica. Se pretendermos elaborar uma proposta a respeito do nome próprio precisamos, então, estabelecer essa categoria. Por esse motivo, propomos observar o conceito de sujeito que a Análise do Discurso foi elaborando ao longo da história de seu desenvolvimento.

Vimos que em Frege existe uma noção de sujeito único e indivisível sempre já-aí. Em Russel o sujeito já não é único: por força do seu trabalho ele divide-o em sujeitos reais e imaginários. Kripke avança ao encontro de Wittgenstein e afirma que há jogos de linguagem nos quais essa subjetividade é criada ou produzida em um contexto. Derrida desconstrói a teoria do sujeito. Nele o nome próprio não existe porque não existe próprio, e o sujeito também não, como foi desenvolvido acima.

A noção de sujeito, dentro da AD teve um forte desenvolvimento com o passar dos anos e com o percurso da teoria. Desse modo, de acordo com Indursky (2000), é considerada em 1969 como um lugar determinado na estrutura

identificação do indivíduo. Neste trabalho defendemos a tese, apresentada por Orlandi (1999), de que processos de identificação e processos de individuação, embora relacionados (por participarem, ambos, do funcionamento da figura da interpelação ideológica que constitui o sujeito do discurso) não se confundem nem se sobrepõem, o que nos permite ampliar a relação entre processos de designação e processos de subjetivação, para aí incluir além dos nomes próprios (que trabalhariam principalmente no espaço dos processos de individuação em relação às instâncias religiosas e jurídico-administrativas do Estado), todas as construções (morfo)sintáticas que referem a/predicam de o sujeito do discurso (formas que trabalham principalmente no espaço da constituição do sentido pelos processos de identificação/interpelação ideológica).

social. Ela não é meramente lingüística nem individual, desde o início da teoria ela é social.

No ano 1969, Pêcheux estará, fundamentalmente, preocupado em elaborar uma teoria do discurso. Nela a questão do sujeito surge, mas não como fundamental. Malidier diz a esse respeito:

o livro inteiro sugere o que é dito explicitamente nas últimas páginas: uma teoria geral da produção dos efeitos de sentidos, que não será nem o substituto de uma teoria da ideologia nem o de uma teoria geral dos efeitos de sentidos, que não será nem um substituto de uma teoria de ideologia nem o de uma teoria do inconsciente, mas poderá intervir no campo dessas teorias. (MALDIDIER, 2003 p. 21)

Esse será um momento fundamental para a categoria de sujeito cunhada por Pêcheux. Quando Pêcheux começa a elaborar sua teoria do discurso (Análise Automática do Discurso) inicia sua construção com uma noção de discurso que se relaciona, em termos de igualdade, com uma noção de sujeito como sujeito individual. Uma noção de sujeito que provém da lingüística.

De acordo com a análise de Pêcheux em AAD em 1969, Ullman, desde uma base epistemológica idealista, propõe a existência de um sujeito “livre” que atualizaria a língua através do seu uso, da fala, sendo esse um caminho para a “liberdade humana”. Já Jakobson, partindo duma base mais próxima ao marxismo, propõe a existência de um sujeito que disporia de uma liberdade relativa e crescente que se daria no nível da combinação das palavras e frases. Dita liberdade relativa seria crescente, embora assumia a existência de enunciados estereotipados na língua. De fato, em ambos os autores há uma entrada do sujeito falante, ausente em Saussure, como subjetividade em ato. O sujeito é o mesmo que enuncia, está com ele em uma relação de igualdade.

Pêcheux, frente a essas propostas, aceita a idéia da existência de uma liberdade combinatória, só que ela se encontraria na língua e não no sujeito. O

sujeito estaria atravessado por outras problemáticas, as que tentará observar ao longo de toda sua pesquisa. Por esse motivo, percebendo uma dificuldade fundamental, propõe um deslocamento no topo conceitual onde sejam introduzidos conceitos exteriores à região lingüística atual. O problema, segundo o autor, radica na consideração de enunciados “normais” ou “neutralizados” como propõe a gramática gerativa. Se os sintagmas pertencem à língua, o exemplo dado por Saussure: “a terra gira” não poderia ter sido considerado como enunciado “normal” num período pré-copernicano, sendo considerado, nesse período, como enunciado anômalo. Portanto a idéia de enunciados inscritos na língua fica duvidosa. Qual é a interioridade da língua, só da língua que esquece contextos de ordem científica ou histórica que são externos a ela? Surge, então, um deslocamento proposto por Pêcheux segundo o qual em oposição à língua não estaria a fala e sim o discurso³⁸.

Embora Saussure afirme que a Língua é uma Instituição, tira dela todo tipo de relação com o sociológico que a dita proposição pressupõe. Nesse ponto, Pêcheux faz o deslocamento e continua aceitando o caráter de Instituição da Língua indo até suas últimas conseqüências. Esse será o ponto fundamental da Teoria do Discurso. O discurso, a partir desse autor, deve ser remetido às relações de sentido, nas quais ele é produzido. Desse modo, um discurso remete a outro discurso prévio que o constitui como matéria prima³⁹. O orador experiencia o lugar do ouvinte quando imagina, pensa, antecipa o que o outro vai pensar sendo esse antecipar-se constitutivo de qualquer discurso, elaborando-se sobre

³⁸ Pêcheux afirma: “pode-se dizer que a normalidade local que controla a produção de um tipo de discurso dado concerne não somente à natureza dos predicados que são atribuídos a um sujeito mas também às transformações que esses predicados sofrem no fio do discurso e que o conduzem a seu fim, nos dois sentidos da palavra.” (PÊCHEUX, 2001 p. 74)

³⁹ “o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.” (PÊCHEUX, 2001 p. 77)

ele as estratégias do discurso. Por esse motivo, o trabalho desenvolvido por Pêcheux em AAD 1969 será, como também afirma Malidier, uma teoria geral da produção dos efeitos de sentido. Dita teoria não terá o propósito de substituir a teoria das ideologias ou a teoria do inconsciente, mas sim terá o interesse de intervir no campo de ambas. Por esse motivo, o conceito de sujeito resulta de extrema importância. Faz-se necessário um conceito de sujeito que permita o diálogo com os dois territórios e que não entre em conflito. Destarte, por um lado Pêcheux afirmará que o indivíduo se constitui em sujeito a partir de procedimentos simultâneos. O indivíduo interpelado pela ideologia se constitui como sujeito, sujeito a uma instituição⁴⁰, e por outro lado dirá que a presença do Outro, e esse outro configurado como Ideologia⁴¹, é o que constitui os indivíduos em sujeitos.

⁴⁰ Essa teoria do discurso trará elementos de diversas teorias discutidas na época na França. Uma delas, que tem neste momento um peso significativo, é a proposta na Arqueologia do Saber de Michel Foucault publicada em 1968. Desse modo, podemos acrescentar que a noção de sujeito de Pêcheux (a que nos preocupa no momento), aproxima-se à noção que Foucault propõe de sujeito no início de seus trabalhos, como aquele **sujeito a** um a instituição social. Essa concepção fica clara no artigo Sujeito e Poder. Nele, Foucault nos traz uma reflexão sobre o sujeito que se lê na seguinte citação:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. **É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.** Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna **sujeito a**. (FOUCAULT, 1995 p. 235)(o negrito é nosso)

O principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto “tal ou tal” instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder. Esse poder exercido sobre sujeitos constituídos em relação com as instituições.

⁴¹ Mas a categoria de sujeito sofrerá ajustes no interior da AD. No ano 1970, Louis Althusser publica o artigo Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (notas a uma pesquisa). Nesse texto Althusser afirma que:

De esta secuencia extraemos luego el término central, decisivo, del que depende todo: la noción de sujeto. Y enunciamos enseguida dos tesis conjuntas:

- 1) No hay práctica sino por y bajo una ideología.
- 2) No hay ideología sino por el sujeto y para los sujetos.

Podemos pasar ahora a nuestra tesis central.

A importância da articulação deste sujeito está na tentativa de descentralização da responsabilidade de uma pessoa específica em relação à produção de um discurso. Não é um ou outro que diz determinada coisa senão que há discursos que circulam e que são ditos pelos diferentes sujeitos. O discurso não é produzido por um alguém específico, não há uma fonte com nome e sobrenome senão que há discursos que circulam, se atravessam e produzem sentido. Por esse motivo, o conceito de interdiscurso será também fundamental na teoria. Desse modo, procurando elaborar uma teoria não subjetiva do discurso, Pêcheux entra em diálogo franco com Althusser e com Lacan. Com o primeiro o fará já na virada dos 70 e com Lacan em *Semântica e Discurso*, no 75.

Do diálogo com Althusser ele trará o conceito de ideologia, como já afirmamos acima, como elemento importantíssimo na constituição do sujeito. Como afirma Malidier:

O artigo de Althusser marca todo o trabalho de Michel Pêcheux na virada dos anos 70. É ele que subentende o grande momento de *Semântica e Discurso*, assim como vai alimentar remorsos, quando chegar o tempo das desconstruções. Então, Michel Pêcheux rachou de alto a baixo, com suas elaborações sobre o discurso, tudo o que fazia voltar ao sujeito individual como moeda soante. Ele propôs, em seu dispositivo de análise automática do discurso, um método de leitura que faz explodir a unidade de um sujeito escritor-leitor. A questão do sujeito se coloca em seus textos como um lugar de crítica, como um tema obsessivo. (MALDIDIER, 2003 pp. 33-34)

Procurando resolver o problema do sujeito, como afirmamos acima, ele entra em diálogo com Lacan. Considerado um estruturalista por alguns e um pós-estruturalista por outros, Lacan começa a elaborar o conceito de sujeito ao

La ideología interpela a los individuos como sujetos

Esta tesis viene simplemente a explicitar nuestra última proposición: la ideología solo existe por el sujeto y para los sujetos. O sea: sólo existe ideología para los sujetos concretos y esta destinación de la ideología es posible solamente por el sujeto: es decir por la categoría de sujeto y su funcionamiento. (ALTHUSSER, 1992 p. 29)

Esse texto será retomado por Pêcheux para pensar a noção de sujeito na *Análise de Discurso*.

perceber que, a estrutura psíquica em determinado momento cessa e, nesse momento, a subjetividade começa.

O ano de 1975 é o momento no qual encontramos, de acordo com Mالدیدیر, a etapa mais apurada da teoria na qual a noção de sujeito em Pêcheux sofre mais um ajuste, ela ganhará mais um traço. O sujeito, a partir desse momento, é um sujeito social dotado de inconsciente. Isso pode ser observado no seu modo de constituição. Os indivíduos constituem-se em sujeito a partir do Outro. Esse traço novo na teoria pode ser lido a partir de um diálogo explícito de Pêcheux vai travar com Lacan, como já afirmamos. No livro **Semântica e discurso** em nota de rodapé cita Lacan

“ (...)o sujeito só é sujeito por ser **assujeitamento ao campo do Outro**, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro”(J. Lacan, O Seminário-Livro II: Os quatro Conceitos,p.178) (PÊCHEUX, 1997 p. 183)(o negrito é nosso)

E mais adiante também afirma, como mencionamos acima:

“um significante representa o sujeito para⁴² um outro significante”, o que acarreta que o significante não representa nada para o sujeito, mas opera sobre o sujeito fora de toda compreensão; “o sujeito, se ele já pode parecer escravo da linguagem, o seria tanto mais de um discurso – em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito desde o seu nascimento – quanto se assim o fosse sob a forma de seu nome próprio : o “nome próprio” não é uma propriedade como os outros, e ele designa o sujeito sem representá-lo. (PÊCHEUX, 1997 p. 264)

Observamos nas duas citações o diálogo cruzado de Pêcheux com Foucault e Lacan. De Foucault traz a noção de assujeitamento a, e de Lacan o enfrentamento ao campo do outro que constitui o indivíduo em sujeito. Mas não

⁴² Tomamos a liberdade de corrigir a tradução . A célebre citação de Lacan diz “representa um significante para um outro significante” . Se afirmasse que o significante representa um sujeito por outro significante estaria-se afirmando uma relação de substituição, o que não condiz com o que o autor desenvolve nessa parte do texto como mencionado acima.

podemos esquecer-nos do diálogo estabelecido com Althusser. A partir dele entrará nessa constituição a noção de Ideologia. Assim, Pêcheux afirma que os indivíduos se constituem como sujeitos interpelados pela Ideologia.

Desse modo, o conceito de sujeito em **Semântica e Discurso**, fica configurado do seguinte modo: o sujeito se dá no processo de representação. Ele resulta do contato das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção na modalidade discursiva da discrepância (a qual funciona por contradição). Por outras palavras, entre um sujeito sempre já aí e o que se está constituindo nesse ato.

Este processo é um processo significativo de interpelação-identificação da Ideologia pelo qual um significante se torna significativo para outro significante, ele se constitui como sujeito. Em outras palavras, se desdobra, se divide e age sobre si como outro de si. Nesse momento o sujeito se encontrará preso nessa rede de nomes comuns e nomes próprios, efeitos shifting e construções sintáticas.

Agora, tanto os recalques quanto o assujeitamento ideológico encontram-se intimamente relacionados, entrelaçados, mas não fundidos na categoria. O sujeito, de fato, funciona no discurso, entendendo discurso como efeito de sentido entre interlocutores. A questão ganha outras nuances. Não é somente problemática a escolha de uma noção de sujeito que permita a mobilidade necessária para a AD, senão que tem que ser observada a relação que esse sujeito estabelece com o discurso. Ele não é o autor nem é o criador do discurso, senão que essa relação estará inserida no interior de uma prática política⁴³ e em certo momento histórico.

⁴³ Filiamos-nos ao conceito de político elaborado por Guimarães 2002 retomando Rancière que afirma que: O político, ou a política é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem

Mas os estudos de Pêcheux se centrarão na relação deste processo na língua. Desse modo, para poder observar como esse processo se dá no campo do discursivo, ele diz o seguinte:

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é na qual é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1997 p. 163)

Essa noção de sujeito desenvolvida por Pêcheux em 1975 será revista no seu artigo só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. Nesse texto, publicado em 1978, o autor revisa vários pontos da proposta elaborada em 1975. Revisa fundamentalmente o conceito de sujeito por ele cunhado e propõe alguns deslizamentos. Um deles é sua relação com o conceito de assujeitamento lido em Foucault. Pêcheux afirma que o assujeitamento não se dá sem resistência como não há dominação sem resistência. Desse modo, ele toma uma posição definidamente materialista que afirma: é preciso “ousar se revoltar” e compreender o processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica e política de classes. (Pêcheux, 1997 p.302-303) Mas, o autor afirma que para resistir é necessário evitar fazer com que a ideologia dominada seja um calco eterno da dominante, nem o auto-aprendizado pelo qual se “descobre” o engano ao qual foi submetida pela classe dominante, nem um saber exterior que pode romper o encanto da ideologia dominante.

fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe esteja negada. (Guimarães; 2002:16)

Outro ponto de crítica estará relacionado com o fato de levar adiante a noção de um ego-sujeito-pleno em que nada falha. Esse é precisamente um ponto de falha (valha a redundância). Pêcheux dirá:

Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura: o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/non sens do sujeito dividido. (PÊCHEUX, 1997 p. 300)

O sujeito, desse modo, é um sujeito dividido. Por um lado ele tem a ilusão de ser o autor e por outro ele é se pensa a testemunha. Pêcheux afirma que há uma relação entre sentido e non sens. Tomando como ponto de partida que o sentido, ele se produz no non sens. Assim observa que no non sens se produz o deslizamento do significante. Tal deslocamento não tem origem e deixa traços no sujeito-ego da “forma sujeito” ideológica. O sentido é produzido juntamente com o sujeito através da interpelação ideológica. Esta, enquanto ritual, está sujeita a falhas (uma palavra por outra, um lapso, etc.).

Considerando o afirmado, a constituição do “não sujeito” em sujeito se dá pela identificação dele com uma formação discursiva. Por sua vez, a Formação discursiva, cunhada por Foucault e relida por Pêcheux⁴⁴, está em relação direta com a Formação ideológica. De acordo com o texto de 1975, escrito em colaboração com Fuchs, o autor diz que toda Formação ideológica encontra-se constituída por uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito dentro de uma conjuntura determinada. Por outro lado, a Formação Ideológica é definida por Courtine a partir de uma citação de Haroche. Nela, ele nos traz:

⁴⁴ Esses conceitos serão vistos em detalhe na Parte 2: Metodologia.

On parlera de formation idéologique pour caractériser un élément susceptible d'intervenir comme une force confrontée à d'autres forces dans la conjoncture idéologique caractéristique d'une formation sociale à un moment donné: chaque formation idéologique constitue ainsi un ensemble complexe d'attitudes et de représentations qui ne sont ni individuelles, ni universelles mais se rapportent plus ou moins directement à des positions de classes en conflit les unes par rapport aux autres. (Haroche et coll., 71 p. 102 In Courtine; 1981p.34)

Neste ponto específico, podemos pensar que essas relações são relações de poder, no nosso caso específico há uma tentativa de exercício de poder do dono sobre o corpo do escravo e a evidência de que o escravo exerce o poder sobre o próprio corpo. Essas são forças em conflito na conjuntura ideológica da sociedade escravagista brasileira entre 1870 e 1880, na cidade de Campinas.

Assim sendo, nada garante que aquela formação discursiva que é encontrada ao início da análise persista até o fim, que ela não mude ou transmute nem que será descoberta sua delimitação e sua **individualização**. Elas não definirão, certamente, a medicina ou a economia nem, seguramente, introduzirão cortes imprevistos. A Formação Discursiva encontra-se na linguagem. Ela é o lugar da constituição do sentido e, por sua vez, dissimula sua relação com o interdiscurso intrincada nas Formações ideológicas através da transparência do sentido.

A Formação Discursiva veicula a Forma Sujeito do discurso. Chegamos, portanto, à categoria de forma-sujeito do discurso. Quando um indivíduo constitui-se como sujeito não o faz de modo anárquico nem alheio à história e à sociedade, ele o faz a partir de uma relação de identificação⁴⁵ que

⁴⁵ Quando falamos de Relação de Identificação pensamos no afirmado por Zandwais(2005) quando trabalha o desdobramento do sujeito como efeito de diferentes tipos de relações: desiguais, contraditórias e sobredeterminadas. Ela dirá: o sujeito se descubra como efeito do complexo de relações desiguais, contraditórias e sobredeterminadas que permeiam sua condição de sujeito interpelado, e, ao mesmo tempo, como enunciador, tornando-se sujeito à –de sua palavra. as modalidades que relacionam os diferentes processos pelos quais passam as

estabelece com uma formação discursiva, na qual ele se constituirá como sujeito. A identificação do sujeito com a formação discursiva será feita pelo viés da forma sujeito, o sujeito identificar-se-á com a forma-sujeito, não com toda a formação discursiva. A relação do sujeito com a formação discursiva dar-se-ia através da forma-sujeito.

Pela forma-sujeito, o “sujeito do discurso” (ego imaginário) se identifica com a Formação Discursiva que o constitui. (PÊCHEUX, 1997 p. 167) Uma forma sujeito é determinada por leis psico-lógicas do pensamento (Articulação: processo de sustentação que provêm da linearização ou sintagmatização do discurso transversal no intradiscurso) e que por sua vez são determinadas materialmente na própria estrutura do interdiscurso. A Forma sujeito tem a tendência de absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso. Ela simula o interdiscurso no intradiscurso, como diz Pêcheux. Na forma sujeito, portanto, pode ser observado o desdobramento do sujeito. Ele desdobra-se em Sujeito(universal) da ideologia e em sujeito do saber que ocupa o espaço onde se coloca o sujeito do enunciado.

Em uma Forma-sujeito encontramos diferentes Posições de sujeito. Indursky afirma, quando trabalha a categoria de Formação discursiva e a forma sujeito que a organiza, o seguinte:

estamos diante de um conjunto de diferentes posições de sujeito, que evidenciam diferentes formas de se relacionar com a ideologia e é esse elenco de posições-sujeito que vai dar conta da forma-sujeito. (INDURSKY, 2000 p. 76)

A Posição de sujeito é uma relação de identificação entre o sujeito enunciativo e o sujeito do saber. Dita relação dá-se em uma formulação e varia produzindo diferentes efeitos sujeito.

Courtine (1981) diz a respeito da posição sujeito :

relações de identificação dos indivíduos com o Sujeito Universal (as ideologias) não são evidentes, nem diretamente apreensíveis, enquanto formas de apropriação-reprodução-transformação de efeitos de pré-construídos que dominam os sentidos de seu dizer. (ZANDAWAIS, 2005)

Nous concevons donc une position de sujet comme un rapport déterminé qui s'établit dans une formulation entre un sujet énonciateur et le sujet du savoir d'une FD donnée. Ce rapport est un rapport d'identification, dont les modalités varient, produisant différents effets-sujet dans le discours. La description des différentes positions de sujet à l'intérieur d'une FD ET des effets qui y sont liés est le domaine de description de la forme-sujet. (COURTINE, 1981 p. 43)

As posições de sujeito não são fixas, nem únicas e nem definitivas. Quando um indivíduo se constitui como sujeito não o faz uma vez e para sempre ficando preso nessa forma sujeito, ele constituir-se-á como sujeito em diferentes momentos e situações tomando diferentes posições de sujeito. As formulações de Pêcheux resultam fundamentais para poder observar a mobilidade no discurso de diferentes posições, para observar a fluidez do discurso através da história como é nosso caso.

1.1.5.- Por uma teoria do nome próprio

Observamos nesse capítulo, o tratamento que deram os diferentes autores que trabalham o problema do nome próprio, nos estudos da linguagem. A partir desse estudo concluímos que o nome próprio não é uma categoria fixa e imutável. Observamos que há um ato de nomeação inicial mas que ele não perdura imutável e puro através do tempo, ele muda de acordo com as diferentes situações e momentos. Diferentes discursividades se relacionam com cada nomeação. Não pensamos que a mudança do nome próprio de uma pessoa é simplesmente uma mudança eventual ou acidental e sem sentido. O fato de ser nomeado José em um momento e Pepe no outro não responde a uma simples

curiosidade de costumes. Essa mudança de nome evidencia uma mudança de posição. Ele está sendo nomeado ou se auto-nomeia a partir de diferentes posições que refletem diferentes práticas políticas. Observamos, na nossa análise, que ela encontra-se relacionada com diferentes posições de sujeito a partir das quais o nome é proferido. Nesse contexto, o nome próprio institucionalmente reconhecido pelo Estado evidencia somente mais uma das posições sujeito possíveis, mas não a única e principal.

Afirmamos, a partir do elencado acima, que o nome próprio, ao ser uma categoria móvel, evidencia práticas políticas diferentes. Ele dá indícios de diferentes posições de sujeito do discurso. Desse modo, podemos entender porque o dono do escravo reclama Romão que diz chamar-se Matheus. Romão é o nome próprio que refere a uma determinada posição de sujeito específica, a do escravo enquanto propriedade do dono que assim o nomeia. E Matheus diz respeito à nomeação que o escravo faz de si enquanto domínio de si sobre si. Em outras palavras, o fato de uma mulher ser chamada de Mãe em casa pelos filhos, Rosa no trabalho pelos colegas e Rossi pela mãe na casa dos pais diz respeito a diferentes posições de sujeito que essa mulher assume e dita diferença evidencia-se na língua através do nome próprio. Cada uma delas será diferente e refletirá uma prática social refletida na língua de modo diferente. Ela poderá corresponder à mesma formação discursiva e inclusive à mesma Forma-sujeito, porém a posição de sujeito será diferente⁴⁶.

No caso de Romão e Matheus, por exemplo, elas correspondem a uma mesma Formação discursiva: a escravista, a mesma Forma-sujeito que a organiza e Posições de Sujeito contraditórias: a que o nomeia como propriedade e a que não. Propomos, portanto, considerar que o nome próprio de pessoa não é uma categoria fixa, ele evidencia uma posição de sujeito. O ato de nomear uma pessoa é um ato efêmero, não permanente nem eterno. A Filosofia da Linguagem afirma

⁴⁶ Foi apontado pelo Prof. Dr. Guillermo Milán que também podem ser considerados os “nomes de guerra” e os nomes dos Papas da Igreja nos quais se evidenciaria uma desafiliação e uma nova filiação.

que o nome próprio é igual a uma descrição definida. Supõe-se, nessa afirmação, que o nome próprio de pessoa é sempre o mesmo e não considere outros nomes ou nomeações como válidos ou plausíveis de análise. Não somente consideramos os casos de outras nomeações como marginais, mas como diferentes posições de sujeito que são adotadas em diferentes acontecimentos enunciativos. O nome em cada momento evidenciará o lugar que o sujeito ocupa em uma série, nesse acontecimento enunciativo específico.

Estamos em posição de responder a pergunta de Pêcheux:

a imposição do “nome próprio” constitui a forma em edição príncipe do efeito de pré-construído, que representa a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso (aquilo por meio do qual ele diz: “Eu, fulano de tal”) como “sempre –já” sendo sujeito, isto é, a modalidade discursiva sob cujo domínio ele é produzido como causa de si, com seu mundo, seus objetos e seus sujeitos, mantendo a evidência de seus sentidos (PÊCHEUX, 1997 p. 264)

Acreditamos que a resposta é positiva. Mas também pensamos que essa interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso, dada pelo nome próprio, não corresponde eternamente a esse sujeito, ela dura enquanto evento, enquanto acontecimento na ordem da história. Dizer que o nome precede a pessoa (afirmação comum na psicanálise de cunho lacaniano) escolhida pelo pai antes mesmo do filho nascer diz respeito a uma das determinações a que esse indivíduo estará exposto. Embora importante, ela não será a única determinação, embora seus traços fiquem no tempo não serão os únicos. Haverão outras determinações em outros acontecimentos enunciativos que o nomeiem.

Capítulo II : Descrição

1.2.0- Introdução

Para realizar a análise do nosso corpus, diversas perspectivas da descrição foram observadas. Em geral, quase todas elas propunham a descrição como modo particular de organização textual juntamente com a narrativa e a dissertação. Assim, as técnicas de elaboração de textos descritivos, como também sua relação com a percepção, foram tomadas como dados constitutivos desse tipo de textos. (Ver Filinich 1995, Gramatic 1995, Castro 1988, Koch 1987). Nesse capítulo observaremos as teorias da descrição propostas por Genette, Filinich, Hamon e Orlandi procurando nestas, elementos que contribuam para a análise das descrições presentes no nosso corpus. Partimos da hipótese que, nas descrições dos anúncios de fuga de escravos, constitui-se uma imagem singular do escravo. Este será constituído como sujeito de uma sociedade. Nosso trabalho visa observar os processos, que acontecem na descrição, relacionados com a constituição do escravo como sujeito. Em outras palavras, como essa constituição se materializa no texto do anúncio.

1.2.1- Um quadro da descrição

A descrição vem sendo trabalhada na Teoria Literária, na produção textual e na Lingüística Textual como “suporte”, como texto explicativo de uma narração ou de um texto expositivo. Também se encontram estudos sobre a descrição que se referem especificamente a seus fenômenos lingüísticos.

A Semiótica poética⁴⁷ adota, a partir dos anos 60-70, a perspectiva de Genette (1966) e Barthes (1968) quando deve lidar com ela. O teórico francês trata da descrição no texto *Fronteras del relato*. Nele, tenta responder à pergunta: Porque existe o relato? Para tal faz um retorno aos princípios propostos por Aristóteles na *Poética* onde o relato (diégesis) é um dos modos da imitação poética (mímesis). Genette conclui que, sendo a mímesis considerada uma imitação perfeita e a diégesis um relato dos relatos, imitação imperfeita, só é possível se enfrentar com a segunda já que a primeira, por ser perfeita é a coisa mesma.

Partindo dessa impossibilidade, o autor diferencia, no seio mesmo da diégesis, a narração e a descrição. A primeira seria a representação de ações e a segunda a representação de objetos e personagens. A descrição aparece, nesse autor, com a função de auxiliar do relato por vocação.

Assim sendo, as funções da descrição, dentro desse contexto, serão basicamente duas:

- a- decorativa, puramente estética (refere-se a descrições amplas, extensas e detalhadas: predominantemente encontradas nos textos barrocos);

⁴⁷ A Semiótica Poética dos anos 60 a 75 orientou seus estudos para os modos de organização narrativa dos textos. Assim, por um lado encontram-se os trabalhos de Greimas, Genette, Todorov, Brémond . Alguns dos autores que retomam o trabalho de Genette e Barthes são: Jean-Michel Adam e André Petitjean (1989), Hamon (1991), Filinich (1990). Por outro lado, Jakobson, Levin, Ruwet e Geninasca pesquisaram a respeito dos modos de organização dos textos baseados em princípios que frisavam o trabalho do significante. Eles procuravam definir formalmente o enunciado poético propriamente dito.

b- explicativa e simbólica, desenvolvida fundamentalmente com Balzac (utiliza-se no relato como justificativa e revelação da natureza psicológica das personagens).

A definição da Descrição dada por Genette, será então:

Se detiene sobre objetos y seres considerados en su simultaneidad y ...enfoca a los procesos mismos como espectáculos, parece suspender el curso del tiempo y contribuye a instalar el relato en el espacio.” (GENETTE, 1966 p. 201))

Deste modo, não haveria uma restituição temporal no relato como aconteceria na narrativa. Nela haveria uma representação de objetos simultâneos e justapostos no espaço sem noção de sucessão temporal.

No âmbito da Semiótica, Filinich (1995), propõe que a noção de descrição recobre uma série de operações premeditadas, artificiais, de segundo grau, realizadas sobre aquilo que se descreve. (Filinich; 1995:95) Durante muitos anos a autora dedicou-se ao estudo das descrições no âmbito da Semiótica. Em 2003 publica, na **Enciclopedia Semiológica** editada pela Universidade de Buenos Aires, o volume **Descripción**. No mesmo ela propõe uma Semiótica do discurso descritivo. Para tanto, elabora uma proposta na qual define, em primeiro lugar, discurso. Ela parte de uma base benvenistiana que contempla a existência de um enunciador que se apropria de um sistema de significação e o põe em funcionamento. Tomando essa base como ponto de partida, ela afirma:

El discurso, en el sentido que aquí se asume, ocupa-como lo propone Parret (1987)- un lugar intermedio entre el concepto de lengua, entendida como el conjunto de articulaciones del sistema, y el de habla, en tanto realización individual de la lengua por parte de los hablantes. Entre ambos extremos, uno que da cuenta del sistema abstracto y otro que registra las variaciones concretas e individuales del uso, puede ubicarse una zona intermedia, un lugar de tránsito (que va de la competencia abstracta a la ejecución particular de un acto de habla), lugar que posee sus propias regularidades, sus estrategias, sus dimensiones. (FILINICH, 2003 p. 14)

Assim sendo, o discurso configura-se, no interior desta proposta, como um nível de análise. Ele será o espaço no qual o sistema de significação está em funcionamento sustentado tanto por traços gerais quanto por traços específicos, do tipo discursivo que lhe é correspondente.

Em um segundo momento, Filinich define enunciado como aquilo que é dito, informado, objeto do discurso, e, nesse sentido, enunciação como o processo no qual o eu interpela um tu. Tanto o enunciado quanto a enunciação, juntos, constituem o que ela denomina discurso. Por outro lado, no início deste volume também estará definido o conceito de descritivo. O Descritivo diz respeito a um tipo específico de organização textual e de estratégias que possibilitam sua presença textualmente. Assim, a autora separa o estudo em duas partes. Uma relacionada com o enunciado descritivo e outra relacionada com a enunciação descritiva.

O enunciado descritivo é o dito e informado, objeto de discurso organizado de modo específico. A enunciação descritiva é o processo pelo qual o eu organiza seu enunciado através de estratégias que visam o reconhecimento de dito enunciado como descritivo e que está direcionado a um tu. Nesse contexto, a descrição será definida como:

La descripción dispone el material verbal basándose en el criterio de la simultaneidad temporal e instala en el discurso la presencia de un descriptor y un descriptario (en términos de Hamon) (FILINICH, 2003 p. 16)

As categorias de descritor e descritário dizem respeito ao esquema Jakobsoniano de receptor e produtor ou, em outras palavras, destinatador e destinatário. Ainda, para a autora, haverá outro conceito importante nesse esquema, ele será a simultaneidade temporal. Para ela, a descrição coloca seus termos de modo simultâneo e propõe os objetos como uma duração ou como um sistema no qual as transformações já foram realizadas. A descrição faz do seu objeto um espetáculo no qual o tempo está suspenso, mas não negado. A

simultaneidade, para Filinich, dá-se no nível do enunciado e da enunciação, ou seja, por um lado entre os objetos descritos e, por outro, entre aquilo que é percebido. Quem percebe tanto se observa como é afetado. Esse mundo que se sente seria um mundo afetivo que se põe em movimento e do qual surge outra série de significações. Elas serão atribuídas a um sujeito, o sujeito passional. Ele nasce a partir de um modo particular no ato descrito.

Configura-se, desta maneira, a descrição como um ato composto por outros dois: um perceptivo e outro descritivo. Eles serão, ao mesmo tempo, separáveis e complementares. O ato perceptivo corresponderia à atividade perceptiva do sujeito, onde o mesmo se coloca como “perceptor abstrato do mundo”. Os processos relacionados, próprios da interação entre sujeito e objeto, são os seguintes:

- 1- Deictização do espaço: focaliza-se a percepção sobre determinada personagem que se assume como observador e, a partir da qual se tomará o ângulo da percepção (visual, auditiva e valorativa).
- 2- Resemantização do espaço: são as sensações do percebido, visuais, auditivas ou tácteis, que provocam o observador que, por sua vez, as restitui ao mundo sensível através de seus valores empáticos.
- 3- Reflexão sobre a própria atividade perceptiva: aquisição de um saber através da incorporação do desconhecido no contexto do conhecido.

Por outro lado, as operações próprias da atividade descritiva são:

- 1- Re-escrita de outros textos: partindo do pressuposto de que a descrição em si mesma parte de um saber constituído e ordenado de acordo com critérios estabelecidos e que demandam do leitor uma operação de reconhecimento.

2- Declinação de termos: termos como lua, sol, céu ou tarde podem ser subsumidos sob o termo paisagem por uma utilização da sinédoque a partir da qual se realiza um desdobramento dos termos primeiros. Es propio de la descripción realizar una equivalencia entre una denominación y una expansión (Filinich, cf. Hamon 1981)

3- Profusão de figuras: imagens que recriam uma imagem do descrito através do uso de diversas figuras retóricas, epítetos (ilusórias imagens, vago e vivo campo, tarde íntima, confusos prados), zeugmas (una música molhada de folhas e de distância), prosopopéias (um farol se aproximava), enumerações, etc.

Pode-se afirmar que, a atividade perceptiva finaliza no início da atividade descritiva, observando-se um fazer pré-lingüístico fundado nos sentidos e um fazer lingüístico submetido às regras do discurso descritivo. O texto descritivo implica, geralmente, uma situação comunicativa desigual na qual um sujeito mais informado comunica um saber a quem está menos informado. (FILINICH, 1995 p. 100)

Para a autora, a descrição superpõe outra ordem àquela que é oferecida pelos sentidos, a ordem da linguagem. Ela é o reino do descontínuo. Conforme esse ponto de vista, propõe três dimensões intrincadas agindo no ato da descrição: a pragmática, a tímica e a passional. O sujeito nelas é único entretanto se encontra em diferentes esferas de atuação. Essas três dimensões agem tanto no nível da enunciação como no nível do enunciado. Por isso, no que se refere ao enunciado: à dimensão pragmática corresponde a ação realizada pelos sujeitos no enunciado; à cognoscitiva os lugares de saber desses sujeitos e à passional os sentimentos dos mesmos.

No nível da enunciação estas dimensões correspondem, sucessivamente, à realização material do enunciado, à transmissão do saber, ou seja, às perspectivas e às relações empáticas ou paixões do sujeito passional. Para cada dimensão haverá um sujeito específico, um sujeito enunciativo que lhe

corresponda: sujeito descritor, sujeito observador e sujeito passional respectivamente.

Para finalizar, a autora afirma que a descrição se apresenta como uma organização semântico-sintática superposta à experiência sensível. Ela representa o desdobramento da atividade sensorial do sujeito. Filinich afirma:

Regresando ahora a lo que aquí nos ocupa, el discurso descriptivo, sostenemos que su presencia emerge a la superficie y se hace más perceptible, no por efecto de ciertos rasgos de carácter lingüístico (como podrían ser la acumulación de sustantivos y adjetivos, por otra parte, en efecto son señales del predominio de lo descriptivo pero no explican su aparición) o por el tipo de referente que se hace objeto del discurso (personajes, paisajes) sino por efecto de un cambio en la posición del enunciador, el cual para organizar la materia verbal, pone el acento sobre ciertas lógicas, la de la aprehensión y el descubrimiento (del mundo y de si mismo) y la del acontecimiento (en tanto afectación del ánimo de un sujeto) en detrimento de la lógica de la transformación (sometida a un programa de acción). (FILINICH, 2003 p. 30)

Filinich retomará no seu trabalho as pesquisas de Hamon. Ele escreverá uma **Introducción al Análisis de lo Descriptivo**. O autor apresenta a proposta de observar não somente a descrição, mas também, e sobretudo, o descritivo. Comenta, no primeiro capítulo, que desde a Antigüidade, a descrição parece não pertencer a um gênero particular. A utilização desta sempre visava fins específicos. Dessa maneira, no Século XVIII, ela será tributária de fins militares, a partir das descrições geográficas e históricas, terá propósitos enciclopédicos, etc.

Na literatura, por exemplo, ela foi considerada como “decoreção” subordinada a instâncias textuais consideradas mais importantes como a narrativa. Só com o *nouveau-roman* a descrição deixará de ser somente um elemento do sistema decorativo para ser o motor gerador do texto e o meio de eliminar valores que se acreditavam.

Hamon analisa práticas discursivas literárias e não literárias demonstrando a necessidade de se aprofundar nos estudos da descrição.

Reconhece que a descrição não somente é encontrada na literatura, mas também está presente em todos os textos e momentos da vida. Descreve-se um amigo, uma situação, uma receita, um modo de fazer. Por esse motivo, não a considera marginal a outro tipo de textos. A partir desta posição é possível observar que a função, historicamente outorgada à descrição, como a que resgata Genette, é falha.

Hamon (1991) comentará que para o discurso normativo sobre a descrição:

Aparece siempre como lugar amenazante: el “detalle inútil” (Boileau), lo azaroso y lo aleatorio (Valéry), lo imprevisible de su aparición, el exceso de “lujo” (Lamy), la proliferación y la amplificación infinita del léxico, el “salto” del lector, su aburrimiento, la heterogeneidad estética, el exceso de erudición, la intrusión del mundo del trabajo, etc. Hacen pensar que la descripción sería quizás ese lugar del texto donde la potencia generativa del lenguaje se mostraría bajo su aspecto más evidente y más incontrolable. Lo que tal vez explicaría por qué, permitido o restringido a ultranza (en los discursos persuasivo-conativos), expulsado de la poética (y reservado para lo didáctico), marginado (el blasón del cuerpo; el catálogo rabelaisiano), subordinado a las instancias antropomorfas “importantes” de la narración, reservado para los discursos aburridos (el discurso de la erudición, de la ciencia), lo descriptivo parece tener una carta de ciudadanía muy limitada en el seno del discurso sobre la literatura. (HAMON, 1991 p. 43)

Hamon (1991) fala do modo de considerar a descrição como marginal a outros gêneros como pode ser a narração. Contudo, desde esse lugar nos provoca. O fato de ser o lugar ameaçante onde certa produtividade da linguagem para, nos dá indícios de que é nela em que a falha se faz evidente. Nela há a possibilidade de fuga dos sentidos. Aqui a alteridade ameaça a estabilidade dos sentidos.⁴⁸ Um dos motivos do seu tratamento pode ser a possibilidade de aparecer um dizer outro que não aquele que deseja ser mostrado. Ela é o ponto de fuga do texto.

⁴⁸ Essas duas últimas orações retomam a reflexão de Orlandi (2001:13) quando fala a respeito das suas análise de notas de rodapé.

A descrição como re-escrita de outros textos, trabalhando com um saber instituído, situa-se no limiar do dito com o não dito. Em outras palavras, ela põe em relação o intradiscursivo e o interdiscursivo de maneira específica. Ela compartilha com o leitor certo conhecimento comum. O trabalho com o conhecimento comum a respeito do descrito resulta, no nosso caso, altamente relevante.

Por estes motivos, Hamon (1991) propõe uma semiologia do descritivo. O autor afirma que o estudo da descrição não pressupõe, forçosamente, um estudo que reafirme as diferenças já conhecidas em textos puros. Também não diz respeito à confirmação de uma oposição paradigmática com a narração. Cito Hamon:

exige más bien que se elabore un conjunto de proposiciones y de reglas que permita hacer más refinado el análisis de los enunciados, de todos los enunciados (literarios y no literarios) sean cuales sean. Por lo tanto sería útil proponer, para evitar sustantivizar y fijar categorías textuales definidas de manera demasiado masiva, que toda descripción supone un sistema narrativo, por elíptico y perturbado que sea, aunque solo sea porque la temporalidad y el orden de la lectura imponen a todo enunciado una orientación y una dimensión transformacional implícita; y esto se da aun en el caso de ciertos textos con fuerte dominante poético donde las construcciones anagramáticas, repetitivas y los paralelismos formales son el mayor principio de organización (textos límites: los poemas letristas, ciertos poetas surrealistas). Más que la descripción, habría que hablar entonces de lo descriptivo, y considerar de una vez, mas lo descriptivo como una dominante construida por ciertos tipos particulares de textos. (HAMON, 1991 p. 101)

O autor não toma a descrição somente como tipo de texto, ele pensa nos efeitos de texto que a dominam. Assim surge a noção de descritivo, como função do texto como um todo. Esse posicionamento nos ajudará a pensar a descrição fora da dicotomia com a narração e observar que nela não há somente pinturas. Conseqüentemente, afirmamos que na descrição podem-se observar

processos de subjetivação do escravo. Reside nesse ponto a importância da teoria proposta por Hamon para nossa pesquisa.

Orlandi (1989), a partir de uma perspectiva discursiva, procura caracterizar o funcionamento discursivo da descrição. Ela parte de uma crítica a divisão feita por Genette no texto que anteriormente citamos, ainda que se apóie em uma das afirmações do autor. Esse autor afirma que um dos funcionamentos discursivos da descrição consiste em:

se atarda sobre objetos e seres considerados em sua simultaneidade, visando os próprios processos como espetáculos (instauração do voyeurismo), parece suspender o curso do tempo para instalar a narrativa no espaço. (ORLANDI, et al., 1989 p. 113)

Desta perspectiva, a autora afirma que a descrição é de natureza contemplativa e não participativa, ela anuncia o acontecimento. A partir da descrição, instaura-se uma ordem funcional e temporal, dando a possibilidade de colocar a cena em qualquer tempo. A descrição se dá como uma relação entre signo e língua. Para a autora, a descrição não é uma enumeração arbitrária de coisas no mundo, nela se constitui uma relação de interlocução que se regula e se objetiva pela situação discursiva na qual se produz. A partir dessa asseveração podemos pensar que a descrição do escravo não é somente a enumeração das propriedades que o fazem identificáveis. Segundo o proposto, podemos observar discursivamente os processos de subjetivação presentes na descrição.

A autora observa que a descrição: 1- anuncia, 2- modula a representação de objetos simultâneos e justapostos no espaço, 3- rompe a relação com o tempo, 4-instaura nova temporalidade. A descrição é um **modo de enunciação** no qual se constrói uma relação do sujeito-locutor com seu(s) interlocutor (es). Ela define a posição que assume o locutor frente a seu próprio enunciado, a seu(s) interlocutor(es) e frente à situação. Ao deslocar a noção

meramente textual e levá-la a uma dimensão discursiva, Orlandi avança notavelmente nos estudos da descrição.

A partir da enunciação descritiva estabelece-se uma relação de interlocução entre o dono do escravo, que faz o anúncio, e os possíveis leitores do mesmo. A descrição, então, na sua enunciação, compromete o interlocutor (ou leitor). De acordo com Orlandi, em um mesmo movimento ela aponta para algo que será tanto revelado quanto ocultado no mesmo ato.

As análises de Orlandi, no texto que está sendo mencionado, apontam para o exame de procedimentos lingüísticos relacionados à indeterminação. Dessa forma analisa diferentes discursos, a saber: do professor, do bóia-fria, da merendeira, do antropólogo, do vendedor do Mercado, visando observar a fala didático-descritiva. Conclui que a descrição tem diferentes efeitos de sentido cuja produção dependerá dos lugares do saber de onde provenha a enunciação descritiva. Assim, se ela é feita por um professor universitário se configurará de modo diferente, na sua relação de interlocução e na posição do seu enunciador, que se realizada por um agricultor. Ela terá diferentes efeitos de sentido que serão construídos pelo enunciador.

Para a análise do nosso corpus resulta necessário observar outros processos que não os da indeterminação. Precisamos observar os processos de singularização, individualização e objetivação presentes na descrição. Por esse motivo resulta necessário avançar nos estudos da mesma, elaborando uma teoria que permita a análise.

No nosso caso particular, podemos atribuir à descrição, além desses, outros funcionamentos, dado o foco de nossa observação. Portanto, o funcionamento discursivo da descrição, no nosso caso particular, consiste na fixação das relações de referência, sendo que a referência se fixa numa relação do enunciado com o acontecimento enunciativo e, através do acontecimento, com o interdiscurso.

A descrição é, pois, o lugar ameaçante, o lugar da falha. Enquanto na narrativa ou na argumentação encontramos uma seqüência lógica de acontecimentos narrados, na descrição há uma lista associativa. Os fatos acontecem em uma simultaneidade temporal semelhante à do sono. Mas também ela é um funcionamento discursivo no qual se constrói um referente, no nosso caso, o referente escravo. Desta perspectiva, pode-se caracterizar a descrição como processo de referenciação que relaciona o interdiscurso e o intradiscurso de modo particular. No intradiscurso se constrói o objeto de referência, ele dá os indícios do grau de determinação do objeto de referência, ligado ao efeito de pré-construído. O grau de saturação do nome está dado pelos adjetivos e predicacões fornecidas ao nome próprio, sendo que nele não se encontram a totalidade das informações para saturar o referente. Nela, o processo discursivo⁴⁹ que prima é o de sobredeterminação, a partir do qual se darão as relações entre os elementos da descrição. Por esse motivo dedicar-nos-emos ao estudo da sobredeterminação no próximo ponto.

1.2.2- O conceito de sobredeterminação

O conceito de sobredeterminação é chave dentro da Análise do Discurso e fundamental para a nossa análise. Ele foi inicialmente trabalhado pelo marxismo. Pretendemos, nesse ponto, fazer um seguimento do conceito desde suas origens até as re-formulações feitas pela Análise de Discurso francesa.

⁴⁹ Courtine (1981) define Processo discursivo do seguinte modo ao qual nos filiamos: On peut designer par le terme de processus discursif le système des rapports de substitution, paraphrases, synonymes, etc. fonctionnant entre des éléments linguistiques” (Pêcheux, 75, p. 146), qui apparaît comme la matrice de constitution du sens pour un sujet parlant à l’intérieur d’une FD. (COURTINE, 1981 p. 35)

Mao Zedong, nas suas **Cinco Tesis Filosóficas** de (1965), trata da contradição como conceito fundamental dentro da dialética marxista. Assevera que graças à contradição é possível o desenvolvimento das coisas. Para poder estudá-lo é necessário observar seu funcionamento, seu movimento interno, assim como a interconexão e interação das coisas que a rodeiam. De acordo com Mao: todas las cosas entrañan este carácter contradictorio; de ahí su movimiento, su desarrollo. (Mao Zedong; 1965 p.27)

De acordo com a dialética materialista, as mudanças, tanto da natureza quanto sociais, devem-se ao desenvolvimento das contradições internas. Porquanto, pode-se pensar a mudança da sociedade como fruto do desenvolvimento de suas contradições internas, que a impulsionam para a substituição de outro regime social. Assim sendo, para a dialética materialista, as causas externas constituem a condição da mudança e as causas internas são as bases a partir da qual agem as primeiras.

Por conseguinte, a contradição é colocada como o centro, o eixo da dialética materialista. Ela pode ser grande ou pequena, mas sempre será determinada pela contradição fundamental ou influenciada por ela. Algumas contradições resolvem-se ao longo do processo, outras se acentuam e outras, simplesmente, se atenuam. Em relação a elas, Mao afirma:

En el proceso de desarrollo de una cosa compleja hay muchas contradicciones y, de ellas, una es necesariamente la principal cuya existencia y desarrollo determina o influye en la existencia y desarrollo de las demás. (ZEDONG, 1980 p. 52)

As outras contradições ficarão relegadas a uma posição secundária e subordinadas.

A visão marxista de contradição nada tem a ver com uma visão hegeliana da mesma. De acordo com Althusser (1985), a visão hegeliana é mística-mistificada e mistificadora. Ele afirma:

Para hablar claro, ello implica que estructuras fundamentales de la dialéctica hegeliana tales como la negación de la negación, la identidad de los contrarios, la “superación”, la transformación de la cantidad en cualidad, la contradicción, etc.....posean en Marx (en la medida en que vuelven a ser empleadas: cosa que no ocurre siempre) una estructura diferente de la que poseen en Hegel. (ALTHUSSER, 1985 p. 75)

A partir dessa afirmação fica claro que o conceito de contradição, entendido por Mao e Althusser, será o proposto por Engels e Lenin, e que Mao cita, no trecho seguinte:

Engels dijo: “El movimiento mismo es una contradicción”. Lenin definió la ley de la unidad de los contrarios como “el reconocimiento (descubrimiento) de las tendencias contradictorias, mutuamente excluyentes opuestas en todos los fenómenos y procesos de la naturaleza (incluso del espíritu y de la sociedad)” (ZEDONG, 1980 p. 32)

Ela pode ser ilustrada com os seguintes exemplos: O + e o – da matemática; a ação e reação em mecânica; o + e o – da eletricidade; a luta de classes nas ciências sociais.

Althusser (1985) dirá que a contradição é inseparável da estrutura da sociedade onde ela age, das condições formais da sua existência e das instâncias que ela governa. Aliás, ela é afetada pelas mesmas instâncias que governa. É, ao mesmo tempo, determinante e determinada. Poderíamos dizer que é sobredeterminada no seu princípio. A contradição não se encontra “pura e simples” ela sempre está relacionada a outros eventos, a outras contradições; a outras estruturas que, por sua vez, tem contradições. É por esse motivo que Althusser afirma que é sempre sobredeterminada.

Ao ler Marx, Althusser chega à conclusão de que as mudanças sociais, as que lhe ocupam, não se dão simplesmente por uma superação mágica e espontânea de um degrau anterior. As instâncias sociais e históricas não são simplesmente superadas, há outros processos que agem no seu bojo.

O passado, que atravessa todo evento, não age simplesmente como uma sombra senão que ultrapassa essa noção, ele é uma realidade estruturada terriblemente positiva y activa (op.cit. p. 95) Althusser diz:

A partir de un cierto número de realidades, que son justamente para Marx realidades, trátase de superestructuras, de ideologías, de “tradiciones nacionales”, más aún, de costumbres y del “espíritu” del pueblo, etc. A partir de esta sobredeterminación de toda contradicción y de todo elemento constitutivo de una sociedad que hace: 1) que una revolución en la estructura no modifica ipso facto en un relámpago (lo que se produciría, sin embargo, si la determinación económica fuera la única determinación) las superestructuras existentes y, en particular las ideologías, ya que tienen como tales una consistencia suficiente para sobrevivir fuera del contexto inmediato de su vida, más aún, para recrear, “secretar” durante un tiempo, condiciones de existencia y sustitución; 2) que la nueva sociedad salida de la revolución puede, a la vez por las formas mismas de su nueva superestructura, o por “circunstancias” específicas (nacionales, internacionales), provocar, ella misma, la supervivencia, es decir, la reactivación de los elementos antiguos. Esta reactivación es inconcebible en una dialéctica desprovista de sobredeterminación. (ALTHUSSER, 1985 pp. 95-96)

Levando estes conceitos ao campo do discursivo e fazendo os deslocamentos necessários, podemos pensar que os ditos, os discursos circulantes, formam a sustentação de outros discursos. Eles não surgem de modo espontâneo e nem mágico. Discursos anteriores, assim como os presentes e os que virão, darão as condições de possibilidade de outros. Por conseguinte, encontra-se em relação de sobredeterminação com contradições que há entre eles e que tem com outros. A aparição de elementos que se consideravam esquecidos ou superados dever-se-ia, então, à reativação de elementos pré-existentes. Esses não sumiram nem desapareceram, senão ficaram relegados em outra relação de contradição e sobredeterminação que já não é primaria. O acontecimento, no qual esses discursos vêm à tona, atualiza aqueles discursos e os articula com o passado, o presente e o futuro. Visto que já não virão em estado

puro, idênticos ao anteriormente dito, estabelecerão outras relações de contradição. Isso fará com que não signifiquem do mesmo modo.

1.2.3- A determinação intradiscursiva

Indursky (1997) em **A fala dos quartéis e outras vozes** fará o estudo da sobredeterminação começando com Freud, passando por Althusser e, finalmente, pensando-a no discurso. A autora trabalha o conceito relacionando-o especificamente à teoria do discurso. Propõe que as expressões nominais sofrem diferentes determinações intradiscursivas, relacionadas em um segundo nível de determinação. Ela constrói a especificidade da referência discursivamente. Dado que não fica sujeita aos elementos do discurso; ela trabalha com a **dispersão**. A autora afirma que a saturação intradiscursiva corresponde à compreensão e a interseqüencial corresponde à extensão. As relações intradiscursivas participam de um processo discursivo novo, que se opõe ao pré-construído provocando uma ruptura semântica. Desse modo, temos novos sentidos em velhas palavras.

Assim, Indursky sugere que a determinação interdiscursiva, na tentativa de saturar sentidos, se transforma no vestígio de discursos silenciados pelo sujeito de discurso. Estas determinações evocam outros determinantes recalcados justapondo-se ao modo de elipse discursiva. A saturação só se dá através de relações interdiscursivas. Ela é a última face de determinação.

Nessa medida, o termo é saturado através dessas determinações correlacionadas e sucessivas, atingindo a sobredeterminação discursiva dele. Por tal motivo, Indursky assevera que só completando um nível de determinação pode-se aceder ao seguinte, porquanto que se passaria

ciclicamente do enunciado lingüístico à seqüência discursiva, da seqüência discursiva ao processo discursivo e do processo

discursivo ao interdiscurso. A cada novo ciclo, este movimento vai da não-saturação a saturação. Pode-se, pois, dizer que cada nível, ao ser determinado, torna-se determinador de uma nova determinação, daí sobrevindo um processo semântico sobredeterminado. (INDURSKY, 1997 p. 95)

A sobredeterminação discursiva decorre de práticas discursivas sociais mobilizadas por um sujeito de discurso interpelado pela ideologia. Ela provém de uma pluralidade de modos e níveis de saturação discursiva. (Indursky;1995) Esses processos apontam para um efeito de homogeneidade que serve de sustentação à indeterminação.

Observamos que a diferença entre inter e intradiscurso reside no grau de saturação que compete a cada um. Esse grau de saturação seria dado por elementos sintáticos: adjetivos, advérbios, verbos, etc. Quando no intradiscurso encontramos adjetivos, como no caso da descrição, que saturam o sentido do referente, é sinal de que há um deslocamento em curso no interdiscurso, acontecendo um maior grau de saturação no intradiscurso (deslocamento para dentro). Esse é o caso dos anúncios de fuga como veremos no capítulo três, na análise dos adjetivos presentes nos anúncios de fuga de escravos. Mas observemos o seguinte anúncio de fuga:



A saturação intradiscursiva é fundamentalmente realizada por processos de determinação. Ela está dada, de acordo com Henry (1990) por efeitos sintáticos e semânticos que agem em conjunto. Por outro lado, Pêcheux & Fuchs (1975) afirmam:

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de **determinações sucessivas**⁵¹ pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. (PÊCHEUX, 1997 pp. 175-176)

Desse modo, os efeitos semânticos e sintáticos não só agem conjuntamente, mas também de maneira sucessiva no processo de enunciação.

⁵⁰ O anúncio acima diz o seguinte: Fugio-Benedicto, preto, espigado, rosto pequeno e cabeça também pequena, buço, falta de um dente na frente, (parte superior), corpo delgado, signal de um tiro na mamilla esquerda, tem os dois dedos mnimos dos pés arrebitados para cima, costuma ter purgação em um ouvido, falla bem, é ladino, bom cavalleiro, bom carreiro, crioulo desta cidade. É muito facil de ser encontrado em casas de pretos forros, ou pessoas nessas circumstancias. Quem o prender e entregar nesta cidade a Antonio Firmino de Carvalho e Silva, será gratificado com 200\$000.

⁵¹ O negritado é nosso.

De acordo com Ducrot, a função referencial deve ser tomada como, uma função global repartida por todo o enunciado. (DUCROT, 1980 p. 437) Desse modo, a determinação é entendida, a partir das leituras acima realizadas, como processo de formação da referência que age no enunciado de modo **global**, de acordo com Ducrot, e **sucessivamente**, retomando o afirmado por Pêcheux.

Guimarães (2007) afirma que quando se pensa em determinação se consideram relações semânticas entre sintagmas, especificamente no sintagma nominal. Mas essa idéia, de acordo com o autor, é restrita, já que a relação de determinação é construída enunciativamente e, por esse motivo, é recíproca e não em um só sentido como o propõe a Semântica Formal. A determinação, para este autor, é uma relação fundamental para o sentido das expressões lingüísticas. (GUIMARÃES, 2007 p. 3) As palavras significam de acordo com as relações de determinação semântica que estabelecem no acontecimento enunciativo. Dela é constituído o Domínio Semântico de Determinação (doravante DSD) dos termos. O DSD caracteriza a designação da palavra, ou seja, a relação dela com outras palavras em um texto. A designação é uma significação que tem como fim último identificar coisas enquanto coisas significadas. Guimarães afirma que:

Um DSD mostra como o funcionamento das palavras na enunciação constituem sentido (designação e referência entre outras coisas). Ou seja, não se pensa uma língua como organizada por campos específicos que no conjunto nos daria a própria organização do pensamento daqueles que falam uma língua. O DSD é, ao contrário, a caracterização de como, no acontecimento da enunciação uma língua se movimenta ao funcionar. (GUIMARÃES, 2007 p. 15)

A articulação das considerações acima elencadas nos leva a reconsiderar o papel do SN como um lugar privilegiado para a ocorrência desse processo, não descartando o fato de que em outros sintagmas exista. Porém, no nosso caso particular, essas afirmações nos dão lugar a concluir que o processo de determinação das relações de referência começa no verbo e não no SN. Essa afirmação se baseia nas características sintático-semânticas do verbo. Ele

organiza a estrutura da sentença. O verbo mais marcadamente presente no nosso corpus é fugir. Verbo monoargumental pospõe o sujeito. Entre o verbo e o SN, observamos Sintagmas Preposicionais (doravante S Prep.) que participam na individualização do SN posposto. O verbo fugir, de acordo foi demonstrado em Ferrari (2006) ⁵² tem uma especificidade. Ele somente é utilizado para escravos e prisioneiros. Assim, ao iniciar o anúncio com o verbo conjugado na terceira pessoa do singular: **Fugiu**, está indicando a que tipo de ser se referirá o mesmo. Além do verbo circulam na época palavras como fugido, fujão, sempre se referindo a escravos.

A menção do nome próprio resulta suficiente para a identificação ou individualização do escravo, porém, precisa-se singularizar o referente para que ele seja diferente dos outros. Assim o escravo será singularizado, determinado ao longo da descrição de modo global e sucessivo. Os adjetivos se sucederão produzindo a saturação da referência, determinando a referência de modo sucessivo.

A determinação tomada, unicamente, desde a perspectiva do SN, não atinge a saturação intradiscursiva. Porém, se consideramos nosso enunciado de modo global e sucessivo observaremos que a saturação do enunciado começa no verbo que, por suas características sintáticas, pospõe o sujeito. Esse processo discursivo acontece por efeito de determinação histórica

⁵² Semanticamente o verbo fugir, monoargumental, pospõe o sujeito que toma o papel temático de agente. O agente do verbo terá o traço + animado. Tomando o significado do verbo testemunhado nos verbetes dos dicionários da época, observamos que além do traço animado se juntam ao verbo o traço +humano especificando, dentre os humanos, dois tipos só de agentes: escravos e prisioneiros. Por outro lado, em outros anúncios classificados encontramos o verbo desaparecer. Analisamos em **A Voz do dono** que quem desaparece, quem não mais aparece, o faz de modo repentino, súbito, sem motivo. Por essa razão, é que quem desaparece não vai para nenhum lugar, simplesmente deixa de realizar a ação de aparecer. Ele não se mostra mais presente em um lugar. Não há motivo, não há destino. O lugar, onde não mais se mostra esse ser ou coisa, pode ser a sociedade ou aquele espaço físico que está ao alcance dos olhos (à vista). O modo como se realiza esse “fato” (já que ele está deslocado da categoria de ação) é repentino e inopinado, sem motivo sem razão ou sem o uso da razão.

(ideológica) da língua tal como realizada em enunciados no acontecimento enunciativo.

A sobredeterminação atingida pelas determinações, de acordo com as análises feitas por Indursky, aponta para um processo de indeterminação. Esse processo não é observado no nosso corpus. As determinações apontam, especificamente, à subjetivação, por outras palavras, apontam à aparição do escravo enquanto sujeito. Tal aparição será relevante, até indispensável, para a instituição dele como sujeito de direito, sendo que até o momento ele só se constituía como objeto de direito. Tal processo, o de instituir o escravo como sujeito de direito, se dará a posteriori com a liberação dos escravos.

Observamos, pois, como esses processos sintático-semântico-discursivos evidenciam um processo que está se forjando a nível social. Evidenciam uma fase de transição político-econômico-social que terá seu ponto culminante na declaração da liberdade dos escravos.

A particularidade dos nossos enunciados encontra-se no fato de que a propriedade (objeto - escravo) que se reclama está, ao mesmo tempo, sendo subjetivizada. O dono de escravos não reclama uma simples ferramenta porque ele mesmo, através da sua descrição, do seu anúncio, está construindo o escravo como sujeito social que age nas e pelas estruturas sociais. O deslocamento em curso que se observa no interdiscurso é “mostrado” pelo dito no intradiscurso. Está se evidenciando a posição do escravo dentro de um sistema social, o escravagista. Faz-se evidente que, embora o escravo seja reclamado como propriedade (objeto), ele é um sujeito com características, particularidades e peculiaridades. Eis aqui a contradição.

Pode-se observar que os discursos contraditórios que circulam no interdiscurso estão sofrendo uma modificação, está ocorrendo um deslocamento;

aquele que é considerado objeto de direito, propriedade, está sendo configurado como sujeito. Assim, o intradiscurso nos dá os indícios do grau de saturação e evidencia, através de efeitos sintáticos e semânticos, que há um deslocamento em curso no interdiscurso, uma mudança nas contradições primária e secundária que antes mencionamos.

O processo de sobredeterminação é dado pelos níveis de saturação no intradiscurso: fixação do referente, que se relaciona com o interdiscurso: discursos circulantes na sociedade. O produto de práticas discursivas mobilizadas por um sujeito interpelado pela ideologia (dono de escravos) visa um efeito pelo qual cada um dos escravos será um indivíduo diferente do outro, um indivíduo singular.

A ordem dos adjetivos presentes nas descrições de nossos anúncios não é igual em todos os anúncios. O que resulta significativo é o fato de que a presença deles contribui para a determinação de uma imagem pública singularizada do escravo. A fuga do escravo é “anunciada” na primeira parte do anúncio. Após ter sido anunciada a fuga, o anúncio continua com a menção do nome e depois com a descrição do escravo. Embora o nome próprio do escravo seja dito, assim como o do dono e o da fazenda, também mencionados, eles não são suficientes para localizar o escravo na cidade. Não são suficientes para diferenciá-lo dos outros seres que também são escravos. Existe, então, a necessidade de descrever o escravo com o maior detalhe, para que ele seja reconhecido na sua particularidade. Neste momento reconhecemos o ato perceptivo da descrição que propõe Filinich. Ele redundará no ato descritivo que será a escrita da descrição com todos seus elementos. Nessa descrição surge o lugar da falha como nos assinalou Hamon ou, em outros termos, a evidência de uma relação de contradição sobredeterminada.

O escravo será descrito no anúncio e, através dessa descrição, ele aparecerá como um ser singular, diferente de todos os outros, com marcas próprias. Dita diferença é marcada também pela fala do escravo que chega até nós através da voz do dono, como poderemos observar na análise. O mesmo

dono de escravos, que anuncia e descreve o escravo, dá as condições de possibilidade para que ele se constitua como sujeito na sociedade escravagista. Observamos, nos anúncios de fuga, uma situação particular dentro da formação discursiva que os sustenta.

A possibilidade de posteriores enunciações sobre o escravo, sujeito de uma sociedade, surge. O fato histórico da abolição da escravidão não será uma inspiração, nem será espontânea a superação da escravidão. Ela não se modificará em um relâmpago senão que outras estruturas agem para a supervivência da mesma. Essas estruturas que estão agindo no momento da mudança do sistema escravagista podem ser observadas no texto das descrições dos anúncios de fuga.

Evidencia-se, a partir dessas descrições, um deslocamento no estatuto do escravo, antes considerado uma mera ferramenta de trabalho, um modo de acumulação do capital. Ele será um sujeito que possui características individuais próprias e pertence a uma sociedade, estando articulado nela. Será um sujeito singular. As descrições evidenciam esse deslocamento, mas outros discursos sobre o escravo, como o discurso jurídico encontrado nos códigos de postura⁵³, a lei do ventre livre, publicada nos jornais do ano 1871 ou os processos judiciais de escravos, também intervêm no processo.

Dessa maneira, no intradiscorso das descrições dos anúncios de fuga evidenciam-se os indícios do grau de saturação do referente no interdiscorso, dado pelo discurso da lei, dentre outros. No intradiscorso, não só encontraremos esses indícios, mas também um processo discursivo de singularização. O processo de singularização do escravo está ligado à constituição do escravo como sujeito singular e pode ser observado, principalmente, na descrição que comporta,

⁵³ Os códigos de postura eram legislações municipais que regulamentavam o cotidiano da cidade. Nessas produções encontramos enunciações que indicam o como, o quando e onde o escravo deve circular na cidade. Ditas enunciações nos dão indícios do funcionamento de estruturas silenciadas: a resistência continua do escravo. Para mais informações verem “Fuga e Resistência” de Ferrari, A. J. Publicado na revista da Pós-graduação em Lingüística da UFRGS.

também, adjetivos. Eles vão constituindo a imagem do escravo enquanto imagem única, diferente de todas as outras. Nesse espaço, também se faz referência às relações que o escravo estabelece com outros indivíduos. Diz-se a respeito de lugares por onde circula, a modos particulares de agir e de falar, a modos de se relacionar com a autoridade. A diferença da imagem de um escravo particular se daria pela combinatória especial de adjetivos, principalmente, sobredeterminados intra e interdiscursivamente e que não se repete em dois seres do mesmo modo⁵⁴.

Indurky afirma que a sobredeterminação discursiva decorre de práticas discursivas sociais, mobilizadas por um sujeito de discurso interpelado pela ideologia e provém de uma pluralidade de modos e níveis de saturação discursiva. (Indurky; 1995) Estes processos apontam para um efeito de homogeneidade que serve de sustentação à indeterminação, mas também apontam a um efeito de especificidade que será a base de uma singularização.

Mas para podermos observar como agem essas estruturas no texto faz-se necessário a análise das estruturas presentes nos anúncios de fuga de escravos. Essa análise será feita na Parte 3, após expormos nossa metodologia de trabalho.

⁵⁴ É possível pensar também, a partir desses elementos mencionados acima, em mudar a denominação daqueles que viviam sob as condições da escravidão de escravos para escravizados. Dito por outras palavras, sujeitos os quais, contra sua vontade, foram submetidos a um regime que procura homogeneizá-los para dominá-los, mas, embora os esforços por parte do sistema, não consegue a submissão completa dos componentes dessa camada social.

PARTE 2: Metodologia

2.1- A guisa de introdução: Da Singularização e da Individualização

Cabe, portanto, neste apartado, relacionar o desenvolvido na primeira parte deste trabalho com a metodologia de análise que será utilizada na terceira parte: Análise do corpus.

Nosso objetivo inicial do projeto de pesquisa era:

delimitar o funcionamento dos processos de individualização e singularização presentes nos anúncios de fuga de escravos, publicados no jornal Gazeta de Campinas (1870-1880), através do estudo do nome próprio e da descrição de pessoas.

Concluimos que é necessário observar como se encaixa na metodologia de análise, o desenvolvido na primeira parte desta tese a respeito do nome próprio e da descrição.

Chegamos, no início deste trabalho, à conclusão parcial de que o nome próprio de pessoa não é único e nem fixo, referindo a uma pessoa no mundo, nem é uma descrição definida. Ele diz respeito a uma posição de sujeito em determinado acontecimento enunciativo. Nele o sujeito se inscreve em uma posição de sujeito, relacionada a uma forma sujeito do discurso.

A descrição, por outro lado, não será, nesse quadro, uma simples pintura senão que ela será um espaço privilegiado de visibilidade de processos de singularização. Na descrição observar-se-á a relação entre intra e interdiscurso de

modo privilegiado. Ela se configura como um lugar especial de observação da falha. Estamos trabalhando com a hipótese de que a formação discursiva escravagista é heterogênea. Essa heterogeneidade pode ser observada na descrição dos anúncios de fuga.

Nos nossos anúncios, o nome do escravo não está saturado. O fugitivo é procurado pelo nome próprio, o qual não é considerado como suficiente para saturar a referência do indivíduo mencionado. Dá-se então o nome que ele se dá a si mesmo, todavia o nome continua sem estar saturado. Descreve-se o escravo procurando a saturação, a particularização e, nesse momento, surge a noção de que sempre há algo que foge nessa estrutura. O tempo todo há algo que falta, não se atinge e, não obstante se procura. Algo além daquilo que reduz o escravo a sua condição.

Propomos, portanto, observar em primeiro lugar, o que se entende nesta tese por singular e singularidade, e quais os processos que elas incluem. Depois, definir o que se entende neste âmbito por individual e individualização e quais os processos que a elas cabem.

Rajagopalan (2000) nos diz que, afirmar que o singular é o único na sua espécie ; leva-nos para uma questão metafísica, ou seja, diz respeito ao que há. Por este motivo, a questão da singularidade foi sempre um tema muito relevante na filosofia começando pelos pré-socráticos, como Tales de Mileto. O autor começa sua pesquisa sobre a singularidade na época contemporânea com Quine. De acordo com Rajagopalan, para Quine a singularidade localizar-se-ia na predicação das expressões nominais. Tal conclusão se daria, segundo ele, como o resultado de pensar a língua com a função de informar. Por outras palavras, ela seria um conjunto de expressões nominais que podem ser predicadas. Essa herança de Quine vem, por sua vez, de Frege e Russell que já tinham pensado a língua nesse sentido e que, portanto, também pensaram a singularidade no mesmo caminho dos nomes próprios. Na realidade, quase todos os filósofos da área denominada Filosofia da Linguagem, Mill, Ziff, Kripke, por exemplo,

concordam que o problema do nome se relaciona com a singularidade. Por isso, ele tem uma especificidade que exige sua análise separadamente.

Embora o tratamento seja separado, nem todos os autores mencionados chegam à mesma conclusão. Nos filósofos supra citados (Mill, Kripke, Ziff) há uma idéia de nome enquanto categoria fixa e vazia. Lembramos aqui o trabalho de Kripke, já mencionado no Capítulo I da Parte I, no qual se afirma que os nomes são designadores rígidos. Não muito longe desse caminho, Kaplan propõe os nomes enquanto Dthat, ou seja, enquanto dêiticos, mais uma categoria vazia que se preenche no momento no qual se refere a uma coisa no mundo. Esse gesto que aponta, será fundamental para a observação do singular de acordo com estas correntes.

A partir desse percurso, Rajagopalan conclui que o singular é o ponto nevrálgico da Filosofia da Linguagem, no qual todos os filósofos da linguagem chegam e sobre o qual todos ensaiaram elaborar teorias, mas sem conseguir chegar a um resultado consistente. O problema, acreditamos, reside em procurar a singularidade justamente relacionada ao nome próprio. Como afirma Rajagopalan:

Pensar a singularidade equivale a entrar na zona limítrofe do pensamento acerca da linguagem. Persistir em tal interrogação significa preparar o caminho para o próprio desmoronamento da teorização, do esforço de imobilizar a linguagem dentro da camisa de força de uma teoria totalizante. (RAJAGOPALAN, 2000 p. 83)

O singular não se encontra relacionado ao nome nem à nomeação de alguém. Rajagopalan prova isso no artigo acima citado. Por mais que se tente encaixar o singular dentro da linguagem ele não está nela, ele é no gesto, na margem da língua.

Entende Rajagopalan (2000) que, o singular é:

aquilo que sempre resiste a todas as tentativas de teorização, que sempre escapa e sobra, que, no entanto sempre volta para assombrar as teorias, como sinal de capitulação, contentam-se em confiná-lo a um espaço do além. (RAJAGOPALAN, 2000 pp. 83-84)

Portanto, se pensamos a singularidade a partir de uma teoria da linguagem que não seja totalizante, e a reflita histórica, será possível ponderar a singularidade como resto. Dito por outras palavras, se não se procura engessar a língua dentro de um molde pré-estabelecido, encontrar a verdade das proposições, partir de uma idéia de verdade absoluta, então há espaço para analisar que não todo se dá na língua. Há um resto de sentido. É possível pensar assim a singularidade com Orlandi:

Assim, a singularidade não é um efeito da vontade do sujeito, ela resulta do modo singular com que a ideologia o afeta. São essas as determinações a que nos referimos quando falamos que a relação com o sentido é mais indireta e mais determinada (pela história, pela ideologia). (ORLANDI, 2001 p. 100)

Ao pensar em nosso corpus, a singularidade não se encontra no nome próprio de pessoa, ela, no nosso caso, poderá ser observada na descrição. Nesse espaço onde, há lugar para a falha, para a fuga dos sentidos: onde a alteridade ameaça a estabilidade dos sentidos, onde a história trabalha seus equívocos, onde o discurso deriva para outros discursos possíveis. (ORLANDI, 2001, p. 13)

Quando na descrição do escravo encontramos sentenças a respeito de Romão como diz se chamar Matheus, percebemos que ali há algo além da simples nomeação de Romão por Matheus. Há algo que se encontra no nível gestual, do simbólico e que supera a palavra. Isso, para nós, é singular. Se relacionarmos esse momento com um processo de subjetivação afirmamos que: aquele que está sendo falado na descrição se constitui como um sujeito singular. Mas a sua singularidade não residirá nas características físicas daquele que está

sendo descrito, não estará amarrada ao significado de um adjetivo, sua singularidade estará relacionada com esse gesto⁵⁵ que leva o dono a dizer. O espaço da singularidade é o espaço da deriva, e o processo que lingüisticamente observamos relacionados a ele é a adjetivação.

No que se refere à adjetivação é necessário dizer que entendemos que no tratamento dos adjetivos ou no processo de adjetivação não se considera uma mera predicação a respeito de um nome. Entendemos que o uso de adjetivos traz consigo a mobilização de um pré-construído, rememoração de enunciações anteriores - exteriores. Através da adjetivação se faz evidente a idéia de que: eu vejo esta coisa, que vejo o que vejo; ou seja, uma identificação perceptiva. Como afirma Pêcheux (1975), também se faz evidente uma identificação inteligível (sabe-se que esta coisa é o X que..., que corresponde ao sabe-se o que se sabe) (PÊCHEUX, 1997, p. 101).

Esse modo de interpretação é adotado pela geografia, pela astronomia e pela história, enquanto disciplinas. Elas foram, tradicionalmente, disciplinas descritivas. Podemos, assim, relacioná-lo com a descrição dos anúncios de fuga quando o dono descreve, diz que vê o escravo e que sabe que o escravo é X. Pêcheux afirma a respeito destas duas ilusões, que são produto do denominado efeito de pré-construído. Cito Pêcheux:

O efeito de pré-construído aparece, assim, em sua forma mais pura, em que estão ligadas a colocação de uma existência singular e a verdade universal que afeta as asserções que incidem sobre essa singularidade (PÊCHEUX, 1997, p. 136)

⁵⁵ Esse gesto ao qual nos referimos aqui é o da fuga. A fuga se constitui como gesto que provoca uma escrita. A fuga é um gesto enquanto ato no nível do simbólico, que provoca uma escrita, a do anúncio de fuga.

Em relação ao conceito de individualização continuamos afirmando o formulado em Ferrari (2006) que retoma, por sua vez, o trabalho de Michel Foucault em *Vigiar e Punir* e o texto de Poulantzas.

O escravo tem um nome próprio que o individualiza. Essa individualização se dá através de uma localização (o lugar que ocupa numa série dada, dentre outros, pelo número de matrícula) que o distribui e faz circular por um sistema de relações (Foucault 1976). Poulantzas (1985) diz que o quadro material que induz a individualização consiste na organização do espaço-tempo. Ele afirma que a individualização é um espaço esquadrihado, segmentarizado e celular onde cada parcela (indivíduo) tem seu lugar, onde cada localização corresponde a uma parcela (indivíduo), mas que deve apresentar-se como homogêneo e uniforme. (op.cit 72) (FERRARI, 2006, p. 108)

Assim, a individualização será entendida como particularização, como o lugar que o sujeito ocupa numa série, o lugar que lhe é concedido e a partir do qual será vigiado, controlado. É o espaço por excelência outorgado, pela Igreja, pelo Estado, pelas instituições de controle. Ele se diferencia da singularidade no sentido em que, na individualidade, não há espaço para a falha, quando a falha acontece na individualidade surge a singularidade, aquilo que não pode ser dito nem explicado, mas está ali, significa.

A individualização estaria, portanto, relacionada com o nome próprio, com o número de matrícula do escravo, com a localização geográfica da fazenda, com o nome do dono que reclama o escravo. Nessas instâncias surgem os espaços que determinado indivíduo ocupa na série, os espaços nos quais é controlado.

2.2- Do Dispositivo analítico e do dispositivo teórico

Orlandi (1999) propõe que, para a análise de um corpus, é preciso montar um dispositivo. A montagem consiste em diferentes etapas sucessivas que começam no texto, como unidade material e vão até a Formação ideológica. Graficamente a explicita do seguinte modo:

1ª Etapa: Passagem da Superfície Lingüística	Texto
Para o	(Discurso)
2ª Etapa Passagem do Objeto Discursivo	Formação Discursiva
Para o	
3ª Etapa	Processo Discursivo
	Formação Ideológica

(ORLANDI, 1999, p. 77)

De acordo com Orlandi (1999, 2001) para trabalhar em AD é necessário estabelecer um Dispositivo Analítico e um Dispositivo Teórico para a análise de um corpus escolhido. Esta autora entende por Dispositivo Teórico aquele que dá ao analista o método a partir do qual ele pensará o corpus. O analista procura, a partir deste Dispositivo, compreender os gestos que o constituem. Desse modo, como o Dispositivo Teórico, por um lado, é uma construção do analista, uma parte da análise é responsabilidade exclusiva do analista. Por outro lado, a outra parte resulta do alcance da própria teoria da Análise do Discurso. Depende do analista, neste dispositivo, a formulação do problema que atravessará a análise do corpus.

Tomando como ponto de partida uma pergunta, o analista mobilizará alguns conceitos e outros simplesmente não serão utilizados. Justamente dessa seleção, desse corte de categorias utilizadas para a análise, será construído o Dispositivo Analítico, por outras palavras, o Dispositivo específico a ser utilizado na análise em questão. Portanto, o Dispositivo Teórico inclui o Dispositivo Analítico. A pergunta do analista perante seu corpus será a que dará forma a esse constructo e as possibilidades de análise que o corpus apresenta também contribuirão para tal. Desse modo, as conclusões que o analista chega dependerão em grande medida deste último.

Nesta perspectiva, afirmamos que o Dispositivo Teórico utilizado de base nesta pesquisa é o da AD francesa e da Semântica do Acontecimento. Ele sofre, em alguns pontos, alguns deslocamentos necessários para a análise do nosso corpus, os quais serão trabalhados ao longo desta Segunda Parte. Inicialmente, propomos um diálogo, na elaboração deste dispositivo, com o trabalho desenvolvido por Michel Foucault na **Arqueologia do Saber**. Por esse motivo, para poder analisar começamos por tentar definir o que entendemos por nosso objeto de estudo.

2.3- Do objeto de estudo da pesquisa

Para poder estabelecer qual é o objeto de estudo de uma pesquisa, é necessário converter, em um primeiro momento, o dado empírico em um objeto teórico. Como nosso corpus de análise está composto na sua maioria por anúncios de fuga de escravos, acreditamos necessário, primeiramente, converter o dado empírico de um anúncio de fuga em um objeto teórico. Isto implica pensar

o significado da fuga do escravo no período estudado e, a partir dele, observar quais são os lugares possíveis nessa sociedade para o anúncio de fuga do escravo. Assim, definido nosso objeto teórico, seu peso e significado no momento que está sendo estudado, definiremos as séries que podem ser tomadas para o estudo; como propõe Foucault em **Arqueologia do Saber**. O procedimento se centra em

determinar que forma de relación puede ser legítimamente descrita entre esas distintas series; qué sistema vertical son capaces de formar; cuál es, de unas a otras, el juego de las correlaciones y de las dominaciones; qué efecto pueden tener los desfases, las temporalidades diferentes, las distintas remanescencias; en qué conjuntos distintos pueden figurar simultáneamente ciertos elementos; en una palabra, no sólo qué series sino qué “series de series”, o en otros términos, qué “cuadros” es posible constituir... Una historia general desplegaría, por el contrario, el espacio de una dispersión. (FOUCAULT, 1970, p. 16)

A consequência desse trabalho redundava em problemas metodológicos, como por exemplo, a constituição de corpus, coerentes e homogêneos abertos, fechados, finitos, indefinidos. Também a labor implica o estabelecimento dum princípio de eleição. Por isso é necessária a definição dos níveis de análise e dos elementos pertinentes: acontecimentos, instituições, práticas, palavras empregadas com suas regras de uso e campos semânticos que projetam a estrutura formal das proposições e os tipos de encadeamento. Finalmente, é necessário não esquecer a especificação dos níveis de análise; a determinação de relações (causais, lógicas, numéricas, analógicas, entre significado e significante) que permitam caracterizar um conjunto. Todos os elementos anteriormente mencionados direcionam o trabalho para uma metodologia deslocada das tendências tradicionais.

Foucault também propõe observar, por um lado, os modos de exclusão e inserção do objeto de estudo; e pelo outro o recorrido por certas noções atuais

através da própria história da noção, do termo escolhido de modo específico. Foucault propõe, pois, observar:

a) as superfícies primeiras de sua “emergência”, ou seja

mostrar donde puede surgir para después ser designadas y analizadas, esas diferencias individuales que, según los grados de racionalización, los códigos conceptuales y los tipos de teoría de enfermedad, de enajenación, de anomalía, de demencia, de neurosis... Esas emergencias no son las mismas para distintas sociedades, en las distintas épocas y en las diferentes formas de discurso.” (FOUCAULT, 1970, pp. 66-67)

De acordo com Foucault, no Séc. XIX na França, as formas discursivas que tratavam do louco, por exemplo, poderiam estar restritas à família, ao meio de trabalho e social próximo, à comunidade religiosa. Contudo, observa-se que o discurso jurídico o toma em relação à criminalidade, relacionando-a a conduta criminal. (Pierre Rivière, por exemplo). Nesse umbral, nesse campo de descontinuidade, é possível dar ao louco o estatuto de objeto e torná-lo nominável e descritível.

No caso do escravo, as formas discursivas estão espalhadas, misturadas em todos os aspectos da sociedade dos anos 70 do Sec. XIX. Embora o escravo ocupe um lugar marginal na sociedade, sua presença é generalizada, como será observado no primeiro ponto da terceira parte. Os escravos estarão no chafariz; na rua; na casa grande; na senzala ; nos campos; nas vilas, nos quilombos, nos capoeiras, nos processos judiciais exigindo seus direitos, nas rebeliões; nos jornais; nos livros enfim, eles estarão em quase todos os lugares marginais e possíveis. Mas eles nunca estarão em lugares de poder, nunca em governos; universidades ou escolas. Esses espaços são reservados para outros, a eles não lhes é permitido e, em alguns momentos da história, proibido. Mas, embora existam as proibições, eles surgem em lugares e em ações não permitidas. Desse modo, os discursos sobre o escravo circulam nos tribunais; nas leis; nos códigos de postura, nos jornais, na literatura, nos dicionários. O discurso do escravo é um discurso mediado, sempre outro fala e diz o que o escravo diz, reproduz a fala do escravo, o escravo sempre é ouvido através do

outro que diz dele, por ele, para ele. Esses discursos são o que tornam o escravo nominável, descritível. O que nos interessa é observar como esse dizer se constitui e provoca efeitos de sentido.

Continuando com os elementos a observar, em segundo lugar, Foucault propõe que teriam que se descrever certas instâncias de delimitação: a medicina, a justiça, singularmente a justiça penal, a autoridade religiosa e a crítica literária e a artística. Achamos, portanto, que é preciso analisar as grades de especificação que diferenciam uma escravidão de outra, os tipos e modos de escravidão.

Foucault pretende na investigação feita em **História da Loucura**, por exemplo:

saber lo que ha hecho posible , y cómo esos “descubrimientos” han podido ser seguidos de otros que se han vuelto a ocupar de ellos, los han rectificado, modificado o eventualmente anulado. (FOUCAULT, 1970, pp. 70-71)

De acordo com o autor, não seria apropriado nem prudente acusar a aparição desses objetos a um modo determinado de ser da sociedade da época. A formação do objeto surge no conjunto de relações

establecidas entre instancias de emergencia, de delimitación y de especificación. Diríase, pues, que una formación discursiva se define (al menos y cuanto a sus objetos) si se puede establecer semejante conjunto; si se puede mostrar cómo cualquier objeto del discurso en cuestión encuentra en él su lugar y su ley de aparición; si se puede mostrar que es capaz de dar nacimiento simultánea o sucesivamente a objetos que se excluyen, sin que él mismo tenga que modificarse. (FOUCAULT, 1970, pp. 72-73)

Faz-se agora necessário observar as diferentes seqüências que compõem nosso corpus e relacionando-as com outras vindas de outros textos.

2.4- Do corpus na Análise do Discurso

Embora os autores acima citados proponham a elaboração de um dispositivo ou fórmula para a análise, Courtine (1981) afirma que já na composição do corpus estaríamos iniciando a análise. A análise se daria nessa eleição do que Foucault chama series e que Courtine chama seqüências discursivas de um campo discursivo de referência, entendendo campo discursivo de referência como:

(qu'il s'agisse d'un type de discours, par exemple le discours politique; du discours relevant d'une source particulière à l'intérieur du champ du discours politique, par exemple le discours politique produit par tel locuteur ou telle formation politique; du discours relevant d'une source et d'un moment historique détermine, par exemple le discours politique produit par telle formation politique dans telle conjoncture, etc.) en imposant aux matériaux une série successive de contraintes qui les homogénéisent. (COURTINE, 1981, p. 24)

A escolha dessas seqüências responderá aos critérios de exaustividade, representatividade e homogeneidade. De acordo com o autor, o primeiro critério diz respeito a não deixar de incluir seqüências, embora muitas vezes algumas delas perturbem o analista. O segundo diz respeito a não generalização a partir de fatos testados uma única vez e, portanto, de fatos pouco representativos daquilo que se pretende mostrar. Finalmente, o critério de homogeneidade resulta o mais difícil de ser utilizado já que justamente o estudo dos contrastes discursivos não condiz com homogeneidades, pelo contrario, ele convive com a heterogeneidade e este último critério está intimamente ligado à noção de coerência discursiva.⁵⁶

⁵⁶ O terceiro critério é, segundo Courtine, o mais difícil de implementar. O autor afirma:

Nossa posição filia-se ao afirmado por Zoppi-Fontana (2006):

Adotamos uma concepção dinâmica de corpus que o considera em constante construção conforme o desenvolvimento da análise e que possibilita descrever os regimes de enunciabilidade na sua dispersão, tanto nas regularidades de funcionamento quanto nas rupturas provocadas pelo acontecimento.

Desta maneira, procedemos à análise em sucessivos movimentos em espiral que entretecem processos de descrição e de interpretação que levam, por sua vez, a incorporar novos elementos ao corpus inicialmente constituído e a reorganizar e recortar repetidamente o conjunto de materiais reunidos para estudo. O corpus responde, assim, aos objetivos de análise e às perguntas formuladas em relação a uma questão, acompanhando na sua constituição os diversos momentos da pesquisa, razão pela qual podemos afirmar que a organização e recorte dos materiais a serem analisados reflete o estado atual do processo de análise e não um momento prévio a qualquer manipulação analítica. Conseqüentemente, consideramos que o fechamento do corpus é necessariamente provisório e se dá juntamente com a finalização das análises. (ZOPPI-FONTANA, 2006, pp. 95-96)

O conceito de corpus é definido pela autora em 1998, 2005 e 2006. Ela se filia ao conceito cunhado por Pêcheux em 1984 e 1983. O autor afirma que há dois momentos relacionados ao corpus :um de descrição e outro de interpretação. A relação que estabelece entre eles é desigual. O primeiro abre espaço para o segundo de maneira que, no trabalho, o corpus resulta de um processo que se dá, simultaneamente, com o processo analítico. Esse leva em consideração a memória discursiva como principal princípio de legibilidade dos enunciados. (Zoppi-Fontana 2006)

À propos du troisième principe, celui d'homogénéité, les auteurs remarquent qu'il s'agit du << concept le plus difficile à utiliser puisque l'étude des contrastes discursifs exclut l'homogénéité>>. Nous nous efforcerons de montrer dans les pages qui concluent ce chapitre que si le concept d'homogénéité d'un corpus discursif est effectivement difficile à utiliser, c'est au contraire parce que la constitution de corpus discursif en AD s'effectue sous la condition d'un postulat très fort d'homogénéité ou de cohérence discursive, même dans les traitements contrastifs, et que ce postulat d'homogénéité constitue un obstacle à une perspective telle que celle que nous tentons de développer. (COURTINE, 1981, p. 25)

2.5- Das Condições de Produção

Precisamos, para iniciar o processo analítico, observar as Condições de Produção do corpus. De acordo com Pêcheux (2001), cada discurso terá suas Condições de Produção nas quais se somam as relações de interlocução. Elas podem aparecer como interferências de outros falantes, adversários, como no caso do discurso político. Tais interferências podem ser verbais ou gestuais⁵⁷.

Surge a necessidade de definir os elementos estruturais que permitam pensar as Condições de Produção. Em primeiro lugar, Pêcheux (2001) aclara que

os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo e que podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso. (PÊCHEUX, 2001, p. 78)

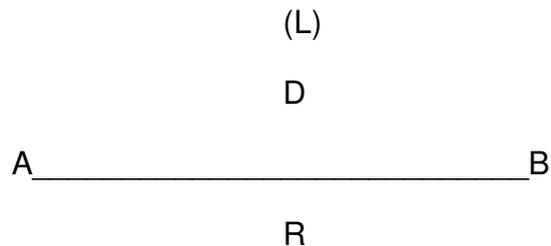
Para poder fazer dita descrição, o autor parte da seguinte hipótese:

A um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariáveis semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo. Isto supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma

⁵⁷ Aqui Pêcheux define gesto como: (atos no nível do simbólico) mas podem transbordar para intervenções físicas diretas. (PÊCHEUX, 2001, p. 78) 78)

seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção. (PÊCHEUX, 2001, p. 79)

Para a representação do processo de produção o autor parte do seguinte esquema elaborado inicialmente por Jakobson (1960)⁵⁸ e re-escrito do seguinte modo:

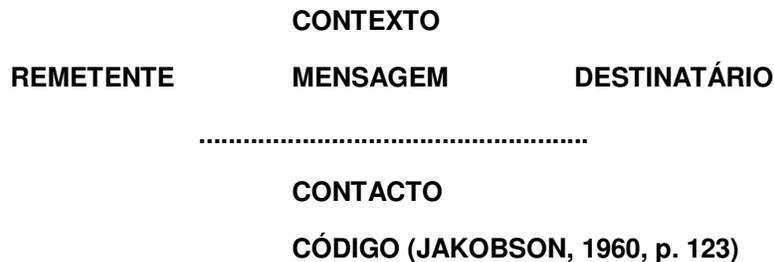


Onde

A: o “destinador”

B: o “destinatário”

⁵⁸ O esquema original proposto por Jakobson em *Lingüística e Poética* é o seguinte:



O autor afirma que: A linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções. Antes de discutir a função poética, devemos definir-lhe o lugar, entre as outras funções da linguagem. Para se ter uma idéia geral dessas funções, é mister uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo processo lingüístico, de todo ato de comunicação verbal.. O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (ou “referente”, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. (JAKOBSON, 1960, pp. 122-123)

R: o “referente”

(L): o código lingüístico comum a A e B.

_____ : o “contacto” estabelecido entre A e B

D : a seqüência verbal emitida por A em direção a B.

O componente D, entendido como mensagem é redefinido por Pêcheux como discurso, efeito de sentidos entre A e B. A e B são re-definidos como: lugares determinados na estrutura de uma formação social. (patrão e empregado, por exemplo). Com respeito a A e B, Pêcheux levanta a hipótese de que estão representados nos processos discursivos em que se colocam em jogo. O que entra em funcionamento é uma série de Formações Imaginárias, imagens que designam o lugar que cada um (A e B) se atribui e atribui ao outro além da imagem do lugar próprio e do outro que eles se fazem. Nenhum processo discursivo estaria, então, isento de ditas Formações Imaginárias que são explicitadas por Pêcheux do seguinte modo:

- 1- a Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A (IA (A))
- 2- a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A (Ia(B))
- 3- a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B (IB(B))
- 4- a Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B (IB (A))

O item R do esquema jackosoniano que implicava a noção de contexto ou situação, na qual se produz o discurso, é re-definida como pertencente às Condições de Produção. Portanto o referente do discurso pertence ao âmbito das Condições de Produção e se trata de um objeto imaginário e não de uma realidade física.

Todas essas imagens que A e B se fazem de si mesmo, do outro e do referente do discurso são diferentes instâncias do Processo Discursivo. As diferentes Formações Imaginarias são produto de Processos Discursivos anteriores que, por sua vez, decorrem de outras Condições de Produção. Elas

dão as condições de possibilidade para “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidades do Processo Discursivo em si. Porém, cabe destacar que Pêcheux se opõe à tese fenomenológica da apreensão perceptiva de si e do outro como condição pré-discursiva do discurso. Ele supõe a percepção como sempre atravessada pelo “já ouvido” e o “já dito” através dos quais se constitui a substância das Formações Imaginárias enunciadas mobilizando, para essa formulação, os conceitos de pressuposição e implicação de Ducrot, que, segundo Pêcheux (1969), colocam em jogo o mesmo gênero de hipótese (op.cit. p 86)

Desse modo, podemos pensar na proposta de esquema de Filinich para a produção da descrição a partir de uma perspectiva discursiva. A autora afirma que no processo descritivo existiriam um descritor e um descritário e, que nesse esquema de funcionamento, se produziria a descrição. Se, ao afirmado por Filinich acrescentamos o dito por Hamon, que a descrição é o lugar da fuga, podemos pensar que nesse espaço específico, na descrição estão sendo mobilizados saberes que vem de outro lugar onde foram ditos e ouvidos. Os adjetivos presentes nas descrições não são, portanto, uma simples palavra indicadora de uma propriedade que se remete a um uso literal do mesmo. O significado de cada um dos adjetivos utilizados está relacionado com Formações Imaginárias que estão sendo enunciadas e mobilizam um saber que vem de outro lugar, de outros dizeres.

Assim configurado, o processo descritivo, de acordo com o que estamos propondo na presente tese, responde ao jogo das Formações imaginárias mais do que a um esquema de emissor (descritor) – receptor (descritário). A partir da consideração das Formações imaginárias como constitutivas do processo é possível propor o agir de um Pré-construído, relacionado com o processo de adjetivação presente nas descrições dos anúncios de fuga.

2.6- Da Formação Discursiva

Outra categoria importante que será mobilizada em nossas análises será a de Formação Discursiva. A categoria de Formação Discursiva tem sua origem na Arqueologia do Saber de Michel Foucault. A Arqueologia é uma tentativa de dar coerência metodológica a três trabalhos anteriores: **História da loucura, O nascimento da clínica e As palavras e as coisas**. Eles formam parte de uma empresa que consiste em medir as mutações que se operam na história. Nesta empresa, faz-se uma revisão dos métodos, dos limites, dos temas e procura-se ressaltar como se formarão as sujeições antropológicas.

Foucault fará uma análise que reviste as teleologias e as totalizações. Ele procurará formular os instrumentos que as investigações utilizaram ou fabricaram. Elabora, então, um método de análise que esteja puro de todo antropologismo. A antropología, nesse marco, não só se inscreve no debate da estrutura mas também se inscreve en ese campo en el que se manifiestan, se entrelazan y se especifican las cuestiones sobre el ser humano, la conciencia, el orden y el sujeto. (FOUCAULT, 1970, pp. 26-27)

Nesse trabalho, Foucault tratará das Regularidades Discursivas. Ele estudará os problemas técnicos e teóricos que a posta em jogo dos conceitos de descontinuidades, ruptura, umbral, limite e transformação colocam. Ele se propõe examinar os conjuntos propostos pela história com o objetivo de, uma vez suspensas as formas lineares dela, explorar o domínio que está constituído por um conjunto de enunciados efetivos (falados e escritos), na sua dispersão de acontecimentos e na instância que lhe é própria a cada um. (FOUCAULT, 1970, p. 43) O projeto que se proporá na **Arqueologia** é elaborar um modo de fazer uma descrição pura dos acontecimentos discursivos.

Assim, definirá o conceito de acontecimento discursivo como:

el campo siempre finito y actualmente limitado de las únicas secuencias lingüísticas que han sido formuladas, las cuales pueden ser muy bien innumerables, pueden muy bien, por su masa, sobrepasar toda capacidad de registro, de memoria o de lectura, pero constituyen, no obstante, un conjunto finito....La descripción de los acontecimientos del discurso plantea...: ¿cómo es que ha aparecido tal enunciado y ningún otro en su lugar? (FOUCAULT, 1970, p. 44)

Essa pergunta o leva a desenhar o conceito de Formação Discursiva. Ele pretende descrever enunciados no campo do discurso e as relações de que são susceptíveis. Porém, Foucault reconhece duas séries de problemas ao trabalhar com o grupo de relações entre enunciados, a saber:

- a utilização indiscriminada de conceitos como enunciado, acontecimento e discurso;
- as relações entre os enunciados que legitimamente podem ser descritas.

Levanta, portanto, quatro hipóteses de trabalho possíveis, porém as quatro propostas são consideradas pelo autor um fracasso⁵⁹.

Encontra Foucault, ao contrário de linearidades ou continuidades, séries com lacunas, entrecruzadas, jogos de diferenças, substituições, transformações, séries de dispersões, sistemas de dispersões.

⁵⁹Foucault (1970) propõe as seguintes hipóteses: 1-La unidad de los discursos sobre la locura no estaría fundada sobre la existencia del objeto "locura", o la constitución de un horizonte único de objetividad: sería el juego de las reglas que hacen posible durante un período determinado la aparición de objetos, objetos recortados por medidas de discriminación y de represión, objetos que se diferencian en la práctica cotidiana, en la jurisprudencia, en la casuística religiosa, en el diagnóstico de los médicos, objetos que se manifiestan en descripciones patológicas, objetos que están como cercados de códigos o recetas de medicación, de tratamiento, de cuidados. (FOUCAULT, 1970, p. 53)

Propõe, assim, formular a lei de repartição dos objetos baseada no jogo de regras que fazem possível a aparição de objetos. Essas regras serão: definir um grupo ou conjunto de relações entre enunciados de acordo com a sua forma e seu tipo de encadeamento, ou seja pelo seu estilo, de acordo com o modo como se implicam e excluem.

1. separar por grupos de enunciados determinando o sistema dos conceitos permanentes ou coerentes que neles se encontram em jogo. Pela sua ocorrência ou freqüência atrelada a uma coerência.
2. agrupar os enunciados pela identidade e persistência de temas.
- 3.

En el caso de que se pudiera describir, entre cierto número de enunciados, semejante sistema de dispersión, en el caso de que entre los objetos, los tipos de enunciación, los conceptos, las elecciones temáticas, se pudiera definir una regularidad (un orden, correlaciones, posiciones en funcionamientos, transformaciones) se dirá, por convención, que se trata de una formación discursiva, evitando así palabras demasiado preñadas de condiciones y de consecuencias, inadecuadas por lo demás para designar semejante dispersión como “ciencia”, o “ideología”, o “teoría”, o “dominio de objetividad”. Se llamarían reglas de elementos de esa repartición (objetos, modalidad de enunciación, conceptos, elecciones temáticas). **Las reglas de formación son condiciones de existencia (pero también de coexistencia, de conservación, de modificación y de desaparición) en una repartición discursiva determinada.** (FOUCAULT, 1970, pp. 62-63)(O negritado é nosso)

Vimos, portanto, que nesse texto de Foucault estão propostas algumas das categorias que serão retrabalhadas por Pêcheux. Elas são além das Formações Discursivas, as categorias de corpus e de sujeito. No que respeita à categoria de Formação Discursiva, Courtine (1981) diz a respeito:

Le terme de formation discursive (dorénavant : FD), apparaît en 1969 avec l'Archéologie du savoir, à l'extérieur du domaine de l'AD, dans les travaux de M. Foucault, dans cette vaste et féconde interrogation sur les conditions, historiques et discursives, dans les quelles se constituent les systèmes de savoir. Une interrogation qui s'effectue à l'écart des chemins trop souvent empruntés, par des voies qu'on pu caractériser comme "parallèles" (Lecourt, 72), mais qui nous paraissent plutôt s'approcher indéfiniment d'objets comme une pratique théorique au sens fort et qui, à travers l'Archéologie et l'Ordre du discours, apparaît comme une pratique théorique au sens fort et qui à mi-chemin entre l'histoire et la philosophie et parfois aussi tout près de l'AD, produit des explications extrêmement fécondes qu'elle laisse en suspens, à l'abri de la vérification expérimentale. Um travail qui s'accomplit en Marge et se condamne ainsi au paradoxe de ne pouvoir parler qu'à la condition de n'être pas entendu. (COURTINE, 1981, p. 33)

De acordo com Courtine (1981) a categoria de Formação Discursiva sofrerá diversas re-interpretações e elaborações ao longo do desenvolvimento da teoria da Análise do Discurso. O autor afirmará que as formações discursivas encontram-se intimamente interligadas às Formações Ideológicas, porque as primeiras constituem as segundas. Em outras palavras, as Formações ideológicas podem estar compostas por uma ou varias Formações Discursivas determinando o que pode e deve ser dito. Elas poderão se distinguir entre si e um dos pontos de diferença são as condições de produção que cada uma delas terá.

A principal diferença entre Formações Ideológicas e Formações Discursivas é que, as primeiras têm tanto um caráter abrangente quanto um caráter específico, o que implica em posições de classe. Por esse motivo, por exemplo, um mesmo termo em cada Formação Ideológica terá uma significação diferente. As Formações Discursivas que constituem uma Formação Ideológica estão ligadas entre si, porém não confundidas. Elas podem ser diferenciadas pela sua especificidade e podem ter, entre elas, relações. As palavras, as seqüências recebem seu sentido da Formação Discursiva na qual são produzidas e que determina o que pode e deve ser dito.

Aliás, as Formações Discursivas nem sempre são isoláveis uma das outras, elas encontram-se em muitas oportunidades unidas, intimamente relacionadas entre si. Nesse caso, Courtine afirma:

Si une FD donnée n'est pas isolable des rapports d'inégalité, de contradiction ou de subordination qui signent la dépendance à l'égard du "tout complexe à dominante" (Pêcheux; 1975, p.146) des FD, intriqué dans le complexe de l'instance idéologique, et si l'on nomme "interdiscours" le tout complexe à dominante des FD, alors il faut admettre que l'étude d'un processus discursif au sein d'une FD donnée n'est pas dissociable de l'étude de la détermination de ce processus discursif par son interdiscours. Ceci implique notamment que le décalage entre deux FD, tel que la première sert de "matière première représentationnelle" (Fuchs et Pêcheux, 1975, p.13) à la seconde, doit d'autant plus nécessairement être pris en compte en théorie comme en analyse

du discours, que “le propre de toute FD est de dissimuler, dans la transparence du sens qui s’y forme, (.) le fait que “ça parle” toujours “avant, ailleurs, ou indépendamment” Pêcheux, 75, p. 147) c’est-à-dire sous la dépendance de l’interdiscours. (COURTINE, 1981, p. 35)

Chegamos, assim, a um dos problemas que se nos apresentam na pesquisa. Encontramos uma formação discursiva que nos traz outros dizeres. No corpus que estamos analisando encontramos seqüências nas que se diz que o escravo diz, fala e se nomeia. Esse é, para nossa análise, um ponto de dificuldade. Como analisar essas seqüências? Se nos filiamos a uma teoria que proponha a FD como fixa, então a análise ficará restrita a uma afirmação de um enunciado ectópico dentro de uma FD determinada. Mas, se considerarmos que elementos de outras FDs interferem na FD que está sendo estudada, então podemos afirmar que o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimos, etc. funciona entre os elementos lingüísticos (processo discursivo). Em outras palavras, podemos pensar que a FD está, nesse momento específico, sofrendo uma modificação. Essa modificação resulta de mudanças que acontecem ou estão em curso no interdiscurso. Isto nos leva, portanto, a este conceito na AD.

2.7- Do Interdiscurso

Chegamos ao ponto no qual precisamos relacionar os conceitos que intimamente relacionam o discurso com a memória. O conceito de interdiscurso é um conceito fundamental nessa relação. A definição estrita de interdiscurso é aquilo que se fala desde outro lugar independentemente. De modo que esta

categoria está relacionada com o que se entende por memória discursiva. Ela é aquela memória de outras enunciações de outros dizeres, de ditos em outros lugares e que lhe dão a condição de possibilidade a aquilo que está sendo enunciado em determinado momento. Ela é de acordo com Zoppi- Fontana (2005)

entendemos a memória discursiva como espaço ideológico estruturante/estruturado em que se realiza a interpretação, enquanto efeito necessário da relação simbólica estabelecida entre o sujeito e o real da língua e da história. Efeitos dessa memória se manifestam na linearidade do discurso através de diversos funcionamentos das formas lingüísticas, que se constituem em índices das filiações históricas a partir das quais o sujeito produz interpretação (ZOPPI-FONTANA, 2004, p. 90)

A memória discursiva é; de acordo com Pêcheux (1975); Courtine (1982); Orlandi (1996; 1999; 2001), Payer (1993; 1999), Zoppi (2004), o espaço no qual se organizam as filiações históricas. Elas constituem o que pode ser dito, propiciando os processos de identificação do sujeito a partir do qual ele enunciará certas coisas e outras não. Ela é o produto da relação que se estabelece entre a língua, sujeita à falha, e a história, exposta à contradição constitutiva. Este contato não se materializa homoganeamente, ele se materializa de modo lacunar e equívoco.

Muitos autores trouxeram à tona este caráter da memória. O escritor argentino Jorge Luis Borges diz que o esquecimento é uma das formas da memória. Na análise do Discurso se afirma que o esquecimento estrutura a memória. Zoppi-Fontana (2005) afirma

Memória, portanto, estruturada pelo esquecimento, que funciona por uma modalidade de repetição vertical, que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona sob o modo do desconhecimento, de um não-sabido, não-reconhecido, que se desloca, e presente em seu efeito de retorno, de já-dito, de efeito de pré-construído, de recorrência das formulações, produzindo a estabilidade dos objetos do discurso. (ZOPPI-FONTANA, 2004, p. 90)

Pensamos, pelo dito acima, que a memória Discursiva tece-se com fios de diferentes materiais, de diferentes modos e pesos. Esses fios são os discursos: pronunciados; gritados; aclamados; censurados, silenciados, não ditos, supostos, desejados. Essa trama forma uma superfície na qual o sujeito se inscreve. A memória é o que ressoa desde outro lugar, que retorna na forma do pré-construído. Quando, por exemplo, utilizamos um adjetivo, estamos trazendo uma história de enunciações anteriores, de outros discursos nos quais ele foi utilizado e, quando um sujeito o enuncia em relação com outros sentidos traz à tona, ditos em outros lugares. Se, por exemplo, digo que o escravo é ladino estou trazendo enunciações como: não se pode confiar em ladino, ladino é esperto, o ladino convive com a casa grande e a senzala, etc... Portanto, esse, aparentemente simples, adjetivo traz uma rememoração de outras enunciações ditas em outro lugar e que tem a ver com essa relação que se estabelece entre escravos e donos, senzala e casa grande. Ele traz consigo a memória de experiências passadas que são atualizadas na sua enunciação.

A memória, sob a forma do interdiscurso (o que já foi dito em outro lugar), se relaciona com o que está sendo dito em certo momento, ou seja, há uma relação entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, como diz Orlandi (1999) entre a constituição do sentido e sua formulação (ORLANDI, 1999, p. 32). Esquemáticamente, retomando o afirmado por Courtine (1984) pode-se dizer que o interdiscurso representa o eixo vertical e o intradiscurso o horizontal e no encontro das linhas que dos dois eixos parte encontra-se o sentido.

Como uma urdidura se tece o discurso. Existem linhas que sustentam as linhas que serão tecidas, passadas por entre elas. A urdidura sobe e desce de acordo com o desenho que se faz. A linha tecida trará a urdidura, em alguns momentos para a evidência, mas de acordo com o tipo de tecido, a urdidura não será visível e o fio a cobrirá, mas ela sempre estará sustentando o tecido.

Metaforicamente, pode-se dizer que a urdidura é o interdiscurso, suas linhas: os discursos e que aquilo que se diz, o intradiscurso é o fio que por entre eles passa.

PARTE 3: Análise do Corpus

3.1- Introdução

Propomos, nesse momento da nossa pesquisa, fazer uma análise do corpus. Pretendemos aqui, observar como se dão os funcionamentos intralingüísticos que contribuem para os processos de singularização e individualização do escravo e observar como eles se discursivizam. Para isso, inicialmente, observaremos as possibilidades, dentro das Condições de Produção do Corpus que estamos analisando, a significação da fuga do escravo na Sociedade Campineira e procuraremos observar como ela se constitui: não como simples rebeldia, como mais uma ocorrência, mas como resistência.

Em segundo lugar analisaremos o caso da utilização do particípio passado “fugido” em relação com “fugitivo” e “fujão”, presentes nas vinhetas dos anúncios de fuga e no corpo do anúncio.

O lugar que ocupa o nome próprio nessa estrutura, visto a partir da proposta teórica elaborada no primeiro capítulo, será analisado em terceiro lugar.

Finalmente, em quarto lugar, partindo de um mapa das práticas discursivas presentes no nosso corpus, analisaremos as diferentes seqüências.

3.2- O ponto de partida da análise: a conceituação da fuga como resistência.

A nossa reflexão a respeito da fuga dos escravos têm início no texto de Foucault chamado Sujeito e Poder. Nele, o autor afirma que:

Gostaria de sugerir outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática. Ela consiste em **usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados.** Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. (M. FOUCAULT 1995, 234) (o negrito é nosso)

Apoiados no que é afirmado por Foucault, analisaremos a fugas dos escravos na cidade de Campinas entre 1870 e 1876, especificamente aquelas que foram publicadas no jornal Gazeta de Campinas⁶⁰. Inicialmente, buscamos definir, neste ponto, o conceito de resistência que propõe Foucault e com o qual trabalharemos para, em segundo lugar, poder verificar a fuga como resistência e, seguidamente, observar como se articulam as relações de poder e, particularmente, observar o processo de subjetivação dos escravos em uma sociedade que os considerava, através do enunciado da lei, objetos de direito.

⁶⁰ Dentre os jornais da cidade de Campinas, os mais importantes nessa época eram: Gazeta de Campinas, Jornal de Campinas e Diário de Campinas. Utilizaremos os anúncios publicados na Gazeta de Campinas. Os motivos metodológicos dessa escolha foram: a importância do jornal na cidade – a Gazeta de Campinas era um dos mais importantes jornais distribuídos na cidade na época- a maior quantidade de ocorrências de anúncios de fuga em comparação com os outros jornais - essa maior concentração nos permite observar os diferentes modos de enunciar sobre o escravo, através de diferentes mecanismos discursivos.

O problema que nos preocupa são os processos de subjetivação dos escravos. Concluimos em nossa dissertação de mestrado intitulada *A voz do Dono*⁶¹, de modo parcial, que o escravo era constituído como sujeito no fim da sociedade colonial brasileira e que tal constituição podia ser observada nos anúncios de fuga dos escravos. Queremos tecer uma hipótese de como esse processo de subjetivação se deu e como ele se discursiviza através da imprensa, por meio do anúncio de fuga. Para isso, acreditamos necessário mergulhar no estudo destes processos e para tal escolhemos alguns textos de Michel Foucault, para então observar seu funcionamento e o arcabouço teórico da AD de escola francesa.

Os pressupostos que norteiam nosso trabalho resultam da reflexão sobre a escravidão no Brasil e que se opõe, em vários momentos, às considerações que tece a história tradicional, ou o que Foucault chama de história global⁶². De acordo com esta, o papel do escravo na história do Brasil era extremamente passivo. O escravo era submetido a condições infra-humanas, a um regime econômico sem aparentemente reagir à dita situação. Porém, quando recorreremos às fontes primárias de pesquisa historiográfica, nos encontramos com

⁶¹ FERRARI, ^a *A voz do dono*, Dissertação mestrado IEL UNICAMP 2001. Essa dissertação foi publicada com auxílio FAPESP pela Editora Pontes em 2006.

⁶² Nas disciplinas da história tem – se utilizado os documentos, interrogando-os e se interrogando a respeito deles tentando ver o que queriam dizer ou se diziam a verdade, se eram ou não autênticos, em fim, tentou-se reconstruir a partir do que diziam um passado que emanava deles. Como diz Foucault:

Reconstruir, a partir de lo que dicen esos documentos – y a veces a medias palabras- el pasado del que emanan y que ahora ha quedado desvanecido muy detrás de ellos; el documento seguía tratándose como el lenguaje de una voz reducida ahora al silencio: su frágil rastro, pero afortunadamente descifrable. (FOUCAULT 1970, 9)

Porém, Foucault diz que o documento não é uma matéria inerte a partir da qual se reencontre um passado um feito um dito documento não é aquele instrumento afortunado “de uma história que se reduz a simples memória, como considerada pela história tradicional que se dedicava a memorizar os monumentos do passado para transformá-los em documentos fazendo falar essas pedras o que por elas mesmas não dizem. Hoje, o gesto é outro, a história tenta transformar os documentos em monumentos e que ali donde se tentava reconhecer por seu vazio o que tinha sido, surgem uma massa de elementos que é preciso isolar, agrupar, fazer pertinentes, dispor em relações, construir conjuntos. Foucault afirma QUE ESSE MODO ARQUEOLÓGICO DE FAZER HISTÓRIA É O QUE ESTÁ SURGINDO AO SE FAZER UMA DESCRIÇÃO INTRÍSECA DO MONUMENTO.

elementos que não deixam de provocar nossa reflexão. Eles são notícias, anúncios, códigos de postura, leis ou processos judiciais nos quais os escravos aparecem de um modo diferente ao sempre ensinado. Eles aparecem fugindo, reagindo, funcionando, se articulando socialmente, eles aparecem vivos e ativos. Os escravos das décadas de 70 e 80 analisados, aparecem resistindo. Porém, não falamos de movimentos “históricos”, “memoráveis” como o Quilombo de Zumbi⁶³ ou Jabaquara⁶⁴ ou dos capoeiras⁶⁵, que eram movimentos de maiores dimensões e que ganhavam nuances de organização. Falamos do cotidiano dos escravos, do seu dia a dia, daqueles pequenos momentos e gestos que se articulavam individualmente e que, solitariamente, eram publicados nos jornais.

A história global leu esses anúncios durante anos e neles conseguiu ver as marcas dos chicotes, os ferros no pescoço, as correntes nos pés, as tatuagens no corpo, as faltas de dentes e as estatísticas. Porém, além do sempre

⁶³ O quilombo do Zumbi foi uma das maiores agrupações de escravos fugidos e que mais tempo permaneceu estruturado. Ele tem sua fundação em 1600 e permaneceu sessenta anos. Este quilombo chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes.

⁶⁴ O quilombo de Jabaquara surge na cidade de Santos a fins do Sec. XIX. Ele estava localizado próximo ao porto de Santos e nele conviviam tanto escravos fugitivos quanto imigrantes que, nessa época chegavam ao Brasil em busca de uma nova vida. (PEREIRA TOLEDO MACHADO 2006) From Slave Revels to strikebreakers: The Quilombo of Jabaquara and the problem of Citizenship in Late-Nineteenth-Century Brazil. Ela afirma o seguinte: Although Jabaquara has often been described as an independent territory apart from the city, where a slave needed only to set foot in order to become free, local historians of the abolition campaign have always asserted that the quilombo resulted from the active efforts of Santos abolitionists who endeavored to shelter the increasing number of runaway slaves seeking freedom in this “Promised Land.” Unlike other quilombos in the area — such as Pai Felipe’s community, which had been established by runaway slaves themselves and which in the 1880s was precariously situated on lands in Vila Matias — Jabaquara supposedly had been founded by young abolitionists on an uncultivated plot of land belonging to Benjamin Fontana, in order to shelter runaway slaves who, since the late 1870s, had been taking the road to freedom via Cubatão, at the foot of the coastal escarpment. (PEREIRA TOLEDO MACHADO 2006, p.251)

⁶⁵ Holloway (1989) define os capoeiras do seguinte modo: The gymnastic fighting still associated with the term in Brazil today, in the nineteenth century it was used to denote groups or gangs that police authorities in Rio de Janeiro considered a scourge of the city, an activity notorious among young male slaves and the free lower classes. (HOLLOWAY 1989, 637)e mais adiante no texto também nos diz : slaves, often interacting in the gangs with members of the free lower classes, could not be expected to develop their own independent mechanisms of solidarity and defense, outside of the patron-client cooptation so common in Brazilian social traditions. (HOLLOWAY 1989, p.648)

lido podem ser observados outros elementos que nos levam a refletir sobre aquele modo de existência. Não esquecemos aqui o observado nos estudos tradicionais sobre escravidão brasileira, muito pelo contrário, lembramos os tratos que com eles se tinham e observamos a sua resposta nos jornais, nos códigos de postura municipais, dentre outros documentos escritos e que perduram no tempo. Procuraremos, neste ponto, iniciar uma análise das fugas dos escravos a partir desta perspectiva de Foucault. Porém, acredito necessário fazer um pequeno resumo sobre a história da escravidão no Brasil, especificamente, em Campinas no período de 1870 a 1880, para logo poder analisar mais amplamente o processo.

Encontramo-nos no Brasil do Século XIX, especificamente 1870. Ao contrário dos países europeus, o Brasil continua sob um regime econômico predominantemente feudal. Os cafezais são um dos principais modos de acumulação e movimento do capital. A mão de obra é predominantemente escrava, embora colonos comecem a ser importados da Itália com o objetivo de substituir, paulatinamente, os escravos, porém, ainda, não muito ostensivamente. Também há alguns assalariados, mas não em grande quantidade. Vadios, prostitutas, carroceiros, doceiras, escravos forros são também personagens desse quadro do Brasil colonial.

Na cidade de Campinas, de acordo com os censos, a população escrava do município tinha crescido significativamente desde 1779. Nesta data, havia somente 156 escravos na cidade, já em 1829, esse número cresceu para 4800 escravos. Após a proibição do tráfico africano de escravos em 1850, Lei Eusébio de Queiroz, o comércio interno de escravos aumentou sendo uma das regiões de maior captação de escravos do Oeste paulista. Em 1872, com o auge do café, a população de escravos em Campinas aumenta a 14 mil escravos. Esta fase durará até 1881, quando os fazendeiros, com os altos impostos sobre o tráfico interno de escravos, voltaram-se mais ainda para a utilização da mão de obra dos trabalhadores imigrantes. De modo que a cidade de Campinas no período compreendido entre 1870 e 1880, se constitui como um dos maiores

centros de concentração de escravos no último período deste regime econômico⁶⁶.

Os escravos não estavam somente nas fazendas, eles também estavam nas cidades, nas casas dos senhores, onde recebiam tratamentos diferentes, trabalhando de pedreiros ou marceneiros ou em outro ofício quando eram alugados. Estavam alforriados procurando um modo de sobreviver. Os escravos que moravam nas casas dos senhores usavam roupas de melhor qualidade que as roupas de algodão distribuídas nas fazendas, não usavam ferro no pescoço.

Os escravos, já nesse período, circulavam pela cidade e era habitual encontrá-los no chafariz, no armazém, na estalagem, na rua e em vários outros lugares que os homens livres freqüentavam. Os escravos viviam em cativeiro sob o domínio, principalmente, do dono, o qual decidia sobre suas ações. Esse autorizava o escravo a circular e determinava por onde circular. A legislação aparecia como controladora e como regulamentadora das ações do escravo. Este não podia ir legalmente a qualquer lugar a qualquer hora. O dono o mandava executar certa ação, num momento dado e a legislação punia qualquer excesso. O escravo não tinha o poder de decidir nem como, nem quando circular na cidade.

Por meio dessas restrições, observamos como o processo de subjetivação do escravo (os seus processos de identificação) é determinado pelo funcionamento de interdições espaciais, temporais e modais inscritas no discurso da lei. O escravo se constitui enquanto sujeito a partir de uma predicação de movimento (circular pela cidade) determinada por restrições temporais, espaciais e modais. Porém, o escravo circulava pela cidade e dita circulação configurava-se como um risco. Uma noção dessa circulação é dada pelos Códigos de Posturas das cidades que regulamentavam o cotidiano da cidade e, nesses, o espaço por onde os escravos deviam circular. Um exemplo disso pode ser observado no Código de Postura da Câmara Municipal de Campinas do ano 1864 onde se

⁶⁶ (SOARES DE MOURA 1998, p. p.35-37)

estabeleciam o tempo, o espaço e o modo como os escravos deviam circular na cidade:

Capítulo 7

Art. 60 É proibido aos escravos jogarem quaesquer jogo nas ruas, praças, estradas ou em cazas alheias sob a pena de 15\$rs. de multa ou 10 açoites a escolha dos Senhores: as pessoas livres que jogarem com escravos ou prestarem suas cazas para isso terão a pena de 30\$rs. e 8 dias de prissão.

Capítulo 9

Disposições Geraes

Art. 67 Todo o escravo que for encontrado na rua depois do toque de recolhida, sem bilhete de seo senhor, será preso, e no dia seguinte entregue a quem pertencer.

Art. 68 Todos os donos de tabernas, botequins e armezens que concentrem ajuntamentos de escravos demorados mais tempo do que necessário para comprarem ou venderem serão multados em 4\$rs. E dois dias de prissão: os escravos sofrerão 10 açoites e poderão ser isemptos pelos senhores, pagando uma multa de 2\$rs

Art 69 O escravo fugido que for preso sem ordem de seo Senhor, este pagará a quem capturar 8\$rs. Se for preso em quilombo sem resistência 6\$rs. E com resistência 20\$rs.

Podemos observar que os escravos, segundo esse código que regula os costumes da cidade, não podiam circular pelas ruas sem o consentimento dos senhores fora dos horários liberados, não podiam jogar, não podiam comprar bebidas alcoólicas, não podiam permanecer em tabernas, armazéns e botequins mais tempo do que o necessário sob pena de punição dele e daquele homem livre com quem ele estiver. Há um como, um quando e um onde, que é delimitado pelo código que diz sobre o escravo e que nos mostra os lugares, os modos e os momentos em que os escravos circulavam na cidade. Esse espaço físico no qual se movimenta o escravo limita os processos de identificação pelos quais ele se constitui em sujeito. Ele será escravo, também, enquanto freqüente os lugares que são permitidos e destinados para ele. Assim, o chafariz, a rua, as lojas, as

casas são lugares onde o escravo está e é escravo porque está nesses espaços e não em outros. Seria impossível pensar um escravo desacompanhado, sentado na sala ou na sacada da casa, ou na casa de modas, ou ainda sentado no restaurante da cidade, esses lugares, esses espaços serão reservados para os donos de escravos e não para os escravos.

Os espaços, os lugares em que se movimenta o escravo o significam. Como diz Zoppi-Fontana quando fala dos espaços da cidade: (...) permite ao sujeito se situar no mundo porque se situa no mundo das significações, isto é, se reconhece num lugar da memória discursiva. (ZOPPI-FONTANA 1997, p.1163). Assim, o espaço pelo qual o escravo é autorizado a se movimentar constitui parte da realidade com a qual se relaciona. Os espaços estão inseridos dentro de uma discursividade que permitirá ao escravo se significar de certas maneiras e não de outras e, desse modo, funcionando como espaços de subjetivação. O sujeito se constitui na sua inserção/identificação no espaço da cidade delimitado pelo cruzamento de uma memória e um lugar do tecido urbano. (Zoppi-Fontana, 1997). Esse espaço permitirá ao escravo se significar como tal.

Os regulamentos existiam para distribuir, entre outras coisas, os indivíduos no espaço. A técnica usada para realizar esse fim consistia na distribuição dos indivíduos dentro da cidade. Mostra-se o lugar na série que os escravos devem ocupar dentro dela para poderem ser controlados. Foucault nos esclarece a esse respeito na sua obra **Vigiar e Punir**:

La disposición en “serie” de las actividades sucesivas permite toda una fiscalización de la duración por el poder: posibilidad de un control detallado y de una intervención puntual (de diferenciación, de corrección, de depuración, de eliminación) en cada momento del tiempo; posibilidad de caracterizar, y por lo tanto de utilizar a los individuos según el nivel que tienen en las series que recorren; posibilidad de acumular tiempo y la actividad de volver a encontrarlos ,totalizados, y utilizables en un resultado último, que es la capacidad final de un individuo.El poder se articula directamente sobre el tiempo; asegura su control y garantiza su uso. (M. FOUCAULT 1976, p. 164)

Em Códigos de Posturas de outras cidades também encontramos:

Código de Postura de Araçaguama, S.P.

Art. 126- Todo inspetor de quarteirão que em seus distritos consentir escravos fugidos, sem que dê parte às autoridades será multado em 4\$rs.-

Código de Postura de São Simão

Art. 127- É proibido alugar ou emprestar coisas ou dinheiro a escravos, sem autorização dos senhores, multa de 10\$000 ou prisão por 2 a 4 dias.

A vida pública do escravo na cidade está deste modo, regulamentada. Aparece, através deles, um modo de arrumar, no mínimo, a ordem estabelecida na sociedade. Isso se dá porque os regulamentos incluem não só o escravo, mas também todo aquele que com ele se relacione, ou seja, o restante da sociedade. Articulam-se dentro da cidade e em relação ao escravo uma série de regulamentos que regem a vida da sociedade toda, a vida do inspetor de quarteirão, a vida dos comerciantes, a vida do dono da estalagem, do dono do escravo. Um sistema de vigilância é criado: o inspetor de quarteirão, que se ocupa de controlar a ordem nas ruas se ocupa, também, de cuidar a legal circulação do escravo. O sistema criado através dos mecanismos descritos nos códigos e nos inspetores visa marcar o lugar que cada indivíduo ocupa em seu emprazamento. O espaço divide-se, no nosso caso, não por parcelas onde cada indivíduo ocupa um espaço como nas sociedades industriais da França do Séc. XVIII, estudadas por Foucault, mas por classes, espaços para as diferentes classes onde os escravos ocupam certos espaços e circulam em certos tempos ao contrário dos outros integrantes da cidade/sociedade. Porém, o objetivo dessa partição que toma por objeto a referência espacial, distribuição é o mesmo:

Es preciso anular los efectos de las distribuciones indecisas, la desaparición incontrolada de los individuos, su circulación difusa, su coagulación inutilizable y peligrosa; táctica de antideserción, de antivagabundeo, de antiaglomeración. Se trata de establecer las presencias y las ausencias, de saber dónde y cómo encontrar a los individuos, instaurar las comunicaciones útiles, interrumpir las

que no lo son, poder en cada instante vigilar la conducta de cada cual, apreciarla, sancionarla, medir las cualidades o los méritos. Procedimiento, pues para conocer, para dominar y para utilizar. La disciplina organiza un espacio analítico. (M. FOUCAULT 1976, p.147)

Assim, através dos Códigos de Postura, instauram-se juridicamente processos de exclusão e partição do escravo da/na vida pública da cidade, processos que atingem (via punição) também àqueles atores sociais que venham por ventura se relacionar com eles. Todos são punidos por infringir as regras estipuladas pelos Códigos de Postura que eram criados para regulamentar a distribuição da cidade em tempos e espaços.

O escravo só pode se relacionar com os outros através do senhor ou de um homem livre. Sua relação com o restante da sociedade livre deve ser feita através de quem tem o estatuto dos homens livres, como pode ser observado no seguinte recorte:

Gazeta de Campinas, 9 de maio de 1872⁶⁷

Campinas, 2 de maio de 1872.
Francisco de Assis Fragoso,
Ourives fabricante, á rua do Commercio.

ESCRAVO FUGIDO

Fugiu no dia 15 do corrente, da fazenda do dr. Araujo, no Amparo, onde se achava a título de venda, o creoulo José, com os signaes seguintes: pardo, cabellos grenhos e quasi vermelhos, cara fina e alegre, muito prosa e ladino, de 14 annos de idade, baixo, e tem um pé sahido mais para fóra. Anda montado em um burrinho pangaré, velho, em um lombilho novo e anda com cartas dirigidas ao mesmo dr. dizendo que está a seu ser- vico. Quem o aprehender e entregar ao seu senhor Ildefonso Antonio de Moraes, será gratificado, e protesta-se com o rigor da lei contra quem o acou- tar.

José Pereira Branco, faz sciencia que na noite de 24 do corrente, roubaram-lhe os seguintes

LAR
Fugi
pelas
fencen
guintes
raia, c
corpo,
vou ve
misa
palha
Camp
gratifi
Estu
reira

Nesse anúncio mencionam-se as cartas que o dono entregava ao escravo nas quais se dizia a ocupação ou fim ou motivo pelo qual ele circulava.

Mas, de fato há alguma coisa funcionando em toda essa regulamentação. Se o escravo tranqüilamente circulasse pela cidade sem interagir com as outras camadas da sociedade como os pobres livres e os alforriados, e se ele não tivesse atitudes que “provocassem” ou colocassem em risco ou afrontassem o sistema socioeconômico estabelecido, não haveria necessidade de regulamentos. Se o escravo estivesse amarrado, acorrentado, imobilizado, não haveria necessidade de regulamentos institucionais que proibam ou marquem o lugar de cada um.

⁶⁷ O anúncio acima se transcreve assim:ESCRAVO FUGIDO-Fugiu no dia 15 do corrente, da fazenda do dr. Araujo, no Amparo, onde se achava a título de venda, o creoulo José, com os signaes seguintes: pardo, cabellos grenhos e quase vermelhos, cara fina e alegre, muito prosa e ladino, de 14 annos de idade, baixo, e tem um pé sahido mais para fora. Anda montado, em um burrinho pangaré, velho, em um lombilho novo e anda com cartas dirigidas ao mesmo dr. Dizendo que está a seu serviço. Quem o apreender e entregar a seu senhor Ildefonso Antonio de Moraes, será gratificado, e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutar.

De fato, os escravos tinham certa mobilidade na cidade. Os regulamentos surgem para evitar e controlar várias situações que se davam na cidade com certa freqüência e decorriam dessa mobilidade. Os escravos jogavam, bebiam, ficavam nas ruas, pediam dinheiro emprestado, interagiam, tinham relações com os outros habitantes da cidade e tinham amigos. Eles entravam nas casas dos escravos forros e com eles conversavam, confabulavam, fugiam, **resistiam**. Os escravos fugiam dos donos como pode ser lido nos jornais onde era anunciada a fuga:

Gazeta de Campinas, 25 de outubro de 1874⁶⁸

Para a pobreza gratis
N. 60—RUA DO ROSARIO—N. 60

100\$000 RS.
DE GRATIFICAÇÃO

Dá José de Barros Penteado, a quem capturar e entregar nesta cidade ao declarante, ou depositar em qualquer cadêa fóra deste município, o seu escravo Mathias, de 22 annos de idade, mais ou menos, estatura regular, côr preta, tocado a fula, rosto comprido, bonita feição, com falta de dentes, buço serrado, tendo um signal como córte no beijo superior, bastante altivo, falla bem, crioulo da Bahia, cujo sotaque de falla ainda conserva, tem os pés bem direitos. Fugia com ferro no pescoço e pega nos pés, e tem signaes muito frescos do castigo que soffreu em consequencia da sentença do jury. 3-1
Campinas, 18 de Outubro de 1874.

ATENÇÃO

Vende-se um excellente cozinhheiro de forno e fo-

⁶⁸ O anúncio se transcreve da seguinte maneira: 100\$000RS-DE GRATIFICAÇÃO-Dá José de Barros Penteado, a quem capturar e entregar nesta cidade ao declarante, ou depositar em qualquer cadêa fora deste município, o seu escravo Mathias, de 22 annos de idade, mais ou menos, estatura regular, cor preta, tocado a fula, rosto comprido, bonita feição, com falta de dente, buço serrado, tendo um signal como corte no beijo superios, bastante altivo, falla bem, crioulo da Bahia, cujo sotaque de falla ainda conserva, tem os pés bem direitos. Fugiu com ferro no pescoço e pega nos pés, e tem signaes muito frescos de castigo que soffreu em conseqüência de sentença do júri.-Campinas, 18 de Outubro de 1874

Gazeta de Campinas, 9 de maio de 1872⁶⁹

Na noite de 25 para 26 de Março pp., fugiu de casa de Diogo Antonio de Souza Castro, o escravo de nome Geraldo, pertencente ao espólio do finado súbdito portuguez João Baptista Pereira Camacho, cujo escravo tem os signaes seguintes: estatura regular, delgado de corpo, rosto comprido, com falta de dois dentes do lado esquerdo, com uma pequena cicatriz na fonte do lado esquerdo, falla bem, tem por todo o corpo signaes de chicotadas, e já foi surrado, tem signaes de ventosas no peito, pés compridos e bem feitos, na perna direita tem uma ferida. É crioulo. Tem de idade de 26 a 28 annos. É pedreiro e trabalha também de carpinteiro. Este escravo foi arrecadado por esta agencia consular de Portugal, em Campinas. Quem o aprehender e trazer em Campinas a esta agencia, ou delle der noticias certas será bem gratificado. 3-3
Campinas, 4 de Abril de 1872.
O agente consular, Joaquim Candido Thevenar.

Gazeta de Campinas, 15 de agosto de 1874⁷⁰

RS. 30:000
Fugiu no dia 30 do mez de Julho á José Maria da Costa Wilck, o escravo João, com os signaes seguintes: bem preto, picado de bexigas, pouca barba no queixo, muito baixo e fino de corpo, idade de 27 annos, crioulo. Fugiu com uma pega em um pé, e tem signaes no pescoço de ferro. Acha-se matriculado na Collectoria desta cidade com o n. 2261 de ordem na matricula e n. 15 de ordem de relação. Protesta-se contra quem lhe der couto. Quem o pegar e entregar a seu senhor ou ao sr. Francisco de Araujo Roso, receberá a quantia acima. 3-1
Campinas, 5 de Agosto de 1874.

⁶⁹ A transcrição deste anúncio é: Na noite de 25 para 26 de Março p.p., fugiu de casa de Diogo Antonio de Souza Castro, o escravo de nome Geraldo, pertencente ao espólio do finado súbdito portuguez João Baptista Pereira Camacho, cujo escravo tem os signaes seguintes: estatura regular, delgado de corpo, rosto comprido, com falta de dois dentes do lado esquerdo, com uma pequena cicatriz na fonte do lado esquerdo, falla bem, tem por todo o corpo signaes de chicotadas, e já foi surrado, tem signaes de ventosas no peito, pés compridos e bem feitos, na perna direita tem uma ferida. É crioulo. Tem de idade de 26 a 28 annos. É pedreiro e trabalha também de carpinteiro. Este escravo foi arrecadado por esta agencia consular de Portugal, em Campinas. Quem o aprehender e trazer em Campinas a esta agencia, ou delle der noticias certas será bem gratificado. Campinas, 4 de Abril de 1872. O agente consular, Joaquim Candido Thevenar.

⁷⁰ A transcrição é a seguinte: -RS 30:000 -Fugiu no dia 30 do mez de Julho á José Maria da Costa Wilck, o escravo João, com os signaes seguintes: bem preto picado de bexigas, pouca barba no queixo, muito baixo e fino de corpo, idade 27 annos, crioulo. Fugiu com uma pega em um pé, e tem signaes no pescoço de ferro. Acha-se matriculado na Collectoria desta cidade com o n. 2261 de ordem na matricula de n. 15 de ordem de relação. Protesta-se contra quem lhe der couto. Quem o pegar e entregar a seu senhor ou ao Sr. Francisco de Araujo Roso, receberá a quantia acima.- Campinas, 5 de Agosto de 1874.

As fugas ora eram individuais, ora grupais. Os escravos fugiam das cidades e das fazendas e os motivos eram muitos, porém não nos deteremos neles e sim na observação do funcionamento dessa sociedade, especificamente, na relação entre donos e escravos. Mas podemos afirmar que a fuga em si é um acontecimento singular que provoca uma escrita através da qual **o escravo é subjetivado**.

Além das fugas encontramos outros acontecimentos que se davam como resistência, como pode ser lido neste relatório do Ministério de justiça.

— 6 —

Presos nesse mesmo dia, e submettidos a processo, foram todos condemnados á pena de morte, em virtude de decisão do jury da cidade de Campos.

Constara que no dia 6 de Fevereiro os escravos da fazenda da Boavista, na freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Paquequer, depois de terem assassinado o administrador della e resistido á forga publica, praticando outras mortes e ferimentos, se haviam intrincheirado, e ameaçavam a tranquillidade geral, por suppôr-se que estavam de combinação com outros das fazendas visinhas.

O chefe de policia, mandado ao lugar do conflicto, verificou que elles tinham pertencido a Francisco Luiz Pereira, o qual, tendo fallecido com testamento, deixara uma divida avultada, e nomeara sua irmã Luiza Pereira da Rocha, o suisso José Warol e José Antonio Vidal herdeiros do remanescente, depois de liquidada a herança. Os escravos porém em numero de 137, acreditavam que tinham ficado libertos por seu fallecido senhor, com a obrigação unica de pagarem as dividas. Foi nestas circumstancias que José Warol, entrando em ajuste com a herdeira para comprar a parte que viesse a lhe tocar, declarou, para lhes sondar os animos, que elles eram seus escravos. A isto se oppuzeram com espanto, e ainda mais quando viram que Warol conseguira fazer-se acompanhar do subdelegado do districto, que se apresentara com algumas pessoas armadas no intuito, segundo se dizia, de convencer-os de sua verdadeira condição. E' certo porém que por imprudencia sua se travou o conflicto, no qual succubiram José Antonio Vidal, um inspector de quartirão e um dos escravos, ficando feridas mais tres pessoas. Em todos se procedeu a auto de corpo de delicto.

Os compromettidos em numero de 29 deixaram a fazenda e se dirigiram á cidade de Magé, onde entregaram-se á justiça. O chefe de policia, depois de persuadir aos que ficaram, o que não foi difficiloso, pois já os encontrara em boa ordem e sujeitos, confiou a sua direcção a Francisco José da Rocha, filho da herdeira. Assim este deploravel acontecimento não teve o caracter de insurreição, sendo como foi o resultado da falsa idéa que os escravos nutriam de sua condição, e da imprudencia do subdelegado de procural-os, manifestando-se com aspecto hostil.

Nele podemos ler um conhecimento da lei e dos direitos por parte dos escravos. Já em 1871 os escravos não somente conheciam seus direitos como também tentavam fazê-los valer. De acordo com Foucault, para haver resistência deve existir uma relação de poder e para existir uma relação de poder devem ambas as partes, serem livres. O autor afirma, reiteradas vezes, que nas sociedades feudais, especificamente na relação do escravo com o dono, não há relação de poder, embora exista um “porém”; como podemos ler na continuação,

Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas - a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) - mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar. (M. FOUCAULT 1995, p.244) (o grifo é nosso)

É justamente neste ponto que nos detemos para pensar a fuga, para pensar a fuga como resistência, como confronto e como exercício de poder sobre si, por parte do escravo, e perda do exercício de poder sobre o outro, por parte do dono, como claramente surge no relatório que lemos acima.

Embora seja definido por Foucault que nas sociedades feudais predominam as lutas contra a dominação étnica ou social, o que realmente pode ser pensado na sociedade escravista brasileira, a sociedade brasileira colonial tinha algumas características diferentes. Nela, os escravos não estavam sempre e, via de regra, acorrentados. Eles tinham, fisicamente, certa mobilidade, certas possibilidades de se deslocar, que pode ser observada nos códigos de postura. Eles tinham certo conhecimento da lei que os legislava e isso pode ser observado nos relatórios. Se os escravos tivessem estado acorrentados não se precisariam códigos para marcar o lugar que ocupam na cidade, nem seriam relatados os eventos nos quais exigem seus direitos. Não seria necessário, portanto, a palavra escrita para marcar o lugar, só bastaria o chicote. Sendo que eles andavam “soltos” podemos pensar que eles, potencialmente, fugiam. Eles podiam se deslocar e no limite fugiam. E de fato isso acontecia com certa frequência.

As fugas dos escravos podem ser entendidas como resistência que desarticula uma forma específica de poder, através de um exercício da liberdade, por parte do escravo, que deve ser sufocado sob pena de desestabilizar o sistema vigente, e também porque esses exercícios de liberdade

...questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo. (M. FOUCAULT 1995, p.235)

A fuga, a resistência que se evidencia a partir da fuga, torna o escravo um indivíduo singular, e dito estatuto pode ser observado nos anúncios de fuga, que é o lugar onde publicamente o escravo é falado.

O escravo, quando foge, reclama seu direito, e evidencia a real existência da sua liberdade negada pelo sistema no qual está inserido. Essa fuga, esse modo de contestar, de resistir a um exercício de poder **é publicado no jornal, é escrito**. Essa fuga ataca aquilo que separa o escravo do restante da sociedade e o anúncio da mesma é um dos elementos que também possibilitarão a mudança social que acontecerá já quase no final do século, quando a escravidão será abolida.

Procuramos observar a partir de uma ótica foucaultiana, os anúncios de fuga de escravos publicados em Campinas entre 1870 e 1880. Também utilizamos os Códigos de Postura de Campinas e outras cidades para auxiliar a análise das fugas e sua leitura através do prisma do texto “Sujeito e Poder”, assim como também utilizamos os relatórios do ministério de justiça e anúncios classificados publicados no jornal. Concluimos que na fuga, justamente ou especialmente nesse momento, o escravo coloca-se de modo ativo em relação com o seu Senhor e o contesta, resiste. Dita resistência, como podemos observar em vários momentos da história do Brasil, não será organizada nem responderá a

uma instituição específica⁷¹. Esta fuga, assim como outras expressões de resistência ou de atitude contrária ao regime escravista como podia ser o aborto provocado pelas escravas que não admitiam trazer ao mundo filhos escravos ou, como pode ser visto em outros casos e que foi, vastamente, relatado pelos antropólogos, o baixo índice de natalidade entre os escravos relacionado com o uso de métodos anticoncepcionais pelas escravas, era parte da vida quotidiana do período colonial. Esses eram modos de resistir, eram algumas das estratégias utilizadas. A resistência, como afirma Foucault, é uma luta contra o “governo da individualização”⁷². Ela é a oposição aos efeitos relacionados ao saber que ignora quem somos e que também determina quem somos. Elas são “uma técnica, uma forma de poder”. Dita forma de poder faz dos indivíduos sujeitos, sujeitos a alguém pelo controle e dependência, ou seja, sujeitos à sua própria identidade por uma consciência. Ela torna os indivíduos, SUJEITOS A.

Os senhores prendiam os escravos, os confinavam em senzalas, os castigavam com ferro no pescoço quando fugiam ou aplicavam chicotadas a modo de castigos exemplares, e ainda estupravam as escravas. Enfim, a violência era usada como instrumento dessa relação de poder, como exercício costumeiro, embora também, em outros casos, a procura do consentimento do escravo tenha existido⁷³. Os senhores submetiam os escravos a seu poder através de diferentes

⁷¹ Não podemos deixar de falar nos quilombolas como modo de resistência. Porém, de acordo com Prado Jr. Eles se formavam e dissolveram repetidas vezes ao longo da história brasileira e diferentes pontos do território nacional, portanto não podem ser consideradas organizações estáveis. Isso, de fato, não resta importância a esses movimentos de resistência por excelência.

⁷² Depois de definida a resistência, o autor nos dirá que existem três tipos de lutas que podem ser diferenciadas e a partir das quais podem ser observadas as diferentes formas de resistência, a saber:

- a. contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa);
- b. contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que produzem;
- c. contra aquilo que une o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). (M. FOUCAULT 1995, 235)

d.

⁷³ Para observar um caso de busca de consentimento pode-se recorrer ao livro **Barões e Escravos do Café** de Sonia Sant’Ana onde se relata a história de escravos como a negra Laura que foi companheira de um Barão de café do Vale da Paraíba ou alguns dos casos relatados em **Casa Grande Senzala** de Gilberto Freire

modos de controle e elaboravam-se estratégias para a manutenção desse sistema, porém os escravos resistiam e procuravam não serem sujeitos AO dono, e uma das estratégias para atingir tal fim era a fuga. A fuga que era escrita nos jornais pelos próprios donos. Paradoxalmente, chega-nos até hoje, relatado pela boca do dono através da escrita no jornal, a constituição do escravo como sujeito à própria identidade. Chega-nos à escrita (descrita) de uma estratégia de resistência tenaz.

Cabia ao escravo se movimentar em um espaço controlado, num tempo delimitado e de modo definido, cabia ao escravo ficar sob o mando do dono, sob a força do chicote, porém, os escravos fugiam, resistiam, sem permissão.

3.3- Fugido VS Fugão

A partir da idéia de que os escravos no século XIX resistiam à sua condição e que desse gesto provoca-se uma escrita que evidencia a emergência de um novo estatuto para estes atores sociais, passaremos agora a analisar, de modo detalhado, os espaços discursivos nos quais ela aparece. Iniciaremos, assim, o estudo por uma das primeiras estruturas que são observadas nos anúncios e que pode se considerar o ponto de partida da análise centrada na materialidade lingüística. Ela é a utilização reiterada do participio passado FUGIDO nas vinhetas e no corpo dos anúncios. Mas para iniciar a análise de tal uso recorreremos aos dicionários da época. Assim sendo, inicialmente faremos uma contextualização sobre as condições de produção do saber mobilizado pelos

⁷³ Não podemos deixar de falar nos quilombolas como modo de resistência. Porém, de acordo com Prado Jr. Eles se formavam e dissolveram repetidas vezes ao longo da história brasileira e diferentes pontos do território nacional, portanto não podem ser consideradas organizações estáveis. Isso, de fato, não resta importância a esses movimentos de resistência por excelência.

dicionários para depois analisar a posição de cada um e finalmente chegar a uma conclusão ao respeito.

O Século XIX no Brasil foi um período marcado por grandes mudanças, como afirmamos acima. Além de ser atravessado pelo problema da escravidão, em torno do qual vão girar fortes discussões jurídicas, econômicas e políticas; ele virá acompanhado de uma discussão sobre a língua nacional, uma língua distinta à dos portugueses. Procura-se o “novo” modo de significar a língua, agora já num momento histórico outro, separado do Portugal. Esse “outro” remete à procura de um diferencial, aponta para a existência de uma heterogeneidade deslocando-se do pressuposto de um saber homogêneo sobre a língua portuguesa e brasileira. A partir desse momento, Brasil diferencia-se de Portugal e um dos modos de evidenciar dita distinção é o início de um processo novo de gramatização um novo elemento constitutivo deste outro espaço de produção lingüística (ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p.24) Diz Orlandi:

Ocorre, no período, uma proliferação de trabalhos intelectuais com ênfase em trabalhos lingüísticos e literários em linhas teóricas opostas às desenvolvidas no Portugal. Dentre os autores de gramáticas, dois se destacam as de Julio Ribeiro e João Ribeiro. Um filiado à gramática filosófica pertencente à corrente naturalista e o outro pertencente à linha da gramática histórica. Embora um dos primeiros trabalhos relativos ao léxico do Brasil e do Portugal foi o do Visconde de Pedra Branca de 1824-5, que foi desenvolvido anos depois por grande numero de lexicógrafos brasileiros, a tarefa de Pacheco e Silva se destaca já que ele observa o léxico do Brasil a partir dele mesmo, ou seja, ele “se dirige a Brasileiros”. (ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p. 32)

A partir da análise dos gramáticos acima mencionados, no texto de Orlandi e Guimarães, pode ser observada a construção de um saber sobre a língua (ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p.32) e não simplesmente de uma história ou sucessão anedótica de autores de gramáticas e dicionários.

O português é o que, a partir de sua memória, reconhece as coisas, os seres, os acontecimentos, e os nomeia. Encontramos em uma situação enunciativa de “transporte” da situação enunciativa portuguesa (situação I). Mas como estamos no Brasil,

este deslocamento força outros contornos para a enunciação. (ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p. 33)

Nesse português transportado se estabelecerão diferentes relações referenciais e começará a ser construído um novo espaço de interpretação com deslizamentos, efeitos de sentido e metafóricos diferentes aos de Portugal criando-se a situação enunciativa nova (situação II). O português brasileiro é uma historicização singular, efeito da instauração de um espaço-tempo próprio, diferente do de Portugal (ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p. 34)

Há uma constituição do sujeito brasileiro no período estudado, um sujeito que não só tem uma língua, mas também a conhece e a prova disso encontra-se nos estudos da língua brasileira. Considera-se, pois, que há um saber propriamente do Brasil, o que outorga e sustenta aos discursos independência deste país em relação ao Portugal. Para entender dito fenômeno, retomamos Orlandi (1994) quando propõe o conceito de heterogeneidade lingüística:

Consideramos, pois, a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em nossa língua um fundo falso em que o “mesmo” abriga, no entanto, um “outro”, um “diferente” histórico que o constitui embora na aparência da “mesmidade: o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, mas não são. Produzem discursos distintos. Significam “diferentemente” (ORLANDI 1994, p. 31)

Um dos lugares onde podem ser observados esses discursos distintos em funcionamento é no dicionário. Neles podemos observar o movimento da produção do saber lingüístico de determinado período, no nosso caso específico, na segunda metade do século XIX. No que se refere a esta análise em particular, o centro de nossa atenção estará colocado naquelas palavras relacionadas ao que poderíamos denominar “vocabulário da escravidão”⁷⁴. Observaremos, então,

⁷⁴Tal estudo foi sugerido pelo Prof. José Horta Nunes em 2001 a partir de um trabalho inicial efetuado na nossa Dissertação de Mestrado o qual tem, hoje, sua continuação.

O vocabulário da escravidão, como o demos em chamar, surge a partir de uma prática social, política e econômica específica e traz as marcas de um exercício de poder vigente desde 1530 no Brasil, aprox., quando foram trazidos os primeiros escravizados africanos. Nas palavras que

como se dicionariza o mencionado vocabulário produzindo discursos, veremos como ele se manifesta nos textos dos verbetes e faremos uma análise das relações entre os termos nos discursos ou dicionários.

Faremos, neste apartado, uma análise dos termos fujão, fugido e fugitivo, através da história, dos dicionários que circulavam na época do Império até após a abolição da escravidão. Nosso interesse centra-se na observação de dito termo já que ajuda-nos na reflexão sobre a constituição do escravo enquanto sujeito social no final do Séc. XIX.⁷⁵ Para tal, observaremos os seguintes Dicionários: **Dicionário da Língua Portuguesa** de Antonio de Moraes Silva, Editado pela Typographia Lacérdina em 1813, Portugal, cuja primeira edição data de 1789; **Novo Diccionario da Língua Portuguesa** de Eduardo de Faria, Editado pela Typographia Imperial e Constitucional em 1859 em Rio de Janeiro; e finalmente **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa de Caldas Aulete**, Editado em parceria com Antônio Maria Pereira em 1948, Lisboa, primeira edição de 1888 e segunda edição publicada 40 anos depois.

3.3-1. Dos Dicionários

Os dicionários são considerados, pela Análise do Discurso, como objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na constituição histórica das formações sociais com suas

compõem o vocabulário, podemos observar a contradição entre o uso das mesmas e a ilusão de uso pelo dicionário. Chamamos ilusão de uso à visão parcial que o dicionarista mostra no verbe.

⁷⁵ Como mencionado acima, partimos do pressuposto de que o escravo em este período resiste no sentido foucaultiano do termo. O escravo constitui-se, nesse momento, como sujeito à própria individualidade e não a domínio do dono e essa constituição do escravo que afronta o sistema é escrita e publicada nos jornais quando o dono reclama o escravo fugido. A partir da voz do dono se evidencia a constituição do escravo enquanto sujeito. Essa evidencia resulta contraditória dentro da formação discursiva escravagista.

instituições, e sua ordem cotidiana. (ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p.8) Observa-se, na aparição destes termos, a construção/produção do saber metalingüístico através da sua presença nos Dicionários o que nos leva pensar na construção de objetos históricos, como conseqüências sobre as políticas de línguas. (ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p.8)

O olhar sobre o discurso lexicográfico tem como um dos seus objetivos a observação da elaboração de dicionários da língua. No entanto, que implica a elaboração do dicionário de uma língua? Na elaboração de um dicionário, o dicionarista tem a ilusão de poder abarcar todos os vocábulos e palavras utilizadas legitimamente pelos falantes da mesma. Consideraremos, portanto, dois elementos nesse gesto:

a- A questão da legitimidade: quais são as palavras que podem formar parte de um dicionário e quais são as que não podem pertencer a ele. São todas as palavras que se incluem ou só algumas. Sendo só uma parte: Qual parte? Que significa esse gesto?

b- Por outro lado observamos que nesse gesto fundador de um dicionário, o dicionarista acredita que, o que ele escreve, só pode ser dito desse modo e que ele é totalmente objetivo nesse ato. Duas ilusões marcadas por Pêcheux na teoria dos dois esquecimentos.⁷⁶

⁷⁶ A Teoria dos dois esquecimentos de Pêcheux diz o seguinte: Concordamos em chamar esquecimento N°2, ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou seqüência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação considerada. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar outro “esquecimento” o esquecimento N° 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento N° 1 remetia, por analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos- esse exterior determina a formação discursiva em questão. (PÊCHEUX 1997, p. 173)

Alem dessas observações Horta Nunes (1996) nos alerta a outros dois modos de olhar o discurso lexicográfico:

a- o primeiro modo é aquele que coloca o léxico como o representante de uma língua, portanto nossa primeira pergunta se redimensiona: quais são as palavras que formam parte de uma língua, nesse caso a língua brasileira; e

b- as seqüências lexicais circulam em outros lugares que não somente o dicionário, de modo que se pode observar o dicionário como um dos âmbitos onde podem se observar discursos com variações, incongruências e contradições; diferentes modos de dizer o léxico (HORTA NUNES 1996, p.14)

Assim, o estudo de um instrumento lingüístico como é o dicionário, a partir de uma perspectiva discursiva, implica um trabalho no qual a história e a sociedade ocupam um lugar fundamental. Não é considerando somente o saber de uma palavra em si mas também como esse saber foi re-significado através da história.

De acordo com Oliveira (2004), o dicionário, enquanto descritor das línguas, produz um prolongamento do saber lingüístico do falante que não somente o estende senão que também o transforma. Dita transformação de saber é política no sentido em que ela se evidencia como uma produção de uma normatividade sobre a língua.

A autora afirma que

O dicionário, como normatividade, divide o real da língua para compor sua unidade que, no caso da língua portuguesa, é a unidade de língua de Estado, de língua nacional. (ELIAS DE OLIVEIRA 2006, p.18)

Portanto, há vários elementos que se conjugam ao tomar o dicionário como objeto de estudo. Juntam-se a eles uma ilusão referencial provocada no ato de definir (ou seja, de transformar vocábulos em lexemas) através da qual se naturaliza a relação entre palavras e coisas colocando como evidente o sentido das mesmas.

As definições, por sua vez, são universalizadas o que produz um efeito de sentido a partir do qual não existe sujeito emissor do enunciado. Essa relação “natural” entre sentido e coisa não pertence a ninguém mais do que ao objeto que define, fora de toda determinação sócio-histórica. O dicionário surge também, a partir desses elementos, como uma instituição de saber, do saber sobre o significado “certo” das palavras.

A partir do seguimento de uma palavra podemos observar também as mudanças nos modos de dizer de uma sociedade relacionada com um espaço discursivo específico: o da escravidão. O dicionário configura-se como um espaço de memória de um corpo sócio-histórico, de traços discursivos.

Os dicionários estudados correspondem ao que Horta Nunes (2001) denomina terceiro e quarto momentos na história do saber lexicográfico do Brasil. O terceiro momento estaria representado pela aparição do primeiro dicionário monolíngüe de português escrito por Moraes da Silva em 1789. Já o quarto estaria constituído por aquelas obras que, vieram após o dicionário de Moraes, e representam a produção de dicionários de um saber sobre a língua portuguesa claramente brasileiro.

Nosso interesse no estudo de vocábulos que pertencem a dicionários desse período específico surge pela possibilidade de observar como se constitui a imagem do escravo na sociedade brasileira do Séc. XIX.

3.3-1.1. Moraes Silva.

No período estudado o principal dicionário monolíngüe de português era o dicionário de Moraes da Silva. Essa obra foi elaborada pelo brasileiro Antônio Moraes Silva em 1789 e teve várias reedições e acréscimos até 1949

tendo todas suas edições esgotadas. A edição escolhida foi realizada em vida do autor. Nela conjugam-se tradição brasileira e portuguesa, tomando como base a obra de Rafael Bluteau de 1712 denominada **Vocabulário Português e Latino**. Encontram-se neste, definições e comentários em português que são retomados por Moraes Silva na elaboração do seu Dicionário. Ele reduz as definições e exclui comentários etimológicos, explicações, citações e tradução latina elaborando um volume que contém vocábulos só em português. O dicionário de Silva resumirá os dez volumes de Bluteau a somente dois alegando que o mesmo foi “melhorado”. Moraes afirma ao respeito:

Acompanhei este estudo com os auxílios de Bluteau, que achei muitas vezes em falta de vocábulos, e frases, e mui freqüentemente sobejo em dissertações despropositadas, e estranhas do assunto, que fazem avolumar tanto a sua obra. Este último reparo me animou a escolher para meu uso tudo o que ele traz propriamente português, deixando somente os termos da Mitologia, os da História antiga, e das línguas vivas. E ainda eu quisera omitir muitos vocábulos de cargos, ofícios, navios, e outras cousas da Ásia, e Etiópia, que vem nas Histórias daquelas partes, explicadas aí mesmo pelos autores, e de que ninguém usou depois: mas receei que me acusassem dessa omissão e lá os conservei (Moraes 1789: Prólogo do Leitor op.cit. (HORTA NUNES 1996, p.191))

Horta Nunes (2001) diz que:

...a passagem de Bluteau a Silva remete ao jogo entre o dicionário de língua e o dicionário enciclopédico. É nesse jogo que se estabelece o enunciado definidor em língua portuguesa “ (HORTA NUNES 1996, p.79)

A relevância do Dicionário de Moraes é que a partir dele assenta-se a forma enunciativa do enunciado definidor nos seus verbetes. A sintaxe desse enunciado determina, de certa maneira, a posição do lexicógrafo no discurso. No enunciado definidor, de acordo com Mazière (1989) nos chegamos a evidência às representações e às posições assumidas pelo autor dentro de uma determinada instituição e desse campo epistemológico.

Embora Moraes, em relação à Bluteau apareça com um enciclopedismo mais atenuado, o dicionário de Moraes reflete uma imagem do mundo do qual o leitor brasileiro se sente formar parte de modo diminuído e no meio de outras alteridades. Horta Nunes afirma que este fato se dá porque a universalização da definição de Moraes carrega os traços da historicidade da tradição portuguesa. A reação nacionalista não tardaria, com os dicionários de brasileirismos. (HORTA NUNES 1996, p.195)

3.3-1.2. Eduardo Faria.

O **Novo Dicionário da Língua Portuguesa (o mais completo de todos os dicionários até hoje publicados)** foi publicado em 1859 por Eduardo de Faria moço fidalgo com exercício da casa de sua Magestade Fidelíssima e cavalleiro nas ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa e impresso no Rio de Janeiro pela Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C.

Desde o começo do prefácio o autor diz que um dicionário é uma obra indispensável para conhecer o pensamento de uma nação. Levado pelo desejo de **servir à pátria**, Faria escreve o dicionário filiando-se, já nas primeiras palavras, a uma tradição que se pretende em construção que é reforçada nas frases seguintes. O autor nos diz:

Tenho a convicção de que na publicação deste livro faço um grande serviço, porque, sendo os dous principaes Dicionários Portuguezes muito faltos de termos, é em vão que muitas vezes se recorre a elles. O do Padre R. Bluteau, apesar de muito desenvolvido, nem sempre é exacto; o de Moraes é mais rico em termos, porém ambos estão longe de se poderem chamar completos. (FARIA 1859, p. III)

Deste modo o autor coloca-se como aquele que vem prestar um serviço à nação elaborando um dicionário completo. Mas onde reside a incompletude das duas obras mencionadas? Por qual motivo Faria ousa dizer isso dos dois principais dicionários do período?

O Dicionário elaborado por Farias é considerado pelo seu autor como atual e atualizado, por esse motivo o titula NOVO Dicionário, ou seja, ele é renovado. Sua renovação consiste no aumento e reforma dos termos que acompanham as mudanças que ocorrem na linguagem das ciências e dos ofícios que crescem naturalmente com a linguagem. O autor decide os vocábulos que devem compor a língua brasileira descartando todos aqueles elementos que considera desnecessários.

Assim, dedica-se à tarefa de fazer de todos os dicionários um ou UNO que possua todas as palavras que todos os outros dicionários contém, suprimindo as deficiências entre um e outro, fazendo os recortes precisos em questões consideradas supérfluas e os acréscimos certos quando necessário. Também Moraes afirma ter recorrido a enciclopédias e tratados de ciências além de colocar a cada palavra sua respectiva qualificação, ou seja, antiquado, pouco usado, etc.

O autor colherá as palavras das ruas, das cidades, através do contato com as pessoas e os ofícios onde, segundo ele, reside sua riqueza e se afastando da simples colheita em obras literárias e na ciência. Riqueza que é colocada em oposição à erudição que é mostrada como um empecilho para o progresso no conhecimento da língua. Ele declara a ortografia como incerta e inconstante escolhendo como guia aquelas características que esteticamente seriam mais simples, regulares e formosas.

Faria afirma que no dicionário todas as classes da sociedade deviam estar representadas (FARIA 1859, IV) colocando o uso e constituição do dicionário como uma questão social. Diz o autor que o Dicionário de uma língua, **esse primeiro livro de toda a nação civilizada**, é o livro de toda a gente. (FARIA 1859, IV)

Coloca-se, também, um interessante conceito de língua. A língua não é exclusivamente destinada a expressar as operações do espírito e os movimentos do coração: serve também para exprimir a extensão da acção do homem sobre o universo que Deus lhe deu por domínio. (FARIA 1859, IV)

Há muitos pontos na fala de Faria que podem ser entendidos através da história, especificamente, da situação política brasileira do momento. Desse modo, não podemos esquecer que o dicionário em questão é enunciado da posição do Imperador, D. Pedro II, como é mencionado na capa do volume. Ele é enunciado da posição do Imperador e está a serviço da Pátria, a obra é escrita por um fidalgo ao serviço de D. Pedro para servir à Nação. A Nação à qual se refere o autor é Brasil, embora seja um tanto confusa a nomeação relativa à língua, que continua sendo nomeada portuguesa. Não há uma idéia explícita da mesma nem uma separação clara da língua falada em Portugal, como ocorre com outros dicionários da época que somente compilarão vocábulos brasileiros distintos dos portugueses.

Faria coloca-se claramente na posição de autor de um livro, especificamente de um dicionário que é, segundo ele, o arcabouço do conhecimento da língua de uma nação. Coloca-se como autor porque não só transcreve como lê, interpreta, opina, acrescenta e corta, ele é quem escreve e não é a língua que existe por si e as mudanças feitas são em nome da Nação e de uma língua atual, nova ou renovada. Claramente, Faria desenha um sentido específico para a língua portuguesa escrita no seu dicionário, seu sentido. Mais adiante, na introdução, o autor continua delineando o que ele definirá como língua. Afirma que:

Para formar uma língua é preciso uma convenção mais difícil, que estabelece a forma por que devem ser empregadas as palavras na composição da oração. É, pois a syntaxe que essencialmente constitue uma língua, que lhe dá um caracter próprio. (Faria; 1859 p. V)

Mas esse caráter próprio está desenhado pela mão que a corta, que a desenha que decide o supérfluo dela. Faria coloca-se como o autor do dicionário e a marca dessa autoria também aparece em algumas definições, como a que colocamos a seguir:

Crioulos. m. (de criar) preto escravo nascido em casa do seu senhor; animal, cria que nasce em **nosso** poder. (FARIA 1859, p. 959)

A marca do nosso é indiscutivelmente do autor que escreve a partir de uma determinada posição social, uma posição feudal.

3.3-1.3. Caldas Aulete

A primeira publicação do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa feito sobre o plano de F. J. Caldas Aulete foi em 1888. Uma curiosidade inicia este volume. Ela encontra-se na sua autoria, outorgada ao Prof. Caldas Aulete que faleceu, de acordo com o prefácio da 2ª edição, no início do projeto nem mesmo tendo conseguido finalizar a letra A. A partir desse momento a direção da obra passa ao Dr. António Lopes dos Santos Valente, que era latinista, helenista, poeta, filólogo, e profundo conhecedor do **idioma pátrio**⁷⁷ – um Humanista, na verdadeira acepção do termo. (CALDAS AULETE 1948, 3) Ele contou com vários colaboradores para levar adiante sua tarefa o que evidencia uma forte polifonia nos verbetes desse volume. Em 1935, ano da segunda edição do dicionário, parte dos autores da primeira edição tinha desaparecido e a direção do mesmo passou a José C. da Silva Bastos. Ele fez uma revisão dos termos, adaptou, atualizou e ampliou. O dicionarista contou com a ajuda de “amigos das

⁷⁷ O RESSALTADO É NOSSO

letras” das Províncias de Portugal, dos Estados de Brasil, que colaboraram com vocábulos ainda não registrados nos dicionários. Evitaram-se vocábulos de emprego raro ou obsoleto, assim como vocábulos estranhos. Um exemplo disso observa-se no seguinte trecho:

Um exemplo: suponhamos que um dicionarista, na alheta de Teófilo Braga, introduzia no seu léxico a palavra ledino e cantar de ledino . Felizmente assim não sucedeu, pois teria dado guarida a uma das extravagâncias de que aquele polígrafo era useiro e vezeiro. Um verso do Crisfal reza assim:

Cantar cantou d’elle dino

O que queria significar “digno dele”; mas nalgumas edições lê-se:

Cantar cantou ledino;

Vai daí, Teófilo Braga, com a sua característica leviandade literária, alça-se muito ancho, a improvisar, a discípulos e leitores cantos de ledino, como constituindo um novo gênero na nossa literatura. O que levou o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, desfazendo com o seu critério e saber aquela sedutora nuvem a observar: “Se ao tempo existisse uma edição boa os crítica daquela écloga, já o finado historiador da nossa Literatura não incorreria no erro em que incorreu.” (Caldas Aulete, 1948p.6)

De modo que no texto instaura-se uma crítica forte ao trabalho ligeiro de alguns dicionaristas desse período e, a partir desse momento, coloca-se a redução do dicionário em questão como acima de este tipo de suspeitas. Neles não somente estão as palavras que são ditas no português do Brasil, um Português diferente, onde também estão as palavras que de fato, realmente existem nessa língua que esta sendo constituída no dicionário. Não se trata de uma língua “inanimada” ou “intuída” por um lexicógrafo. Nesse ponto encontramos já uma diferença com os dois dicionários anteriores. Ele não cria novos vocábulos nem re-interpreta aquilo que não reconhece como próprio. Ele só tem nas suas páginas palavras claramente brasileiras.

Silva Bastos afirma que um dicionário é sempre incompleto porque ele parte do pressuposto de que a língua vive e, portanto, muda. Pode ser observado nessa afirmação um naturalista que considera a língua enquanto organismo vivo.

3.3-2. Olhando o Fugão

Observaremos, neste ponto, os deslocamentos que o termo fugão sofre através do tempo e sua remissão ao termo fugião de acordo é apresentado no quadro a seguir:

Moraes da Silva (1813)	Eduardo de Faria (1859)	Caldas Aulete 3ª Ed. (1948)
Fugião , adj. Escravo ____; fugião, costumado a fugir ao senhor. Paiva, Serm.I f. 153}	Fugião. V. Fugão	Fugião , adj. Diz-se do escravo vezeiro a fugir ao senhor. F. r. Fugir.
Fugião. V. Fugião. Escravo____.	Fugão, adj. m. (de fugir) costumado, inclinado a fugir (escravo____)	Fugão , s. m. e adj. Indivíduo fugidiço: Ah! Lisandro! Ah! Fugão!...escondes-te? Emudeces? Sumiste-te no mato? (Castilho, Noite de S. João, III, 24, p.140. ed.1875) // F. R. Fugir{Fugidiço, adj. Habitado a fugir, fugidio: Foi açoitado como açoitam o moiro fugidiço (R. da Silva)}

Pode-se observar que em Moraes e Faria as definições dos verbetes estão cruzadas. Há uma passagem ao considerar o fujão como particípio ou como adjetivo. Já em Aulete encontramos que se estabiliza em adjetivo o primeiro e adjetivo e substantivo o segundo, deixando de ser determinante para ser determinado.

O que resulta interessante é que nos dois primeiros dicionários ambos os termos remetem a um uso relacionado aos escravos enquanto que no terceiro só **fugião** mantém esse uso. Sua definição é acrescentada ou explicitada utilizando um adjetivo para tal (escravo vezeiro). Nessa separação observamos que no Caldas Aulete **fugião** é um escravo e o **fujão** é um indivíduo; fazendo uma separação entre os que são indivíduos e os que são escravos. Podemos pensar em uma memória histórica agindo como pré-construído nessas definições já que o Dicionário que está sendo utilizado no presente trabalho data de 1949, ou seja, que sofreu duas revisões feitas por especialistas⁷⁸. Tal afirmação pode ser reforçada se observamos o dicionário Aurélio onde se estabiliza o uso para fujão e o mesmo deixa de ser escravo para ser indivíduo vezeiro. A relação do termo com o escravo cai cristalizando-se a definição que não os contempla.

3.3-3. Do fujão ao fugido:

Embora nos dicionários o termo fugido não esteja relacionado de modo algum ao escravo e seja dado a ele, tanto em Moraes quanto em Faria e Aulete, somente o tratamento literário, de acordo podemos observar no seguinte quadro:

⁷⁸ A observação resulta-nos forte já que o Dicionário de Aulete foi elaborado inicialmente em 1888, revisado e ampliado por uma equipe em 1935 e novamente revisado e adaptado em 1948 e o mencionado significado continuava presente.

Moraes (1813)	Faria (1858)	Aulete (1949)
<p>Fugido, part. Pass. De Fugir. Fugitivo: de que se foge. eu sou de ti fugida. Passiv. Fert. Egl.8</p>	<p>Fugido,a, p.p. de fugir, e adj. Escapado por fuga ou fugindo; fugitivo; de quem se foge. Ex. “ Eu sou de ti _____. Ferreira. “ É ant. neste ultimo sentido.</p>	<p>Fugido, adj. Que fugiu: _____Porque me não olhas? Perguntou ela...curvando-se para lhe buscar o olhar fugido (André Brun, Dez contos. P.84, ed. 1917)</p>

Porém, o uso corriqueiro do termo encontrado é outro. Em quase todos os anúncios de jornal de escravos que fogem são anunciados como Fugidos. É um dado interessante porque o escravo, para o dicionário, somente é fujão e não fugido. Para o dicionário o fugido é aquele sujeito ao que se lhe aplica a frase “eu sou de ti fugido”. Mas, nesse momento histórico, o quotidianamente fugido é o escravo que aparece no jornal de acordo com os seguintes anúncios:



Observamos nesses anúncios dois funcionamentos diferentes: o fugido que acompanha a escravo, muito comum, visto nos jornais nas vinhetas⁸¹:

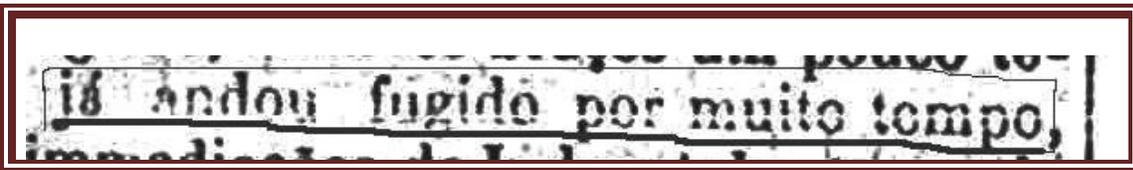
⁷⁹ A transcrição desse anúncio é a seguinte: **Escravos Fugidos**-De Francisco Antonio de Sousa Salles, deste município fugiram duas escravas uma de nome Virginia, há um anno, ou pouco mais, com os signaes seguintes: preta, estatura regular, falta de dentes, cabeça mal feita, idade de 40 a 50 annos, mãos de tamanho regular, desimbaraçada e risonha no fallar, meia gorda; - a outra de nome Rita, fugida a 23 do corrente mez, com os seguintes: 20 annos mais ou menos, alta, gorda, preta; tem uma cicatriz de coice de Cavallo no canto da bocca ao lado direito, pescoço grosso, marcas como de cordas nos braços, pés grandes, boa dentadura, muito fallante, carrancuda na feição, porém risonha. Da-se a quantia de 100\$000 a quem apprehendê-las, por cada uma, e entregal-as a seu senhor na sua fazenda. Campinas, 24 de agosto de 1870.-

⁸⁰ A transcrição é a seguinte: Signaes do escravo Francisco, fugido de Campinas, hoje 29 de Abril de 1872, pertencente a José Elias d'Oliveira: Idade 45 a 50 annos, altura regular, crioulo de Paconé (Cuyabá), tem falta de dentes na frente, pés e mãos mal feitos, um tornozello inchado, é rendido das verilhas, nariz chato e arcado, o braço direito um tanto inchado perto da munheca, é barbado, tem na cabeça cicatrizes e nesse lugar cabelo cortado. Quem o apprehender e entregar a seu senhor será bem gratificado.

⁸¹ Em relação às vinhetas dos anúncios de fuga de escravos, afirmamos em Ferrari 2006 o seguinte: A função dessas vinhetas era, principalmente, chamar a atenção das pessoas que se dedicavam à tarefa de procurar escravos, além de despertar o interesse dos outros cidadãos. A menção da quantia na vinheta dos anúncios delinea a imagem de um destinatário ideal, que tem como característica seu interesse ou necessidade por dinheiro. Esse tipo de destinatário é encontrado como protagonista de um texto da época, escrito por Machado de Assis, intitulado "Pai contra mãe". O texto conta a história de um homem pobre e livre e sua tentativa de levar sustento para o filho. O principal protagonista tem como ofício capturar escravos fugidos e, em cumprimento



E em seqüências como,



Ou



No verbete, Fugido é tomado como particípio passado e não como adjetivo. O adjetivo proposto pelo dicionário para ser aplicado ao nome escravo é fugitivo, com possíveis deslocamentos para fujão.

Enquanto particípio passado, podemos observar que ele ocupa a posição de nome nas seqüências. Elas são próximas da estrutura proposta por Milner em **De La Sintaxe a l'interpretation**. Nesse texto, Milner trabalha com as expressões qualitativas e as expressões quantitativas.

Milner diz que :

de tal ofício, procura e pega uma escrava fugida, grávida, que perde a criança após ter sido entregue ao dono por esse. Machado de Assis relata sobre essa profissão do seguinte modo:

Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. Não será nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia rijo para pôr ordem à desordem. (MACHADO DE ASSIS; 1996 p.121)

Encontramos, pois, delineado o perfil do destinatário ideal ao qual se dirige o autor do anúncio nessas vinhetas. FERRARI, 2006 p. 61)

D'autre part, Il semble que, de façon générale, les éléments de Qualité doivent être ensuivis d'un nom spécifié; en particulier, ils ne peuvent précéder une unité lexicale à sens intrinsèquement <générique>, telle que homme, personne, type, individu, etc., on n'a pas, ou mal, set imbécile de type (d'homme, de personne, d'individu); cette horreur d'objet, de chose, etc. Cela ne rend pas très vraisemblable la structure supposée pour (6.1^a) (L'imbécile est en retard)

Or, il faut noter que si l'hypothèse d'une transformation de dislocation est abandonnée Il n'est plus nécessaire de rapprocher (MILNER 1978, 225)

Portanto podemos pensar que fugido é um nome de Qualidade acompanhado por um nome comum: escravo. Agora bem, para saber qual tipo de nome de qualidade é, são necessárias algumas paráfrases. Tomando os termos fugitivo e fujão para sua comparação teremos:

Certo fugido de escravo

Certo escravo fugido

O fujão esta atrasado

O fugido esta atrasado

As estruturas qualitativas são, para Milner, paralelas, em muitas ocasiões, às quantitativas como pode ser observado nas seqüências que se mostram a seguir :

1)

(a) João não está mais lá; o idiota está atrasado

(b) João não está mais lá; o idiota de (João)Pro está atrasado.

2)

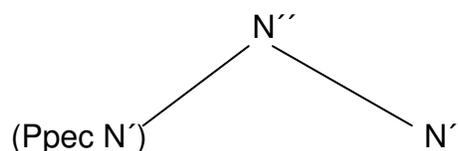
a) - Você há lido seus livros

- Tenho lido os dois.

b) - Você há lido seus livros

- Tenho lido os dois Pro (livros)

Elas seguem a estrutura



Qual seria a diferença destes nomes como outros?

No nosso caso específico, fugido, fujão e fugitivo seriam nomes A e escravo, por exemplo, nome comum. O nome fujão aceita estruturas tais como

Baita fujão,
Espécie de fujão
João fugiu, o fujão.

Ele age de modo similar a imbecil, largamente exemplificado por Milner e se diferencia de fugido porque este não pode ocupar esses espaços sem provocar um estranhamento. Assim, fujão é qualificante, o que significa que fala de uma qualidade. Fujão pode estar acompanhado de adjetivos e verbos como nas exclamações:

Pobre fujão!
Venha fujão!

Por outro lado, pode-se afirmar, observando o funcionamento de fujão, que fugido age como um título, do mesmo modo que general, por exemplo como se observa na seguinte seqüência:

Negro fugido
Escravo fugido

Negro fugitivo
Escravo fugitivo

Certo fugido
certo fugitivo
certo fujão

Para o autor os nomes de qualidade, os nomes de números e os nomes de quantidade tem emprego anafórico como por exemplo.

- Você tem carregado todo o trigo?
- Sim tenho carregado as dez toneladas.

De acordo com o colocado pelo autor, os diferentes nomes terão funções distintas, de acordo com o lugar sintático que ocupem e com os efeitos no sentido que provoquem. Assim, por exemplo, no nosso caso, fugido seria considerado um elemento qualificante (sempre acompanhado de um nome comum), fujão classificante (funcionando como imbecil, sem necessidade de pronominalização) e fugitivo seria o elemento misto, ou seja, agiria nas duas estruturas independentemente.

Essa classificação de cada um dos elementos mencionados e testados acima nos serve para ver o lugar da enunciação que surge em cada um deles. Sendo fugido qualificante, diz respeito, sua enunciação, de propriedades e age valorando. O sentido da expressão dele depende do momento e lugar em que é proferida, o que Milner chama de enunciação. Já fujão, ao ser classificante, fala de uma propriedade em si e Fugitivo, ao ser misto surge nas duas estruturas.

Observamos que o funcionamento de Fugido nas vinhetas resulta diferente da sua utilização no corpo do texto. Podemos pensar que o uso de Fugido na vinheta reflete, por um lado, um sentido de queixa por parte do dono que reclama o escravo: Fugiu de mim! É fugido! Por outro lado, como mencionado acima, funciona como identificação do tipo de anúncio classificado: anúncio que traz implícita uma retribuição monetária para quem atender. Em ambos os casos é qualificante, ou seja, marca uma valoração a respeito de quem se fala.

Um elemento que reforça nossa inquietude é o uso do termo fugido como epíteto do nome escravo em textos literários como o conto *Pai contra mãe*⁸² de 1906 de Machado de Assis, *A escrava Isaura*⁸³ escrito em 1875 por Bernardo Guimarães e *Bom crioulo*⁸⁴ publicado em 1895 por Caminha, literatos do período estudado. Vejamos os seguintes trechos:

Pobre Martinho! Quanto pode em teu espírito a ganância de ouro, que faz-te andar à cata de escravos fugidos em uma sala de baile! (B. GUIMARÃES 1991, 78)

O motivo da fuga, Álvaro, a ser, é o mais honroso possível para ela, e torna uma heroína; mas...enfim de contas ela não deixa de ser uma escrava fugida (B. GUIMARÃES 1991, 91)

Nesse tempo o “negro fugido” aterrava as populações (CAMINHA 1995, 19)

Ele, o escravo, o “negro fugido” sentia-se verdadeiramente homem, igual aos outros homens, feliz de o ser, grande como a natureza, em toda a pujança viril da sua mocidade, e tinha pena, muita pena dos que ficavam na “fazenda” trabalhando, sem

⁸² O conto *Pãe contra mãe* conta a história de um escravo liberto e pobre que, na procura de um sustento para sua esposa grávida, sai à cata de escravos fugidos. Para tal ele procura nos jornais os anúncios que lhe forneçam a possibilidade de levar comida para sua casa.

⁸³ O excelente livro de Guimarães conta a história de uma escrava que foi educada na casa grande como se fosse uma filha de senhores fazendeiros. Por ter pele clara, ela chega a ser confundida com moças da alta sociedade habitualmente. Mas, com a morte dos seus protetores e a asunção do comando da fazenda por parte de um indivíduo inescrupuloso que a quer forçar sexualmente, ela se vê forçada a fugir. Desse modo se recolhe em uma aldeia afastada e inicia sua vida como uma moça humilde e livre, freqüentando os salões e festas oferecidas por outros fazendeiros. Porém será descoberta como escrava por um dos membros dessa comunidade que lê o anúncio de fuga e a reconhece. Alguns dos trechos nos que se menciona esse evento são os seguintes:

- Deveras, Martinho? - exclamou um dos ouvintes, - está nesse papel o que acabo de ouvir? acabas de nos traçar o retrato de Vênus, e vens dizer-nos que é uma escrava fugida!... (GUIMARÃES, 1991 p. 80)

- É assombroso! Quem diria que debaixo daquela figura de anjo estaria oculta uma escrava fugida! (GUIMARÃES, 1991 p. 81)

⁸⁴ O livro de Caminha conta a história de um escravo que foge e embarca em um navio, tomando o ofício de marinheiro nos últimos anos do regime escravagista no Brasil. No navio ele conhecerá um rapaz do qual se apaixona e passa a defender com a própria vida.

ganhar dinheiro, desde a madrugada té ... sabe Deus! (CAMINHA 1995, 20)

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os **sinais do fugido**, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. (MACHADO DE ASIS 1994)

Ora, pegar **escravos fugidios** era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. (MACHADO DE ASIS 1994)

Cândido Neves, -- em família, Candinho,-- é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar **escravos fugidos**. Tinha um defeito grave esse homem, não agüentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo. (MACHADO DE ASIS 1994)

Você passa semanas sem vintém. -- Sim, mas lá vem uma noite que compensa tudo, até de sobra. Deus não me abandona, e **preto fugido** sabe que comigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo. (MACHADO DE ASIS 1994)

Cândido Neves perdera já o ofício de entalhador, como abrira mão de outros muitos, melhores ou piores. Pegar **escravos fugidos** trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um **escravo fugido**, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também. Mais de uma vez, a uma esquina, conversando de cousas remotas, via passar um escravo como os outros, e descobria logo que **ia fugido**, quem era, o nome, o dono, a casa deste e a gratificação; interrompia a conversa e ia atrás do vicioso. Não o apanhava logo, espreitava lugar azado, e de um salto tinha a gratificação nas mãos. Nem sempre saía sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam, mas geralmente ele os vencía sem o menor arranhão. (MACHADO DE ASIS 1994)

Clara não tinha sequer tempo de remendar a roupa ao marido, tanta era a necessidade de coser para fora. Tia Mônica ajudava a sobrinha, naturalmente. Quando ele

chegava à tarde, via-se-lhe pela cara que não trazia vintém. Jantava e saía outra vez, à cata de **algum fugido**. (MACHADO DE ASSIS 1994)

Cândido Neves parecia falar como dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia. Não foi mais feliz com **outros fugidos** de gratificação incerta ou barata. (MACHADO DE ASSIS 1994)

A única ocorrência de Fugão encontra-se no conto de Machado de Assis e é a seguinte:

O ferro ao pescoço era aplicado aos **escravos fujões**. (MACHADO DE ASSIS 1994)

Observe-se que nesses casos o termo fugido aparece como epíteto e não como simples adjetivo que determina o nome, ou seja, ele marca uma classe de escravos a partir do ponto de vista do dono: os fugidos, que são diferentes dos outros escravos que, tomando o dono como ponto de partida, não fogem. Na Gramática Descritiva de Ignacio Bosque, de 2000, encontramos uma descrição do participio passado, tanto de voz ativa quanto de passiva

Puede también modificar directamente un sustantivo, que corresponde al argumento externo del verbo base en el caso de los participios deponentes (p.ej. una persona llegada de lejos) y al argumento interno en el caso de los participios pasivos (p.ej. una cuestión decidida). Además, muchos participios se utilizan también en función adjetival y, como tales, parecen pertenecer al dominio de la formación de palabras. Así, un hombre decidido no significa “un hombre que ha sido decidido”, como una cuestión decidida significa “una cuestión que ha sido decidida” sino un hombre que actúa con decisión. En realidad, la relación entre los dos sentidos de decidido no es de tipo morfológico (conversión, derivación con sufijo cero), sino semántica (cambio semántico, lexicalización) (Bosque, 2000 p. 4608)

Vê-se que o participio passado “fugido” na construção “escravo fugido” funciona aqui do mesmo modo que “hombre decidido”, no sentido de que o escravo fugido é aquele que efetua a fuga ou que está em fuga. Desse modo, podemos pensar que esse “estar em fuga” é um estado e não uma característica como no caso de fujão que, ao ser um adjetivo de verbal disposicional ativo, indica

qualidades com o matiz semântico de “demasiado”. Ou seja, o fujão seria aquele que foge muito ou foge demasiado, sendo (fujão) uma característica do nome (escravo). Inclusive, quando nos anúncios de fuga se menciona o ato reiterado da fuga nunca se coloca o adjetivo fujão, usa-se fugido na frase: andou fugido.

3.3-4. Fugitivo VS. Fugido

No enunciado do anúncio de fuga anuncia-se um estado de coisas, inicialmente, e posteriormente, na descrição, dão-se as características do escravo. O “estado de coisas” que o anúncio noticia é a fuga e não o modo de ser. Agora, a pergunta que surge perante essas afirmações é: porque não usar fugitivo?

Fugitivo, de acordo com os dicionários estudados, tem o seguinte significado:

Moraes(1813)	Faria (1858)	Aulete (1949)
<p>Fugitivo, adj. Que fugio: v. g. “escravo _____” Que foge, ou passa rapidamente, fugaz: v.g. os fugitivos annos; esperanças _____. Camões, Out. 7. est. 32 Rio fugitivo. Galhegos, 4. 60. Razões _____: que delongão o processo, que de direito não pode embargá-lo. Ord. Af. 3. f.192</p>	<p>Fugitivo,a , adj. (Lat. Fugitivus,a,um) que fugiu, desertor, transfug (escravo, prisioneiro, delinqüente _____); que foge ou passa rapidamente, passageiro, transitório de pouca duração (os _____s annos, _____s prazeres, pensamentos; as _____s idéias, esperanças, alegrias) Ex. “Os tempos mais felizes são os mais _____s. Max. Lat. O rio____(poet.) que corre rápido. Razões _____s (forens. Ant.) dilatórias que delongam o processo (Ord. Affons.)</p> <p>Syn. Comp. Fugitivo, fugace, disperso. Fugitivo diz-se de um homem que abandona seus lares ou</p>	<p>Fugitivo, adj. Que fugiu; desertor: escravo fugitivo. que esta prestes a livrar-se dos laços que o prendem: Lhe deteve a vida fugitiva enquanto o sacerdote chamado veio e fez o seu officio (P. Man. Bern.). De pouca duração, fugaz, escasso: Lançaste na tão longa noite da minha alma um raio fugitivo de luz (Herc.) Incoercível, mal definido, pouco acentuado, que escapa ao exame, indeciso; que entrevê apenas; que pouca impressão produz: Tivemos revoluções, guerras civis, encarceramentos, proscricções, mas tudo isto como que em fugitiva miniatura (Lat. Coelho). </p>

	<p>sua pátria, e se vae a terras estranhas para escapar a algum castigo, ou por qualquer motivo pouco honesto.</p>	<p>Que passa ligeiro e rapidamente; fugidio, veloz: Que passou neste lapso fugitivo da nossa vida entre a juventude e a velhice?(Camilo); Também passas veloz, breve te apagas, como de uma ave a sombra fugitiva desgarrada À flor do lago (Gonç.Dis) _____, s.m. desertor, pessoa fugida: A tropa enviada em socorro dos fugitivos (Camilo) F. lat. Fugitivus.</p>
--	--	---

Fugitivo, de acordo com Faria, apela a uma memória discursiva que diz respeito uma origem, a um lar do escravo o que entra em contradição com o sistema vigente no Séc. XIX. Admitir que um escravo tivesse um lar era admitir que ele fosse um sujeito, e isso contraditório com a formação discursiva na qual se localizam nossos anúncios que, como propusemos acima, é escravista, embora o primeiro exemplo do verbete corresponda a escravos.

Todos os exemplos presentes nos dicionários têm sua origem em textos literários e não em falas quotidianas. O dicionário não utiliza jornais nem outro tipo de publicação que circulasse na sociedade da época, limita-se a extrair os exemplos da literatura. Assim, observamos que, nos verbetes dos dicionários, o adjetivo não é aplicado a escravos, os exemplos são ou bem relacionados ao nome delinqüente - prisioneiro ou bem a coisas. Ele aplicar-se-á a anos, esperanças, razões, prisioneiros, delinqüentes, alegrias, luz, miniatura, lapso, sombra. Quando aparece como substantivo, somente em Caldas Aulette, aparece com o sentido de desertor, pessoa fugida. Esse uso pode ser comprovado também no seguinte trecho do livro de Guimarães no qual Martinho, o moço que

pretendia entregar Isaura ao seu dono, vem receber o dinheiro que Álvaro, o rapaz apaixonado pela moça, prometera em troca da tranqüilidade dela:

- Meu caro senhor Álvaro,- veio logo dizendo sem mais preâmbulos,- está tudo arranjado à medida de nossos desejos. Pode V. S.a. viver tranqüilo em companhia da **gentil fugitiva**, que daqui em diante ninguém mais o importunará. De feito o procedimento de V. S.a. nesta questão tem sido muito belo e digno de elogios; é próprio de um coração grande e generoso como o de V. S.a. Não se dá maior desafora! No cativo uma menina tão mimosa e tão prendada!...Agora aqui está a carta, que escrevo ao lórpa do sultãozinho. Prego-lhe meia dúzia de carpetões, que o hão de desorientar completamente. (GUIMARÃES, 1991 p. 108)

Pode-se perceber que quando Isaura deixa de ser considerada escrava ela é considerada, por Martinho, como fugitiva, mas quando ele pretendia entregar a moça ao dono ela era chamada de fugida. Isso reforça o afirmado acima, quando ela socialmente pode ter um lar é denominada “gentil fugitiva”, mas, quando se considera que não tem esse direito ela é uma “escrava fugida”. O uso de um ou outro termo relaciona-se, portanto, com uma memória discursiva a partir da qual a utilização do participio evoca dizeres relacionados aos escravos e fugitivo dizeres relacionados aos senhores.

Para finalizar, observamos que o Dicionário é um lugar muito interessante para estudar a constituição da língua nacional e observar como estados e mudanças sociais evidenciam-se neles. Tomando como base a perspectiva teórica proposta por Francine Mazière (1989) para fazer uma análise discursiva das definições, podemos perceber que nos diferentes períodos, os Dicionários mostram relações referenciais diferentes que significaram de modo específico de acordo com o contexto social no qual se inscrevem. Desse modo, a remissão ao escravo nos verbetes de dicionários e a especificidade do uso de

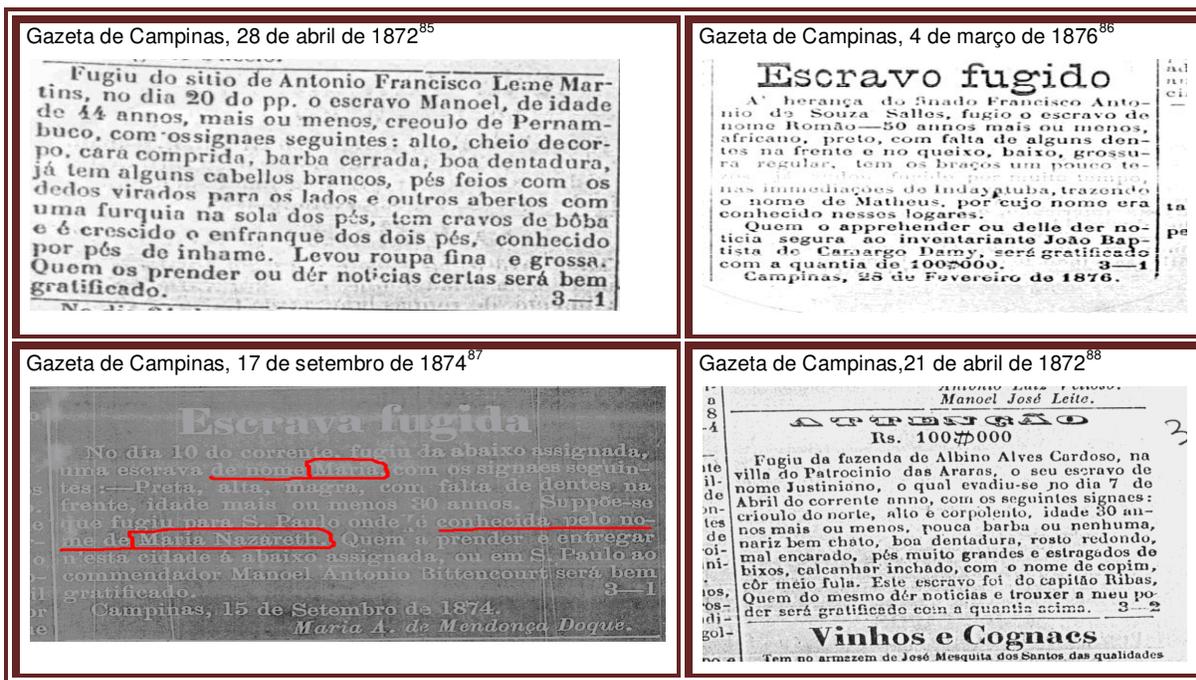
certos adjetivos será modificada de acordo com os diferentes momentos históricos e políticos que podem ser observados nos verbetes dos dicionários através de uma análise discursiva. Tomando o dicionário como discurso encontramos neles, como diz Mazière, o lugar em que se constrói e se pode mostrar o “como se diz” de uma sociedade. (MAZIÈRE 1989, p.48)

Horta Nunes (1996), no seu trabalho sobre discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil, dirá que o dicionário é o lugar onde a língua se torna uma instituição ligada ao Estado. Ele será um símbolo lingüístico-nacional (um povo, uma língua) e um instrumento didático que permitirá o acesso à “boa linguagem”. O autor afirma que o dicionário interpela o sujeito a uma identidade nacional distribuindo os valores adequados (HORTA NUNES 1996, p.184)Visto como discurso, o dicionário estabelece formas do dizer de uma sociedade, as formas do bem dizer da oficialidade.

3.4- O nome próprio analisado

O terceiro elemento que surge nos anúncios é o nome próprio do escravo. Nesse surgimento observamos uma série de processos que nos levam a análise do nome próprio. Estes processos consistem em coincidências e não coincidências do dizer e que darão indícios do seu funcionamento. Neste ponto da tese, dedicar-nos-emos a análise dos nomes próprios nos anúncios de fuga de escravos a partir da proposta teórica elaborada e desenvolvida no capítulo 1 desta tese.

Observemos, para tal, os seguintes anúncios:

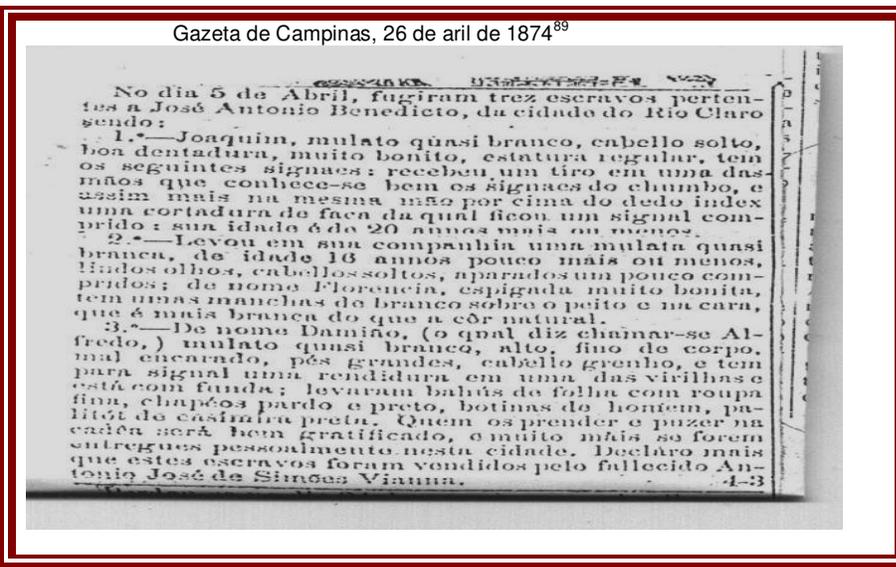


⁸⁵ Fugiu do sitio de Antonio Francisco Leane Martins, no dia 20 do PP. O escravo Manoel, de idade de 44 annos, mais ou menos, creoulo de Pernambuco, com os signaes seguintes: alto, cheio de corpo, cara comprida, barba cerrada, boa dentadura, já tem alguns cabellos brancos, pés feios com os dedos virados para os lados e outros abertos com uma furquia na sola dos pés, tem cravos de bôba e é crescido o enfrenque dos dois pés, conhecido por pés de inhame. Levou roupa fina e grossa. Quem os prender ou der notícias certas será bem gratificado.

⁸⁶ Escravo Fugido-À herança do finado Francisco Antonio de Souza Salles, fugio o escravo de nome Romão - 50 annos mais ou menos, africano, preto, com falta de dentes na frente e no queixo, baixo, grossura regular, tem os braços um pouco tezos, já andou fugido por muito tempo, nas immediações de Indayatuba, trazendo o nome de Matheus, por cujo nome era conhecido nesses logares.-Quem o apprehender ou delle der noticia segura ao inventariante João Baptista de Camargo Damy, será gratificado com a quantia de 100\$000.-Campinas, 28 de fevereiro de 1876

⁸⁷ Escrava fugida-No dia 10 do corrente, fugiu da abaixo assignada, uma escrava de nome Maria, com os signaes seguintes: - Preta, alta, magra, com falta de dentes na frente, idade mais ou menos 30 annos. Suppõe-se que fugiu para S. Paulo onde é conhecida pelo nome de Maria Nazareth. Quem a prender e entregar n'esta cidade á abaixo assignada, ou em S. Paulo ao commendador Manoel Antonio Bittencourt será bem gratificado.-Campinas, 15 de Setembro de 1874-Maria A. de Mendonça Doque.

⁸⁸ ATENÇÃO-100\$000-Fugio da fazenda de Albino Alves Cardoso, na Villa do Patrocinio das Araras, o seu escravo de nome Justiniano, o qual evadiu-se no dia 7 do Abril do corrente anno, com os seguintes signaes: crioulo do norte, alto e corpulento, idade 30 annos mais ou menos, pouca barba ou nenhuma, nariz chato, boa dentadura, rosto redondo, mal encarado, pés muito grandes e estragados de bixos, calcanhar inchado, com o nome de copim, cor meio fula. Este escravo foi do capitão Ribas. Quem do mesmo der notícias e trazer a meu poder será gratificado com a quantia acima. 3-2



Encontramos, nestes anúncios, que o nome próprio do escravo que esta sendo procurado aparece duas vezes, como relacionado abaixo:

- a. O escravo Manoel -----Conhecido por pés de inhame.
- b. Uma escrava de nome Maria ----- conhecida pelo nome de Maria Nazareth.
- c. O seu escravo de nome Justiniano ----- com o nome de copim.
- d. O escravo de nome Romão-----trazendo o nome de Matheus.

⁸⁹ No dia 5 de Abril, fugiram trez escravos pertencentes a José Antonio Benedicto, da cidade do Rio Claro sendo:-1 – Joaquim, mulato quase branco, cabelo solto, boa dentadura, muito bonito, estatura regular, tem os seguintes signaes: recebeu um tiro em uma das mãos que conhece-se bem os signaes de chumbo, e assim mais na mesma mão por cima do dedo índice uma cortadura de faca da qual ficou um signal comprido; sua idade é de 20 annos mais ou menos.-2 – Levou em sua companhia uma mulata quase branca, de idade 16 annos pouco mais ou menos, lindos olhos, cabelos soltos, aparados um pouco compridos; de nome Florença, espigada muito bonita, tem umas manchas de branco sobre o peito e na cara, que é mais branca do que a cor natural.-3- De nome Damião, (o qual diz chamar-se Alfredo,) mulato quase branco, alto, fino de corpo, mal encarado, pés grandes, cabelo grenho, e tem para signal uma rendidura em uma das virilhas e está com funda; levaram baús de folha com roupa fina, chapéus pardo e preto, botinas de homem, paletot de casimira preta. Quem os prender e puzer na cadeia será bem gratificado, e muito mais se forem entregues pessoalmente nesta cidade. Declaro mais que estes escravos foram vendidos pelo fallecido Antonio José de Simões Vianna.

e. De nome Damião -----(o qual diz chamar-se Alfredo).

Percebemos que aparecem dois modos diferentes de nomear a um mesmo escravo: Manoel : pés de inhame; Maria: Maria Nazareth, Justiniano: Copin, Romão : Matheus, Damião: Alfredo. Evidencia-se uma enunciação desde outro lugar, diferente do qual se encontra o dono do escravo que publica o anúncio. Aparece mencionado o nome que o escravo tem em outros espaços de circulação, diferentes ao que o dono lhe outorga. Aliás, diz que outros lhe outorgam nome a seu escravo.

Podemos dizer, baseados no elaborado, teoricamente, no ponto 1, que surge, nestas enunciações, um modo de nomear a partir de uma posição de sujeito diferente. O escravo é nomeado, **oficialmente** pelo dono de um modo específico, mas ele não somente circula pelos lugares que o dono lhe diz. O escravo circula por outros espaços nos quais também é nomeado, por ele mesmo e por outros. Esses outros nomes nos falam de diferentes posições, de diversos lugares.

Resulta possível pensar os escravos, nesses usos “outros” do nome. Por exemplo, aquele que se dá a si mesmo o nome de Alfredo, pode ser uma estratégia para se confundir no meio do conjunto dos imigrantes italianos que chegam à época no Brasil. Desse modo, ele pode ser livre não tendo “nome de escravo”⁹⁰. Ele escolhe ter o nome dos homens que ele considera livres, por exemplo, dos colonos.

Observamos que Guimarães afirma que existe sempre uma nomeação primeira, a nomeação do lugar do pai. Mas, podemos refletir sobre outros exemplos do cotidiano. Um deles é o nome de um legume como a mandioca que é chamada macaxeira no nordeste e mandioca no sul, exemplo de dois nomes

⁹⁰ Observa-se que os nomes dos escravos geralmente eram nomes retirados da Bíblia ou bem eram nomes de santos, é por esse motivo que encontramos, por exemplo, o nome de Matheus, Maria, etc., ou os nomes dos donos como Joaquim.

para o mesmo referente. Temos dois objetos? Há objetos que significam de modo diferente em diferentes **campos discursivos**. Se voltarmos ao anúncio mostrado acima veremos que, por um lado, o escravo Romão tem o nome dado pelo dono no ato de seu batizado. Por outro lado, Matheus é o nome que o próprio escravo se deu no seu ato de batizado, ou seu pai ou de quem o chamou e lhe deu esse nome.

De acordo com o exposto no primeiro capítulo da Parte I, Guimarães afirma que os atos de enunciação de um nome não são únicos. Acreditamos que às afirmações do autor poderemos adicionar algumas variáveis. Por exemplo, outras enunciações que agem na determinação de nome e sobrenome. Também podemos dizer que não é necessária, nem imprescindível, a enunciação segunda sobre a enunciação da paternidade. Acreditamos que as enunciações podem ser isoladas de acordo com diferentes códigos culturais⁹¹.

No nosso caso, por exemplo, temos duas enunciações diferentes e dois enunciadores que se tomariam o atributo de serem os locutores-pai. Não é de da nossa alçada dizer quem é que nomeou primeiro ou qual a enunciação do nome mais legítima. Mas podemos observar, claramente, que são duas instâncias diferentes que nomeiam à mesma pessoa, em duas cenas enunciativas totalmente diferentes, correspondendo a formações discursivas diferentes. Indo para os dias de hoje também encontramos casos como o de Matheus. Eles evidenciam-se nas pessoas que pertencem a outras etnias ou nações que moram no Brasil: pataxós, kaingang, etc. Muitos deles têm um nome dentro de seu círculo

⁹¹ Em recente viagem aos EUA tive a oportunidade de observar isso em pessoas que vinham de Japão e China e Coréia do Sul. Nas culturas orientais a adjudicação do nome por parte do pai tem um simbolismo particular: o pai dá por nome aquilo que deseja que o filho seja, assim os nomes serão: Grande, inteligente, engenhoso, harmonia, etc. e a esse nome o acompanha o nome da família que sempre é colocado em primeiro lugar. Quando essas pessoas chegam nos EUA encontram-se com duas questões em relação os próprios nomes: por um lado poucas pessoas ocidentais conseguem realizar os fonemas dos seus nomes apropriadamente de modo que muitas vezes isso traz, na própria língua, equívocos, deslizamentos nem sempre desejados, a outra é que o sentido do seu nome se perde na nova cultura, já que poucos conhecem seu significado. A alternativa perante essa situação é re-batizar-se, eles, em aulas de língua onde usualmente se diz o nome dizem que seu “nome ocidental” ou seu nome “nos EUA” e tal. A escolha tem muitas motivações diferentes, o efeito: uma enunciação a partir de um lugar sócio-histórico diferente.

social, na sua aldeia, e tem outro para os outros círculos, para as “aldeias” dos brancos.

Isso reforça nossa afirmação de que o nome próprio é parte constitutiva de processos de individualização onde se diz ao seu portador o lugar que ocupa em uma série. Essa série dependerá do espaço de enunciação. Assim, o nome próprio estará relacionado com a posição sujeito do enunciador que nomeia e já não estará mais somente relacionado às determinações do nome pelo Estado. À enunciação do nome pelo Estado se constitui, no contexto que estamos desenvolvendo, como **mais uma** das posições de sujeito que enunciam o nome, porém, não a única, como acontece no caso de Romão – Matheus, Alfredo – Damião, Maria- Maria Nazareth.

3.5- A descrição sob a lente

Finalmente, o último elemento a que nos dedicaremos é a descrição. Neste apartado analisaremos, partindo de um mapa das práticas discursivas presentes no nosso corpus, as diferentes seqüências discursivas. Será utilizado para tal, a perspectiva elaborada sobre a descrição no Capítulo II da primeira parte. Inicialmente pensaremos nos anúncios a seguir:

Gazeta de Campinas, 26 de abril de 1874⁹²

Por G. Ferry, 1.^o e 2.^o v. 48. Na typ. da Gazeta.

ESCRAVOS FUGIDOS

A 22 de Março do corrente anno fugiram os escravos seguintes, pertencentes a d. Maria Brandina de Souza Aranha (viuva Alvaro):—José, alto, magro, preto quasi fua, bons dentes, falla bem, barba debaixo do queixo, conservando-a sempre cortada, tem do lado esquerdo abaixo da orelha um signal de escrófulas, e no peito um signal que parece ser queimadura e muito cabelludo, andar vagoroso, idade 30 annos mais ou menos.

Laurindo, preto, sem barba, altura regular, cheio de corpo, nariz chato, bons dentes, olhos grandes, falla bem, idade 22 annos mais ou menos.

Lino, preto, orelhas e olhos grandes, corpo regular, idade 18 annos mais ou menos.

Benedicto, preto, sem barba, bons dentes, magro, baixo, tem o dedo indicador de uma das mãos duro, sem movimento, signal de sarjadeira na barriga da perna direita, idade 20 annos mais ou menos.

Estes escravos foram comprados no Rio de Janeiro pelo sr. Nuno Diogo Nogueira da Motta. Quem os apprehender ou der noticia certa será bem gratificado.

Campinas, 7 de Abril de 1874. 4-4

Atenção

Gazeta de Campinas, 11 de agosto de 1872⁹³

nome. Via do Commercio 2-2

Há 20 e tantos dias, fugiu ao abaixo assignado um escravo creoulo, de nome José, de 20 e tantos annos de idade, pequena estatura, feições miúdas, nariz chato, falla grossa; levou roupa fina, e uma jaqueta de panno azul fino. Quem o pegar e entregar será bem gratificado. 3-2

Campinas, 22 de Junho de 1872.

Querubim Uriel Ribeiro de Camargo Castro.

ATTENÇÃO

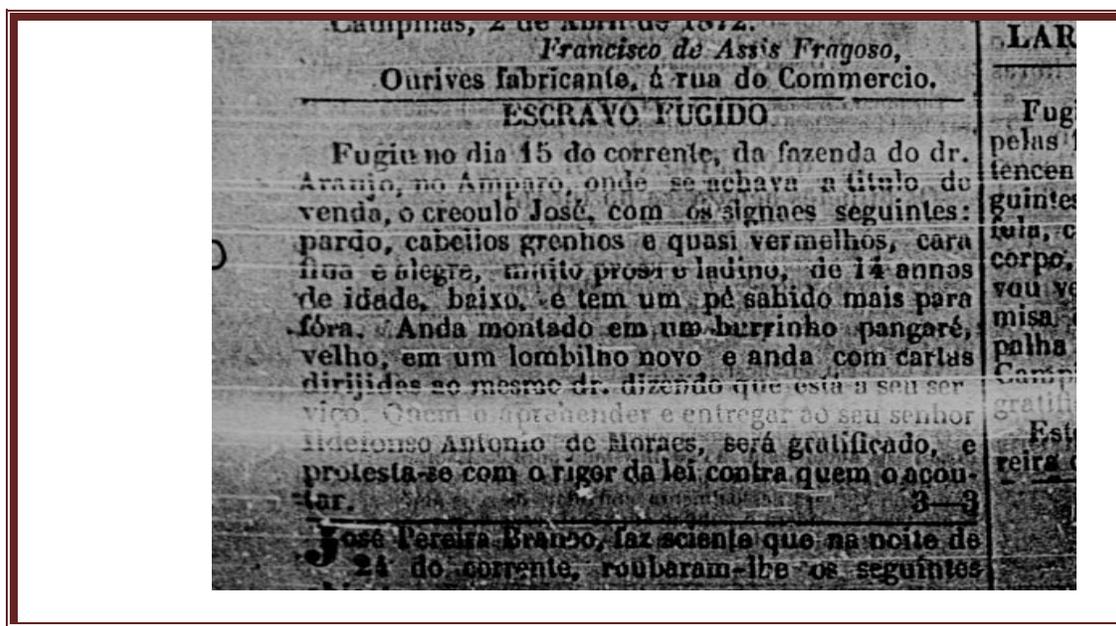
2007 de gratificação 16

Gazeta de Campinas, 09 de maio de 1872⁹⁴

⁹² **ESCRAVOS FUGIDOS**-A 22 de Março do corrente anno fugiram os escravos seguintes, pertencentes a d. Maria Brandina de Souza Aranha (viúva Alvaro): - José, alto, magro, preto quase fua, bons dentes, falla bem, barba debaixo do queixo, conservando-a sempre cortada, tem do lado esquerdo abaixo da orelha um signal de escrófulas, e no peito um signal que parece ser queimadura e muito cabelludo, andar vagoroso, idade 30 annos mais ou menos.-Laurindo, preto, sem barba, altura regula, cheio de corpo, nariz chato, bons dentes, olhos grandes, falla bem, idade 22 annos mais ou menos.-Lino, preto orelhas e olhos grandes, corpo regular, idade 13 annos mais ou menos.-Benedicto, preto, sem barba, bons dentes, magro, baixo, tem o dedo indicador de uma das mãos duro, sem movimento, signal de sarjadeira na barriga da perna direita, idade 20 annos mais ou menos.-Estes escravos foram comprados no Rio de Janeiro pelo Sr. Nuno Diogo Nogueira da Motta. Quem os apprehender ou deles der noticia certa será bem gratificado.-Campinas, 7 de Abril de 1874

⁹³ Há 20 e tantos dias, fugiu ao abaixo assignado um escravo creoulo, de nome José, de 20 e tantos annos de idade, pequena estatura, feições miúdas, nariz chato, falla grossa; levou roupa fina e uma jaqueta de panno azul fino. Quem o pegar e entregar será bem gratificado.-Campinas, 22 de Junho de 1872.

⁹⁴ O anúncio acima se transcreve assim:ESCRAVO FUGIDO-Fugiu no dia 15 do corrente, da fazenda do dr. Araujo, no Amparo, onde se achava a título de venda, o creoulo José, com os signaes seguintes: pardo, cabellos grenhos e quase vermelhos, cara fina e alegre, muito prosa e



Os anúncios que apresentamos são de três escravos fugidos em diferentes dias e anos. Mas há, entre eles, um ponto comum: os três escravos têm o mesmo nome, José. Procuraremos analisar o funcionamento intradiscursivo das determinações. Nelas visamos observar quais os efeitos de sentido que cada uma delas produz. Partimos da base de que existe, nos anúncios, a necessidade de uma descrição que preencha o lugar vazio da referência saturando o referente, evidenciando um processo de subjetivação. Ele tem como suporte material a descrição como tipo discursivo⁹⁵. Esse processo de subjetivação tem como funcionamento definidor um processo de singularização do sujeito que age no intradiscursivo. A série de processos que agem no intradiscursivo pode ser

ladino, de 14 annos de idade, baixo, e tem um pé sahido mais para fora. Anda montado, em um burrinho pangaré, velho, em um lombilho novo e anda com cartas dirigidas ao mesmo dr. Dizendo que está a seu serviço. Quem o apreender e entregar a seu senhor Ildefonso Antonio de Moraes, será gratificado, e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutar.

⁹⁵ Utilizamos aqui o conceito de tipo discursivo proposto por Orlandi (1996): “o tipo, em análise de discurso, tem a mesma função classificatória, metodológica, que tem as categorias na análise lingüística. É princípio organizador, primeiro passo para a possibilidade de se generalizarem certas características, se agruparem certas propriedades e se distinguirem classes” (PP217)

considerada como sintoma, do início da passagem da posição do escravo de objeto para a de sujeito, na sociedade Campineira do Séc. XIX.

Os anúncios de fuga podem ser divididos, para sua análise, em três partes: a Anúnciação, onde é anunciada a fuga do escravo e onde as informações do lugar que ele ocupa na série são ditas (fazenda na qual morava, nome próprio do escravo, nome próprio do dono, às vezes o dia em que o escravo fugiu); a Descrição e a Promessa.

A característica da Anúnciação é que é encabeçada pelo verbo fugir que dá indícios do ser que será falado: ele será um homem que se deslocou de um lugar a outro procurando evitar um mal ou moléstia. O verbo tem a característica de ser monoargumental e pospôr o sujeito. Ele organiza o texto, de modo particular e nos faz re-pensar o conceito de determinação, já trabalhado nessa tese e em *A voz do Dono* (Ferrari; 2006) e que, sucintamente, retomaremos agora.

Tradicionalmente, considera-se que a determinação pode ser localizada somente nos adjetivos que determinam o substantivo ou expressão da qual se fala. Porém, a partir do corpus que estamos analisando, podemos entender a determinação de outra maneira. Ela pode ser considerada como um processo que envolve efeitos semânticos e sintáticos que se dão sucessivamente no processo de enunciação. Desse modo, ela é um processo de formação da referência que atua no enunciado global, como afirma Ducrot⁹⁶, e linearmente ou sucessivamente, como afirma Pêcheux⁹⁷. Isso nos leva a reconsiderar o papel do SN como um lugar privilegiado para a ocorrência desse processo, e considerando o fato de que na descrição ela também se faz presente. No nosso caso particular,

⁹⁶ De acordo com Ducrot, a função referencial deve ser tomada como, uma função global repartida por todo o enunciado (Ducrot; 1980:p. 437)

⁹⁷ Pêcheux & Fuchs (1975) afirmam: Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de **determinações sucessivas** pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. (Pêcheux; 1975:175-6).(o negrito é nosso)

essas afirmações nos possibilitam concluir que o processo de determinação das relações de referência começa no verbo e não no SN.

Por um lado, esse fenômeno é dado pelas características sintáticas do verbo, pois ele organiza a estrutura da sentença. Como o verbo fugir é monoargumental, o sujeito é posposto. Por outro lado, entre o verbo e o SN, observamos Sintagmas Preposicionais (doravante S Prep.) que participam na individualização do SN posposto, o escravo José. A determinação tomada desde a perspectiva do SN não atinge a saturação intradiscursiva, mas se tomarmos nosso enunciado de modo global e linear observamos que a determinação começa no verbo que, por suas características sintáticas, pospõe o sujeito.

Nos anúncios escolhidos podemos observar que, inicialmente, se diz que o escravo fugiu. Depois se dá o nome do mesmo e, finalmente, surge a descrição:

- a. Fugiu no dia 15 do corrente, da fazenda do Dr. Araújo, no Amparo, onde se achava a título de venda, o creoulo José, com os signaes seguintes...
- b. Há 20 e tantos dias fugiu ao abaixo assignado um escravo creoulo de nome José.
- c. A 22 de Março do corrente ano fugiram os escravos seguintes, pertencentes a d. Maria Brandina de Souza Aranha (viúva Álvaro):- José.

Observamos nos três casos o efeito sintático de posposição do sujeito. Ele está dado pela especificidade do verbo acima mencionada. O mesmo, semanticamente, apela a dois agentes possíveis: escravos e prisioneiros.

Depois, então, da Anúnciação encontramos as diferentes Descrições

Gazeta de Campinas 09/05/1872	Gazeta de Campinas 11/08/1872	Gazeta de Campinas 26/04/1874
----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------

<p>pardo, cabelos grenhos e quase vermelhos, cara fina e alegre, muito prosa e ladino, de 14 annos de idade, baixo, e tem um pé sahido para fora. Anda montado em um burrinho pangaré, velho, em um lombilho novo e anda com cartas dirigidas ao mesmo Doutor dizendo que está a seu serviço. ...</p>	<p>De 20 e tantos annos de idade, pequena estatura, feições miúdas, nariz chato, falla grossa; levou roupa fina, e uma jaqueta de pano azul fino. ...</p>	<p>Alto, magro, preto quase fula, bons dentes, falla bem, barba debaixo do queixo, conervando-a sempre cortada, tem do lado esquerdo abaixo da orelha um signal de escrófulas, e no peito um signal que parece ser queimadura e muito cabelludo, andar vagaroso, idade 30 annos mais ou menos,...</p>
---	--	---

Inicialmente o que aparece nas descrições são os atributos. A determinação dessa seqüência, que se inicia com o verbo fugir, continua, em um segundo momento, por uma série de adjetivos que descrevem a fisionomia do escravo José. Cada adjetivo ou expressão apela a um efeito específico. Por exemplo, a menção da cor do cabelo. Se partíssemos do pressuposto de que todos os escravos tinham cabelos negros, por que mencionar a cor do cabelo e da pele? Isso chama a atenção para o fato da existência, já no período, de escravos que, a partir dos enlaces de diferentes níveis de formalidade e de vontade, estabeleciam-se entre os escravizados vindos da África até 1854 e os portugueses ou outros descendentes de europeus que habitavam o Brasil.

Na análise, observamos que no interdiscurso não há uma determinação muito forte, nesse caso, embora nele se dê parte da saturação do referente. Cada um dos escravos dos anúncios terá uma imagem, uma voz, uma fala, um caráter. Porém, será na relação entre o intra e interdiscurso, que a saturação do referente se leva a cabo numa relação de sobredeterminação.

Iniciamos esta análise porque percebemos que, na descrição, filtram-se sentenças que dão indícios da existência de um processo de subjetivação do escravo na sociedade Campineira da época. Nosso interesse é observar como ela

se articula e quais são os elementos intralingüísticos que permitem que esse acontecimento (essa subjetivação) se realize.

Por este motivo, iniciaremos nosso estudo com a observação das unidades lexicais a partir de uma análise tradicional, para depois, a partir da semântica argumentativa, observar as principais argumentações que atravessam nossos enunciados e, finalmente, analisar a nível discursivo os efeitos de sentido que elas provocam.

Geralmente, parte-se da hipótese da história global (como mencionamos acima no sentido foucaultiano do termo) de que o escravo era considerado um objeto, um modo de acumulação de capital. Já em *A Voz do Dono* percebemos que essa afirmação é parcial já que o escravo aparece nos anúncios dos dois modos: reclamado como propriedade e constituído como sujeito social. Nossa observação centrar-se-á naquelas predicções que constituem o escravo como sujeito entrando em diálogo com aqueles enunciados que o apresentam como objeto.

Observamos como os diferentes enunciados presentes na descrição estão relacionados às diferentes práticas discursivas. As mesmas podem ser relacionadas do seguinte modo:

1) Relacionadas às características físicas:

a) Cor,	b) Idade,	c) Barba e/ou cabelos,
d) Estatura,	e) marcas (Signaes),	f) peso,
g) dentes,	h) contextura física,	i) membros,
j) nariz,	k) cabeça,	l) olhos,
m) pescoço,	n) canellas,	o) mãos,
p) rosto,	q) boca,	r) outras.

2) Relacionadas ao trabalho

- 3) Relacionadas com características intelectuais
- 4) Relacionadas à personalidade
- 5) Relacionadas a outras discursividades
- 6) Relacionadas ao discurso da lei
- 7) Relacionadas à disciplinarização
- 8) Relacionadas à procedência
 - 9) Relacionadas à fuga
 - 10) Relacionadas ao cuidado de si
 - 11) Relacionadas ao discurso da medicina
 - 12) Relacionadas à circulação
 - 13) Relacionadas às relações familiares
 - 14) Relacionadas à posse do dono
 - 15) Relacionadas à posse dos escravos
 - 16) Relacionadas a suposições
 - 17) Relacionadas a objetos.

Podemos observar que existem diferentes processos discursivos, a saber:

- a) de singularização, ligada à constituição do escravo como sujeito;
- b) de individualização, a partir da qual se coloca o escravo em uma série, seja na série que o dono impõe, ou seja, em outra série;
- c) de objetivação, onde o escravo é constituído como objeto da propriedade do dono que o reclama.

Ao lado das práticas discursivas que constituem o escravo como sujeito, encontramos as práticas que o constituem como objeto. Pressupõe-se, geralmente que nas práticas discursivas relacionadas às características físicas encontram-se, principalmente, objetivações do escravo, entretanto, encontramos algumas que remetem a outras regiões do interdiscurso que ao da pura

objetivação. Vejamos nos pontos a continuação quais efeitos de sentido podem ser encontrados nas diferentes seqüência.

3.5-1. Seqüências relacionadas à Discursividades da propriedade

Dentre as seqüências relacionadas à posse observamos dois tipos diferentes, a saber:

- a- As relacionadas com a posse do dono e,
- b- As relacionadas com a posse dos escravos.

Assim pode ser observado na tabela seguinte.

<p>Relacionado à posse do dono</p>	<p>Pertencente a Miguel Menardi Pertencente a José Elias de Oliveira Foi comprado do Sr. Ratellif de Santa Bárbara Foi escravo do falecido Baptistinha Este escravo foi do capitão Ribas, quem do mesmo... Este pertence à fazenda do Jaguarly e fugiu há 3 annos Estes escravos forma comprados na Rio de Janeiro pelo Sr. Nuno Diogo Pertencente ao espoliodo finado súbdito portuguez João B. PereiraNogueira da Motta Estes escravos foram comprados na Rio de Janeiro pelo Sr. Nuno Diogo Nogueira da Motta</p>
<p>Relacionados à posse dos escravos</p>	<p>Estas duas escravas levaram consigo, cada uma, sua malha de roupa, e andam todos juntos; no dia da fuga, foram vistos a duas léguas de distancia na estrada que vem para Campinas. Levou toda sua roupa</p>
<p>Relacionadas ao que levaram os escravos e que também é</p>	<p>Levou chalé de merino vermelho, saia de baeta vermelha,</p>

<p>reclamado pelo dono com seu.</p>	<p>e xadrez vermelho, camisa de morim rendada nos peitos. Levou roupa fina e grossa\\ Levou vestido paletot de panno azul desbotado, camisa e calça de algodão grosso, com chapéo de palha ordinária. Levou roupa de algodão e uma calça de cassineta xadrez Levaram baús de folha com roupa fina, chapéos pardo e preto, botinas de homem, paletot de casimira preta. Levou roupa de algodão e paletot de baeta vermelha. Levou japona preta, calsa de casemira azul e alguma roupa de algodão Levou chapeo de palha fina, duas mudas de roupa, uma de brim branco outra de riscado. Levou calça e camiza de algodão, ponche velho, chapéu de panno preto, faca Laport com bocal e ponteira de metal Levou em sua companhia uma mulata quase branca</p>
-------------------------------------	---

Quando lemos que os escravos levaram roupas e que se vestem de determinados modos podemos pensar que há, no discurso do dono, um dizer a respeito de um modo de se cuidar dos escravos. Os escravos não saíam das fazendas correndo e sem pensar, eles juntavam suas roupas, seus pertences e fugiam. A fuga se constitui já não como um ato impensado e desesperado. A fuga era um ato de cuidado e ele se pode ver no gesto que o dono descreve de levar roupas.

Pode-se pensar que o escravo levava roupas porque era ladrão, porque simplesmente as furtava. Mas também podemos pensar que, se seguíssemos a tese de que os escravos eram simples objetos, não haveria necessidade de roupa. Se continuássemos na linha de raciocínio das teorias que diziam que os escravos eram tratados como animais, colocando-os nesse nível, não haveria como eles pensarem em roupas. Mas se relacionarmos

- a- as seqüências que dizem respeito ao que levaram os escravos e que é reclamado pelo dono com

b- as seqüência que descrevem a aparência física do escravo, podemos chegar a outra conclusão.

Vejamos inicialmente as seqüências seguintes:

Barba e/ou Cabelos

- Tem alguns fios de barba
- barbado
- cabelos grenhos
- Sem barba
- Barba cerrada
- Já tem alguns cabelos brancos
- Pouca barba
- Barba no queixo e bigode
- Pouca barba
- Pouca barba ou nenhuma
- Cabelos grenhos quase vermelhos
- Principiando barbar
- Barba regular...cabeleira sempre penteada e grande
- Não tem barba
- Pouca barba e raleada
- Cabellos grenhos, mui soltos
- É barbado
- Tem buço e alguns fios de barba
- Cabello solto
- Cabellos soltos aparados um pouco compridos
- Cabello grenho
- Barba debaixo do queixo conservando-a sempre cortada
- Cabelo cortado quasi rente
- Pouca barba no queixo

Meio calvo

Buço serrado

Buço pequeno, pouca barba, no queixo,

Buços grandes

Pouca barbar

Buço

Falta-lhe bastante cabellos

Há por um lado, nas seqüências relacionadas às propriedades que o escravo leva e estas seqüência sobre cabelos e barba; uma relação. As duas denotam um cuidado que o escravo tem consigo mesmo. Isso pode ser observado, sobretudo naquelas frases que falam do modo com que eles levam o cabelo, as barbas. Esse cuidado não é banal pelo que afirmamos acima e ele resulta em uma atividade que subverte uma ordem, como desenvolveremos a seguir.

De acordo com Michel Foucault na **História da sexualidade** Vol. II, na Grécia antiga, havia uma divisão específica dentre aqueles atos que eram considerados “sexuais”. Esses não tinham, unicamente, relação ao que hoje entendemos por “sexual”, ou seja, com o coito, e sim com relações que as pessoas tinham com o próprio corpo e com o corpo do outro. Essas redundavam em atitudes, políticas, que influenciavam a comunidade como um todo e que gerenciavam a distribuição na sociedade de cada um de seus integrantes. Assim, este modo de fazer uso do corpo devia ser educado, estilizado e para tal, estudado. Surge, então, a Dietética, que se dedicará ao estudo do corpo; a Econômica ao matrimônio; a Erótica, aos rapazes, a Filosofia à verdade.

Foucault resgata alguns rasgos gerais de cada uma desta disciplinas. Ele percebe que após os gregos, a problemática do corpo continua e contudo, ganha novos matizes. Assim, no cristianismo da Idade Média, a burguesia, por exemplo, terá seu modo de controlar os corpos. Mencionamos no primeiro ponto desta terceira parte, a segmentarização em espaços pelo qual é possível o escravo circular é um dos mecanismos de dominação, de regulação dos corpos. Assim nós conseguimos concluir de os códigos de postura eram um modo de controle. Justamente era um controle, um poder exercido sobre o corpo do outro, sobre o corpo do escravo.

Os gregos afirmavam que, para ser um bom governante, para poder governar de modo certo os outros, o cidadão devia ter controle sobre o próprio corpo. Deste modo, governando a si mesmo era o melhor modo de governar. Esse governo de si será o que relaciona o indivíduo com a própria liberdade. Mas a liberdade, nestes termos, não está relacionada com a concepção burguesa herdeira da revolução francesa, nem ao livre arbítrio do cristianismo. A liberdade se apresenta neste contexto como governo de si. Vejamos a seguinte citação:

Pero esta libertad es algo más que una simple no esclavitud, más que una manumisión que hiciera al individuo independiente de toda constricción exterior o interior; en su forma plena y positiva, es un poder que ejercemos sobre nosotros mismos en el poder que ejercemos sobre los demás. Aquél, en efecto, que, por estatuto, se encuentra colocado bajo la autoridad de los demás no tiene que esperar de sí mismo el principio de su templanza; le bastará con obedecer las órdenes y prescripciones que se le den. Esto es lo que explica Platón a propósito del artesano: lo que tiene de degradante es que la mejor parte de su alma es “débil por naturaleza, al punto de no poder dominar a los cachorros que hay en su interior, antes por el contrario los halaga y no es capaz de aprender más que a adularlos”; ...

Por el contrario, el que debe dirigir a los demás es aquel capaz de ejercer una autoridad perfecta sobre sí mismo: a la vez porque, en su posición y por el poder que ejerce, le sería fácil satisfacer todos sus deseos y abandonarse a ellos, pero también porque los desórdenes de su conducta tienen efectos propios sobre todos y en la vida colectiva de la ciudad. (FOUCAULT 1986, p.p.78-79)

A liberdade fica configurada, na sociedade grega, como governo de si. Esse governo de si relaciona-se com um cuidado de si. Um cuidado com o próprio corpo. O cuidado com os gestos, com as roupas, com a aparência, são considerados cuidados que se efetivam sobre o próprio corpo. Uma das afirmações que resgata Foucault nesse volume é que a principal diferença entre o dono e o criado é que o segundo cuida do primeiro e o primeiro cuida de si mesmo.

Essa idéia atravessa o mundo grego e chega, com modificações, aos dias de hoje. O cuidado com o próprio corpo é uma das constantes em nossa sociedade. Mas, pensando no Brasil do Séc. XIX, podemos fazer diferentes ligações. Por um lado há um poder que se exerce sobre o corpo do outro. O dono tem um poder sobre o corpo do escravo, o submete, o usa, o domina. O escravo deveria, por sua vez, ser submisso e obedecer, como vimos no parágrafo citado acima. Porém isso não acontece. O escravo não obedece e o dono quer dominá-lo, mas não consegue. Mas, para que esta frase não seja somente uma afirmação podemos olhar para a seqüência que colocamos acima.

Em uma, por um lado, os escravos cuidam de sua roupa, levam seus pertences (que já é contraditório que uma propriedade tenha propriedades). Além de levar seus pertences, a partir do anúncio publicado pelo dono, observamos que eles cuidavam de si mesmos, de seus cabelos, de suas barbas, de sua aparência. Não eram somente servos que deixavam de cuidar de si para cuidar do outro. Eles fugiam, eles se afastavam da fonte de perigo, eles cuidavam da própria vida, do próprio corpo muitas vezes machucado por chicotadas, por castigos, cordas e todos os instrumentos que podem ser observados, nos mesmos anúncios. Em poucas palavras: os escravos cuidavam de si ao ponto de fugirem. Isso se configura como um problema porque subverte. Há uma subversão nos papéis sociais, impostos na época no Brasil. Aquele que devia cuidar do outro, cuida de si e, cuidando de si governa sobre si, ou seja, é livre. Essa subversão não é admitida e provoca a fúria, provoca a empreitada de procurar o escravo, anunciar sua subversão e no anúncio dizer: ele é sujeito, sujeito a si mesmo. Isso resulta em uma contradição que emerge no anúncio de fuga através da voz do dono que anuncia esse acontecimento. Um cuidado de si que se evidencia através de práticas discursivas que chegam até nós através dessas seqüências. Um acontecimento (o da fuga) que se traduzirá em um acontecimento enunciativo: o anúncio de fuga de escravos.

3.5.2 - Uso de termos relacionados com a objetivação: o caso de « Regular ».

O termo que, inicialmente, chama a atenção é **regular**, ele repete-se em muitas oportunidades. **Regular** opera trazendo para o discurso o discurso de uma homogeneidade, uma regularidade existente. Minha pergunta é: que significa ter uma estatura regular, como poderia quantificar uma estatura a partir do adjetivo regular. Para haver uma regularidade nessa estatura teria que pressupor a existência de estaturas, alturas, grossuras, irregulares. Essa estatura, altura, grossura seria **regular** tomando qual parâmetro de comparação? Precisa ser observado, portanto, como se articula o termo no nosso corpus.

Advertimos que essa predicação vem ao encontro de outras duas com as quais entram em relação de antonímia: alto e baixo. Temos, portanto três predicções relacionadas com a estatura: alto, baixo e regular.

N.º 1330. — CIRCULAR,

Secretaria de Polícia de S. Paulo
27 de Dezembro de 1862.

Sirva-se V.ª de expedir as convenientes ordens afim de ser capturado, e remettido para esta Capital o escravo fugido cujos nomes e signaes constão da nota abaixo.

Deos Guarde á V.ª

Snr. Delegado de Polícia do Termo de *Matheus*

O Chefe de Polícia

NOTA.

Matheus, Babiano, altura regular, bem preto, olhos grandes, está principiano a barlar, bem feito de corpo, foi vestido de calça e camisa de algodão da terra, e levou duas calças de riscado e cobertor de la, cor de chumbo; o dito escravo lava madeira, e serra, e tem de idade 24 a 25 annos; quem o aprehender será bem gratificado. É escravo de Antonio Januario Pinto Ferraz.

O dr. Francisco Gonçalves da Silva, juiz de orphams, nesta cidade de Campinas e seu termo, etc., etc.

Faço saber aos quo o presente edital virem e delle noticia tiverem, que tendo de ser vendidos por este juizo a escrava Antonia, de 40 annos de serviço regular e seu filho Victor, de 3 annos, ambos avaliados pela quantia de 700\$000 rs., os quaes pertencem aos herdeiros da finada D. Maria Machado Fragoso, são convidados portanto todos os que pretenderem os referidos escravos a apresentarem suas propostas em cartas fechadas no prazo de oito dias (por assim haverem requerido) e na primeira audiencia que se seguir depois de findo o referido prazo e na qual audiencia deverão comparecer todos os proponentes afim de ser effectuada a venda com aquelle que mais offerecer. Estes escravos poderão ser vistos na casa do inventariante Francisco de Assis Fragoso. E para

que chegue ao conhecimento de todos mandei passar o presente e mais dois de igual teor que serão affixados nos logares do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado sob meu signal e sello aos 22 de Abril de 1872. Eu Ignacio Antonio Corrêa da Silva, escrivão ajudante o escrevi. E eu José Gonçalves de Godoy Mauricio, escrivão de orphams o subscrevi. — Francisco Gonçalves da Silva. — Valha sem sello ex-causa — Gonçalves da Silva. 2—2

Bom emprego de capital

Vende-se uma casa de morada, com quintal todo murado, à rua das Flores, com fundos para o campo da estrada de ferro, com **commodos regulares** e espaçosos, e cuja área de todo o terreno dá sobejamente para uma magnífica chacara. Nesta typographia se dirá com quem as deverão entender os pretendentes.

Campinas, 3 de Fevereiro de 1876.

3-3

Gazeta de Campinas 11-02-76

Gazeta de Campinas, 12 de agosto de 1875⁹⁸

Campinas, 6 de Agosto de 1875.
Antonio Americo de Camargo.

Desappeceu no dia 24 de Julho, ás 11 horas da noite, a mulher allemã de nome Anna Barbara, com os signaes seguintes; 46 annos de idade, cabellos grisalhos, altura regular, cheia de corpo; sofre algumas occasiões de alienação mental. Foi vestida com uma saia azulada, de algodão, e um paletot de nobreza preta. Pede-se á pessoa que della tiver noticia certa, queira communicar á rua do Regente Feijó, que será gratificado. 3-2

Pelo vapor *Ville de Bahia* chegaram á casa de Leon Hertz algumas fazendas do seu grande e va-

Gazeta de Campinas, 1 de setembro de 1870⁹⁹

No Deposito de Campinas tem grande surtimento de chapéos modernos de pelão a 10\$000. 3-2

Escravos Fugidos

De Francisco Antonio de Souza Salles, deste municipio, fugiram duas escravas sendo uma de nome Virginia, ha um anno, ou pouco mais, com os signaes seguintes: preta, estatura regular, falta de dentes, cabeça mal feita, idade de 40 a 50 annos, mãos de tamanho regular, desimbarçada e risonha no fallar, meia gorda; - a outra de nome Rita, fugida a 23 do corrente mez, com os signaes seguintes: idade 20 annos mais ou menos, alta, gorda, preta; tem uma cicatriz de coice de cavallo no canto da bocca ao lado direito, pescoço grosso, marcas como de cordas nos braços, pés grandes, boa dentadura, muito fallante, carrancuda na feição, porém risonha. Dá-se a quantia de 100\$000 a quem apprehendê-las, por cada uma, e entregal-as a seu senhor na sua fazenda. Campinas, 24 de Agosto de 1870. 3-2

Refinação de Assucar

Gazeta de Campinas, 28 de abril de 1872¹⁰⁰

No dia 21 do corrente desapareceu de um dos pastos desta cidade, uma besta preta, tamanho regular, ferrada, tousada de novo, tendo ao pé da cernelha a crina mais alta e o topete um pouco maior que a crina, é muito boa de marcha e muito mansa. Quem della der noticias nesta mesma cidade em o hotel Cazes ou na chacara do sr. Belarmino será bem gratificado.

Campinas, 24 de Abril de 1872.
Bazilino Modesto de Castro.

⁹⁸ O anúncio diz: Desappeceu no dia 24 de Julho, ás 11 horas da noite, a mulher allemã de nome Anna Barbara, com os signaes seguintes; 46 annos de idade, cabellos grisalhos, altura regular, cheia de corpo; sofre algumas occasiões de alienação mental. Foi vestida com uma saia azulada, de algodão, e um paletot de nobreza preta. Pede-se á pessoa que della tiver noticia certa, queira communicar á rua do Regente Feijó que será gratificado.

⁹⁹ Escravos Fugidos - De Francisco Antonio de Souza Salles, deste municipio, fugiram duas escravas sendo uma de nome Virginia, há um anno, ou pouco mais, com os signaes seguintes: preta, estatura regular, falta de dentes, cabeça mal feita, idade de 40 a 50 annos, mãos de tamanho regular, desimbarçada e risonha no fallar, meia gorda; - a outra de nome Rita, fugida a 23 do corrente mez, com os signaes seguintes: idade 20 annos mais ou menos, alta, gorda, preta, tem uma cicatriz de coice de cavallo no canto da bocca ao lado direito, pescoço grosso, marcas como de cordas nos braços, pés grandes, boa dentadura, muito fallante, carrancuda na feição, porém risonha. Dá-se a quantia de 100\$000 a quem apprehendê-las, por cada uma, e entregal-as a seu senhor na sua fazenda. Campinas, 24 de Agosto de 1870.

¹⁰⁰ No dia 21 do corrente desapareceu de um dos pastos desta cidade, uma besta preta, tamanho regular, ferrada, tousada de novo, tendo ao pé da cernelha a crina mais alta e o topete um pouco maior que a crina, é muito boa de marcha e muito mansa. Quem della der noticias nesta mesma cidade em o hotel Cazes ou na chacara do sr. Belarmino será bem gratificado. Campinas, 24 de Abril de 1872. Bazilino Modesto de Castro.

Observamos que o adjetivo regular é utilizado relacionado com o tamanho, seja de animais ou pessoas e coisas, seja também aplicado ao serviço (serviço regular). Poderíamos dizer que o emprego de regular que nos chama a atenção nestas descrições não corresponderia somente ao uso de adjetivos relacionados a objetos, seu uso é aplicado a uma ampla gama de nomes. Refere-se a algo que é oposto a grande, (cômodos regulares e espaçosos)

No nosso corpus, encontramos as seguintes expressões relacionadas com o adjetivo **regular**.

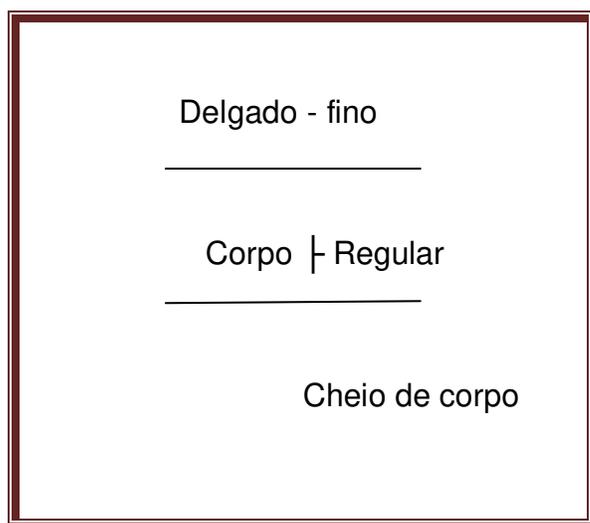
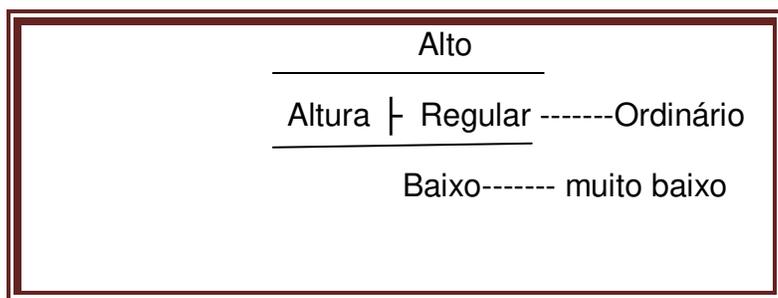
Estatura	Contextura física
<ul style="list-style-type: none"> - alta /o - Estatura regular - Altura regular - altura ordinária - Estatura baixa - Alto e corpolento - Baixo - Pequena estatura - Estatura e corpo pouco mais que regular - Muito baixo e fino de corpo - Altura e corpo regular - Baixinha (Libania 11-2-76) 	<ul style="list-style-type: none"> - Corpo fino - corpolento - encorpada - Cheio/a de corpo - Corpo regular - Boa figura - Corpo e altura regular - Alto e corpolento - Corpo delicado (Joaquim) - Delgado de corpo - Bom corpo - Corpo reforçado - Espigada muito bonita (Florençia26-4-74) - Fino de corpo - <u>Estatura e corpo pouco mais que regular, bem feito, boa figura</u> Muito baixo e fino de corpo Fino de corpo Espigado,....corpo delgado <u>Grossura regular</u>

Regular se encontra em relação de sinonímia com **ordinário** em altura ordinária – altura regular. Em relação de antonímia com alto e baixo. Assim,

quando se refere ao corpo relaciona-se com fino, espigado, delgado, delicado, reforçado, bom. **Regular** aparece em todas as ocorrências determinando o nome que acompanha e sempre aparece na posição de adjetivo. Propomos analisar, portanto o Domínio Semântico de Determinação desse termo. Guimarães afirma a respeito:

Para a constituição do DSD, parte-se de uma palavra específica e procura-se, por um procedimento de análise específico, relacioná-la a outras do corpus buscando as relações de determinação que organizam as relações. (E. GUIMARÃES 2007, 14)

DSD Regular



Nosso adjetivo determina corpo e altura, no que se refere aos anúncios e, em outros textos, determina cômodos. Tanto em um caso quanto no outro, o termo restringe-se à determinação de coisas. Regular, assim, determina corpo e corpo determina singular. Há vários modos de “ser corpo”, como vimos acima, há outros de “ser altura”. Regular determinará e será determinado por estes dois e seu sentido se constrói na enunciação.

Desse modo, **Regular** significa não alto, não baixo, não cheio de corpo. Não há medida para regular, não é um termo mensurável em números, mas mensurável em aproximações. Mas ele se define pelas relações que estabelece com esses termos. Não poderia dizer quanto pesa um homem regular, nem quanto mede, mas poderia dizer que ele não é baixo, nem baixinho, nem alto. Esse é o significado do termo. Mas também observamos que regular sempre estará relacionado com coisas, cômodos, alturas, pesos, em fim, medidas. Por esse motivo consideramos que este termo está relacionado com seqüências discursivas relacionadas com a objetivação. Mede-se, pesa-se, calcula-se o escravo quando se diz que ele tem uma estatura ou um corpo regular. Ele é objetivado nessa determinação.

3.5.3- Sem defeito – bem feito

Mas vejamos outra seqüência da descrição e o funcionamento desta relacionada com um processo de objetivação.

Sem defeito, é uma enunciação que claramente relaciona o escravo com aquelas práticas discursivas que o constituem como objeto. Poderíamos pensar em uma relação de **Bem feito** com **sem defeito**, porém, elas acontecem em domínios semânticos diferentes. Vejamos enunciações em outros textos da época.

Na noite de 25 para 26 de Março pp., fugiu de casa de Diogo Antonio de Souza Castro, o escravo de nome Geraldo, pertencente ao espólio do finado súbdito português João Baptista Pereira Camacho, cujo escravo tem os signaes seguintes: estatura regular, delgado de corpo, rosto comprido, com falta de dois dentes do lado esquerdo, com uma pequena cicatriz na fonte do lado esquerdo, falla bem, tem por todo o corpo signaes de chicotadas, e já foi surrado, tem signaes de ventosas no peito, **pés compridos e bem feitos**, na perna direita tem uma ferida. É crioulo. Tem de idade de 26 a 28 annos. É pedreiro e trabalha também de carpinteiro. Este escravo foi arrecadado por esta agencia consular de Portugal, em Campinas. Quem o apprehender e trouxer em Campinas a esta agencia, ou delle der noticias certas será bem gratificado. 3-3
Campinas, 4 de Abril de 1872.
O agente consular, Joaquim Candido Thevenar.

Regulador Campinense
Chegou do Rio de Janeiro o dono d'este estabelecimento com um lindo e variado sortimento de
**RELOGIOS
CORRENTES
E JOIAS**
Vende-se por preço baratissimo e tudo garantido

LARGO DA MATRIZ NOVA 2-2
ESCRAVO FUGIDO
Fugiu da cidade de Campinas, hoje 4 de Abril, pelas 10 horas do dia, o escravo Theodoro, pertencente a Miguel Menardi, com os signaes seguintes: idade 20 annos mais ou menos, mulato fula, cara redonda, bonito, estatura regular, bom corpo, **princiando a barber**, e sem defeito. Levou vestido paletot de panno azul desbotado, camisa e calça de algodão grosso, com chapéo de palha ordinário. Quem o prender e entregar em Campinas ao anunciante receberá 100\$000 de gratificação. 3-3
Este escravo foi comprado ao capitão João Pereira d'Almeida, do Rio de Janeiro.

ENCOMMENDAS
DEPOSITO DE CHAPEOS
CAMPINAS
LARGO DA MATRIZ VELHA
Pedro Cipriano d'Ornellas participa ao

Precisa-se na ESTAÇÃO. 21 10-6 P
Signaes do escravo Francisco, fugido de Campinas, hoje 29 de Abril de 1872, pertencente a José Elias d'Oliveira: P
Idade 45 a 50 annos, altura regular, crioulo de Poconé (Cuyabá), tem falta de dentes na frente, pés e mãos mal feitos, um tornozello inchado, é rendido das verilhas, nariz chato e arcado, o braço direito um tanto inchado perto da munheca, é barbado, tem na cabeça cicatrizes e nesse lugar cabelo cortado. Quem o apprehender e entregar a seu senhor será bem gratificado. 5-5
Só por 20 dias. Quem quiser aproveitel. Pos- si- snir dentaduras, tão baratas, tão solidas e tão bem

GAIOLAS

Há na rua do General Ozório, casa

onde residiu o finado Camargo do mercado, uma porção de gaiolas, próprias para sabiás, arapongas, etc., sendo envernizadas e sem envernizar; todas tecidas de arame, **muito bem feitas** e por preços razoáveis

3-3 (4-3-76 Gazeta de Campinas)

¹⁰¹ Os anúncios dessa página se transcrevem do seguinte modo: Na noite de 25 para 26 de Março p.p., fugiu de casa de Diogo Antonio de Souza Castro, o escravo de nome Geraldo, pertencente ao espólio do finado súbdito português João Baptista Pereira Camacho, cujo escravo tem os signaes seguintes: estatura regular, delgado de corpo, rosto comprido, com falta de dois dentes do lado esquerdo, com uma pequena cicatriz na fonte do lado esquerdo, falla bem, tem por todo o corpo signaes de chicotadas, e já foi surrado, tem signaes de ventosas no peito, **pés compridos e bem feitos**, na perna direita tem uma ferida. É crioulo. Tem de idade de 26 a 28 annos. É pedreiro e trabalha também de carpinteiro. Este escravo foi arrecadado por esta agencia consular de Portugal, em Campinas. Quem o apprehender e trouxer em Campinas a esta agencia, ou delle der noticias certas será bem gratificado. / Campinas, 4 de Abril de 1872. / O agente consular, Joaquim Candido Thevenar. --- **ESCRAVO FUGIDO** --- Fugiu da cidade de Campinas, hoje 4 de Abril, pelas 10 horas do dia, o escravo Theodoro, pertencente a Miguel Menardi; com os signaes seguintes: idade 20 annos, mais ou menos, mulato fula, cara redonda, bonito, estatura regular, bom corpo, **princiando barbar, e sem defeito**. Levou vestido paletot de panno azul desbotado, camisa e calça de algodão grosso com chapéo de palha ordinário. Quem o prender e entregar em Campinas, ao anunciante receberá 100\$000 de gratificação. / Este escravo foi comprado ao capitão José Pereira Almeida, de Rio de Janeiro.

¹⁰² O anúncio diz: Signaes do escravo Francisco fugido de Campinas, hoje 29 de Abril de 1872, pertencente a José Elias d'Oliveira:

A objetivação é marcada pelo uso do substantivo no singular, o que lhe dá um estatuto de generalidade. Ao dizer “sem defeitos” se poderia pensar que, como qualquer pessoa ele tem defeitos: preguiçoso, avarento, ou com algum vício ou qualquer outro. Mas sem defeito remete a que o escravo não tinha imperfeições de tipo físico, que são as características que abundam nos anúncios, dadas as condições de produção desse enunciado. Observa-se que há uma primeira enunciação que diz respeito a uma característica identificatória (princiando barbar) e a essa característica se soma outra (sem defeito) ambas as características unidas pela conjunção aditiva e que coloca no mesmo nível de argumentação os dois termos: princiando barbar e sem defeito. Deste modo, evidencia-se “sem defeito” como mais uma característica que identifica, naturalizando seu funcionamento e apagando (ou reforçando) uma qualidade nitidamente objetivante, a de não ter defeito na estrutura.

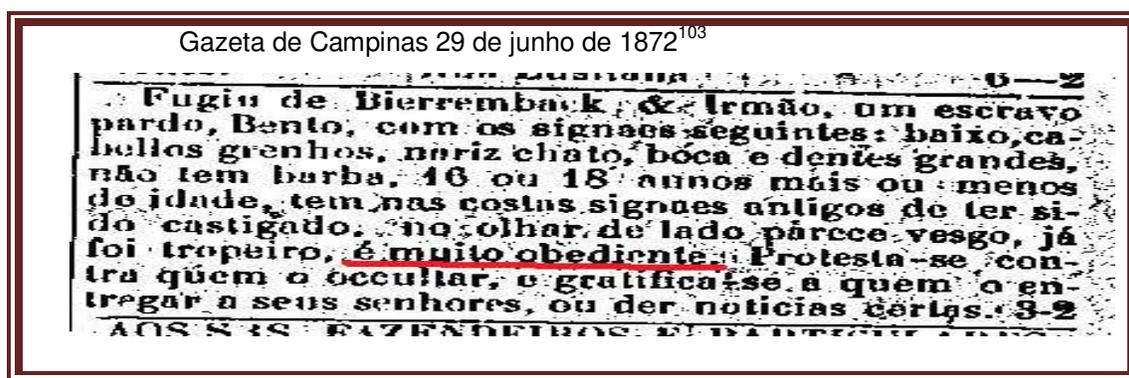
Por outro lado, **SEM DEFEITO**, relacionado com princiando barbar, pode relacionar-se com um modo de dizer a respeito dos escravos da época. O dizer do escravo **SEM VICIOS**. Os vícios do escavo eram um motivo para a desvalorização do preço no mercado, assim como os defeitos. Por esse motivo evitava-se falar deles publicamente. Peter Beattie, trata o assunto no seu artigo *The slave Silvestre’s Disputed Sale: Corporal Punishment, Mental Health, Sexuality, and “ Vices” in Recife, Brazil 1869-1879*. Aqui relata o caso do escravo Silvestre. Nesse caso, o novo dono de Silvestre decide devolvê-lo alegando que o escravo tinha vícios, defeitos. A lei que fundamentava ditas decisões provém das Ordenações portuguesas de 1603, pela qual um escravo poderia ser devolvido ao seu vendedor se o comprador comprovasse que ele tinha algum tipo de vício.

Idade 45 a 50 anos, altura regular, crioulo de Paconé (Cuyabá), tem falta de dentes na frente, pés e mãos mal feitos, um tornozello inchado, é rendido das verilhas, nariz chato e arcado, o braço direito um tanto inchado perto da munheca, é barbado, tem na cabeça cicatrizes e nesse lugar cabelo cortado. Quem o aprehender e entregar a seu senhor será bem gratificado.

Os vícios dos escravos, de acordo com as Ordenações se dividiam em dois tipos, a saber: Vício de fugitivo e vício de ânimo. O primeiro poderia anular a negociação se comprovado pelo comprador, já que ele era incluído nos vícios de ânimo pelo artigo nº 2 do livro 4, título 17. Nele contemplavam-se como vícios de animo aqueles vícios de vontade, alma, espírito ou mente. A apelação a eles redundava na anulação automática de toda transação de compra-venda de escravos. Mas essa legislação não chega nesses termos ao Brasil. Beattie (2005) afirma que:

In Brazil, vice was a flexible term. It could mean bad habits, addiction, or physical deformity. In the Northeast, it was slang for “geofragia” or being unhealthily addicted to eating soil, which was not uncommon among Brazil’s malnourished slave population. The Ordenações did not catalogue all vices, but in combination with the other sources quoted above, it is possible to draft a partial list: gambling, sloth, running away, sodomy (and lasciviousness in general), dipsomania, ingratitude, cursing, and bravado. (BEATTIE 2005, p. 7)

Talvez seja pelos motivos que aponta Beattie acima que encontramos ocorrências do tipo do seguinte anúncio:



¹⁰³ Fugiu de Bierrenback & Irmão, um escravo pardo, Bento, com os signaes seguintes: baixo, cabellos grenhos, nariz chato, boca e dentes grandes, não tem barba, 16 ou 18 annos mais ou menos de idade, tem nas costas signaes antigos de ter sido castigado, no olhar parece vesgo, já foi tropeiro, é muito obediente. Protesta-se contra que o occultar, e gratifica-se a quem o entregar a seus senhores, ou der notícias certas.

Nesse anúncio encontra-se a seqüência: é muito obediente. Resulta paradoxal ler em um anúncio de fuga no qual se diz que Bento fugiu, que foi castigado anteriormente e que é muito obediente. Resulta, portanto significativo o dado trazido por Beattie e talvez por esse motivo apareça este paradoxo.

Relacionadas especificamente a **sem defeito** encontramos também as seqüências:

Bem feito de mãos e pés, tem os tornozellos dos pés meio tensos para o lado de dentro,

Pés e mãos mal feitos, um tornozello inchado é rendido das verilhaso braço direito um tanto hinchado perto da munheca(Francisco 30-05-72)

O ato de fazer está relacionado a coisas, não se fazem pessoas, as pessoas nascem, desenvolvem-se, gestam-se, mas, a predicação **bem feito** relaciona-se com o produto de um processo. Ao dizer que um escravo tem os pés bem feitos remete-se a uma objetivação clara. O fazer de uma coisa relaciona-se com um processo relacionado a coisas ou ações.

Podemos concluir que tanto bem feito quanto sem defeito são predicações relacionadas com processos de objetivação do escravo.

3.5.4- Ladino – fala bem

Por outro lado, encontramos seqüências que são semelhantes entre si e que têm um termo pivô comum. Nelas se observam dois funcionamentos diferentes. Exemplos deles são os seguintes:

104

Fugiram da fazenda do Morro-alto, pertencente a Candido José Leite Bueno, no municipio da vila do Patrocinio, a 20 de Setembro, Lino, idade 30 a 35 annos, alto, magro, côr preta, rosto redondo, nariz chato, boca grande, tem falta de dentes na frente, barba no queixo e bigode, officio de carpinteiro, muito catingudo, soffre de hemorroidas sangradas a ponto de andar com as calças umidas. Foi montado em um cavallo saino, velho.

Simeão, a 23 de Abril, idade 25 a 30 annos, altura ordinaria, cheio de corpo, bem preto, rosto redondo, boa figura, bons dentes, muito ladino, tem um signal pequeno no rosto como de golpe.

Joaquim, creoulo de Minas, meio fula, corpo e altura regular, olha um tanto carrancudo, tem signaes no pescoço provenientes de ferros, nos tornozelos dos pés também tem signaes, idade 26 annos. Este pertence á fazenda do Jaguary, no municipio de Campinas e fugiu há trez annos mais ou menos. Gratifica-se com duzentos mil réis por cada um que for entregue nas referidas fazendas.

Elias, da fazenda do Camandocaya, estatura baixa, é fula, pouca barba, cheio de corpo, tem signaes de castigo, idade 30 annos, bem ladino, não encara bem. Gratifica-se com cem mil réis a quem o levar á referida fazenda.

Antonio Carlos de Sampaio Peixoto communica aos seus freguezes, e mais pessoas que precisarem comprar tijolos de sua fabrica, que tendo conseguido reduçção no preço da lenha para a queima dos tijolos, faz n'estes uma reduçção proporcional de hoje em diante, ficando os preços até aqui fixados, menos dois mil réis em milheiro.

Fugio

Benedicto, preto, espigado, rosto pequeno e cabeça também pequena, buço, falta de um dente na frente, (parte superior), corpo delgado, signal de um tiro na mamilla esquerda, tem os dois dedos minimos dos pés arrebitados para cima, costuma ter purgação em um ouvido, falla bem, é ladino, bom cavalleiro, bom carreiro, crioulo desta cidade. É muito facil de ser encontrado em casas de pretos forros, ou pessoas nessas circumstancias.

Quem o prender e entregar nesta cidade a Antonio Firmino de Carvalho e Silva, será gratificado com 200\$000.

¹⁰⁴ O anúncio se transcreve: Fugiram da fazenda do Morro-alto, pertencente a Candido José Leite Bueno, no municipio da vila do Patrocinio, a 20 de Setembro, Lino idade 30 a 35 annos, alto, magro, côr preta, rosto redondo, nariz chato, boca grande, tem falta de dentes na frente, barba no queixo e bigode, officio de carpinteiro, muito catingudo, soffre de hemorroidas sangradas a ponto de andar com as calças umidas. Foi montado em um cavallo saino, velho. -Simeão, a 23 de Abril, idade 25 a 30 annos, altura ordinaria, cheio de corpo, bem preto, rosto redondo, boa figura, bons dentes, muito ladino, tem signal pequeno no rosto como de golpe. -Joaquim, creoulo de Minas, meio fula, corpo e altura regular, olha um tanto carrancudo, tem signaes no pescoço provenientes de ferros, nos tornozelos dos pés também tem signaes, idade 26 annos. Este pertence a fazenda do Jaguary, no municipio de Campinas e fugiu há trez annos mais ou menos. Gratifica-se com duzentos mil por cada um que for entregue nas referidas fazendas. -Elias, da fazenda do Camandocaya, estatura baixa, é fula, pouca barba, cheio de corpo, tem signaes de castigo, idade 30 annos, bm ladino, não encara bem. Gratifica-se com cem mil reis quem o levar à referida fazenda.

¹⁰⁵ Benedicto, preto, espigado, rosto pequeno e cabeça também pequena, buço, falta de um dente na frente, (parte superior), corpo delgado, signal de um tiro na mamilla esquerda, tem os dois dedos minimos dos pés arrebitados para cima, costuma ter purgação em um ouvido, falla bem, é ladino, bom cavalleiro, bom carreiro, crioulo desta cidade. É muito facil de ser encontrado em casas de pretos forros, ou pessoas nessas circumstancias.-Quem o prender e entregar nesta cidade a Antonio Firmino de Carvalho e Silva, será gratificado com 200\$000.

Campinas, 2 de abril de 1872.
Francisco de Assis Fragoso,
Ourives fabricante, à rua do Commercio.

ESCRAVO FUGIDO

Fugiu no dia 15 do corrente, da fazenda do dr. Araujo, no Amparo, onde se achava a título de venda, o creoulo José, com os signaes seguintes: pardo, cabellos grenhos e quasi vermelhos, cara fina e alegre, muito prosa e ladino, de 14 annos de idade, baixo, e tem um pé sahido mais para fóra. Anda montado em um burrinho pangaré, velho, em um lombinho novo e anda com cartas dirigidas ao mesmo dr. dizendo que esta a seu serviço. Quem o aprehender e entregar ao seu senhor Idefonso Antonio de Moraes, será gratificado, e protesta-se com o rigor da lei contra quem o acoutar. 3-3

José Pereira Branco, faz sciencia que na noite de 24 do corrente, roubaram-lhe os seguintes

LAR
Fug
pelas
fencen
guintes
talia, c
corpo,
vou ve
misa
palha
Carre
grati
Est
reira

Observamos nestes anúncios o funcionamento da palavra ladino. No primeiro, ao se falar de Simeão encontramos a predicação “muito ladino”, e, ao falar de Elias afirma: “bem ladino”. Já no segundo anúncio, ao descrever Benedicto o anúncio diz: “fala bem, é ladino, bom cavalleiro, bom carreiro, crioulo desta cidade”. Perante o mesmo termo encontramos dois modos diferentes de utilização do termo, ou seja, estamos frente a um termo polissêmico. O ladino, de acordo com Yeda Pessoa Castro, no artigo “Influencia das línguas africanas no Português brasileiro” era:

“Ladinos” eram aqueles que logo cedo aprendiam a falar rudimentos de português e podiam participar de duas

¹⁰⁶ O anúncio diz: ESCRAVO FUGIDO-Fugiu no dia 15 do corrente, da fazenda do dr. Araujo, no Amparo, onde se achava a título de venda, o creoulo José, com os signaes seguintes: pardo, cabellos grenhos e quase vermelhos, cara fina e alegre, muito prosa e ladino, de 14 annos de idade, baixo, e tem um pé sahido mais para fóra. Anda montado em um burrinho pangaré, velho, em um lombinho novo e anda com cartas dirigidas ao mesmo dr. Dizendo que esta a seu serviço. Quem o aprehender e entregar ao seo senhor Idefonso Antonio de Moraes, será gratificado e protesta-se com o rigor da lei contra quem o acoutar.

comunidades sócio-lingüísticamente diferenciadas: a casa-grande e a senzala, para tomar o binômio consagrado pela obra do mesmo nome de Gilberto Freyre.

Na codificação de bilíngües, atuavam como uma espécie de leva-traz, o que deu motivo ao ditado popular¹⁰⁷ “diante de ladino, melhor ficar calado”, desde quando podiam falar a um número maior de ouvintes, e influenciá-los, resultando daí por adaptarem uma língua a outra e estimularem a difusão de certos fenômenos lingüísticos entre os não bilíngües, no caso, o “escravo novo” e o chamado “escravo boçal”, aqueles que não falavam português. Enquanto na casa-grande eram os preferidos para os trabalhos domésticos, privando da sua intimidade, nas senzalas lhes era confinado o poder da disciplina e do comando que se estendia às plantações e aos engenhos, na qualidade de capitães-do-mato e guardas pessoais de seus proprietários, com cujos interesses eles se identificavam. (PESSOA DE CASTRO s.d.)

Por outro lado, de acordo com o dicionário de Faria (1859), ladino significa:

Ladino, a, adj. (corrupção de latino) legitimo, derivado do latim sem mescla de arábico. Portuguez _____. Ex. “Mouros que sabiam fallar _____.” Inedit. II424: _____ (fig.) é hoje muito us., esperto, fino, não rude. Homem _____. Escravo _____, o que falla bem a língua do senhor, e entende o serviço da casa. (FARIA 1859, p. 545)

Como foi mencionado acima ao trabalhar as diferenças entre os termos fugido e fujão, o dicionário de Faria tem a característica de trazer uma releitura do dicionário de Moraes. Além disso, traz um adicional do uso dos termos a partir de um trabalho de pesquisa sobre o uso dos termos nas ruas. O dicionário mostra os diferentes usos do termo e nos anúncios observam-se seus diferentes funcionamentos. Observamos que ladino é um termo polissêmico.

¹⁰⁷ Para o funcionamento de provérbios consultar OLIVEIRA SANTOS, Mônica. Um comprimido que anda de boca em boca. Os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial. Campinas: Pontes, 2007.

Analisando a seqüência: falla bem, é ladino, ladino aparece como um complemento de falla bem, como explicação de fala bem. Por esse motivo, pensamos que esse uso de ladino corresponde ao colocado acima. Já em bem ladino, ou muito ladino o que está em jogo é um modo de ser e não uma posição social. A ordem das palavras nos dá um sentido de glosa nessa seqüência falla bem, é ladino. Acolhe-se nessa glosa um « não um” que nos remete a uma posição no interdiscurso. O indivíduo que diz falla bem, é ladino, coloca em evidência a constituição de outro como sujeito ao falar dele, ao dizer que aquele está em outro lugar do discurso, **falando** (falla bem) e ocupando um lugar social. Emerge um lugar de enunciação para o escravo se instalar como locutor-x, legitimamente, na sociedade escravagista que lhe interditava a palavra e inclusive como enunciador de si. O sentido de malandragem para ladino mostra a reação do senhor a essa fala (esse lugar de enunciação) que emerge sem autorização.

A introdução da explicação de falla bem está dada pela vírgula e pela não existência de um quantificador como muito ou bem. Ao dizer é ladino podemos supor dois funcionamentos. Um é dado por um inciso explicativo de fala bem. Ele fala bem porque está na casa grande, porque é um escravo que tem privilégios, o de conviver com os senhores, o de viver nos dois mundos, nas duas esferas, ou seja, porque é ladino.

Além disso, podemos observar que o funcionamento de é ladino recai sobre o falla bem, no sentido qualificativo. Como é ladino, fala bem, portanto é esperto, pode enganar. Contudo, o funcionamento nessa seqüência não é somente em um sentido, crescente (à direita) a partir do qual as qualidades vão se somando, mas também existe uma articulação de direita à esquerda da seqüência entre os termos. Essa dupla articulação somente é possível pela polissemia do termo que permite a dupla determinação. Vejamos a sentença completa e seu funcionamento:



A enumeração refere-se às características de tipo físico predominantemente. A partir do nome próprio do escravo irrompe uma enumeração. A partir da seqüência: falla bem, discursividades relacionadas ao **modo de dizer do escravo** (falla bem – é ladino: domina a língua do senhor), relacionadas ao **modo de ser** (é ladino, ou seja, esperto), ao lugar que ocupa na série social do **espaço pelo qual o escravo circula** (é ladino, está entre a casa grande e a senzala, circula nos dois círculos sociais), **relacionadas ao trabalho** (bom cavaleiro, bom carreiro) e relacionadas com a procedência ou lugar de origem (é crioulo desta cidade) são mencionadas. Assim, podemos dizer que, graficamente, o termo ladino funciona do seguinte modo:

Inciso explicativo: explica o motivo/origem do bem fallar e permite a enunciação posterior: bom cavalleiro

¹⁰⁸ Benedicto... dente na frente, (parte superior), corpo delgado, signal de um tiro na mamilla esquerda, tem os dois dedos minimos dos pés arrebitados para cima, costuma ter purgação em um ouvido, **falla bem, é ladino**, bom cavalleiro, bom carreiro, crioulo desta cidade. É muito facil de ser encontrado em casas de pretos forros, ou pessoas nessas circunstancias. Quem o prender e entregar nesta cidade a Antonio Firmino de Carvalho e Silva, será gratificado com 200\$000.



costuma ter purgação em um ouvido, falla bem, é ladino, bom cavalleiro,



sentido qualificativo : solicita cuidado, atenção, chama atenção para a personalidade desse escravo .

A partir dessa análise podemos afirmar que há dois funcionamentos possíveis. Por um lado, encontramos os que estão determinados por um advérbio de quantidade, que “limita” o termo polissêmico a somente uma interpretação possível. Esse é o caso de mui ladino que remete às discursividades relacionadas ao modo de ser do escravo. Por outro lado, estão aqueles que não serão determinados por um advérbio de quantidade e que “mostram” sua polissemia.

De acordo com Guimarães (2005) pode-se observar, de um nome o seu DSD – Domínio Semântico de Determinação. O autor propõe a observação das palavras, nos estudos lexicais, na relação que estabelecem com outras palavras. Ele afirma que é preciso tratar as palavras nas relações que suas enunciações constroem. (E. GUIMARÃES 2004, 94) Acreditamos pertinente observar o DSD do termo **ladino**.

DSD Ladino

quanto de outras regiões do interdiscurso relacionada com os escravos. Filtra-se, de gaiato, uma enunciação de outra FD na FD dono de escravos e que dará a possibilidade de outras enunciações. Esse efeito será possível a partir do enunciado polissêmico de **falla bem, é ladino**. Encontramos nessa seqüência indícios de um processo de subjetivação que se filtra no enunciado do dono e aparece de modo sintomático na letra do anúncio. Uma enunciação que dará as condições de possibilidade para enunciações como a liberdade dos escravos.

3.5.5- Crioulo

As seqüências relacionadas com o termo crioulo são enunciações relacionadas com a origem como podemos ver no seguinte quadro:

Relac à ionadas procedência	É ladino	Creoulo de Pernambuco	Creoulo José
	É creoula de São Paulo e lá tem o marido.	Creoulo de Minas	Natural de São Paulo
	Creoulo	Crioulo do norte	Crioulo de Paconé (Cuyabá)
	É creoulo	Preto da nação mina	Escravo creoulo de nome José
	Manoel Bahiano	Crioulo da Bahia	Natural da Bahia
	Estes escravos foram comprados na Rio de Janeiro pelo Sr. Nuno Diogo Nogueira da Motta	Crioulo desta cidade	africano

	Este pertence à fazenda do Jaguary e fugiu há 3 annos	Este escravo foi do capitão Ribas	Pertence nte ao espoliado finado súbdito portuguez João B. Pereira
	Quase índio	Elias da fazenda Camandocaya	

Observamos que para falar a respeito da procedência do escravo, para falar de sua origem, além da própria fazenda, o dono em muitas oportunidades se refere a ele como crioulo.

Em oposição a crioulo encontramos as seguintes seqüências:

Índio,

Africano,

Preto da nação mina

E também:

Natural de

Pertencente ao espólio

Relacionado com creoulo temos as seguintes ocorrências:

Creoulo de Bahia

Creoulo de Minas

Creoulo de São Paulo

Creoulo de Pernambuco

Creoulo do Norte

Creoulo de Paconé (Cuiabá)

Creoulo desta cidade.

O termo crioulo está sendo determinado em todas as oportunidades. Encontramos ocorrências do tipo o escravo crioulo de nome José, ou o crioulo José; ou o escravo crioulo. O termo crioulo ora aparece determinando escravo, ora aparece determinado por uma construção do tipo (Prep. + nome de cidade). No segundo caso está funcionando como nome enquanto que no primeiro funciona como determinante do nome: escravo crioulo. Por outras palavras, escravo do grupo dos escravos e, dentro dele, do grupo dos crioulos. Isto fica mais evidente quando comparamos a seqüência escravo crioulo com outras denominações do escravo que surgem tanto nos informes quanto em outros anúncios. Assim, podemos dizer que escravo crioulo está em relação de antonímia com africano, preto da nação mina.

O termo crioulo foi definido por Faria (1859) como:

Crioulos. m. (de criar) preto escravo nascido em casa do seu senhor; animal, cria que nasce em **nosso** poder. (FARIA 1859, p. 959)

Mas ser crioulo não era somente uma marca de nascença. Ser crioulo era um modo de classificação do escravo, era um modo de colocar ele na série. Significava de um modo específico dentro da discursividade dos senhores, e tinha outro valor dentro da discursividade dos escravos. Maggie (1994) traz o valor desta hierarquia para os donos de escravos. A autora afirma:

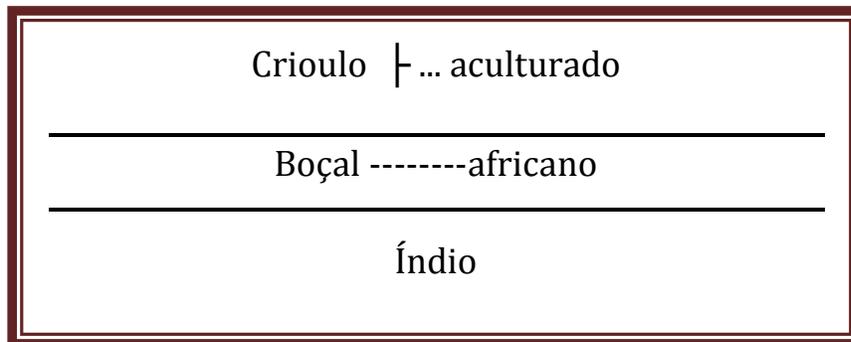
O escravo era Nagô, Ussá, Bantu, Malê ou crioulo. Os termos que classificavam as diferenças podiam ou não denotar hierarquia. Diz-se que os de nação eram mais valorizados para o trabalho. Os crioulos eram considerados criadores de caso e malandros. Os africanos, tinham fama de rebeldes, e entre eles os Nagô eram

mais valorizados pela inteligência. Os Bantu também eram tidos como mais difíceis para o trabalho. Há na literatura uma ênfase na "inferioridade cultural" dos "angola-congoleses" ou Bantu em oposição à superioridade dos Nagô. O complexo sistema de classificação escravista construído por senhores brancos parece ter tido também consenso entre os escravos, a se julgar pelos termos classificatórios até hoje presentes nos candomblés.

Nesse momento o escravo era um ser Nagô, Bantu etc., porque era um outro. O problema começa com a classificação do crioulo, que era um "mesmo outro". Aparece o uso da cor como critério para marcar distinções. Com a Abolição, o outro passa a ser o mesmo, e torna-se necessário criar um sistema classificatório capaz de manter esse "mesmo" diferente. De direito tornou-se o mesmo, mas não de fato, como o sistema classificatório tende a comprovar. (MAGGIE 1994, p.p.156-157)

Desse modo podemos propor que o DSD do termo crioulo é o seguinte:

DSD Crioulo:



O nome crioulo reescreve aculturado e está em relação de antonímia com boçal e africano. O termo nos traz as informações que o escravo ocupa em uma série, ele denota o lugar no qual o escravo nasce – no Brasil ou em um Estado do país. Darcy Ribeiro acrescenta a respeito:

Sobrevivendo a todas as provações, no trânsito de negro boçal a negro ladino, ao aprender a língua nova, os novos ofícios e novos hábitos, aquele negro se refazia profundamente. Não chegava,

porém, a ser alguém, porque não reduzia jamais seu próprio ser à simples qualidade comum de negro na raça e de escravizado. Seu filho, crioulo, nascido na terra nova, racialmente puro ou mestiçado, este sim, sabendo-se não africano como os negros boçais que via chegando, nem branco, nem índio e seus mestiços se sentia desafiado a sair da ninguendade, construindo sua identidade. (RIBEIRO 2000, p. 131)

Portanto poderíamos dizer que o termo crioulo é, inicialmente, um termo que denota o lugar que o escravo ocupava em uma série. Também surge com o sentido de modo de ser, sendo, portanto um termo misto, de individualização e de singularização. Por um lado, individualiza por que diz que ele não é africano, ele é nascido no Brasil, ele já está inserido na Sociedade na qual vive, misturado com as pessoas do lugar. Por outro lado, é um termo de singularização porque diz respeito ao modo de ser crioulo: malandro, criador de caso, rebelde em procura de uma identidade, no espaço intermediário entre a casa grande e a senzala.

3.5.6- Fala bem, fala muito

Observamos que os anúncios também afirmam **falla bem**. Se nos embrenharmos na história do Brasil do Império, poderemos observar que a fala em público do escravo estava proibida¹⁰⁹. Tal determinação imperial proibiu ao escravo falar em público. Sua fala deveria estar mediada pela fala de um homem

¹⁰⁹ Para mais informações consultar ZATTAR, N.M **Os sentidos de liberdade dos escravos na constituição do sujeito de enunciação sustentada pelo instrumento da alforria**. Tese de Mestrado IEL Unicamp, Campinas, (2000)

livre que lhe outorgue validade, como podemos ver nos seguintes casos dos jornais:

Agravo Cível nº 4 publicado no Jornal
O Estado de São Paulo no dia 24 de janeiro de 1875¹¹⁰

Nomeado curador, mantido o agravo, onde foi sustentado o direito que tinha o escravo, a escolha do juiz fôra do domicilio do seu senhor para demandar a este, tratando de sua liberdade, e consequentemente a competencia do foro desta capital para nelle se agitar a acção respectiva, o juiz de direito da 2ª vara sustentou o despacho de que fôra interposto o agravo como se vê da resposta seguinte:

Ou como se lê na secção judiciária do Jornal O Estado de São Paulo do dia 08 de janeiro de 1875:

Appellação cível Nº52 – Bragança

O juiz de direito da Comarca apelante, Juiz Antonio Lo..... da Silva appellado

José, escravo de Luiz Antonio Lopes da Silva, apresentou-se ao juiz municipal do termo de Bragança pedindo ser depositado afim de, sendo lhe dado um curador, propor sua acção de liberdade contra aquelle que o retinha em injusto cativo; e sendo-lhe dado curador, por este accionou a seu senhor, alegando que nascera na África, de onde viera criança como escravo importado para o Brasil depois da lei de 7 de Novembro de 1831 prohibitiva do tráfico de escravos.

¹¹⁰ A transcrição do documento é: Nomeado curador, mantido o agravo, onde foi sustentado o direito que tinha o escravo, a escolha do juiz fôra do domicilio do seu senhor para demandar a este, tratando de sua liberdade, e consequentemente a competencia do foro desta capital para nelle se agitar a acção respectiva, o juiz de direito da 2ª. Vara sustentou o despacho de que fora interposto o agravo como se vê da resposta seguinte:

Observamos que nesses processos judiciais que a fala do escravo era mediada por um curador. Porém, o escravo falava.

Isso pode ser visto nos seguintes anúncios:

Gazeta de Campinas, 1 de setembro de 1870

Deposito de chapéus, tem grande surtimento de chapéus modernos de pelo a 10\$000. 3-2

Escravos Fugidos

De Francisco Antonio de Souza Salles, deste município, fugiram duas escravas sendo uma de nome Virgínia, ha um anno, ou pouco mais, com os signaes seguintes: preta, estatura regular, falta de dentes, cabeça mal feita, idade de 40 a 50 annos, mãos de tamanho regular, desimbaraçada e risonha no fallar, meia gorda; a outra de nome Rita, fugida a 23 do corrente, mais com os signaes seguintes: idade 20 annos mais ou menos, alta, gorda, preta; tem uma cicatriz de coice de cavallo no canto da bocca ao lado direito, pescoco grosso, marcas como de cordas nos braços, pés grandes, boa dentadura, muito fallante, carrancuda na feição, porém risonha. Da-se a quantia de 100\$000 a quem apprehendê-las, por cada uma, e entregal-as a seu senhor na sua fazenda. Campinas, 24 de Agosto de 1870. 3-2

Refinação de Assucar

Gazeta de Campinas, 8 de janeiro de 1871

CAMPINAS

Fugio da fazenda Boa Vista, sita no Bethlehem de Jundiahy, pertencente a Bernardo José de Passos o seu escravo de nome Sebastião com os signaes seguintes: alto, corpulento, barbado, bem fallante, tem o dedo pollegar da mão direita cortado pela junta, ignora-se a roupa com que sahio. Quem entregal-o a seu dono receberá 100\$000 de gratificação na dita fazenda. 4-1

Aluga-se

Gazeta de Campinas, 24 de dezembro de 1874

Escravos fugidos

Fugiram no dia 20 para 21 do corrente, da fazenda denominada Areia Branca, districto do Amparo, os escravos seguintes: João, de idade mais ou menos 35 annos, crioulo, cor bem preta, olhos grandes, buço ruquento, pouca barba, no queixo, sem dentes no queixo superior, falla bem explicita, nariz chato, rosto comprido, fino de corpo e muito activo.

Thomasia, de idade mais ou menos 32 annos, estatura regular, natural da Bahia, cor fula, boa dentadura e muito risonha. Catharina natural da Bahia, idade mais ou menos 20 annos, altura e corpo regular, cor fula, testa grande, nariz chato, boa dentadura, buços grandes, carrancuda. Estas duas escravas levaram consigo, cada uma, sua malha de roupa, e andam todos juntos; no dia da fuga, foram vistos a duas leguas de distancia na estrada que vem para Campinas. Quem dos mesmos der noticia ou os apprehender e entregar na mesma fazenda ou em Campinas a Manoel Joaquim Duarte Bezandé, receberá 200\$000 de gratificação. 3-1

Gazeta de Campinas, 30 de maio de 1872

Matriz NOVA

duas. Quem quizer dirija-se a casa de A. C. Sampaio Peixoto para vêr. 5-2

Rs. 100\$000

Fugio no dia 10 do corrente, o preto de nação mina, idade 45 annos mais ou menos, corpo reforçado, altura regular, barba regular, nariz chato, falta d'alguns dentes, cabelleira sempre penteada e grande, e tem boa prosa d'illudir. Quem d'elle der noticia ou levar a seu dono n'esta cidade Antonio de Souza Carneiro, receberá a gratificação acima. O mesmo protesta com todo o direito que lhe garante a lei contra quem o tiver acoutado. 5-2

Campinas, 15 de Maio de 1872.

ROUPA FEITA

Ha 20 e tantos dias, fugiu no abaixo assignado um escravo creoulo, de nome José, de 20 e tantos annos de idade, pequena estatura, feições miudias, nariz chato, falla grossa; levou roupa fina, e uma jaqueta de panno azul fino. Quem o pegar e entregar será bem gratificado. 3-2
Campinas, 22 de Junho de 1872.
Querubim Uriel Ribeiro do Camargo Castro.

200 de gratificação
Do abaixo assignado fugiram no dia 20 do corrente, os escravos seguintes: Manoel, altura regular, côr preta, pés abertos, e com dedos curtos, cabellos grenhos, tem um signal nas costas, falla ligeiro e atrapalhado, pouca barba e ralcada, creoulo, idade 38 annos mais ou menos, boa figura, serviço de roça; levou poncho e roupa de algodão. André, baixo, creoulo de Minas, 25 annos mais ou menos, mulato mui claro, tem falta de um dente na frente, em cima, cabellos grenhos, mui soltos, olhos vivos, anda com os pés meio virados para dentro, tem um signal perto de um dos olhos, alfiato, tem buço, e alguns fios de barba, levou roupa de algodão e uma calça de cassineta xadrez. Gratifica-se com a quantia acima, a quem prender os ditos escravos e entregal-os ao abaixo assignado, e com a de 100000 a quem os prender e puzer em prisão segura; e com a de 50000 a quem der noticias certas. Protesta-se com todo o rigor contra quem os tiver acoutado. 2-2
Campinas, 23 de Junho de 1872,
Francisco de Paula Souza Camargo.

TELEGRAMMA CHEGADO A ÚLTIMA HORA
Tainhas salgadas muito frescas, chegadas á casa da Alliança Luzo Brasileira.
Rua do Commercio n. 95.

ANIMAES EXTRAVIADOS
No dia 19 de Junho, desapareceram do pasto da Samambá dois animaes com os signaes seguintes: um macho muito grande, côr de malhao, com os quatro pés quasi pretos e ferrados, cabeça acarneada e de 8 para 10 annos de idade. Uma besta ruana, com a clina quasi branca. Quem d'elles der noticia certa, ou os entregar a seu dono na Estação de Campinas, será gratificado.
Campinas, 27 de Junho de 1872.
Walter Adolpho Richmann, engenheiro.

Para a pobreza gratis
N. 60—RUA DO ROSARIO—N. 60

100000 RS.
DE GRATIFICAÇÃO

Dá José de Barros Penteadado, a quem capturar e entregar nesta cidade ao declarante, ou depositar em qualquer cadeia fóra deste municipio, o seu escravo Mathiaz, de 22 annos de idade, mais ou menos, estatura regular, côr preta, tocado a fula, rosto comprido, bonita feição, com falta de dentes, buço serrado, tendo um signal como côrto no beijo superior, bastante ativo, falla bem, crioulo da Bahia, cujo sotaque de falla ainda conserva, tem os pés bem direitos. Fugiu com ferro no pescoço e péga nos pés, e tem signaes muito frescos do castigo que soffreu em consequencia de sentença do jury. 3-1
Campinas, 18 de Outubro de 1874.

ATTENÇÃO
Vende-se um excellente cosinheiro de forno e fogão, e tambem faz doces de varias qualidades; dá-se a contento. Quem pretender dirijm-se á rua Direita n. 107, chacara, para tractar com Francisco

Escrava fugida
No dia 10 do corrente, fugiu da abaixo assignada, uma escrava de nome Maria, com os signaes seguintes:—Preta, alta, magra, com falta de dentes na frente, idade mais ou menos 30 annos. Suppõe-se que fugiu para S. Paulo onde se conhece pelo nome de Maria Nazareth. Quem a prender e entregar n'esta cidade á abaixo assignada, ou em S. Paulo ao commendador Manoel Antonio Bittencourt será bem gratificado. 3-1
Campinas, 15 de Setembro de 1874.
Maria A. de Mendonça Doque.

Escravos fugidos
João, fula, estatura regular, sem barba, meio calvo, olhos pequenos, dentes apartados e bons, maçã do rosto saliente, pés pequenos, e é padeiro.
Hermenegildo, preto, fino de corpo, sem barba, gago, dentes apontados, pés grandes, é pedreiro ordinario, e foi escravo do fallecido Baptistinha.
Quem os apprehender e entregar á seu senhor abaixo assignado será gratificado com 100\$. 3-2
José Bento dos Santos.

Fugiu sexta-feira, á noite, da casa de José Pereira Antunes Bastos, uma escrava de nome Cláudia, altura regular, magra, bem parecida de rosto, anda vestida com uma saia de riscado e um chale de xadrez. Quem a prender e levar a seu senhor rua Lusitana n. 2, será gratificado com 20\$; tambem protesta-se contra quem a acoutar. 2-2

Nesses anúncios se faz menção à fala do escravo, a seu modo, a sua quantidade, ao seu tipo, etc.. Dado o meio de comunicação no qual este anúncio se encontra - um jornal, que é distribuído pela cidade, e sendo que ele é o espaço onde se dá legitimidade e onde se legitimam as falas daqueles que através dele se expressam; podemos considerar o fato da menção da fala do escravo sem mediação como significativa. Nesta parte da descrição um não dito aparece. O do escravo que fala em público. Ele é ouvido pelo dono que coloca essa fala como traço significativo, que conforma a imagem do escravo desenhada na descrição.

Deslocam-se, a partir deste elemento da descrição, alguns pré-conceitos relacionados com o escravo brasileiro. O escravo não era somente considerado um modo de acumulação do capital, uma mercadoria. Ele era um sujeito da sociedade imperial; o que dá indícios do estatuto de sujeito do escravo é a fuga do mesmo, que provocava uma escrita que o constituía como sujeito. Vejamos outros funcionamentos relacionados com fallar.

Nessas seqüências encontramos um processo claro de subjetivação, dizer no Séc. XIX que um escravo falava atentava contra o próprio sistema que proibia a fala em público dos escravos. Mas observam-se dois funcionamentos diferentes de falar, a saber:

a- como atributo e

b- como ação.

No caso de João: falla bem explicita, de falla grossa, por exemplo, a fala aparece como atributo sendo ela determinada por um adjetivo (grossa) ou por uma construção adjetiva (bem explícita). Em ambos os casos podemos afirmar que se predica a respeito da fala e não do escravo falando. O escravo simplesmente tem uma propriedade, a fala, que por sua vez ou bem é explicita ou bem é grossa.

Mas nos outros casos podemos dizer que a fala aparece como uma ação realizada pelo escravo. Nessas ocorrências, ao invés da fala aparecer como

qualificação que diferencia aparece como ação realizada que diferencia. Essas enunciações dão-nos indícios claros de um processo de subjetivação em funcionamento. Vejamos os exemplos:

- a. Tem boa prosa d'illudir
- b. Falla ligeiro e atrapalhado (designação dividida)
- c. Falla bem, crioulo da Bahia, cujo sotaque de falla ainda conserva.
- d. Gago

Nestes exemplos temos diferentes modos de realizar a ação de falar, ação proibida por lei: falar até convencer, falar ligeiro e atrapalhado, falar bem e com sotaque e falar defeituoso, cortado interferido.

Outras seqüências encontradas que se relacionam com a fala dos escravos no sentido proposto neste apartado são:

Relacionadas à personalidade	desimbaraçada e risonha no fallar	Bem fallante	Muito falladora	arrancuda na feição porém risonha
	Falla mansa e pouca e conversa	encara bem	É muito obediente	nclinado a domar
	Muito fallante	s tristonhas	Feição Mui to ladino	em ladino
	Muito prosa	encarado	Mal stante altivo	uito activo
	Muito risonha	cuda	Carran ladino	É lha um tanto carrancudo
Relacionadas a outras	Falla bem falla bem, crioulo da Bahia, cujo sotaque de falla ainda conserva			

discursividades	Tem boa prosa d'illudir
	Falla grossa
	Muito prossa e ladino
	Falla ligeiro e atrapalhado
	Gago
	Falla bem explicita
	Tem cravos de bôba e é crescido o enfrenque dos dois pés, conhecido por pés de inhamé
	Pés muito grandes e estragados de bixos, calcanhar inchado, com o nome de copim, cor meio fula.
	Este escravo foi do capitão Ribas, quem do mesmo...
	Anda montado em um burrinho pangaré, velho, em u lombinho novo, e anda com cartas dirigidas ao mesmo Dr. dizendo que esta a seu serviço.
	De nome Damião (o qual diz chamar-se Alfredo)
	Suppõe-se que fugiu para S. Paulo onde é conhecida pelo nome de Maria Nazareth
	; já andou fugido por muito tempo, nas imediações de Indayatuba, trazendo o nome de Matheus por cujo nome era conhecido nesses logares.

Nesse quadro podemos ver que, algumas das seqüências estão relacionadas com a fala como parte do caráter do escravo. Elas são fala pouco, por exemplo. Outras falas dizem respeito ao dizer, especificamente. Dividindo-se essas últimas em, aquelas nas que se diz que o escravo fala e as que dizem que o escravo diz.

Entre o falar e o dizer há uma diferença. O primeiro pode ser considerado como fala tagarela, aquela fala das que mencionava Barthes. Já o segundo pode ser o dizer com sentido, o dizer que implica alguma coisa ou que implica um interlocutor. O primeiro não pressupõe uma relação de interlocução mas o segundo sim.

No artigo de Benveniste Comunicação animal, linguagem humana o lingüista afirma que o que diferencia um simples código de sinais de uma linguagem é o deslocamento de sentido que traz a interlocução. Ele traz à tona o exemplo das abelhas que somente repassam uma informação por meio de danças, que descrevem círculos e zig zagues. Ele diz que elas informam, porém esse código que informa não é uma linguagem, ele é somente um código que não dá lugar à interlocução. Haveria, então, somente linguagem quando, ao dar uma informação, o interlocutor discorde, concorde, recuse ou responda.

Se pensarmos, agora, os termos falar e dizer através do dito por Benveniste podemos afirmar que falar remete a seqüências relacionadas com a individualização do escravo por somente descrever aquela fala, sem interlocutor definido, e as seqüências que tem o verbo dizer na sua estrutura são seqüências de singularização. Porém, afirmamos nessa tese que ambas as seqüências são de singularização porque fala a respeito daquilo que foge, que escapa, que sobra e não pode ser formulado. Como afirmamos na Metodologia, essa singularidade estará relacionada ao gesto que leva ao dono a falar a respeito de um fazer que lhe foge, um dizer que produz efeitos de sentido e que não é aprendido.

3.5.7- As discursividades relacionadas ao discurso da lei e à disciplinarização:

As seguintes seqüências foram extraídas dos anúncios e dizem respeito tanto a lei de herança como às determinações Imperiais: as de matricular os escravos e quanto às aplicações da lei sobre o corpo dos escravos.

Relaciona das ao discurso da lei	
	Pertencente ao espolio do finado súbdito portuguez João B. Pereira
	Acha-se matriculado na collectoria desta cidade com o n. 2261 de ordem na matricula e n. 15 de ordem de relação.
Relaciona das à disciplinarização	Marcas como de cordas nos braços
	Tem sinais no pescoço provenientes de ferros, nos tornozellos dos pés também tem signaes.
	Tem signaes de castigo
	Tem por todo o corpo sinais de chicotadas e já foi surrado
	Tem nas costas sinais antigos de ter sido castigado
	Fugiu com pega em um pé, e tem signaes no pescoço de ferro.
	Fugiu com ferro no pescoço e pega nos pés, e tem signaes muito frescos de castigo que soffreu em consequência de sentença do jury.

As primeiras seqüências denotam claramente um tratamento do escravo como propriedade, como objeto que se herda, que se matricula, se declara. Já as segundas não. Estes sinais de castigo foram analisados inicialmente por Gilberto Freire no seu livro O escravo nos Anúncios de Jornal brasileiros do Sec. XIX Recife, no ano 1963. Nesse volume o autor se detém em descrever essas marcas e relacioná-las diretamente com os maus tratos recebidos pelos escravos no período determinado. Propomos neste ponto analisarmos essas seqüências sob uma lente diferente.

Observa-se, por um lado, que os castigos exemplares eram aplicados nos escravos. Por outro lado, podemos ressaltar a resistência que marcava essas fugas. Os escravos fugiam até com as aquelas marcas que lhes colocavam para que fossem identificados como fugitivos. Podemos observar que os escravos

fugiam uma e outra vez. Essa informação chega da mão do próprio dono que relata o fato e o descreve no anúncio. Ele traz à tona uma prática dos escravos reiterada.

Chega até nós a prática da liberdade¹¹¹ por parte dos escravos, para além da vontade do dono que pretende mantê-lo cativo. Evidencia-se uma prática do exercício do governo de si além das correntes ou dos artefatos que o dono instale no seu corpo. Surge dessas seqüências o fato de que o escravo dispõe do seu corpo, além do imposto pelo regime. Emerge, dentre as linhas, um exercício da liberdade que foge do cálculo do dono.

Isso nos leva a pensar, realmente, a questão da escravidão. O escravo não era escravo senão estava escravo e essa mudança de utilização no verbo pode ser pensada através dos anúncios. O escravo está escravo e é livre.

De Kant a Rousseau se afirmou que todos os seres humanos nascem livres. A liberdade é anterior à escravização. Isso deve ser considerado no momento de ler os anúncios de fuga. Nesses, mais do que as descrições de tratamentos cruéis, trazem consigo o soberano exercício da liberdade que os escravizados tinham. Por este motivo, esta nova perspectiva nos leva a pensar as determinações históricas do nome escravo e o estatuto daqueles indivíduos que, seqüestrados, cumpriram um papel importante na constituição da história do Brasil.

As seqüências acima são seqüências de singularização porque nos falam de uma sujeição do escravo a si mesmo e não ao domínio do dono. Elas falam de algo que não pode ser apreendido.

¹¹¹ Retomamos aqui a noção de liberdade apresentada no ponto 3.5.1.

3.5.8- Discursividades relacionadas à circulação dos escravos

Caminante no hay camino,
 Se hace camino al andar.
 al andar se hace camino
 y al volver la vista atrás,
 se ve la senda que nunca
 se há de volver a pisar.
 Caminante no hay camino,
 Sino estelas en La mar.
 Antonio Machado

No que se refere à circulação dos escravos também são encontradas seqüências nos anúncios de fuga. Elas dizem respeito aos lugares nos quais os escravos andam e circulam e aos modos como eles andam e circulam, como se observa na seguinte tabela:

Relac à ionadas circulação	Modo	Espaço
	Andar acambalhado e um tanto arcado	É muito fácil de ser encontrado em casas de pretos forros ou pessoas nessas circunstâncias
	Passos cambaios o que mostra só andando	Anda montado em um burrinho pangaré, velho, em u lombinho novo, e anda com cartas dirigidas ao mesmo Dr. dizendo que esta a seu serviço.

	Nunca deixa de andar de carapuça	Suppõe-se que fugiu para S. Paulo onde é conhecida pelo nome de Maria Nazareth
	Andar vagaroso	É provável que esteja mesmo neste município porque não costuma sair para longe, quando foge.
	Foi montado em uma besta	Estas duas escravas levaram consigo, cada uma, sua malha de roupa, e andam todos juntos; no dia da fuga, forma vistos a duas léguas de distancia na estrada que vem para Campinas.
	Anda vestida com uma saia de riscado e um chalé de xadrez	; já andou fugido por muito tempo, nas imediações de Indayatuba, trazendo o nome de Matheus por cujo nome era conhecido nesses logares
	Foi montado em um cavallo saino, velho	Foi comprado há poucos dias vindo de Franca e ...
	Anda montado em um burrinho pangaré	Foi vista no chafariz do mercado desta cidade, e desconfia-se que tomasse a estrada de Jundiahhy.
	Levou vestido paletot de panno azul desbotado, camisa e calça de algodão grosso com chapeo de palha ordinário.	
	Foi vestido de roupa de algodão de Minas e chapéu de couro	

Nesse conjunto de seqüências podem-se observar grupos diferentes.

Elas se dividem em aquelas que falam do:

1. modo como o escravo anda: vagaroso, acambalhado, com passos cambaios, etc.
2. Mas também há seqüências que dizem respeito ao modo como o escravo está no momento em que esse andar

se dá: vestido com paletot, com roupa de algodão, com uma saia, de carapuça.

3. Outro conjunto de seqüências diz respeito ao meio de locomoção utilizado na circulação: montado em um burrinho, montado em um cavalo.
4. Outro modo de falar dessa circulação é falando dos lugares por onde se circula: na estrada que vem para Campinas, vindo de Franca, no chafariz do mercado, na estrada de Junday, na casa de pretos forros.
5. Finalmente, podemos observar que também, muitas vezes, essa circulação se dava como hábito: não costuma ir para longe quando foge.

As seqüências do primeiro e terceiro grupos podem ser consideradas dentro do grupo das determinações de individualização, já que elas, simplesmente, particularizam ora um modo de caminhar, ora um meio de transporte. As seqüências restantes podem ser consideradas pertencentes ao grupo das determinações de singularização. O motivo dessa diferença é que nas seqüências dos grupos 2, 4 e 5 percebe-se que há algo que não é aprendido, algo que foge, como se observa na seqüência seguinte, por exemplo:

vestido com paletot

Nessa seqüência não só esta sendo descrito o modo de vestir como também está se dizendo a respeito de um modo de cuidar que o escravo tem consigo, um modo de cuidado de si. Muitas vezes observamos este tipo de seqüências que falam de um cuidado de si, naquelas que descrevem o cabelo ou as características físicas, como por exemplo:

cabeleira sempre penteada e grande

Barba debaixo do queixo conservando-a sempre cortada
Conserva bigodes grandes e traz barbas cortadas à thesoura
Cabellos soltos aparados um pouco compridos

Em todas elas encontramos um cuidado que o escravo tem com sua figura, com seu modo de vestir, com sua higiene. Ele surge, no anúncio, como alguém que cuida de si, alguém que tem cuidados com sua pessoa. Essa seqüência que aparece, sintomaticamente, no enunciado do anúncio traz à evidência de um processo de subjetivação do escravo. O escravo, nessas seqüências, não é um objeto que está ali. Ele tem uma atitude sobre si. Essa atitude se reflete no seu modo de vestir, no seu modo de pentear. Isso resulta evidente e transparente para o dono que pretende, com essa descrição, particularizar o escravo, individualizá-lo. Nessas seqüências observamos o que afirma Hamom a respeito da descrição, quando afirma que nela se faz evidente o ato falho, o espaço para a falha.

Olhemos o seguinte anúncio publicado na Gazeta de Campinas, no dia 30 de maio de 1872, que resulta bastante significativo nesse sentido:

Matriz Nova

duas. Quem quizer dirija-se a casa de A. C. Sampaio Peixoto para vêr. 5—2

Rs. 100\$000

Fugio no dia 10 do corrente, o preto de nação mina, idade 45 annos mais ou menos, corpo reforçado; altura regular, barba regular, nariz chato, falta d'alguns dentes, cabelleira sempre penteada e grande, e tem boa prosa d'illudir. Quem d'elle der noticia ou levar a seu dono n'esta cidade Antonio de Souza Carneiro, receberá a gratificação acima. O mesmo protesta com todo o direito que lhe garante a lei contra quem o tiver acoutado. 5—2

Campinas, 15 de Maio de 1872.

ROUPA FEITA

Neste anúncio o dono do escravo não diz o nome do mesmo. Ele diz somente aquelas informações que visam particularizar o escravo em um conjunto indeterminado de pessoas, aquilo que é realmente distintivo. Assim, o dono descreverá as características físicas, barba, altura, dentes (a altura e a barba estão determinados pelo adjetivo regular que já analisamos acima, um adjetivo utilizado para a objetivação) e diz depois que ele tem a cabeleira sempre penteada e que tem boa prosa de iludir. As duas características denotam claramente a constituição do escravo como um sujeito singular. Um sujeito a si. Isso é observável a partir de um cuidado que ele tem consigo e a partir da relação que estabelece com os outros, iludindo-os, falando bem. O dono não sabe o

¹¹² O anúncio diz: Rs. 100\$000 Fugio no dia 10 do corrente, o preto da nação mina, idade 45 annos mais ou menos, corpo reforçado, altura regular, nariz chato, falta d'alguns dentes, cabelleira sempre penteada e grande, e tem boa prosa d'illudir. Quem d'elle der noticia ou levar a seu dono n'esta cidade Antonio de Souza Carneiro, receberá a gratificação acima. O mesmo protesta com todo o direito que lhe garante a lei contra quem o tiver acoutado.

Campinas, 15 de Maio de 1872

nome, mas ele sabe que aquele escravo que se penteia bem, que fala muito bem, aquele escravo fugiu.

Por outro lado, afirmamos acima que as seqüências que dizem por onde circulam os escravos também correspondem ao grupo de seqüências de singularização. Afirmamos junto com Zoppi –Fontana (1997) no ponto 3.5.1 que os lugares por onde o escravo circula significam. Esses lugares lhe dão a possibilidade de se situar no mundo porque ele se situa no mundo das significações, ou seja, que ele se reconhece em um lugar da memória discursiva. No caso dos escravos que circulam pelas casas de escravos alforriados, ou daqueles que andam por perto ou que estão na estrada, esses lugares são espaços pelos que se movimentam. São espaços não permitidos mas que, embora isso, transitam. Embora a proibição, embora o escravo esteja na estrada sem permissão, ele circula por ela. Observa-se que se apela, no anúncio, a uma memória discursiva. O escravo que foge e circula por esses lugares, inscreve-se nesse lugar da memória discursiva e se constitui como sujeito, um sujeito que foge do senhor. O escravo circulará nesses espaços e significará neles. Esse escravo saiu da série estabelecida, circulou por lugares que não lhe foram dados pelas instituições. O escravo caminhou por outros caminhos, por outros lugares que não são os designados para escravos. Ele se significará, se inscreverá em um lugar diferente e significará de modo diferente. Para o dono o escravo será fugido, para o escravo ele será livre.

Portanto, observamos que dentre seqüências que aparentemente são de particularização, de individualização que denotam o lugar que o escravo ocupa na série, encontramos seqüências que fogem e que dizem respeito daquilo que o dono pretende capturar, seqüências que falam a respeito de um sujeito singular.

3.5.9- É pedreiro e trabalha também de carpinteiro

As ações realizadas pelos escravos trazem, em muitos dos casos, aparelhados processos de subjetivação como podemos ver a seguir:

Relacionadas ao trabalho	Amansa animais, trabalha em todo o serviço de roça é bom carreiro	Ofício de carpinteiro	Tem prática de negócio molhados, entende de contas, lê mal e tem prática de andar com carroça	É pedreiro trabalha também carpinteiro
	Já foi tropeiro	Incluído a domar	É padeiro	trancador
	É pedreiro	Bom cavalleiro, bom carreiro	É pedreiro ordinario	Serviço de roça
	Alfaiate			

Nessas seqüências observam-se diferentes fenômenos lingüísticos funcionando e que produzem diferentes efeitos de sentido como se observa no seguinte anúncio.



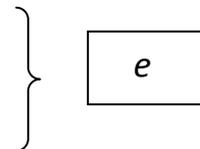
Nesse anúncio encontramos outros elementos de interesse para nossa análise. Vejamos a oração : **É pedreiro e trabalha também de carpinteiro.**

Inicialmente podemos dizer que essa frase é uma coordenada aditiva.

A conjunção e une dois termos da oração:

a. é pedreiro

b. trabalha também de carpinteiro



¹¹³ Na noite de 25 para 26 de Março p.p., fugiu de casa de Diogo Antonio de Souza Castro, o escravo de nome Geraldo, pertencente ao espólio do finado súbdito portuguez João Baptista Pereira Camacho, cujo escravo tem os signaes seguintes: estatura regular, delgado de corpo, rosto comprido, com falta de dois dentes do lado esquerdo, com uma pequena cicatriz na fonte do lado esquerdo, falla bem, tem por todo o corpo signaes de chicotadas, e já foi surrado, tem signaes de ventosas no peito, pés compridos e bem feitos, na perna direita tem uma ferida. É crioulo. Tem de idade de 26 a 28 annos. **É pedreiro e trabalha também de carpinteiro.** Este escravo foi arrecadado por esta agencia consular de Portugal, em Campinas. Quem o aprehender e trazer em Campinas a esta agencia, ou delle der noticias certas será bem gratificado.-Campinas, 4 de Abril de 1872.-O agente consular, Joaquim Candido Thevenar.

No primeiro termo temos uma caracterização positiva do escravo ao se afirmar: é pedreiro e, a essa qualificação acrescenta-se: e trabalha também de carpinteiro. Esse segundo termo não só vem somar à significação do primeiro, mas também vem a elevar ainda mais o estatuto do ser do qual está se predicando, ou seja se fizéssemos uma paráfrase dessa seqüência teríamos¹¹⁴:

Não só é pedreiro mas, além disso trabalha de carpinteiro.

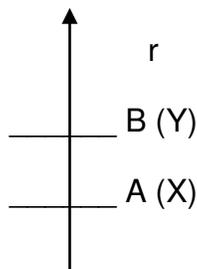
É pedreiro e, além disso trabalha de carpinteiro.

Em termos argumentativos¹¹⁵, as duas qualificações têm o mesmo sentido e conjugam dois pontos de vista com dois locutores.

L1- o que vê o escravo como pedreiro e;

L2- o que acrescenta a isso o fato dele ser também carpinteiro.

Um locutor afirma L1 e o outro afirma L2. Quem marca, nesse caso, os pontos de vista diferentes é o **também** que surge como reforçador do primeiro termo e como marcador do segundo ponto de vista que está na mesma direção do primeiro. O locutor, nesse caso, não só procura informar que o escravo é pedreiro, ele quer que a enunciação é também carpinteiro produza um efeito particular. De acordo com Guimarães (1987), até, mesmo e até mesmo, em Português, para as seqüências do tipo X até (mesmo) (até mesmo) Y constituem a seguinte escala argumentativa:



¹¹⁴ De acordo com Guimarães (1987) além disso permite construções do tipo ;Paulo veio e além disso João também veio. Essa frase teria o mesmo sentido se disséssemos: Paulo veio e João também veio. Por esse motivo foi feita nossa escolha pela paráfrase É pedreiro e além disso trabalha de carpinteiro.

¹¹⁵ Adotamos aqui a noção de argumentação de Ducrot.

Nessa seqüência, o verbo trabalha constitui uma caracterização positiva de utilidade e a essa caracterização positiva soma-se um reforçador que intensifica o efeito positivo do segundo. Aqui se procura um efeito de particularização do escravo. Procura-se apontar possíveis lugares nos quais o escravo circularia, procura-se a singularização.

4.0- CONCLUSÃO

As fugas dos escravos podem ser entendidas como resistência que desarticula uma forma específica de poder; através de um exercício da liberdade, por parte do escravo, que deve ser sufocado sob pena de desestabilizar o sistema vigente. Também esses exercícios de liberdade questionam o estatuto do escravo afirmando, por um lado o direito de ser livre e enfatizando, pelo outro, aquilo que o torna singular quebrando sua relação com o senhor e fragmentando a vida comunitária instituída de modo coercitivo.

Esse modo de resistir **é publicado no jornal, é escrito**. Ele ataca aquilo que separa o escravo do restante da sociedade e o anúncio da mesma é um dos elementos que também possibilitarão a mudança social, que acontecerá já quase no final do século quando a escravidão será abolida.

Concluimos que na fuga, justamente ou especialmente nesse momento, o escravo coloca-se de modo ativo em relação ao seu Senhor e o contesta, resiste. Dita resistência, como podemos observar em vários momentos da história do Brasil, não será organizada nem responderá a uma instituição específica. As fugas formavam parte de uma prática cotidiana do período colonial. Eram modos de resistir. A resistência, como afirma Foucault, é uma luta contra o “governo da individualização”. Ela é a oposição aos efeitos relacionados ao saber que ignora quem somos e que também determina quem somos. Elas são “uma técnica, uma forma de poder”. Dita forma de poder faz dos indivíduos sujeitos, sujeitos a alguém pelo controle e dependência, ou seja, sujeitos à sua própria identidade por uma consciência. Ela torna os indivíduos, SUJEITOS A.

Os senhores prendiam os escravos, os confinavam em senzalas, os castigavam com ferro no pescoço quando fugiam ou aplicavam chicotadas a modo de castigos exemplares, poderiam ainda estupravam as escravas. Em fim, a

violência era usada como instrumento dessa relação de poder, como exercício costumeiro, embora também, em outros casos, a procura do consentimento do escravo tenha existido¹¹⁶. Os senhores submetiam os escravos ao seu poder, através de diferentes modos de controle e elaboravam-se estratégias para a manutenção desse sistema, porém os escravos resistiam e procuravam não serem sujeitos AO dono e sim sujeitos **à sua própria identidade**, e uma das estratégias para atingir tal fim era a fuga. A fuga que era escrita nos jornais pelos próprios donos. Paradoxalmente, chega-nos até hoje, relatada pela boca do dono através da escrita no jornal, a constituição do escravo como sujeito à própria identidade. Chega até nós à escrita (descrita) de uma estratégia de resistência tenaz.

Justamente, nesses arquivos encontramos como se dão os diferentes processos discursivos, a saber:

- a) de individualização a partir da qual se coloca o escravo em uma serie, seja na serie que o dono impõe, seja em outra.
- b) de singularização, ligada à constituição do escravo como sujeito.
- c) de objetivação, onde o escravo é constituído como objeto da propriedade do dono que o reclama.

¹¹⁶ Para observar um caso de busca de consentimento pode-se recorrer ao livro **Barões e Escravos do Café** de Sonia Sant'Ana onde se relata a história de escravos como a negra Laura que foi companheira de um Barão de café do Vale da Paraíba ou alguns dos caso relatados em **Casa Grande Senzala** de Gilberto Freire

¹¹⁶ Não podemos deixar de falar nos quilombolas como modo de resistência. Porém, de acordo com Prado Jr. eles se formavam e dissolveram repetidas vezes ao longo da história brasileira em diferentes pontos do território nacional, portanto não podem ser consideradas organizações estáveis. Isso, de fato, não resta importância a esses movimentos de resistência por excelência.

O processo discursivo de individualização pode ser evidenciado na utilização do termo FUGIDO nas vinhetas dos anúncios.

Afirmamos que os diferentes nomes comuns terão funções distintas, de acordo com o lugar sintático que ocupem e com os efeitos de sentido que provoquem. Assim, se observará no caso de fugido. Primeira estrutura encontrada no anúncio, este, concluímos, é um elemento qualificante (sempre acompanhado de um nome comum). Deste modo, diz respeito a propriedades e age valorando. Mas também ele é classificante, em alguns momentos, como em **algum fugido** ou **outros fugidos** como vimos exemplificado na literatura. O sentido da expressão depende do momento e lugar em que é proferida.

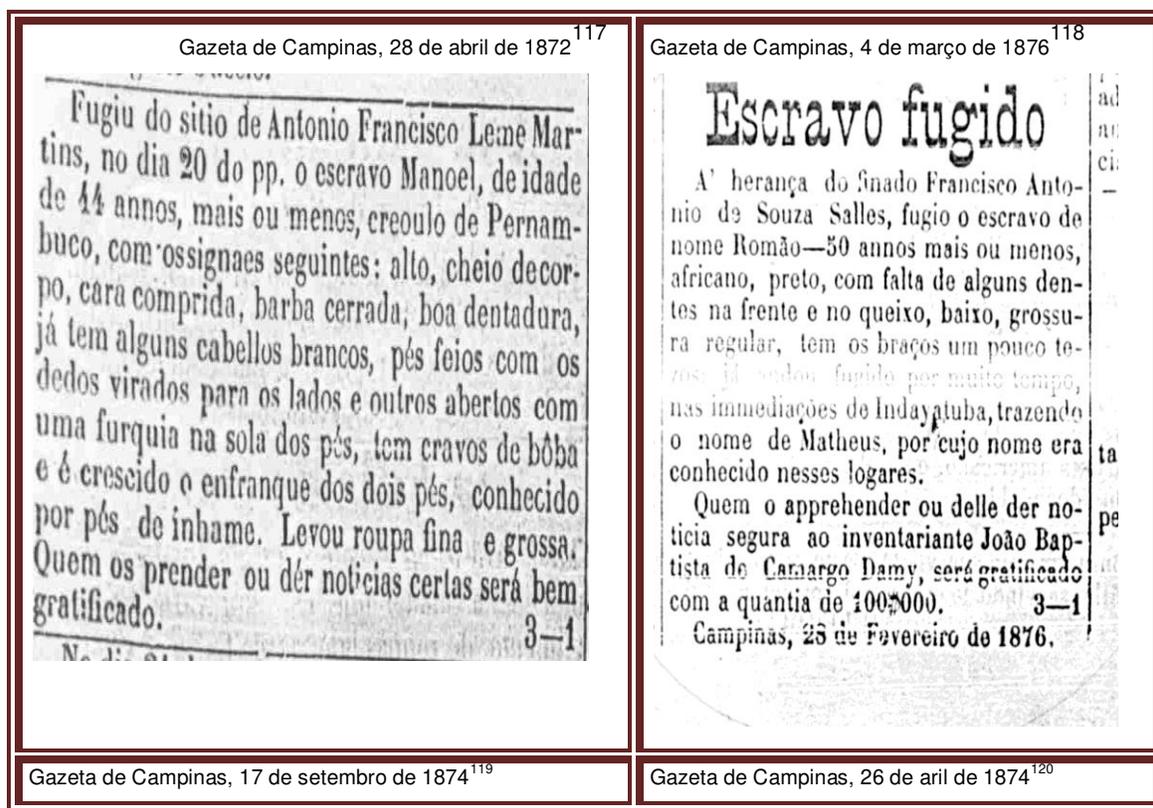
Afirmamos também que o uso de Fugido na vinheta reflete um sentido de queixa por parte do dono que reclama o escravo: Fugiu de mim! É fugido! . Ele funciona como epíteto que marca uma classe de escravos desde o ponto de vista do dono: os fugidos, que são diferentes dos outros escravos que, tomando o dono como ponto de partida, não fogem. Também afirmamos que o particípio passado “fugido” na construção “escravo fugido” funciona no sentido de que é aquele que efetua a fuga ou que está em fuga. Deste modo, podemos pensar que este “estar em fuga” é um estado e não uma característica intrínseca, e como tal, transitório, efêmero, e não como no caso de fujão (aquele que foge muito ou foge demasiado), que resulta uma característica do nome. Fugido, também age como um título, como se observa na seguinte seqüência que aparece na vinheta reiteradamente:

Escravo fugido

No enunciado do anúncio de fuga se dá a conhecimento de um estado de coisas, inicialmente, e depois, na descrição, as características do escravo. O “estado de coisas” que o anúncio noticia é a fuga e não o modo de ser.

Deste modo concluímos que o uso de fugido relaciona-se com o processo discursivo da individualização. O dono ao dizer do escravo que é FUGIDO coloca o mesmo dentro de um grupo específico de escravos. Mas também evidencia uma ação: ele “está em fuga”, ele resiste. Como afirmamos no início, este “estar em fuga” coloca o escravo num claro lugar de resistência . Ao se utilizar o termo fugido silencia-se a razão ou motivo da fuga, colocando o escravo dentro de uma classe (os fugidos) que homogeneiza, generaliza um estado de coisas que diz respeito a uma origem e uma mesma motivação para todos os indivíduos da classe que realizam esse ato. Mas o fato de fugido ter uma função dupla: como qualificante e como calificante, nos permite analisar esse primeiro termo relacionando-o com os dois processos discursivos embora predomine a individualização.

Outro elemento que encontramos relacionado com processos de individualização é o nome próprio, embora em outros momentos estabeleça relações com processos de singularização. Ao longo do primeiro capítulo desta tese desenvolvemos as bases teóricas que sustentam tal afirmação, de acordo com o que colocaremos a seguir, a partir da análise dos seguintes anúncios de fuga:

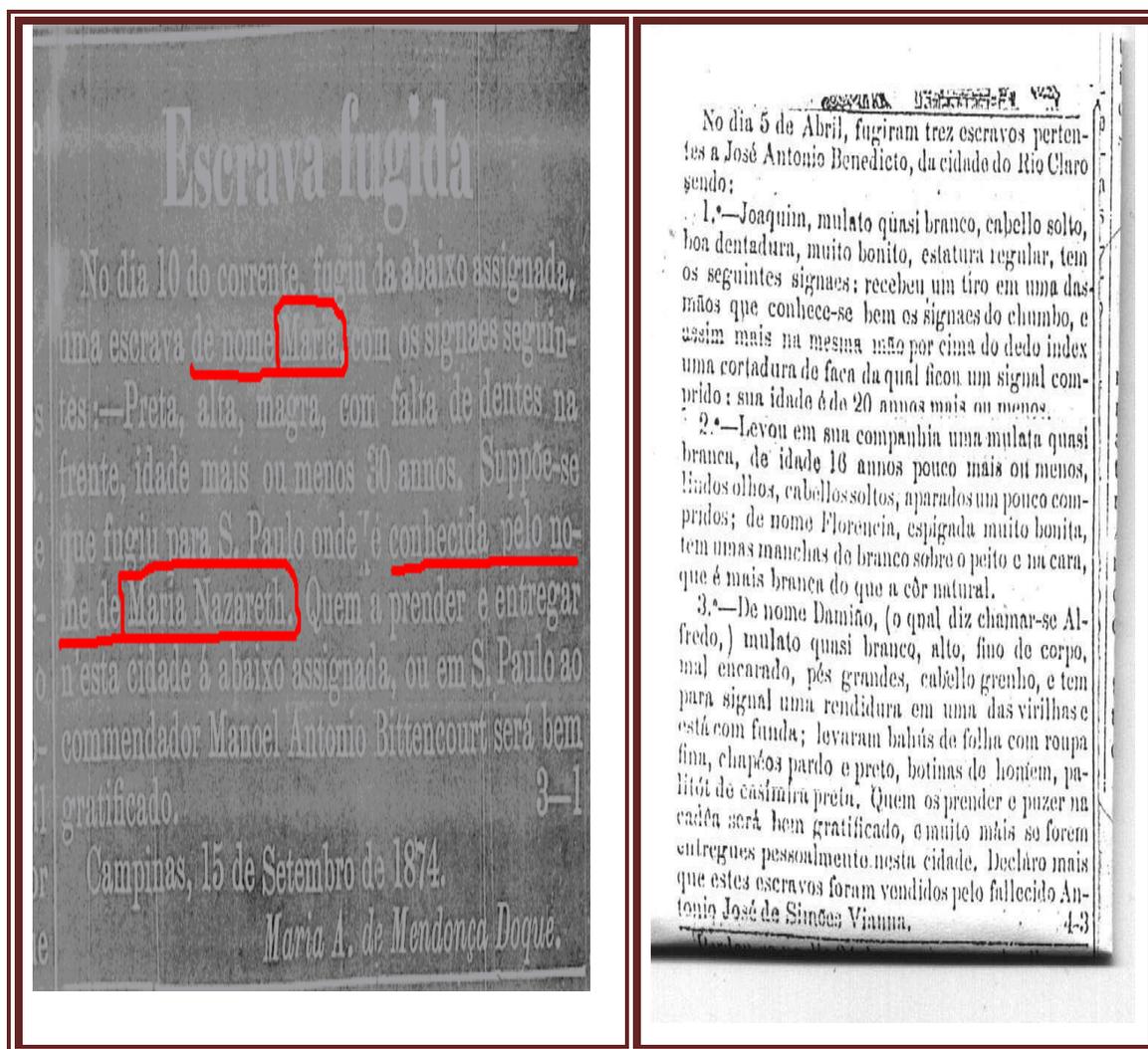


¹¹⁷ Fugiu do sitio de Antonio Francisco Leane Martins, no dia 20 do PP. O escravo Manoel, de idade de 44 annos, mais ou menos, **creoulo de Pernambuco**, com os signaes seguintes: alto, cheio de corpo, cara comprida, barba cerrada, boa dentadura, já tem alguns cabellos brancos, pés feios com os dedos virados para os lados e outros abertos com uma furquia na sola dos pés, tem cravos de bôba e é crescido o enfrenque dos dois pés, **conhecido por pés de inhamé**. Levou roupa fina e grossa. Quem os prender ou der notícias certas será bem gratificado.

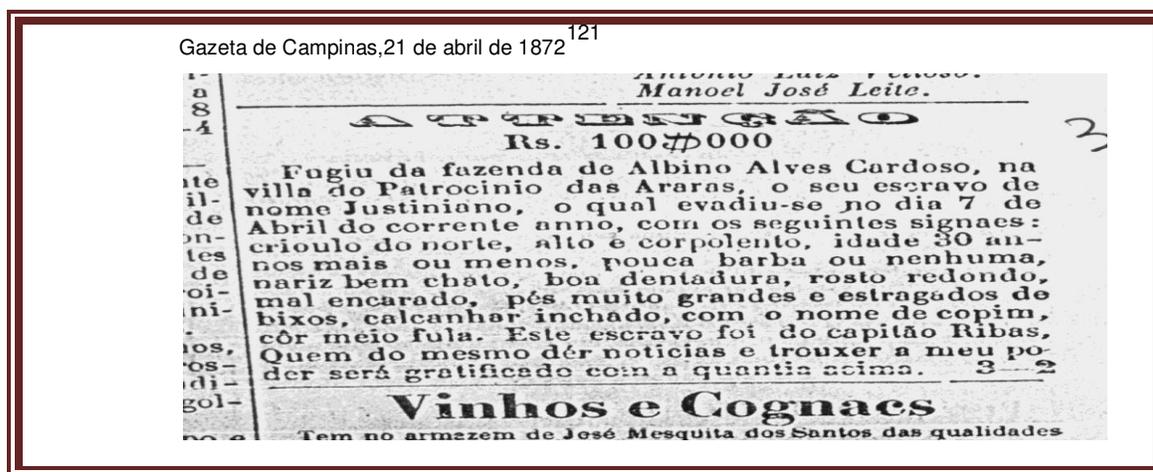
¹¹⁸ Escravo Fugido-**À herança do finado Francisco** Antonio de Souza Salles, fugio o **escravo de nome Romão** - 50 annos mais ou menos, **africano**, preto, com falta de dentes na frente e no queixo, baixo, **grossura regular**, tem os braços um pouco tezos, já **andou fugido** por muito tempo, nas imediações de Indayatuba, **trazendo o nome de Matheus**, por cujo nome era conhecido nesses logares.-Quem o apprehender ou delle der noticia segura ao inventariante João Baptista de Camargo Damy, será gratificado com a quantia de 100\$000.-Campinas, 28 de fevereiro de 1876

¹¹⁹ Escrava fugida-No dia 10 do corrente, fugiu da abaixo assignada, **uma escrava de nome Maria**, com os signaes seguintes: - Preta, alta, magra, com falta de dentes na frente, idade mais ou menos 30 annos. Suppõe-se que fugiu para S. Paulo **onde é conhecida pelo nome de Maria Nazareth**. Quem a prender e entregar n'esta cidade á abaixo assignada, ou em S. Paulo ao commendador Manoel Antonio Bittencourt será bem gratificado.-Campinas, 15 de Setembro de 1874-Maria A. de Mendonça Doque.

¹²⁰ No dia 5 de Abril, **fugiram trez escravos pertencentes a José Antonio Benedicto**, da cidade do Rio Claro sendo:1 – Joaquim, mulato quase branco, cabello solto, boa dentadura, muito bonito, **estatura regular**, tem os seguintes signaes: recebeu um tiro em uma das mãos que conhece-se bem os signaes de chumbo, e assim mais na mesma mão por cima do dedo índex uma cortadura



de faca da qual ficou um signal comprido; sua idade é de 20 annos mais ou menos.-2 – Levou em sua companhia uma mulata quase branca, de idade 16 annos pouco mais ou menos, lindos olhos, cabelos soltos, aparados um pouco compridos; de nome Florencia, espigada muito bonita, tem umas manchas de branco sobre o peito e na cara, que é mais branca do que a cor natural.-3- **De nome Damião**, (o qual **diz chamar-se Alfredo**,) mulato quase branco, alto, fino de corpo, mal encarado, pés grandes, cabello grenho, e tem para signal uma rendidura em uma das virilhas e está com funda; **levaram baús de folha com roupa fina, chapéos pardo e preto, botinas de homem, paletot de casimira preta**. Quem os prender e puzer na cadeia será bem gratificado, e muito mais se forem entregues pessoalmente nesta cidade. Declaro mais que estes escravos foram vendidos pelo fallecido **Antonio José de Simões Vianna**.



Concluimos que diferentes discursividades se relacionam com cada nomeação. O fato de o escravo ser nomeado Damião e dizer chamar-se Alfredo ou que ele é de nome Romão e traz o nome Matheus, evidencia uma mudança de posição, reflete diferentes práticas políticas. Há uma prática correspondente a nomeação que o dono dá ao escravo e a outra, a que ora o escravo se dá a si mesmo ou que lhe é dado a partir de outro lugar. No primeiro caso evidencia-se uma relação na qual o dono adjudica, dá nome a a sua propriedade com um nome que resulta significativo. Essa nomeação encontra-se relacionada à Igreja (nome de batizado) e ao Estado (nome que surge quando é matriculado, quando é registrado perante o Estado, costume realizado de acordo com o seguinte documento):

¹²¹ ATENÇÃO -100\$000-Fugio da fazenda de Albino Alves Cardoso, na Villa do Patrocinio das Araras, o **seu escravo** de nome Justiniano, o qual evadiu-se no dia 7 do Abril do corrente anno, com os seguintes signaes: **crioulo do norte**, alto e corpulento, idade 30 annos mais ou menos, pouca barba ou nenhuma, nariz chato, boa dentadura, rosto redondo, mal encarado, pés muito grandes e estragados de bixos, calcanhar inchado, **com o nome de copim, cor meio fula**. Este escravo foi do capitão Rivas. Quem do mesmo der noticias e trazer a meu poder será gratificado com a quantia acima.



Retirado de <http://www.maisinterior.com.br/imagens/matricula.jpg> 28/01/2008¹²²

¹²² A transcrição do documento é:

Relação n. 488 dos escravos pertencentes a Alberto Moreira Castro residente_ na Cid. dos Lençoes provincia de Bahia municipio dos Lençoes parochia de N. S. da Conceição

(Art. 2º. do regulamento n. 4835 do 1º. de dezembro de 1871)

Número de ordem na matrícula: 2.565

Número de ordem na relação: 1

Nomes: Tito

Côr: Criollo

Idade: 23 annos

Estado: Solteiro

Naturalidade: Monte Alto

Filiação: Marculina

Aptidão para o trabalho: -

Profissão: Garimpeiro

Observações: -

**Provincia da Bahia, municipio dos Lençoes,
parochia de N. S. da Conceição, 30 de Setembro de 1872**

(ass.) Alberto Moreira Castro

Apresentado a matricula e matriculado
em 14 de Outubro de 1872

Pago um mil reis de emolumentos

(ass.) O Escrivão

Em relação a esse tipo de funcionamento Zattar (2000) afirma:

O ato de nomear os escravos é histórico no sentido de que a enunciação é determinada pelas condições sociais de sua existência. E nos acontecimentos de linguagem relativos ao batismo, atuam vários discursos e várias posições de sujeito. O batizado, enunciado da posição da Igreja Católica, contém outros dois enunciados, o do Código Filipino que impõe condição aos proprietários de escravos “de batizá-los e torná-los cristãos do dia, que ao seu poder vierem, até seis meses, sob pena de os perder para quem os demandar”, e o da classe dominante que detém as informações pessoais sobre a “propriedade”.

O ato de batizar, enunciado da posição da Igreja, nomeia a criança que passa a se constituir como sujeito religioso. Essa posição, determinada pela Igreja, funciona como pre-condição para o registro de nascimento,...(ZATTAR, 2000 p. 63)

No outro caso, o escravo se dá um nome a partir do domínio que ele tem de si. Em um terceiro caso é o nome que traz, que foi dado por outro que não aquele que o reclama como propriedade. Esse último caso fica mais evidente quando surge o apelido: pés de inhame, copim. Nomeações que claramente são dadas desde lugares afastados da oficialidade, de regiões do interdiscurso diferentes ao nome dado pelo dono. Evidencia-se o aparecimento de um novo lugar de enunciação a partir do qual o escravo e os sujeitos sociais a ele relacionados, libertos, forros, pobres livres, etc. nomeiam. De acordo com Zoppi (2001), os lugares de enunciação se definem em relação ao processo de interpelação/identificação do sujeito do discurso. Eles se relacionam com mecanismos de controle de individuação/controlado do sujeito e do dizer, nesse sentido se encontram relacionados ao domínio do saber de uma FD

os lugares de enunciação devem ser considerados, dessa maneira, como uma das dimensões das posições de sujeito (constituídas no dois movimentos descritos por Orlandi), sendo sua definição, portanto, subordinada lógica, teórica e analiticamente a esse conceito;

Podemos afirmar, a partir do dito por Zoppi, que essas enunciações formam parte do saber que circula na Formação Discursiva escravagista, e que cada uma delas tem sua origem em outras regiões do interdiscurso a partir de uma Posição de Sujeito.

No caso de Maria Nazareth, concordamos com Guimarães quando afirma que um dos processos de constituição do nome resulta da retomada de nomeações anteriores: a nomeação do dono rememora a nomeação que Maria Nazareth traz de outros lugares por onde andou fugida.

Dessa maneira, concluímos que nomeações como Alfredo, Matheus, pés de inhame e copim, correspondem a uma Posição de Sujeito diferente de Damião, Romão, Manoel e Justiniano respectivamente, na mesma Formação Discursiva evidenciando uma Forma Sujeito fragmentada. Pela Forma Sujeito o “sujeito do discurso” se identifica com a Formação Discursiva que o constitui (PÊCHEUX; 1997 p 167). A Forma Sujeito tem a tendência de absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso. Esse procedimento evidencia-se nos anúncios que mostramos: de uma região do interdiscurso provêm a nomeação do dono e de outra região as nomeações do escravo ou daqueles que não são o dono. Observamos, então, diferentes Posições de sujeito na mesma Formação Discursiva evidenciando uma Formação Discursiva heterogênea como formula Courtine (1981). Um objeto identificado pelo dono e um sujeito que diz eu fulano

de tal evidenciando posições sócio-históricas e práticas sociais e políticas diferentes.

Outro ponto importante desenvolvido na presente tese foi o relacionado com a descrição. Afirmamos no Capítulo 2 da Primeira Parte que o funcionamento discursivo da descrição, no nosso caso particular, consiste na fixação das relações de referência, sendo que a referência se fixa numa relação do enunciado com o acontecimento enunciativo e, através do acontecimento, com o interdiscurso.

A descrição é, pois, o lugar ameaçante, o lugar da falha. Enquanto na narrativa ou na argumentação encontramos uma seqüência lógica de acontecimentos narrados, na descrição há uma lista associativa. Os fatos acontecem em uma simultaneidade temporal semelhante à do sonho. Mas também ela é um funcionamento discursivo no qual se constrói um referente, no nosso caso, o referente escravo. Dessa perspectiva, pode-se caracterizar a descrição como processo de referenciação que relaciona o interdiscurso e o intradiscurso de modo particular. No intradiscurso se constrói o objeto de referência, ele dá os indícios do grau de determinação do objeto de referência, ligado ao efeito de pré-construído. O grau de saturação do nome está dado pelos adjetivos e predicções fornecidas ao nome próprio, sendo que nele não se encontram a totalidade das informações para saturar o referente.

Na descrição, o processo discursivo que prima é o de sobredeterminação a partir do qual se darão as relações entre os elementos da mesma. A sobredeterminação discursiva decorre de práticas discursivas sociais mobilizadas por um sujeito de discurso interpelado pela ideologia. Ela provém de uma pluralidade de modos e níveis de saturação discursiva. (Indursky;1995). A saturação intradiscursiva é fundamentalmente realizada por processos de determinação que não se restringem aos limites do sintagma nominal, envolvendo

diferentes tipos de construções lingüísticas (ZOPPI – FONTANA, 1997; GUIMARÃES 2007).

No intradiscurso das descrições dos anúncios de fuga evidenciam-se os indícios do grau de saturação do referente no interdiscurso, dado pelo discurso da lei, dentre outros. No intradiscurso, não só encontraremos esses indícios, mas também um processo discursivo de singularização. O processo de singularização do escravo está ligado à constituição do escravo como sujeito singular e pode ser observado, principalmente, na descrição que comporta, também, adjetivos, relativas adjetivas e predicções. Eles vão constituindo a imagem do escravo enquanto imagem única, diferente de todas as outras. Nesse espaço, também se faz referência às relações que o escravo estabelece com outros indivíduos. Diz-se a respeito de lugares por onde circula, a modos particulares de agir e de falar, a modos de se relacionar com a autoridade. A diferença da imagem de um escravo particular se daria pela combinatória especial de adjetivos, principalmente, sobredeterminados intra e interdiscursivamente e que não se repete em dois seres do mesmo modo¹²³.

A sobredeterminação discursiva, decorrente de práticas discursivas sociais, mobilizadas por um sujeito de discurso interpelado pela ideologia, provém de uma pluralidade de modos e níveis de saturação discursiva. (Indursky; 1995) Esses processos apontam para um efeito de homogeneidade que serve de sustentação à indeterminação, mas também apontam a um efeito de especificidade que será a base de uma singularização.

O escravo será descrito no anúncio e, através dessa descrição, ele aparecerá como um ser singular, diferente de todos os outros, com marcas

¹²³ É possível pensar também, a partir desses elementos mencionados acima, em mudar a denominação daqueles que viviam sob as condições da escravidão de escravos para escravizados. Dito por outras palavras, sujeitos os quais, contra sua vontade, foram submetidos a um regime que procura homogeneizá-los para dominá-los, mas, embora os esforços por parte do sistema, não consegue a submissão completa dos componentes dessa camada social.

próprias. Dita diferença é marcada também pela fala do escravo que chega até nós através da voz do dono, como poderemos observar na análise. O mesmo dono de escravos, que anuncia e descreve o escravo, dá as condições de possibilidade para que ele se constitua como sujeito na sociedade escravagista. Observamos, nos anúncios de fuga, uma situação particular dentro da formação discursiva que os sustenta.

Nos anúncios acima podem ser observados diferentes tipos de seqüências. Dentre elas encontramos as relacionadas à posse; que podem ser diferenciadas em dois tipos diferentes, a saber:

- a) As relacionadas com a posse do dono (fugiram trez escravos **pertencentes** a José Antonio Benedicto, **seu escravo** de nome Justiniano, **À herança do finado Francisco** Antonio de Souza Salles) e,
- b) As relacionadas com a posse dos escravos (**levaram baús de folha com roupa fina, chapéos pardo e preto, botinas de homem, paletot de casimira preta, Levou roupa fina e grossa**).

Em **a** o escravo é apresentado como um objeto, propriedade do dono, pertencente a um espólio. Em **b**, os escravos cuidam de sua roupa, levam seus pertences (já é contraditório que uma propriedade tenha propriedades). Além de levar seus pertences, a partir do anúncio publicado pelo dono, observamos que eles cuidavam de si mesmos, de seus cabelos, de suas barbas, de sua aparência. Não eram somente servos que deixavam de cuidar de si para cuidar do outro. Eles fugiam, eles se afastavam da fonte de perigo, eles cuidavam da própria vida, do próprio corpo muitas vezes machucado por chicotadas, por castigos, cordas e todos os instrumentos que podem ser observados, nos mesmos anúncios. Em poucas palavras: os escravos cuidavam de si tanto que fugiam. Isso se configura como um problema porque subverte. Há uma subversão nos papéis sociais impostos na época no Brasil. Aquele que devia cuidar do outro, cuida de si e,

cuidando de si governa sobre si, é livre. Essa subversão não é admitida e provoca a fúria, provoca a empreitada de procurar o escravo, anunciar sua subversão e no anúncio dizer: ele é sujeito, sujeito a si mesmo. Isso resulta em uma contradição que emerge no anúncio de fuga através da voz do dono que anuncia esse acontecimento. Um cuidado de si que se evidencia através de práticas discursivas que chegam a nós através dessas seqüências. Um acontecimento (o da fuga) que se traduzirá em um acontecimento enunciativo: o anúncio de fuga de escravos.

No anúncio do escravo Romão é utilizado o adjetivo regular. Deste modo, **Regular** significa não alto, não baixo, não cheio de corpo. Não há medida para regular, não é um termo mensurável em números, mas mensurável em aproximações. Ele se define pelas relações que estabelece com esses termos. Não poderia dizer quanto pesa um homem regular, nem quanto mede, mas poderia dizer que ele não é baixo, nem baixinho, nem alto. Mas também observamos que regular sempre estará relacionado com coisas, commodos, alturas, pesos, em fim, medidas. Por este motivo, consideramos que este termo está relacionado com seqüências discursivas relacionadas com a objetivação. Mede-se, pesa-se, calcula-se o escravo quando se diz que ele tem uma estatura ou um corpo regular. Ele é objetivado nessa determinação.

Emprega-se também o termo crioulo, poderíamos dizer, inicialmente, que é um termo que denota o lugar que o escravo ocupava em uma série. Também surge com o sentido de modo de ser, sendo, portanto, um termo misto, de individualização e de singularização. Por um lado, individualiza por dizer que ele não é africano, ele é nascido no Brasil, ele já está inserido na Sociedade na que vive, misturado com as pessoas do lugar. Por outro lado, é um termo de singularização porque diz respeito ao modo de ser crioulo: malandro, criador de caso, rebelde em procura de uma identidade, no espaço intermediário entre a casa grande e a senzala, evidencia um lugar e um agir social. O dono do escravo diz do escravo no anúncio. Podemos comparar esse acontecimento enunciativo com o que Pêcheux chama de ritual e, enquanto ritual, está sujeito à falhas: “não

há ritual sem falhas”. Essa falha pode ser evidenciada através de uma palavra que é dita no lugar de outra, o mesmo de uma palavra que tem mais de um significado, um termo polissêmico como no caso de crioulo e ladino. Podemos observar nessa falha um ponto de resistência que se incuba sob uma dominação ideológica. Pêcheux afirma:

E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição. (Pêcheux, 1990 p.17)

Encontramos nesses anúncios duas expressões relacionadas com a fala do escravo: falar e dizer. Observamos que entre o falar e o dizer há uma diferença. O primeiro pode ser considerado como fala tagarela, aquela fala das que mencionava Barthes em O grau zero. Já o segundo pode ser o dizer com sentido, o dizer que implica alguma coisa ou que implica um interlocutor. O primeiro não pressupõe uma relação de interlocução mas o segundo sim.

Se pensarmos, agora, os termos falar e dizer através do dito por Benveniste, podemos afirmar que falar remete a seqüências relacionadas com a individualização do escravo por somente descrever aquela fala, sem interlocutor definido, e as seqüências que tem o verbo dizer na sua estrutura são seqüências de singularização. Porém, afirmamos nessa tese que ambas as seqüências são de singularização porque representam na escrita do anúncio a emergência histórica de um lugar de enunciação para a posição sujeito escravo. Assim como ele circula por lugares proibidos, ele quebra também, a interdição de falar em público, de instituir outros interlocutores que não o senhor. Como afirmamos na Metodologia, essa singularidade estará relacionada ao gesto que leva o dono a falar a respeito de um fazer que lhe foge, um dizer que produz efeitos de sentido e que não é aprendido.

Por outro lado, afirmamos acima que as seqüências que dizem por onde circulam os escravos também correspondem ao grupo de seqüências de singularização. Afirmamos junto com Zoppi –Fontana (1997) no ponto 3.5.1, que os lugares por onde o escravo circula significam. Esses lugares dão a possibilidade ao escravo de se situar no mundo, porque ele se situa no mundo das significações, ou seja, ele se reconhece em um lugar da memória discursiva. No caso dos escravos que circulam pelas casas de escravos alforriados; ou daqueles que andam por perto ou que estão na estrada, esses lugares são espaços pelos quais se movimentam. São espaços não permitidos mas em que, apesar disto, transitam. Embora a proibição, embora o escravo esteja na estrada sem permissão, ele circula por ela. Observa-se que se apela, no anúncio, a uma memória discursiva. O escravo que foge e circula por esses lugares, inscreve-se nesse lugar da memória discursiva e se constitui como sujeito, um sujeito que foge do senhor. O escravo circulará nesses espaços e significará neles. Esse escravo saiu da serie estabelecida, circulou por lugares que não lhe foram dados pelas instituições. O escravo caminhou por outros caminhos, por outros lugares que não são os designados para eles, ele se significará, se inscreverá em um lugar diferente e significará de modo diferente. Para o dono o escravo será fugido, para o escravo será livre.

Portanto, observamos que dentre seqüências que, aparentemente, são de individualização e que denotam o lugar que o escravo ocupa na série, encontramos seqüências que fogem e que dizem respeito àquilo que o dono pretende capturar, seqüências que falam a respeito de um sujeito singular.

Observamos, a partir dos pontos levantados e relacionados aos cinco anúncios mostrados, que os processos discursivos de individualização, subjetivação e objetivação estão entrecruzados, trançados em cada anúncio. O que observamos nos anúncios é a luta que acontece no seio mesmo da sociedade escravagista, ou como afirma Pêcheux

uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas: não mais o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua (Pêcheux, 2000 p.11)

Observamos que escravos e donos não estão separados em lugares antagônicos e distantes com um limite definido mas em que a separação é linha móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que , de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo “sentido” (Pêcheux, 2000 p.11)

As palavras que o dono utiliza pretendendo capturar o escravo são as que possibilitam sua constituição como sujeito, as que mostram sua liberdade, uma liberdade que não pode ser capturada pelo dono. Isso pode ser observado nos anúncios através destes cuidados que o escravo tem de si que irão desde pentear o cabelo e cuidar de sua roupa até fugir.

Podem arrancar , numa noite escura, um tranqüilo homem , da sua família, da sua terra, da sua nação. Pode-se arrancá-lo de seu universo e pô-lo em um navio e encerrá-lo numa gaiola com outros na mesma situação, mas em diferentes línguas. Podem também carregá-lo novamente, às terras distantes e , sem roupa, sem família, sem comida, sem água coloca-lo à venda numa praça com não mais roupas que óleo no corpo. Assim poderão levá-lo para uma fazenda e surrá-lo, castigá-lo, submetê-lo a observar aos seus companheiros sendo castigados. Podem procurar terminar com sua religião, sua língua, seus costumes, sua família. Mas não será possível esmagar sua subjetividade, sempre alguma coisa fugirá.

Não será somente o escravo que fugiu, muitas outras coisas fugiram com ele, aquelas que nunca foram apreendidas. São essas singularidades que fugiram , são aquelas singularidades que fugiram, in-apreendidas e in-apreensíveis que permitem entender muitos movimentos de sentido, dizeres, não dizeres, silenciamentos no Brasil de hoje.

Podemos observar como se constituem os dizeres de uma sociedade injusta e desigual que discrimina àqueles que escravizou. Podemos ver como se recriam sistemas para prolongar um sistema econômico que beneficia às elites e podemos ver como esse povo continua resistindo. Podemos ouvir como eles, através do tempo, contam sua história. Aqueles que foram condenados ao silêncio sem juízo prévio não conseguiram ser silenciados. A força de sua luta transparece a cada linha, em cada anúncio de fuga.

5.0 BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideologicos de Estado : nota sobre os aparelhos ideologicos de Estado / Tradução: Maria Laura Viveiros de Castro Walter Jose Evangelista. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

—. La revolución teórica de marx. Buenos Aires: Siglo XXI, 1985.

ARISTÓTELES. Categorias. Buenos Aires: Ed. Aguilar, 1980.

BEATTIE, Peter. "The slave Silvestre's Disputed Sale: Corporal Punishment, Mental Health, Sexuality, and "Vices" in Recife, Brazil 1869-1879." EIAL XVI_1 - Estudos Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe. Enero-junio de 2005. www1.tau.ac.il/eial.old/XVI_1/beattie.html (acesso em 2 de fevereiro de 2007).

BENVENISTE, Emile. "Comunicação animal, linguagem humana." In: Problemas de Lingüística geral, por Emile BENVENISTE, 60-68. Campinas: Pontes - Unicamp, 1995.

BORGES, Jorge Luis. Obra Completa . Vol. I. Buenos Aires: Emece, 1989.

BRITO, Adriano Naves de. Nomes Próprios: Semântica e Ontologia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, A . Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa 3ª Reimpressão. Rio de Janeiro : Ed. Nova Fronteira, 1988.

CALDAS AULETE, F. J. Dicionario Contemporâneo da Língua Portuguesa. Lisboa : Parceria António Maria Pereira, 1948.

CAMINHA, Adolfo. Bom crioulo. São Paulo: Atica, 1995.

COURTINE, Jean Jacques. "Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens)." Langages, 1981.

DERRIDA, Jacques. Limited Inc. Tradução: Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

DERRIDA, Jacques, e Geoffrey BENNINGTON. Jacques Derrida. Tradução: Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DUCROT, Oswald. "O referente." Enciclopedia Einaudi, 1980.

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. Cidadania: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes, 2006.

FARIA, Eduardo. Novo Dicionario da Língua Portuguesa – O mais exacto e mais completo de todos os dicionarios até hoje publicados. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., 1859.

FERRARI, A.J. "O Gesto de Fuga como ato simbólico." Edição: UNIOESTE. Temas e Matices 2 (2001): p 74-78.

FERRARI, Ana Josefina. A Voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos. Campinas: Pontes, 2006.

- FILINICH, M. "Percepción y descripción." Discurso teoría y - análisis (Ed. Nueva Época Primavera), 1995 : 95-102 .
- FILINICH, Maria Isabel. Descripción - Enciclopédia Semiológica. Vol. Descripción. Buenos Aires: Eudeba, 2003.
- . Para una semiótica de la descripción. Vol. Cuadernos de trabajo 37. Puebla: BUAP, 1999.
- . "Aspectualidad y descripción." Tópicos del Seminario, 2000.
- FOUCAULT, M. La arqueología del Saber. Mexico : Ed. Siglo XXI, 1970.
- FOUCAULT, Michel. La história de la sexualidad Vol. II. Buenos Aires: Siglo XXI, 1986.
- . La Verdad y las formas jurídicas. Mexico: Ed. Edisa, 1988.
- . O que é um autor? Passagens, 1992.
- . "A vida dos homens infames" In: O que é um autor? Passagens, 1992 pp.89-126
- . "Sujeito e Poder." In: Michel Foucault : Uma trajetória Filosófica. Trad. Vera Porto Carrero, por H. Dreyfus. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1995.
- . Vigilar y Castigar. Buenos Aires: Ed. Siglo Veintiuno, 1976.
- FREGE, Gotlob. "Sobre el sentido y la denotación ." In: Semántica Filosófica: Problemas y Discusiones, por Thomas Moro Simpson, tradução: Eugenio Bulygin Eduardo Rabosi. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- GARY PRIEUR, Marie Noëlle. "Le nom propre constitue-t-il une catégorie linguistique?" Langue Française, 1991: 4-25.
- GENETTE, G,. Análisis Estructural del relato. Buenos Aires: Ed. , 1966.
- GUIMARÃES, Bernardo. A escrava Isaura. S. Paulo: Ática, 1991.
- GUIMARÃES, Eduardo. "Civilização na Lingüística Brasileira no século XX." Matraca (UERJ), 2004: 89-104.
- GUIMARÃES, Eduardo. "Domínio Semântico de Determinação." In: A palavra: Forma e sentido, por Eduardo Guimarães e M.C. Mollica. Campinas: Pontes, 2007.
- . Língua e Cidadania – O português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.
- . Semântica do Acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.
- . Texto e Argumentação. Campinas: Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, Eduardo. "Um mapa e suas ruas." In: Cidade atravessada: os sentidos publicos no espaço urbano., por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2001.
- HAMON, P. Introducción al análisis de lo descriptivo . Buenos Aires: Ed. Edicial, 1991.

- HOLLOWAY, Thomas H. "“ A Healthy Terror” : Police Repression of Capoeiras in Nineteenth- Century Rio de Janeiro.” Nov. de 1989: 637-676.
- HORTA NUNES, José. Discurso e Instrumentos Lingüísticos no Brasil: dos relatos de Viajantes aos Primeiros Dicionários. Tese Doutorado, Campinas: Unicamp, 1996.
- HUSSERL, Edmund. Meditações Cartesianas: Introdução à Fenomenologia. Tradução: Maria Gorte Lopes e Sousa. Porto, 19-.
- INDURSKY, Freda. A fala dos quarteis e as outras vozes. Campinas: Unicamp, 1997.
- . “Fragmantação do sujeito em Análise do Discurso.” Ensaios , 2000.
- KLEIBER, ANSCOMBRE –. Problemas de Semántica y Referencia . Oviedo: Ed. Vicerrectorado de Extensión Universitária y Servicios Universitários.Universidad de, 2001.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Glossário de Termos do Discurso. PortoAlegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim. “Pae contra mae.” In: Obra completa, por MACHADO DE ASSIS. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- MAGGIE, Yvonne. “Cor, hierarqui e sistema de classificação: A diferença fora do lugar.” Estudos Históricos Vol 7 (1994): 149-160.
- MALDIDIER, Denise. A Inquietação do Discurso. (re) Ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.
- MAO ZEDONG. Cinco Tesis Filosóficas. Beijing: Ediciones de Lenguas extranjeras, 1980.
- MAZIÈRE, Francine. “O enunciado Definidor : Discurso e Sintaxe.” In: História e Sentido na Linguagem, por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1989.
- MILNER. De La Sintaxe a l’interpretation. 1978.
- MORAES SILVA, Antônio. Dicionario da Língua Portuguesa recopilado. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.
- MORO SIMPSON, Thomas. Formas lógicas, realidad y significado. Buenos Aires: Ed. Universitaria de Buenos Aires, 1964.
- . Semántica Filosófica: Problemas y discusiones. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- OLIVEIRA SANTOS, Mônica. Um comprimido que anda de boca em boca. Os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso- Principios & Procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- . Interpretação Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2001.
- . “A língua brasileira.” Trabalhos de Lingüística Aplicada, Jan/Ju de 1994: 29-36.

ORLANDI, Eni Puccinelli, e Eduardo GUIMARÃES. História das Idéias Lingüísticas – Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Cáceres: Pontes - Unemat, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli, Eduardo GUIMARÃES, e Fernando TARALLO. Vozes e contrastes: Discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso - AAD-69. Vol. 1, em Por uma análise automática do Discurso : Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux, por F e HAK, T. GADET, tradução: Bethania MARIANI. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

—. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do obvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi¹. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1997.

—. “Delimitações, inversões, deslocamentos” Cadernos de Estudos Lingüísticos 19 de 1990: 7-24.

—. “Só há causa daquilo que falha” In: Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do obvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi¹. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1997.

—. « Les Vérités de la Palice : Linguistique, sémantique, philosophie » In : L'inquiétude du Discours. Textes de Michel Pêcheux Éditions des Cendres, 1990.

PEREIRA TOLEDO MACHADO, Maria Helena. “From Slave Rebels to Strikebreakers: The Quilombo of Jabaquara and the Problem of Citizenship in Late - Nineteenth-Century Brazil.” 2006: 247-274.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. “[http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas africanas.pdf](http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas_africanas.pdf).” Prefeitura de Salvador. [http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas africanas.pdf](http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas_africanas.pdf) (acesso em julho de 2007).

RAJAGOPALAN, Kanavillil. “O singular: uma pedra no caminho dos teóricos da linguagem.” Cadernos de Estudos Lingüísticos 38 (2000): 79-84.

RANCIÈRE, Jacques. “O Dissenso.” In: A Crítica da razão, por MORAES ADAUTO. Cia das Letras, 1999.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RUSSELL, Bertrand. “Sobre el denotar.” In: Semántica Filosófica: Problemas y discusiones, por Thomas Moro Simpson, tradução: Thomas M. Simpson Nestor Miguez, 29-48. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

SEARLE, John. “Las objeciones de Russell a la teoría de Frege sobre el sentido y la denotación.” In: Semántica Filosófica: Problemas y discusiones, por Thomas

- Moro Simpson, tradução: Thomas Moro Simpson, 49-56. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- SOARES DE MOURA, Denise A. Saindo das sombras. Campinas: Centro de Memória - UNICAMP, 1998.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. "Investigações Filosóficas." In: Tratado Lógico-Filosófico - Investigações Filosóficas, por Ludwig WITTGENSTEIN, tradução: M. S. Lourenço. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- ZANDAWAIS, Ana. "A Forma-Sujeito do Discurso e suas Modalidades de Subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas." In: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar., por Freda Indursky e Maria Cristina L Ferreira. São Paulo: Claraluz, 2005.
- ZATTAR, Neusa. Os sentidos de liberdade dos escravos na constituição do sujeito de enunciação sustentada pelo instrumento da alforria. Dissertação Mestrado, Campinas: IEL Unicamp, 2000.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. "Acontecimento, arquivo, memória." 30 (2004): 88-105.
- .. "Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação." In: Sentido e memória, por Eduardo Guimarães, 93-115. Campinas, São Paulo: Pontes, 2006.
- . Identidades (in)formais. Contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. Organon (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282, 2003.
- ___. Lugares de enunciação e discurso. In: Boletim da Associação brasileira de Lingüística V 1, pgs. 199-201. Fortaleza, ABRALIN/UFC, 2003.